

Cadernos de Arqueologia

1987





Cadernos de Arqueologia

Serie II

Volume 4

1987



Museu D. Diogo de Sousa



Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

BRAGA
PORTUGAL

DIRECÇÃO: Maria Manuela Martins e Manuela Delgado

COORDENAÇÃO GRÁFICA: Manuel Santos

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Reprografia da Universidade do Minho — Braga

Tiragem: 1 000 exemplares

Solicita-se permuta. On prie l'échange. Echange wanted.

A correspondência e as permutas devem ser endereçadas a: / La correspondance et les échanges doivent être adressés

à: / Correspondance and exchanges should be sent to:

Cadernos de Arqueologia

Av. Central, n.º 39

P - 4700 BRAGA

PORTUGAL

ISSN 0870-6425

Depósito Legal n.º 12467/86

Sumário

Artigos

- *As Formações Quaternárias do Litoral do Minho (Portugal): Propostas para uma nova abordagem climato-cronológica e dinâmica* 9-33
Jean-Pierre Texier
José Meireles
- *A Cerâmica proto-histórica do Vale do Cávado: tentativa de sistematização* 35-77
Manuela Martins
- *Sobre o conceito de «villa» no mundo romano* 79-110
Fermin Perez Losada
- *Salvamento Arqueológico de Dume — 1987: Primeiros Resultados* 111-148
Luís Oliveira Fontes
- *A necrópole medieval de S. Caetano, Chaves* 149-176
Francisco Sande Lemos

O Salvamento de Bracara Augusta

- *Escavações de emergência na necrópole romana da Cangosta da Palha* 179-186
Manuela Delgado, F. Sande Lemos e Manuela Martins
- *Sondagens arqueológicas no quarteirão da Rua Gualdim Pais* 187-199
Manuela Delgado

Documentos

- *«O Dicionário de Artes e Ofícios de Gregório José de Seixas»* 203-207
José Lopes Cordeiro

Vária

- *Materiais provenientes de dólmenes de Escariz, Arouca (escavações de Domingos de Pinho Brandão)* 211-226
Vitor Oliveira Jorge
- *Nótuia sobre o dólmen da Barrosa (Caminha, Viana do Castelo)* 227-241
Vitor Oliveira Jorge

Relatórios de actividades 245-251

Índices 255-267

Lista de Autores

- **Fermin Perez Losada** — Departamento de História I. Faculdade de Xeografia e História. Universidade de Santiago. Bolseiro de Investigação.
- **Francisco Sande Lemos** — Presidente da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
- **Jean-Pierre Texler** — Responsável pela «Mission Prehistorique française au Portugal»; Professor da Universidade de Bordéus I, Instituto do Quaternário.
- **José Manuel Lopes Cordeiro** — Técnico Superior requisitado da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- **José Melreles** — Assistente de Pré-História da Universidade do Minho.
- **Luís Oliveira Fontes** — Técnico Superior da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- **Manuela Delgado** — Assistente de Investigação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho; Presidente da Comissão Instaladora do Museu D. Diogo de Sousa.
- **Manuela Martins** — Professora Auxiliar da Universidade do Minho
- **Vitor Oliveira Jorge** — Professor Associado da Universidade do Porto; Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

ARTIGOS

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

As Formações Quaternárias do Litoral do Minho (Portugal): propostas para uma nova abordagem climato-cronológica e dinâmica.*

Jean-Pierre Texier e José Meireles

Resumo

Os autores apresentam os resultados referentes a um conjunto de recentes observações de terreno efectuadas nas formações quaternárias do litoral do Minho.

Cinco níveis marinhos, localizados, respectivamente, a 3-5, 8-14, 20-25, 40-50 e 60-70 metros, puderam ser identificados. Sobre os três níveis mais recentes foi reconhecida a existência de formações coluvionares e eólicas, as quais registaram diversos episódios climáticos de tipo periglacial. Entre a foz do rio Minho e a do Lima, posteriormente ao estabelecimento do terraço marinho de 3-5 metros, foram identificados depósitos de tipo paleolagunar.

É apresentada uma nova hipótese climato-cronológica respeitante aos diferentes fenómenos sedimentares e pedológicos observados. Estes resultados dão-nos igualmente a possibilidade de propor uma nova interpretação das chamadas «formações areno-pelíticas».

Résumé

Un premier bilan des recherches portant sur le Quaternaire du littoral du Minho (Portugal) est présenté. 5 hauts niveaux marins, étagés respectivement à 3-5m, 8-14m, 20-25m, 45-55m, et 60-70m, ont été identifiés. Des formations colluviales et éoliennes ont été observées sur les trois niveaux les plus récents. Elles ont enregistré plusieurs épisodes climatiques de type périglaciaire. Des dépôts paléo-lagunaires, postérieurs à la terrasse marine de 3-5 m, ont également été mis en évidence entre l'embouchure du Minho et Viana do Castelo.

Une hypothèse climato-chronologique concernant les différents événements sédimentaires et pédologiques caractérisés est proposée. En outre, ces résultats permettent d'avancer une nouvelle interprétation des formations dites «areno-péltiques».

Abstract

We present the first results concerning new researches on the Quaternary of the littoral of Minho (Portugal). Five high sea levels, localized at 3-5m, 8-14m, 20-25m, 45-55m and 60-70m, have been identified. Colluvial and eolian deposits are superimposed on the 3 lowest sea terraces. They are contemporaneous with several periglacial phases, except the most recent. Paleo-lagoonar formations, younger than the 3-5m sea level, have also been identified between the Minho's mouth and Viana do Castelo.

A climato-chronological hypothesis concerning the different sedimentary and pedogenetic events is proposed. Moreover, a new interpretation of the so-called «areno-pelitic» formation is proposed.

* O texto deste artigo retoma, com ligeiras alterações, o de um outro, intitulado «Les formations littorales quaternaires du Minho (Portugal): propositions pour une nouvelle approche climato-chronologique et dynamique». (*Cahiers du Quaternaire* — Ed. C.N.R.S.).

Vertical line on the left side of the page.

Situada na extremidade setentrional de Portugal, a província do Minho faz fronteira com o Sul da Galiza (Est. I).

A área objecto deste estudo localiza-se entre as fozes dos rios Minho e Cávado. Esta região opõe-se, pela sua geomorfologia, às costas abruptas do Sul da província espanhola da Galiza. Ela integra uma plataforma litoral bem desenvolvida (cerca de 1 a 4km de largura), associada a um conjunto diversificado de depósitos.

O substrato é constituído essencialmente por rochas graníticas, no meio das quais afloram, localmente, xistos e quartzitos.

Tal como foi definido por L. Emberger (EMBERGER 1955), o litoral do Minho situa-se no domínio climático húmido, com invernos temperados (precipitações médias anuais: 1444mm; temperatura média anual: 14,5 C; média das mínimas do mês mais frio: 5,7 C). O diagrama pluvio-térmico estabelecido a partir dos dados meteorológicos recolhidos na estação de Viana do Castelo, na foz do rio Lima, permitem definir a ocorrência de uma curta estação seca, pouco acentuada, centrada essencialmente no mês de Julho (Est. II-1).

A cobertura vegetal da zona litoral apresenta-se constituída principalmente por uma charneca, composta por Ericáceas e Gramíneas.

1. O quaternário do Minho: breve historial das pesquisas

Desde muito cedo que a morfologia e os depósitos quaternários do litoral do Minho chamaram a atenção dos geólogos. Já em 1894 P. Choffat (CHOFFAT 1894) assinalava, próximo de Viana do Castelo, a existência de uma antiga superfície de abrasão marinha localizada, sensivelmente, a oito metros de altitude absoluta. Seguidamente, um certo número de investigadores, de entre os quais destacamos Rui de Serpa Pinto (PINTO 1928), Abel Viana (VIANA 1929) e Afonso do Paço (PAÇO 1930), irão prosseguir o estudo desta região e, simultaneamente, pôr em evidência a existência de outros níveis marinhos antigos.

Em 1942, H. Breuil e G. Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI 1942) efectuaram uma primeira síntese sobre o conjunto do litoral quaternário português. Nesse trabalho reconhecem estes autores quatro níveis marinhos principais:

- um nível Siciliano situado a 90/100 m de altitude e classificado como pré-glacial;
- um nível Milaziano, localizado sensivelmente a 60m, identificado com o Interglacial de Günz-Mindel;
- um nível Tirreniano, a cerca de 30m, correlacionado com o Interglacial de Mindel-Riss;
- um nível Grimaldiano, a 8/12m, identificado com o Interglacial de Riss-Würm.

Posteriormente este esquema virá a ser completado e aperfeiçoado por Carlos Teixeira (TEIXEIRA 1948, 1949 e 1953) e por G. Zbyszewski e Carlos Teixeira (ZBYSZEWSKI & TEIXEIRA 1949) em 1949.

Em 1958, G. Zbyszewski (ZBYSZEWSKI 1958) elabora um sistema cronológico que, nas suas linhas gerais, serve ainda hoje como referência para a grande maioria dos trabalhos sobre o Quaternário português. Neste estudo, este autor distingue sete níveis marinhos e situados às seguintes altitudes absolutas: + ou = a 100m, 80/90m, 60/70m, 45/50m, 30/40m, 15/20m e, finalmente, 5/8m. Esta sequência é, respectivamente, atribuída ao Plioceno e ao Calabriano indiferenciadamente, ao Siciliano Ia, ao Siciliano Ib, ao Siciliano II, ao Tirreniano I, ao Tirreniano II (= ao Grimaldiano) e ao Tirreniano III (= ao Ouljiano). Nas cartas geológicas publicadas à escala de 1/50.000 este conjunto de distintas formações surge-nos designado pelos símbolos «P», «Q1», «Q2a», «Q2b», «Q3», «Q4a» e «Q4b». Em 1980, C. Teixeira e F. Gonçalves (TEIXEIRA & GONÇALVES 1980) relacionaram o nível correspondente ao Tirreniano III (= ao Ouljiano) com o interstádio de Würm I/II. No entanto, importará aqui sublinhar que a realidade da existência deste nível marinho de 5-8m foi recentemente posta em causa (CARVALHO, MEIRELES & SANDE LEMOS 1983).

Paralelamente a estas formações marinhas foram igualmente reconhecidos depósitos, cuja origem permanece enigmática, geralmente designados pela expressão «formações areno-pelíticas de cobertura». Assinaladas pela primeira vez por R. de Serpa Pinto (PINTO 1928) e A. do Paço (PAÇO 1930), foram seguidamente cartografadas através do símbolo «Qp.» e descritas por J. C. da Costa e C. Teixeira (COSTA & TEIXEIRA 1957) como tratando-se de formações limosas, de coloração amarela, castanha ou negra, susceptíveis de recobrir diversos níveis marinhos (desde o de 90m até ao de 8m).

A partir de amostras recolhidas em três locais distintos, L. Berthois (BERTHOIS 1949) realizou um estudo sedimentológico e mineralógico aprofundado destes depósitos. Dele deduziu a ocorrência de dois tipos principais de «formações areno-pelíticas»: o primeiro tipo, englobando elementos grosseiros e que corresponde a depósitos de natureza continental autóctones, susceptíveis de terem sofrido um escasso remeximento por escorrência; o segundo tipo, desprovido de elementos grosseiros, resultaria da lavagem do primeiro e podendo conter, se bem que em quantidade reduzida, elementos alóctones.

Este conjunto de formações tanto foram atribuídas à glaciação de Riss (ZBYSZEWSKI & TEIXEIRA 1949), como a um período de tempo que decorre entre a glaciação de Würm e o início da Transgressão Flandriana (ZBYSZEWSKI 1958).

Mais recentemente um novo quadro litostratigráfico referente ao conjunto das formações quaternárias do litoral do Minho foi proposto (CARVALHO, MEIRELES & SANDE LEMOS 1983). Estes autores distinguem 10 unidades sedimentares: dois níveis marinhos antigos

(unidades 1 e 2), aos quais sucedem depósitos de vertente (unidade 3), duas formações areno-argilosas de origem continental (unidades 4 e 5), seguidas por um novo depósito marinho (unidade 6) e, finalmente, um conjunto de depósitos arenosos, ou com alguns seixos, de idade recente (unidades 7 a 10).

De um ponto de vista paleoclimático, os conhecimentos actualmente existentes dizem respeito, essencialmente, à glaciação de Würm. Com efeito, os vestígios de uma fase glacial atribuída a este período foram claramente identificados por G. Coudé-Gausson no cimo das serras da Peneda e do Gerês (GOUDÉ-GAUSSON 1978 e 1981)¹.

Enquanto isso, na zona costeira, G. S. de Carvalho punha em evidência a ocorrência de diversos fenómenos (seixos fracturados, seixos levantados, eólização, deformações sedimentares), que este autor interpreta como testemunhos da existência de um clima periglacial, contemporâneo da glaciação de Würm (CARVALHO 1982, 1983 e 1985).

As épocas ante-wurmianas são bastante mal conhecidas pelo que a sua caracterização climática se revela extremamente incerta.

Segundo H. Breuil e G. Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI 1945), no decurso dos períodos interglaciares manifestar-se-ia um clima quente e seco «...voisin de celui du Maroc meridional ou même de Mauritanie...» Durante as glaciações, Portugal estaria sujeito a um regime climático húmido a muito húmido e relativamente frio «...voisin de celui de Cherbourg ou de celui de la Norvège meridionale...»

Em 1958, G. Zbyszewski (ZBYSZEWSKI 1958) retomando a mesma interpretação, efectua no entanto uma caracterização mais específica da cobertura vegetal. Assim, durante os períodos glaciares, a totalidade do território continental português, e à excepção das regiões de maior altitude (acima de 850 a 1100 metros), estaria recoberta por florestas constituídas essencialmente por árvores de folha caduca²; no decurso dos períodos interglaciares a cobertura florestal ocuparia ainda uma expressão significativa do território mas, desta feita, seria formada principalmente por árvores «à feuilles persistantes et dures du type méditerranéen» (ZBYSZEWSKI 1958).

Para S. Daveau, uma única fase climática fria, de idade recente, pode, com segurança, ser reconhecida em Portugal. Relativamente ao Quaternário Antigo, ele «... parait avoir connu des alternances de périodes humides et semi-arides, de type contrasté, sans intervention du froid» (DAVEAU 1977).

¹ Uma glaciação análoga foi igualmente reconhecida mais ao Norte, nos Montes Cantábricos (NUSSBAUM & GIGAX 1952), na Galiza e em Léon (SCHMITZ 1969), bem como ao Sul, na Serra da Estrela (LAUTENSACH 1932 e DAVEAU 1971).

² Para a zona litoral, esta interpretação encontra-se em contradição com a proposta por G. Soares de Carvalho.

2. Problemática tratada

Diversas são as razões que motivaram o retomar do estudo das formações quaternárias do litoral minhoto.

O quadro cronológico em vigor no nosso país é dificilmente correlacionável com aqueles que actualmente são admitidos, quer para a Europa, quer para o Norte de África. Por outro lado, os níveis de praias elevadas em que ele se fundamenta foram, frequentemente, definidos em diversas regiões e seguidamente paralelizados com os portugueses unicamente a partir de um critério de base altimétrico. Ora, sucede que um número significativo de trabalhos realizados nos últimos anos, revelam que deformações tectónicas, de desigual amplitude e diferente sentido, ocorreram durante o Quaternário em distintas regiões (ZBYSZEWSKI 1958, DAVEAU 1977, FERREIRA 1980 & RIBEIRO 1984), pelo que se impunha uma revisão da cronologia do Quaternário.

O litoral do Minho reúne um certo número de condições que nos permitem abordar este tipo de pesquisa em condições que reputamos de favoráveis. De entre estas poderemos referir as seguintes:

- a existência de distintos níveis escalonados de praias elevadas;
- a sua associação a depósitos de diferentes origens e relativamente diversificados;
- a provável presença de formações políferas (trabalhos preliminares de Maria Isabel Cunha e Silva);
- um bom conhecimento da morfologia da plataforma continental, bem como das variações verificadas na linha de costa nos últimos 18.000 anos (trabalhos de J. M. Alveirinho Dias — DIAS 1985);
- a possibilidade de se poder vir a obter datações absolutas pelos métodos do Radiocarbono e da Termoluminiscência;
- a presença de indústrias líticas pré-históricas de distintos períodos (BREUIL *et al.* 1962, SANDE LEMOS 1982, MEIRELES 1982 e 1984).

Estes estudos de índole cronológica não poderão, como é natural, ser dissociados do conhecimento dos paleo-ambientes quaternários da região, bem como da evolução que estes sofreram. Nesse sentido, dedicaremos particular atenção ao significado paleoclimático e aos mecanismos de formação dos chamados depósitos areno-pelíticos.

Os resultados que seguidamente iremos apresentar, assentando principalmente sobre observações de terreno, constituem tão somente uma primeira abordagem da problemática que acabamos de definir. Aquelas, não sendo exaustivas, são por isso susceptíveis de poder vir a ser completadas posteriormente.

Por outro lado, os estudos pluri-disciplinares já encetados, ou programados (datações absolutas, estudos paleo-pedológicos, sedimentológicos, mineralógicos, morfo-estruturais, polínicos...), possibilitar-nos-ão, por certo, recolher todo um conjunto de outros dados que nos levarão a precisar, talvez mesmo a modificar, algumas das hipóteses que iremos apresentar. Todavia, e não obstante as suas limitações, pensamos que este estudo preliminar poderá trazer, desde já, uma nova visão sobre o Quaternário do litoral minhoto.

Começaremos por apresentar os dados morfológicos e estratigráficos observados, para, seguidamente, tentarmos efectuar uma interpretação dinâmica e climato-cronológica dos fenómenos pedo-sedimentares reconhecidos.

3. Os dados morfológicos e estratigráficos

Actualmente, cinco níveis de praias levantadas puderam ser reconhecidos com segurança; localizam-se, respectivamente, às altitudes de 3-5m, 8-14m, 20-25m, 45-55m e 60-70m.

Os dois níveis mais elevados (M1 e M2), observados designadamente na região de Carreço, encontram-se materializados por nítidas superfícies de abrasão marinha, relativamente bem conservadas, e às quais por vezes se encontram associados alguns seixos dispersos e alterados de quartzito.

Os três níveis mais recentes receberam a designação de M3, M4 e M5 (Est. II-2). São constituídos por depósitos muito ricos em seixos, com uma espessura que varia entre 0,50m e 1,50m. A sua matriz é arenosa, mais ou menos fina, essencialmente quartzosa; quando os sedimentos não se viram afectados por nenhuma pedogénese a sua coloração é cinzenta clara e cinzenta esverdeada. A composição petrográfica dos seixos revela-se essencialmente constituída por quartzitos, alguns quartzos e raros granitos e xistos muito alterados.

Nos depósitos M5 foi reconhecida uma indústria pré-histórica de talhe unifacial, susceptível de corresponder a uma fácies particular do Acheulense (MEIRELES 1984).

Sobre as formações marinhas M3 desenvolvem-se as coluviões C1, as coluviões Cx e as formações eólicas D1 (Est. III-1).

— *As coluviões C1:* são formadas essencialmente por seixos, embalados numa matriz arenosa, média a fina, de coloração castanha amarelada; a sua espessura varia entre 0,60 m e 1,20 m. Assinale-se que fenómenos resultantes da acção do frio (crioclastismo, crioturbação) se fizeram sentir neste depósito durante ou após o seu estabelecimento; de igual modo, se poderá constatar a ocorrência de uma eolização moderada no decurso da sua deposição (a face de fractura de alguns seixos revela nítidos vestígios de eolização).

Estas coluviões C1 foram posteriormente alvo de uma significativa alteração e de uma pedogénese associada a fenómenos de lavagem; este solo antigo encontra-se extremamente degradado, subsistindo actualmente apenas na base da camada sob a forma de pequenas manchas de coloração vermelha acastanhada e amarela.

— *As coluviões Cx:* encontram-se separadas das precedentes por uma superfície de erosão claramente definida. A sua textura é fina, essencialmente limo-arenosa; a sua espessura encontra-se compreendida entre 0,20m e 0,50m. Suportam um solo de tipo «Ranker» atlântico: o seu topo, fortemente húmido, tem uma coloração castanha muito escura, quase negra (horizonte A1); seguidamente e à medida que nos aproximamos da base da formação, a sua coloração torna-se castanha, progressivamente mais clara (horizonte A1B). As suas relações estratigráficas com as restantes formações coluvionares não puderam ainda ser claramente definidas.

— *As formações eólicas D1:* só localmente, ao Sul do rio Cávado, junto ao lugar de Valdoia — Barros, é que nos foi possível, até ao momento, observar estes depósitos. Tratam-se de areias de coloração cinzenta clara, com uma espessura pouco significativa (0,50 m a 1 m). No decurso, ou posteriormente ao seu estabelecimento,

ocorreram fenómenos de crioturbação, que se traduziram por injecções do topo do horizonte humífero de Cx nas formações D1³.

Sobre as formações marinhas M4 (nível de praia elevada de 8-14 m) desenvolve-se uma única geração de coluviões antigas, designadas por C2 (Est. II-2 e III-2).

Com uma espessura de 0,50m a 0,60m, estas coluviões são constituídas por seixos embalados numa matriz de areias finas e argilas, de coloração matizada de vermelho e amarelo. Esta fase sedimentar foi contemporânea de um episódio climático relativamente rigoroso, atestado pela presença de numerosos seixos fracturados por crioclastismo (frequentemente fortemente eolizados) e por sedimentos crioturbados.

Posteriormente ao seu estabelecimento, as coluviões C2 sofreram uma importante alteração (presença de seixos alterados), uma pedogénese acompanhada por fenómenos de lavagem (solo vermelho fersialítico) e, seguidamente, uma fase de hidromorfia, responsável pela coloração amarela no depósito; este solo antigo, o qual afecta igualmente os depósitos marinhos M3, encontra-se em vias de degradação.

Nestas formações foi possível reconhecer a existência de uma indústria Acheulense, com bifaces e «hacheraux» (MEIRELES 1984).

Os depósitos marinhos M5 (nível de praia elevada de 3-5 m) encontram-se recobertos por: três gerações distintas de coluviões, designadas, respectivamente, por C3, C4 e C5; por depósitos de um tipo particular, denominados por «L» e que localmente se intercalam entre C3 e C4; por formações dunares, apelidadas de D2 (Est. II-2 e IV).

— As coluviões C3: com uma espessura média de cerca de 1 m, nelas observa-se uma evolução granulométrica: a sua base é constituída por areias e seixos, tornando-se depois a sua textura progressivamente mais fina, sendo o topo da formação já formado por areias e argilas; as areias são compostas de quartzo, micas e alguns feldspatos.

Os seixos, frequentemente alterados e com auréolas superficiais ferruginosas que lhes conferem uma coloração avermelhada, são oriundos, essencialmente, das coluviões C2 e/ou do nível de praia M4. Uma percentagem significativa destes encontra-se estalada, por vezes fracturada *in situ*; a sua disposição, geralmente levantada ou dispostos em grinalda, permite-nos deduzir a ocorrência de fenómenos de crioturbação. Os índices de eolização são todavia menos acentuados do que os observados nas coluviões C2.

As coluviões C3 foram afectadas por um solo de tipo «Ranker» atlântico; de coloração castanha muito escura, quase negra, no seu topo (cerca de 0,50 m), a sua cor torna-se depois progressivamente castanha e mesmo amarela clara na sua base.

As reconstituições efectuadas a partir de lascas residuais de talhe reconhecidas em C3 fazem pressupor que, contemporaneamente a esta fase sedimentar, as populações pré-históricas que ocuparam a região fabricavam, muito provavelmente, utensílios de tipo pico.

Os depósitos «L»: dispostos em cadeia ao longo da zona costeira compreendida entre Caminha e Viana do Castelo, a sua base encontra-se a uma altitude absoluta de, aproximadamente, 3 m e a sua espessura varia entre 1 e 2 m. Na jazida de Vila Praia de Âncora (Norte) II, estes depósitos ravinam as coluviões C3. Quando assentam directamente sobre o substrato granítico, a sua zona basal encontra-se constituída por areias grosseiras, com algum saibro; seguidamente, observa-se uma rápida, mas progressiva, passagem para zonas com uma textura mais fina, limosa ou limo-argilosa, nas quais é possível detectar, em certos níveis, significativas concentrações de matéria orgânica e de fragmentos carbonosos; finalmente, a zona superior dos depósitos, de coloração castanha, patenteia uma textura areno-limosa, com finos leitões e lenticulas arenozas

³ Tais fenómenos já foram descritos e interpretados por G.S. de Carvalho (CARVALHO 1985), que os data do final da glaciação de Würm (16.000 a 13.000 anos B.P.).

grosseiras, ou de granulos angulosos, resultantes da desagregação dos granitos situados nas proximidades. A estratificação geral é sub-horizontal, encontrando-se materializada pelos leitos arenosos e carbonosos.

— *As coluviões C4*: a sua espessura varia entre 0,30 m e 0,50 m. Estes depósitos ravinam, quer as coluviões C3 (Est. III-2), quer os depósitos «L» (Est. IV-1); de coloração negra, revelam normalmente uma textura fina, areno-limosa, se bem que localmente estas coluviões possam integrar seixos rolados retomados de formações anteriores.

Quando não se viram truncadas por fenómenos de erosão posteriores, o seu topo suporta um solo de tipo «Ranker» atlântico.

Através dos trabalhos já realizados foi possível reconhecer, associada a estas formações coluvionares, uma indústria lítica com picos (MEIRELES 1982 e 1984).

— *As coluviões C5*: revelando uma existência muito pontual e sendo um pouco mais claras que as coluviões anteriores, a sua coloração geral é acinzentada. A sua textura apresenta-se constituída por fragmentos angulosos de granito e numerosos seixos de quartzito, granito e quartzo, embalados numa matriz arenosa. Tratam-se de coluviões recentes, como parecem demonstrá-lo as moedas do séc. XIX nelas recolhidas.

— *As formações dunares D2*: distribuídas de modo descontínuo ao longo da zona litoral, a sua espessura pode atingir 2 a 3m. São constituídas por areias siliciosas de cor «beige», revelando por vezes a presença de zonas humíferas de coloração cinzenta.

Estes depósitos encerram vestígios de estruturas de habitat recentes, provavelmente históricas.

4. Interpretação dinâmica e climato-cronológica (Est. V)

As superfícies de abrasão M1 e M2 localizadas, respectivamente, a 60-70m e 45-55m são testemunho de antigos níveis marinhos. A sua cronologia quaternária é mais que provável; com efeito, nesta região os depósitos atribuídos ao Plioceno marinho encontram-se situados a 100-110 m de altitude absoluta (TEIXEIRA *et al.* 1965). Todavia, dados os importantes fenómenos erosivos a que estiveram submetidas as formações litorais que lhes estavam associadas, não nos é possível apresentar uma hipótese cronológica mais precisa.

Será somente a partir do nível M3 que o estado de conservação dos depósitos nos irá possibilitar a efectivação de uma abordagem climato-cronológica.

Quando consideramos de uma forma global a sequência estratigráfica das formações quaternárias do litoral minhoto, constata-se a repetição da alternância «terraço marinho/coluviões». Neste sentido, face aos processos de sedimentação em causa e ao período cronológico considerado (Quaternário) será, a nosso ver, legítimo pensar-se que as coluviões expressam condições rexistásticas rigorosas (ocorrência de um conjunto diversificado de fenómenos resultantes da acção do frio - *cf. supra*), enquanto que as formações marinhas reflectem a existência de níveis de praias elevadas de natureza glacio-eustática, sincrónicas, portanto, de períodos de melhoria climática. De igual modo, os paleossolos, cuja formação é posterior ao estabelecimento das coluviões, necessitam de um ambiente biotástico de tipo temperado, ou temperado quente; por isso, eles serão, logicamente, contemporâneos dos níveis de praia elevada.

Apresentados que foram estes princípios base, começaremos por referir que o solo vermelho fersialítico formado sobre C2 e M4, poderá ser situado com relativa segurança no quadro cronológico do Quaternário. A sua datação ante-holocénica parece não oferecer

quaisquer dúvidas, já que ele não afectou os depósitos mais recentes, nomeadamente as coluviões C3 estabelecidas sob condições periglaciares (*cf. supra*). Dado que todos os dados estratigráficos actualmente disponíveis, quer para a Europa⁴, quer para Marrocos (TEXIER & RAYNAL 1985, ROUGIE 1985) coincidem em atribuir ao Interglaciário Riss-Würm (= Eémiano), ou ao seu equivalente o Inter Tensiftiano-Soltaniano (TEXIER *et al.* 1985), a última fase pedológica significativa anterior ao Holoceno, afigura-se-nos lógico adoptar esta hipótese de datação para o solo formado sobre C2 e M4. Este tipo de pedogénese decorre sob um clima relativamente quente e húmido, mas com uma estação seca bem definida (DUCHAUFOUR 1976 e 1977). Tais condições ambientais são sensivelmente diferentes daquelas que actualmente vigoram no litoral do Minho (*cf. supra*). A fase amarela observada no perfil poderá ser interpretada como uma consequência do aumento da humidade do clima, certamente acompanhada por um ligeiro arrefecimento situado no fim desta fase biostásica. Uma evolução análoga pode ser constatada no NW de Marrocos para o Inter Tensiftiano-Soltaniano (RAYNAL *et al.* 1985, TEXIER & RAYNAL 1985).

O último nível de praia elevada (M5), não alterado e não pedogenizado, poderá ser considerado como o equivalente lateral do solo vermelho acima referido; daí, que o correlacionemos igualmente com o Interglaciário de Riss-Würm (= ao Eutirreniano da zona Mediterrânica) (RAYNAL *et al.* 1985, TEXIER *et al.* 1985).

Tendo como referência estes marcos cronológicos, iremos seguidamente tentar situar no tempo, com o rigor possível no estado actual dos nossos conhecimentos, os distintos fenómenos pedo-sedimentares descritos no ponto 3. Começaremos por examinar aqueles que são posteriores a M5, para depois abordarmos os que lhe são posteriores.

4.1. Os fenómenos pedo-sedimentares posteriores a M5

4.1.1. *As coluviões C3*: a sua base, na qual se puderam constatar fenómenos resultantes da acção do frio (seixos fracturados, crioturbação), é certamente contemporânea de um episódio climático rigoroso, se bem que ainda relativamente húmido, mas entrecortado por períodos mais secos durante os quais se manifestaram fenómenos de eolização. A textura mais fina do topo de C3 (ausência de balastro) atesta uma diminuição da competência dos fenómenos de coluvionamento, porventura relacionada com uma tendência para uma maior aridez. Por isso, pensamos que as coluviões C3 deverão ser atribuídas a um período periglaciário, facto que, e dada a sua localização estratigráfica (posterior a M5), nos leva a situá-las na glaciação de Würm; posteriormente, teremos possibilidade de observar que elas datam, eventualmente, do Würm Antigo.

⁴ O número de publicações abordando este tema é extremamente elevado para que aqui possa ser referido de um modo exaustivo. No entanto, gostaríamos de salientar os trabalhos de K. Brunnacker (BRUNNACKER 1978), P. Haesaerts (HAESAERTS 1984), J.-P. Lautridou (LAUTRIDOU *et al.* 1982), J.-P. Texier (TEXIER *et al.* 1983), J. Vaudour (VAUDOUR 1969) e a obra colectiva «La stratigraphie des loess d'Europe» (1969).

4.1.2. *O solo húmifero de tipo «Ranker» atlântico que se desenvolveu sobre C3*, resulta do estabelecimento de condições climáticas sensivelmente semelhantes às da actualidade, ou ligeiramente mais frias. A sua formação é difícil de situar no tempo; ela poderá datar, quer de um episódio intra-wurmiano — Interstádio Würmiano (LAVILLE *et al.* 1985) ou episódio temperado do início do Würm Antigo — quer do início do Holoceno. Com efeito, a indústria contendo utensílios de tipo pico asturiense presente nas coluviões C4 (as quais, recorde-se, ravinam este solo) somente fornece, eventualmente, um limite cronológico anterior a 7.000 anos B.P.; tal é a datação mais recente obtida nas Astúrias para uma indústria hipoteticamente afim (CLARK 1974 e 1976).

4.1.3. Os depósitos «L»: o único meio sedimentar susceptível de explicar, simultaneamente, a morfologia destes depósitos (disposição em cadeia ao longo da costa), a sua situação altimétrica (altitude de base próxima de 3 m) e as suas características sedimentares (textura fina a muito fina, estratificação sub-horizontal, ausência de desgaste nos elementos grosseiros) é um meio de tipo lagunar. No entanto, a existência destes depósitos implica a ocorrência de um nível transgressivo, associado a uma morfologia costeira sensivelmente diferente da actual, pelo que eles representam, portanto, um período de melhoria climática, provavelmente contemporâneo do «Ranker» atlântico formado sobre C3. Assim sendo, duas hipóteses cronológicas poderão, uma vez mais, ser apresentadas: eles ter-se-ão constituído, ou no decurso de um episódio temperado do Würm, ou no início do Holoceno.

Os trabalhos de J.M. Alveirinho Dias (DIAS 1985) sobre a plataforma continental da região setentrional de Portugal permitem-nos excluir o período de tempo compreendido entre 20.000 e 9.000 anos B.P., durante o qual o nível marinho ter-se-ia situado entre -130m e -45m. Entre 9.000 e 7.000 B.P. o nível estaria ainda muito baixo (-45m a -15m), por forma a possibilitar a instalação de um conjunto de pequenas lagoas entre Caminha e Viana do Castelo.

Por outro lado, refira-se que, um pouco mais a Norte da região por nós considerada, em Mougás, na costa galega, K. Butzer (BUTZER 1967) descreveu um conjunto de depósitos que se assemelham bastante, quer pela sua fácies, quer pela sua situação altimétrica, às nossas formações «L». Porventura, eles poderão representar um outro testemunho deste mesmo fenómeno lagunar. A datação de C14 obtida por Butzer para uma amostra proveniente da base dos depósitos, forneceu um resultado superior a 40.000 anos B.P. (BUTZER *op. cit.*), compatível, portanto, com uma atribuição ao Interstádio Würmiano tal como ele foi recentemente definido (LAVILLE *et al.* 1985). Aliás, resultados à pouco publicados e obtidos em distintas regiões da costa atlântica da Europa do Sul (Bretanha — HALLEGOUET & LANOE 1986; Astúrias — MARY 1986) revelam a possibilidade de existência de níveis marinhos transgressivos posteriores ao máximo eémiano (sub-estádio isotópico 5e) e contemporâneos de fases temperadas do início do Würm (sub-estádios isotópicos 5c e 5a). Não se exclui pois a eventualidade dos depósitos lagunares «L» poderem datar de um desses períodos. Será necessário aguardar os resultados fornecidos por datações absolutas (em realização) para optar por uma destas duas hipóteses cronológicas.

Quanto às coluviões C3 elas serão contemporâneas de um dos episódios rigorosos do

início (sub-estádios 5d ou 5b), ou do pleniglacial do Würm Antigo (estádio isotópico 4, ou parte inferior do estágio 3).

4.1.4. *As coluviões C4*: a coloração muito escura e a textura das coluviões C4 indicam-nos que elas resultam do remeximento do horizonte húmifero A1 do solo estabelecido sobre C3. O seu carácter extensivo a todo o sector costeiro revela que elas certamente serão contemporâneas de uma fase rexistásica. As figuras de ravinamento e de sedimentação observadas junto à sua base, são testemunho de um depósito estabelecido num contexto suficientemente húmido, por forma a provocar, episodicamente, fenómenos difusos de escorrença, mais ou menos acentuados; é provável todavia que o seu topo possa estar relacionado com um clima mais frio e árido. Contamos que esta dúvida venha a ser ultrapassada através dos estudos sedimentológicos, micro-morfológicos e polínicos em curso, ou programados.

A indústria lítica presente nestas coluviões (a qual integra utensílios de tipo pico) não nos permite situar com rigor o seu período de formação. Com efeito, as datações obtidas nalgumas jazidas arqueológicas cantábricas (compreendidas entre 6.800 e 9.290 B.P. — CLARK 1974 e 1976, MORALES 1982) não implicam, forçosamente, a inexistência de indústrias «afins» mais antigas. Aliás, a própria hipótese de um autêntico Asturiense plistocénico já foi inclusivamente adiantada por diversos autores (JORDA CERDA 1959, CRUSAFONT PAIRO 1963, GONZALEZ 1965). Tal poderia ser a situação da indústria associada aos depósitos C4, se a interpretação climática anteriormente proposta se revelar correcta, já que a ocorrência de um período rexistásico contemporâneo do início do Holoceno não se coaduna com os conhecimentos actualmente disponíveis. Assim sendo e na expectativa de datações absolutas, atribuímos, provisoriamente, esta fase sedimentar ao Würm Recente (34.000 a 10.000 anos B.P.).

4.1.5. *O solo húmifero desenvolvido sobre C4*: o topo das coluviões C4 foi geralmente alvo de um fenómeno erosivo, mais ou menos acentuado, consequência da acção antrópica. Daí que, apenas localmente (jazida de Vila Praia de Âncora Norte II), subsista a evidência de um solo húmifero não perturbado, recoberto, quer por coluviões recentes (C5), quer por uma zona remexida pelos trabalhos agrícolas. Este solo caracteriza-se essencialmente pelo desenvolvimento de um horizonte A1 negro orgânico, passando progressivamente em profundidade a um horizonte cinzento acastanhado, menos escuro que A1. Pensamos que ele poderá ser atribuído aos solos de tipo «Ranker» atlântico; as características peculiares que ele revela (a presença significativa de matéria orgânica até à base do perfil) são, a nosso ver, devidas ao processo de estabelecimento da coluvião C4 (remeximento de um «Ranker» pré-existente). A génese deste tipo de solo requer condições climáticas próximas das actualmente existentes na região (DUCHAUFOR 1976). Pela sua posição stratigráfica atribuímos-lhe uma cronologia holocénica.

4.1.6. *As coluviões C5 e as formações dunares D2*: uma cronologia actual ou sub-actual não oferece quaisquer dúvidas (cf. ponto 3). O estabelecimento das coluviões C5 encontra-se directamente relacionado com a antropização desta zona litoral.

4.1.7. *As coluviões Cx e os depósitos eólicos D1*: estas formações, localizadas sobre o terraço marinho M3, não se viram afectadas pelo solo vermelho fersialítico atribuído ao Interglaciador de Riss-Würm. Sendo igualmente anteriores a um período em que se verificaram fenómenos decorrentes da acção do frio (crioinjecção de Cx no interior de D1) e testemunhando, por isso mesmo, uma fase climática rigorosa, pensamos que uma cronologia intra-würmiana lhes deverá ser atribuída.

O paleossolo de tipo «Ranker» atlântico que separa Cx de D1 representa uma fase de melhoria climática. Numa primeira análise, ele poderá ser correlacionado com aquele que se desenvolveu sobre C3 e por isso atribuído ao Interstádio Würmiano.

Esta hipótese implica que Cx se terá formado durante o Würm Antigo e D1 no decurso de um período de aridificação do Würm Recente. Todavia, dada a ausência de um relacionamento estratigráfico directo, ou de datações absolutas, não nos é possível ainda situar Cx e D1 relativamente às outras duas formações igualmente atribuídas à glaciação de Würm (C3 e C4).

4.2. *Os fenómenos pedo-sedimentares anteriores a M5*

4.2.1. *As coluviões C2*: representam a fase de degradação climática mais acentuada de toda a sequência. Na verdade, para além de numerosos vestígios de um frio muito intenso (crioclastismo), estes sedimentos registaram no decurso do seu estabelecimento uma importante eolização; esta, decorre num contexto nitidamente mais árido do que a que se encontra associada, quer à formação C3, quer a C1.

Este período de degradação climática imediatamente anterior aos acontecimentos atribuídos ao Interglaciador de Riss-Würm, revela características que se aproximam bastante daquelas reconhecidas, no SW de França, para o Riss Superior (TEXIER *et al.* 1983). A presença nas coluviões C2 de uma indústria Acheulense com «hacheraux» e bifaces não contraria esta hipótese.

4.2.2. *A formação marinha M4*: associada a uma oscilação marinha, certamente de natureza glacio-eustática, ela poderá, eventualmente, ser contemporânea de um interglaciador rissiano⁵. Esta hipótese encontra-se reforçada pela presença de uma indústria Acheulense com «hacheraux» (jazida de Santo Isidoro). Assinale-se ainda que, no SW de Espanha, na região de Almeria, um nível de praia elevada situado a uma altitude similar, forneceu uma datação com, aproximadamente, 250.000 anos, tendo sido correlacionado com o estágio isotópico 7 (HILLAIRE-MARCEL *et al.* 1986). Tal cronologia concorda perfeitamente com a nossa proposta.

⁵ Já tivemos oportunidade de demonstrar (TEXIER 1982), que aos períodos tradicionalmente designados por «interstádios da glaciação de Riss» deverá, na realidade, ser atribuída a categoria de interglaciares. Com efeito, as suas consequências pedológicas e morfológicas são equivalentes às observadas para o Interglaciador de Riss-Würm. De igual modo, os «estádios» do Riss deverão ser entendidos como períodos glaciares, comparáveis pelas suas consequências morfo-sedimentares à glaciação de Würm.

4.2.3. O solo vermelho residual observado sobre C1: é certamente atribuível ao mesmo período de melhoria climática.

4.2.4. As coluviões C1: representa a mais antiga das fases rexistásicas actualmente detetadas nesta região litoral. O seu carácter rigoroso não oferece qualquer dúvida (crioclastismo e crioturbação). Na realidade, trata-se de um acontecimento morfo-sedimentar comparável a C2 e, hipoteticamente, também ele relacionado com um episódio glacial rissiano (Riss Médio?).

4.2.5. A formação marinha M3: este nível marinho transgressivo teve uma incidência morfológica similar a M4, razão pela qual o atribuímos igualmente a um interglacial rissiano, em vez de a uma das fases de melhoria climática observadas no Plistocénico Médio, ou Antigo, as quais parecem ter sido substancialmente mais longas.

Desconhecemos, de momento, a expressão pedológica correspondente a esta fase biostásica.

5. Conclusões

O litoral minhoto revela a existência de testemunhos de, pelo menos, cinco níveis marinhos transgressivos distintos. Destes, apenas o mais recente (nível M5), situado a 3-5m de altitude, poderá ser correlacionado, com alguma segurança, ao Interglacial de Riss-Würm (= Eutirreniano da zona Mediterrânica; = Eémiano da Europa do NW). Os dois níveis mais antigos, M1 e M2, estiveram submetidos à acção de intensos fenómenos erosivos, pelo que apenas os encontramos materializados por superfícies de abrasão marinha: elas poderão eventualmente corresponder a dois máximos transgressivos, contemporâneos do Plistocénico Antigo (Calabriano médio?) um e do Plistocénico Médio (Siciliano médio?) outro. Os dois níveis intermédios, M3 e M4, tiveram incidências morfológicas semelhantes às observadas no nível M5, pelo que, provisoriamente, propomos a sua correlacção com períodos interglaciares rissianos. Um deles (M4), talvez possa ser relacionado com o Harouniano-Agadiriano de Marrocos (BREBION *et al.* 1984), bem como com o terraço marinho de 15-18m da região de Almeria (HILLAIRE-MARCEL *et al.* 1986). Por outro lado e tal como já havia sido expresso por G. Soares de Carvalho, J. Meireles e F. Sande Lemos (CARVALHO *et al.* 1983), o nível marinho de 5-8m, tradicionalmente atribuído ao «Tirreniano III», não tem qualquer realidade; na verdade, tratam-se de coluviões recentes ricas em cascalhos.

Várias gerações de coluviões puderam ser identificadas. À excepção das mais recentes (C5), associadas a fenómenos de origem antrópica, as restantes resultam de episódios de rexistasia frios a muito frios. Com efeito e indo de encontro à opinião de G. Soares de Carvalho (CARVALHO 1982, 1983 e 1985), somente condições climáticas de tipo periglacial permitem explicar os fenómenos associados a estes depósitos: seixos fracturados *in situ* ou não, seixos levantados ou dispostos em grinalda, injeções, índices de eolização. São as coluviões C2 aquelas que testemunham condições climáticas mais rigorosas; imediatamente anteriores aos fenómenos pedo-sedimentares atribuídos ao Interglacial de Riss-Würm, estes depósitos são

por nós relacionados com o Riss Superior.

As coluviões C1, interstratificadas entre as formações marinhas M3 e M4, foram igualmente datadas de um episódio glacial rissiano (Riss Médio?). As coluviões C3 e C4 representam o último período de degradação climática, pelo que serão certamente contemporâneas da Glaciação de Würm. Estas duas fases de sedimentação encontram-se separadas uma da outra por um período de aquecimento intra-würmiano, cuja posição cronológica não pôde ainda ser definida e que é igualmente o responsável pela formação de um paleossolo humífero, pouco evoluído, sobre C3 e pelo estabelecimento, ao longo de toda a costa, dos depósitos lagunares («L»).

Outras duas formações, uma coluvionar (Cx), outra de origem eólica (D1), não puderam ainda ser correlacionadas com as restantes unidades sedimentares. Todavia, uma cronologia würmiana é provável.

Do ponto de vista paleoclimático e para além da identificação dos quatro episódios rigorosos que acabamos de referir, as observações pedológicas efectuadas permitem-nos avançar com uma primeira hipótese de caracterização dos episódios biotásticos ante-holocénicos. O solo de tipo «Ranker» atlântico atribuído a um período intra-würmiano testemunha um clima próximo do actual, ou seja, temperado húmido, talvez mesmo um pouco mais frio, mas sem uma estação seca definida. Tal clima é claramente distinto daquele que presidiu à formação dos solos vermelhos fersialíticos relacionados com o Interglacial Riss-Würm e com um interglacial rissiano. Este último tipo de pedogénese necessita, pelo contrário, de condições temperadas quentes, com menores precipitações e a ocorrência de uma estação seca, mais ou menos acentuada. A fase de hidromorfia associada a estes solos e expressa pela coloração amarela, poderá ser explicada de diferentes modos: colmatação do perfil, fenómenos locais ou aumento da humidade do clima. Tendo por referência os dados proporcionados pela região atlântica de Marrocos, optamos pela última das hipóteses acima apresentadas.

Uma interpretação genética das «formações areno-pelíticas» poderá igualmente ser proposta. Tratam-se, ou de solos humíferos tipo «Ranker» atlântico «en place» ou desmantelados e remexidos por coluvionamentos, ou de depósitos paleolagunares que integram zonas ricas em matéria orgânica e fragmentos carbonosos. Na região objecto de estudo, estas «formações areno-pelíticas» datam provavelmente da glaciação de Würm e do Holoceno.

Finalmente, gostaríamos de recordar que o esquema climato-cronológico e dinâmico proposto, constitui tão só uma primeira abordagem ao estudo do Quaternário do litoral minhoto. Ele será posteriormente completado e aprofundado através de outros trabalhos de campo e de estudos pluri-disciplinares, designadamente paleopedológicos, sedimentológicos, polínicos e cronológicos (C14 e TL).



BIBLIOGRAFIA

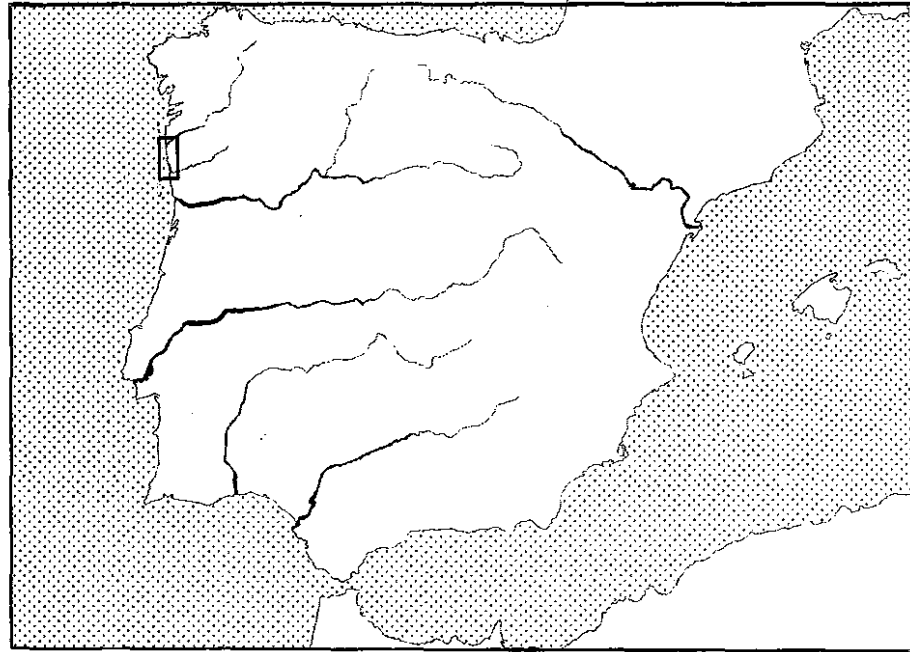
- BERTHOIS, L. (1949) — Contribution à l'étude des limons de la région Nord du Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XXIX, Lisboa, pp. 121-176.
- BREBION, Ph., HOANG, C. T., WEISROCK, A. (1984) — Intérêt des coupes d'Agadir-Port pour l'étude du Pléistocène supérieur du Maroc. *Bull. Natn. Mus. Hist. Nat.*, Paris, 4^a série, 6, section C, pp. 129-151.
- BREUIL, H., PAÇO A. do, RIBEIRO, O., ROCHE, J., VAULTIER, M., FERREIRA, O. da VEIGA, ZBYSZEWSKI, G. (1962) — Les industries paléolithiques des plages quaternaires du Minho (La station de Carreço). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XLVI, Lisboa, pp. 53-131.
- BREUIL, H. e ZBYSZEWSKI, G. (1942 e 1945) — *Contribution à l'étude des industries lithiques du Portugal et leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XXIII e XXVI, Lisboa.
- BRUNNACKER, K. (1978) — Quartär-stratigraphie am Mittel-und Niederrhein. «Alt-und mittelsteinzeitliche Fundplatze des Rheinlandes», 169 p.
- BUTZER, K. (1967) — Geomorphology and stratigraphy of the paleolithic site of Budino. *Eiszeitalter und Gegenwart*, Band 18, Ohringen/Wurt, 31-32, pp. 82-103.
- CARVALHO, G.S. de (1982) — Notícia sobre eolização durante o Quaternário no litoral minhoto (Portugal). *Cadernos de Arqueologia*, 2, Braga, pp. 5-16
- (1983) — Consequências do frio durante o Quaternário na faixa litoral do Minho (Portugal). *Cadernos do Laboratorio Xeolóxico de Laxe*, 5, La Coruña, pp. 365-379.
- (1985) — Novos índices de ambiente periglaciário no litoral do Minho (Portugal). *Actas da 1^a Reunión do Quaternário Ibérico*, Lisboa, pp. 27-36.
- CARVALHO, G.S. de, MEIRELES, J., SANDE LEMOS, F. (1983) — O Quaternário do Minho. Estado actual dos nossos conhecimentos. *Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste. Portugal*, nova série, vol. IV/V, Porto, pp. 13-20.
- CARVALHO, G.S. de, SANDE LEMOS, F., MEIRELES, J. (1982) — Estratigrafia do Quaternário e o Paleolítico do litoral minhoto (Portugal). *Cadernos de Arqueologia*, 2, Braga, pp. 75-91.
- CHOFFAT, P. (1894) — Preuves du déplacement de la ligne du rivage de l'océan à Viana do Castelo. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13, Lisboa, pp. 1173-1176.
- CLARCK, G.A. (1974) — L'Asturien des Cantabres. État de la recherche actuelle. *Congrès Préhistorique de France*. XXème session, pp. 84-101.
- (1976) — *El Asturiense cantabro*. Bibliotheca Prehistorica Hispana, XIII, Madrid.
- COSTA, J.C. da e TEIXEIRA, C. (1957) — *Carta geológica de Portugal na escala de 1/50.000. Notícia explicativa da folha 9-C (Porto)*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- COUDÉ GAUSSEN, G. (1978) — La glaciation du Minho (Portugal) au Pléistocène récent dans son contexte paléogéographique local et regional. *Géologie Méditerranéenne*, V, 3, p. 339-358.
- (1981) — *Les serras da Peneda et do Gerês. Étude géomorphologique*. Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 5, Lisboa.
- CRUSAFONT-PAIRO, M. (1963) — Es la industria «asturiense» una evolucionada «pebble culture»? *Speleon*, 14, 1-4, pp. 77-88.

- DAVEAU, S. (1971) — La glaciation de la serra da Estrela. *Finisterra*, VI, 11, pp. 5-39.
- (1977) — L'évolution géomorphologique quaternaire au Portugal. Principaux aspects et problèmes posés par son étude. *Recherches françaises sur le Quaternaire*, INQUA 1977, Supplément au *Bull. de L'Ass. Fr. Ét. Quat.* 50, pp. 11-21.
- DIAS, J.M. ALVEIRINHO (1985) — Registo da migração da linha de costa nos últimos 18.000 anos na plataforma continental portuguesa setentrional. *Actas da 1ª Reunião do Quaternário Ibérico*, pp. 281-295.
- DUCHAUFOUR, Ph. (1976) — *Atlas écologique des sols du monde*. Masson Ed.
- (1977) — *Pédogenèse et classification*. Masson Ed.
- EMBERGER, L. (1955) — Une classification biogéographique des climats. *Rec. trav. Lab. Géol. Ecol.*, Fac. des Sciences de Montpellier, 7, pp. 3-43.
- FERREIRA, A. de BRUM (1980) — Surfaces d'aplanissement et tectonique récentes dans le Nord de la Beira. *Révue de Géologie dynamique et de Géographie physique*, 22, (1), pp. 51-62.
- GONZALEZ, J.M. (1965) — Localización de un pico asturiano en Luarca (Asturias). *Valdedios*, 1, pp. 35-39.
- HAESAERTS, P. (1984) — Aspects de l'évolution du paysage et de l'environnement en Belgique au Quaternaire. In «Peuples chasseurs de la Belgique préhistorique dans leur cadre naturel», D. Cahen et P. Haesaerts ed., pp. 27-39.
- HALLEGOUET, B. VAN VLIET LANOË B. (1986) — Les oscillations climatiques entre 125.000 ans et le maximum glaciaire d'après l'étude des formations marines, dunaires et périglaciaires de la côte des Abers (Finistère). *Bull. de l'Ass. Fr. Ét. Quat.*, 1-2, pp. 127-138.
- HILLAIRE-MARCEL, Cl., CARRO, O., CAUSSE, Ch., GOY, J.-L., ZAZO, C. (1986) — Th/U dating of *Strombus bubonius* — bearing marine terraces in Southeastern Spain. *Geology*, 14, pp. 613-616.
- JALHAY, E. (1933) — Serão pré-asturienses as estações pré-históricas do litoral galaico-minhoto? *Brotéria*, 16 (2), pp. 102-108.
- JORDA CERDA, F. (1959) — Revisión de la cronología del Asturiense. *Publicaciones del V Congreso nacional de arqueología*, 5, Zaragoza, pp. 63-67.
- LAUFENSACH, H. (1932) — Estudo dos glaciares da Serra da Estrela. *Mem. Notic. Mus. Miner. Geol. Univ.*, Coimbra, 6, pp. 1-60.
- LAUTRIDOU, J.-P. et alii (1982) — The Quaternary of Normandy. *Bull. Centre Géomorph. de Caen*, 26, p. 1-88.
- LAVILLE, H. RAYNAL, J.-P. e TEXIER, J.-P. — (1985) — Le dernier interglaciaire et le cycle climatique würmien dans le Sud-Ouest et le Massif Central Français. *Bull. de l'Ass. Fr. Ét. Quat.*, 1-2, p. 35-46.
- MARY, G. (1986) — Les oscillations climatiques entre 125.000 ans et le dernier maximum glaciaire sur la côte asturienne (Espagne). *Bull. de l'Ass. Fr. Ét. Quat.*, 1-2, pp. 151-157.
- MEIRELES, J. (1982) — A jazida paleolítica de Vila Praia de Âncora (Norte). *Cadernos de Arqueologia*, 2, pp. 49-73.
- (1984) — *O Quaternário do litoral minhoto. Problemas e perspectivas da sua investigação*. Universidade do Minho, Braga, (polic).
- MORALES, M.R. GONZALEZ (1982) — *El Asturiense y otras culturas locales*. Centro de Investigación, Museo de Altamira — Monografías, 7.
- NUSSBAUM, R. e GIGAX, E. (1952) — La glaciation quaternaire dans la cordillère cantabrique (Espagne du Nord). *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 23, (1), pp. 36-48.
- PAÇO, A. do (1930) — Estação asturiana de Carreço. *Brotéria*, X (3/4), pp. 160-170 e 214-220.
- PINTO, R. de S. (1928) — O Asturiense em Portugal. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, IV (1), pp. 5-44.
- RAYNAL, J.-P., FEDOROFF, N., TEXIER, J.-P. e EL HAJRAOUI, A. (1985) — *Genèse des horizons argilliques rouges et jaunes au Maroc atlantique (Mamora)*. Réunion internationale de micromorphologie des sols, Paris.
- RAYNAL, J.-P., TEXIER, J.-P. e LEFEVRE, D. (1985) — *Éssai de corrélation océan — continent au Maroc*. Colloque «Corrélations stratigraphiques entre sédiments quaternaires continentaux et marins», Paris.
- RIBEIRO, A. (1984) — Néotectonique au Portugal. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 1, pp. 173-182.
- ROUGIE, Cl. (1985) — *Altération, pédogenèse et paléopédogenèse sur le massif granitique des Zaers (Maroc central)*. Thèse 3ème cycle. Univ. de Bordeaux I.

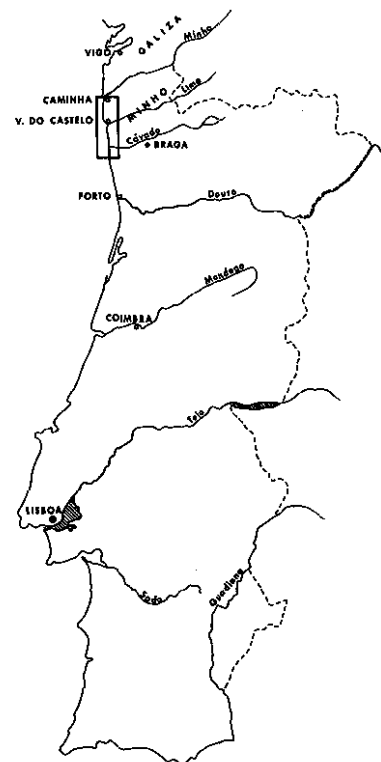
- SANDE LEMOS, F. (1982) — Ostio arqueológico de Gelfa. Notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, 2, Braga, pp. 21-48.
- SCHMITZ, H. (1969) — *Glazialmorphologische Untersuchungen im Bergland Nordwestspaniens. Galicien — Leon.* Kolner Geogr. Arb., Heft — 23.
- Stratigraphie des loess d'Europe* (1969) — Suppl. au Bull. de l'Ass. Fr. Ét. Quat.
- TEIXEIRA, C. (1948) — Les dépôts modernes du littoral portugais au Nord de Leiria. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 7 (1-2), pp. 83-94.
- (1949) — Plages anciennes et terrasses fluviales du littoral du Nord-Ouest de la Péninsule ibérique. *Bol. Mus. Lab. Min. Geol. Fac. Ciênc. Univ. Lisboa*, 5^a série, 17, pp. 3-18.
- (1953) — A evolução paleogeo-gráfica do Noroeste português. *Revista de Guimarães*, LXIII (3/4), pp. 698-703.
- TEIXEIRA, C. e GONÇALVES, F. (1980) — *Introdução à Geologia de Portugal.* Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.
- TEIXEIRA, C., MEDEIROS, A.C. de e ASSUNÇÃO, C.T. de (1965) — *Carta geológica de Portugal na escala de 1/50.000. Notícia explicativa da folha 9-A (Póvoa de Varzim).* Serviços Geológicos de Portugal.
- TEXIER, J.-P. (1982) — Les formations superficielles du bassin de l'Isle. Ed. du C.N.R.S., *Cahiers du Quaternaire*, 4.
- TEXIER, J.-P., RAYNAL, J.-P., LAVILLE, H., PAQUEREAU, M.-M., PRAT, F., DEBENATH, A. e DELPECH, F. (1983) — Histoire paléoclimatique de l'Aquitaine du Péistocène ancien au dernier interglaciaire. *Actes du colloque «Paléoclimats»*, *Bull. Instit. Géol. Bassin Aquitain*, n° 34, Ed. du C.N.R.S., pp. 207-217.
- TEXIER, J.-P., RAYNAL, J.-P., LEFEVRE, D., (1985) — Nouvelles propositions pour une cadre chronologique raisonné du Quaternaire marocain. *C.R. Acad. Sc. Paris*, t. 301, (3), série II, pp. 183-188.
- TEXIER, J.-P., RAYNAL, J.-P., (1985) — *Chrono-stratigraphie des dépôts quaternaires continentaux et littoraux du Maroc.* Actes 1ère table-ronde franco-marocaine de Quaternaire et de Préhistoire, Bordeaux, Cahiers du Quaternaire, Ed. C.N.R.S.
- VAUDOUR, J. (1969) — *La région de Madrid — Altérations, sols et paléosols*, Ed. Ophrys.
- ZBYSZEWSKI, G. (1958) — Le Quaternaire du Portugal. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 13 (2), Lisboa.
- ZBYSZEWSKI, G. e TEIXEIRA, C. (1949) — Le niveau quaternaire marin de 5-8 mètres au Portugal. *Bol. Soc. Geol. de Portugal*, 8 (1-2), Lisboa, pp. 1-6.



ESTAMPA I

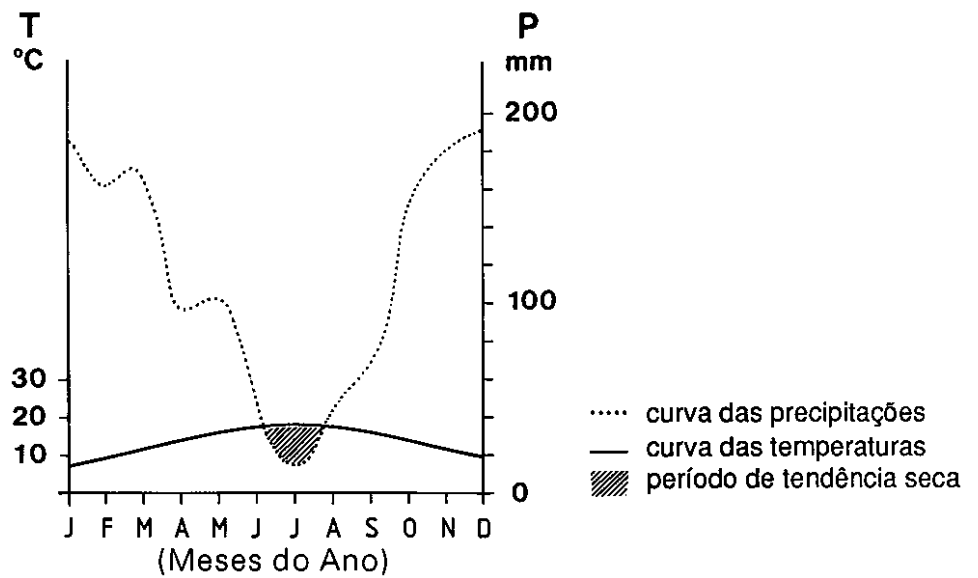


1 Localização da zona de estudo na Península Ibérica.

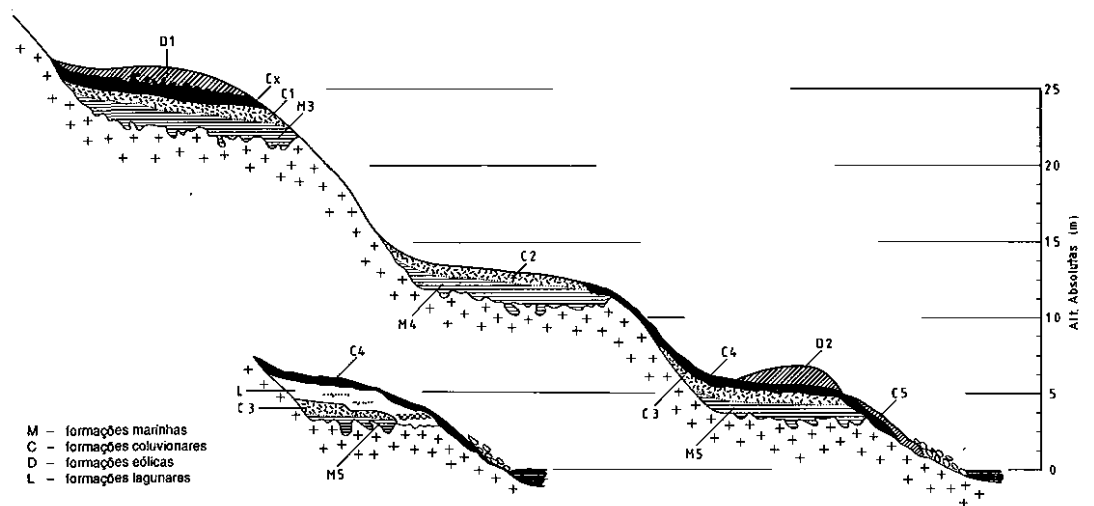


2 Localização geográfica da zona de estudo.

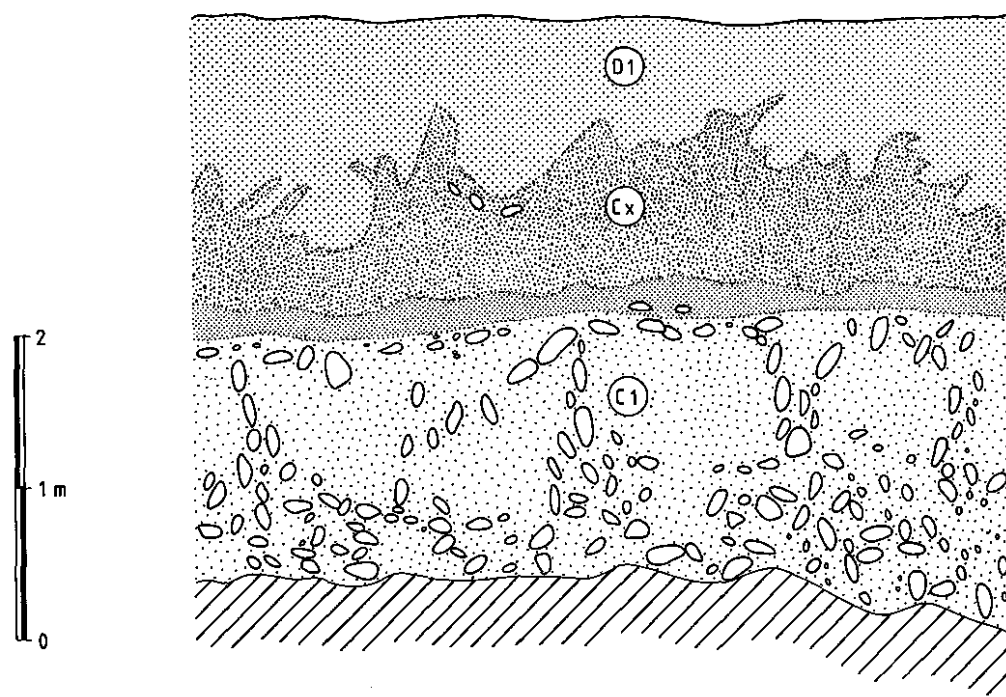
ESTAMPA II



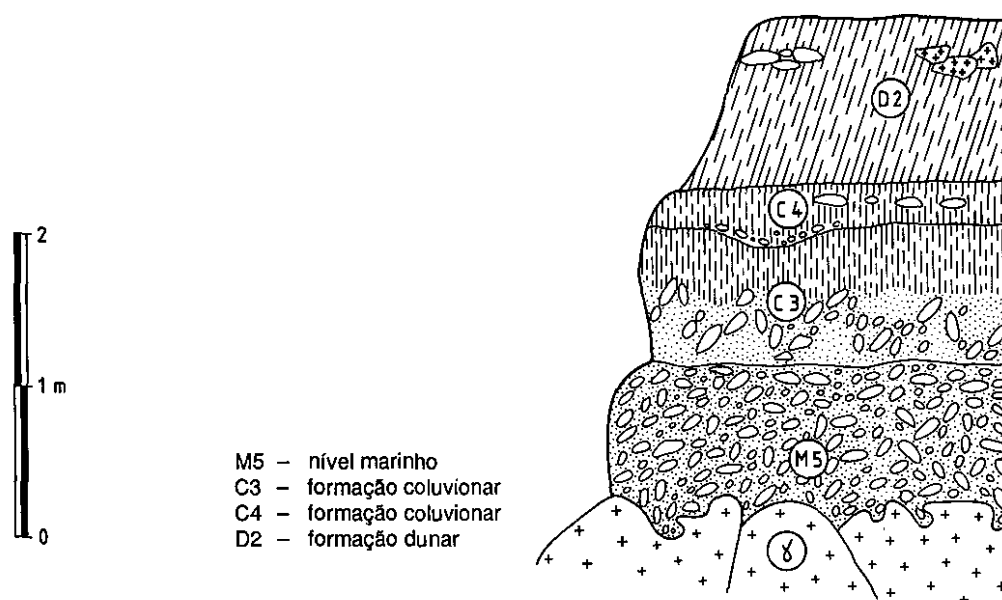
1 Diagrama pluvio-térmico representativo do clima actual do litoral minhoto (segundo os dados meteorológicos registados em Viana do Castelo: Latitude - 41° 42' W; Longitude — 8° 48' W; Altitude — 11 metros)



2 Perfil estratigráfico transversal sintético revelando a disposição relativa dos depósitos quaternários do litoral do minho (Esc. 1:500).

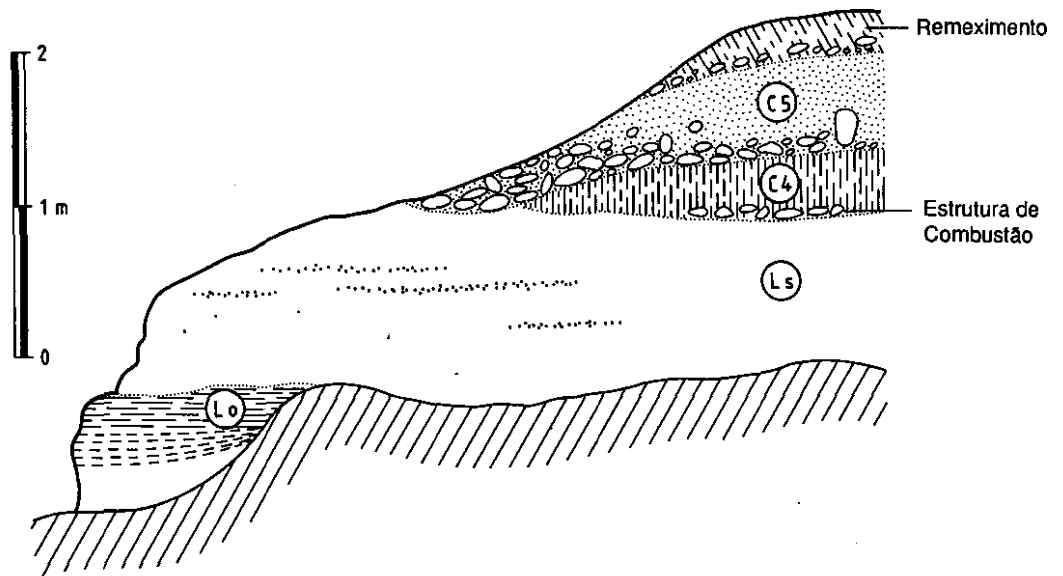


1 Estratigrafia das formações que recobrem o nível marinho M3, em Valdoia — Barros (Esc. 1:50).



2 Estratigrafia das formações quaternárias do nível inferior (3-5 m.) de Gelfa (Esc. 1:50).

ESTAMPA IV



Estratigrafia da jazida de Carreço-Praia revelando as relações existentes entre os depósitos «L» e as coluviões C4 e C5. (L0: zona rica em matéria orgânica e fragmentos carbonosos; Ls: zona essencialmente arenosa, **Remeximento**: zona resultante de remeximentos actuais; **Estrutura combustão**: estrutura de combustão pré-histórica) (Esc. 1:50).

ESTAMPA V

UNIDADES GEOLÓGICAS	FENÓMENOS MORFO-SEDIMENTARES	NÍVEL MARINHO T	PEDOLOGIA	CLIMATOLOGIA				PRÉ-HISTÓRIA	HIPÓTESE CRONOLÓGICA	ESTÁDIOS ISOTÓPICOS	
				F	Q	S	H				
D2 C5	Deflação Litoral e Coluionamentos Localizados		↑ "Ranker" Atlântico				Actual ∞ Sub-actual	HOLOCENO	1		
C4	Coluionamentos		/							Indústria com picos de tipo "Asturiense"	Würm Recente
L	Formações Lagunares		"Ranker" Atlântico						Fase temperada do Würm	a	
C3	Coluionamentos + Crioclastismo Crioturbação Eolisação Moderada								Indústria com picos de tipo "Asturiense" (?)	Würm Antigo	Sub-estádio 5d
M5	Formação do nível de praia de 3-5m		Fase de Hidromorfia Solo verm. Fersialítico						Acheulense (?)	Interglaciário Riss-Würm = Eutirreniano	Sub-estádio 5e
C2	Coluionamentos + Crioturbação Forte Eolisação Crioclastismo		/						Acheulense ("Hacheraux"; Bifaces)	Riss Superior	6
M4	Formação do nível de praia de 8-14m		Fase de Hidromorfia Solo vermelho Fersialítico						Acheulense ("Hacheraux")	Interglaciário Rissiano	7
C1	Coluionamentos + Crioturbação Crioclastismo Eolisação moderada		/						/	Riss Médio	8
M3	Formação do nível de praia de 20-25m		?							Interglaciário Rissiano	9

Quadro dos fenómenos morfo-sedimentares e pedológicos segundo o estudo das formações quaternárias do litoral minhoto — Interpretação paleoclimática e hipótese cronológica.



A Cerâmica Proto-Histórica do Vale do Cávado: Tentativa de Sistematização *

Manuela Martins

Resumo

Procura-se neste trabalho sistematizar a cerâmica do 1º milénio a.C. encontrada nas escavações realizadas em três povoados proto-históricos do vale do Cávado: S. Julião e Barbudo (Vila Verde) e Lago (Amares). Tendo por base uma breve discussão da cronologia obtida nas escavações, apresenta-se a cerâmica dividida em três grandes fases, que correspondem à evolução cultural do 1º milénio a.C. na região. A cerâmica será então analisada em função dos fabricos, formas e decorações. Para cada fase fornece-se um quadro morfológico da cerâmica encontrada em cada um dos povoados estudados.

Résumé

L'auteur essaie de faire le bilan de la céramique du 1^{er} millenium a.C., a partir des fouilles de trois *oppida* dans la vallée du Cávado: S. Julião et Barbudo (Vila Verde) et Lago (Amares). Après la discussion de la chronologie, la céramique dont on fait l'analyse technologique, typologique et décorative, est classée en trois phases, en rapport avec l'évolution culturelle de la région.

Abstract

The author presents a systematic approach of the pottery of the 1st millenium a.C. found in the excavation of three hill-forts in Cávado valley: S. Julião and Barbudo (Vila Verde) and Lago (Amares). After a chronological discussion, the pottery is classed into three main phases corresponding to the cultural evolution in the region. For each phase the technology, the typology and the decoration of the pottery will be discussed.

* Desenhos: Maria Felismina Vilas Boas; Filipe Antunes (MRDDS) e Fernando Barbosa (MRDDS).

1. Introdução

A cerâmica ocupa um lugar de destaque no âmbito da cultura material dos castros do Noroeste peninsular¹. Em primeiro lugar, porque os achados cerâmicos constituem sempre os vestígios numericamente mais importantes nas escavações destes habitats; depois, porque eles são frequentemente os únicos a fornecer elementos de datação para as sequências estratigráficas e para as estruturas; finalmente, porque a cerâmica, para além do seu valor cronológico, fornece elementos de natureza antropológica e ecológica, que importa valorizar.

Estes aspectos justificam, em parte, um crescendo de interesse pelo estudo da cerâmica proto-histórica do NO, que se desenha a partir da década de 70, quer em Portugal², quer na Galiza³. No entanto, vários problemas se têm posto aos investigadores, pelo que o alcance dos trabalhos produzidos naquele domínio tem sido limitado.

A longa duração dos povoados justifica o estado de fragmentação da cerâmica que é, por conseguinte, difícil de estudar e interpretar. Por outro lado, encontramos traços evidentes de um grande conservadorismo a nível técnico e morfológico, que se mantém por vezes ao longo de séculos, nada favorável à datação de peças isoladas. Mas, é também verdade que o reduzido número de escavações com boas estratigrafias e a sua escassa divulgação tem dificultado o estudo deste valioso material arqueológico.

Assim, se a monotonia técnica e formal justifica a excessiva valorização de raras peças importadas, ou de outras mais finas, também é certo que a raridade de estudos monográficos

¹ Neste domínio destacamos os trabalhos de síntese que foram publicados nos últimos anos, que tocam a problemática da «Cultura Castreja», nomeadamente o de A. Coelho da Silva (1986) e o de C. A. Brochado de Almeida (1987). Mas é também de salientar os trabalhos de tipo monográfico sobre estações que vêm merecendo atenção particular, quer em Portugal, quer na Galiza (ALMEIDA *et alii* 1981; SOEIRO 1984; HIDALGO CUNARRO 1982; 1983; 1985a; 1985b; PENA SANTOS 1986).

² Em Portugal refira-se sobretudo os trabalhos de C. A. Ferreira de Almeida (1972, 5-34; 1974, 171-197), pioneiro na tentativa de sistematizar a tipologia e os estilos da cerâmica dos castros portugueses.

³ Na Galiza encontramos um maior número de trabalhos relativos à cerâmica, quer no âmbito de sínteses (ROMERO QUIROGA 1975; REY CASTINEIRAS 1978), quer como contribuição ao estudo e divulgação de materiais de antigas escavações (HIDALGO CUNARRO e COSTAS GOBERNA 1979, 151-228; 1982, 273-289; REY CASTINEIRAS 1983, 443-448; 1984), entre outros.

impede o estabelecimento de paralelos correctos, ou frutíferos. Essa situação dificulta obviamente qualquer visão de síntese, quer no que respeita ao estudo da própria cerâmica, quer no âmbito dos contributos deste material para estabelecimento de cronologias.

A nossa experiência de trabalho em povoados do vale do Cávado⁴ colocou-nos perante problemas de análise e interpretação da cerâmica que certamente serão comuns a outros investigadores, que trabalham neste tipo de estações. Julgámos, assim oportuno realizar um breve balanço sobre a cerâmica proto-histórica que tivémos oportunidade de estudar entre 1980 e 1986. Todavia, estamos conscientes de que os resultados obtidos são válidos antes de mais para os sítios escavados, ainda que possam representar um quadro característico da produção da região do vale do Cávado, e contribuir para uma melhor compreensão da olaria proto-histórica do NO português.

2. Questões metodológicas

Quando comparada com outros achados a cerâmica oferece múltiplas vantagens, que resultam da sua durabilidade (é praticamente indestrutível), da sua frequência (aparece sempre em grande quantidade) e da complexidade envolvida no seu fabrico (traduz uma série de procedimentos, desde a escolha da argila e dos elementos não plásticos, à preparação da pasta, à modelação da forma, acabamentos e a toda uma série de transformações de natureza química que ocorrem durante a cozedura).

As duas primeiras características justificam a longa tradição de estudos da cerâmica, em que ela é sobretudo valorizada como elemento de distinção das culturas arqueológicas (valor estilístico) e como elemento de estudo da evolução das comunidades (valor tipo-cronológico).

Em grande medida esse tipo de trabalhos baseia-se, quer na classificação descritiva das cerâmicas em série tipológicas, quer no estudo de cerâmica mais fina (dita de luxo), que permitiram o desenvolvimento de estudos centrados na problemática da difusão e intercâmbio das cerâmicas. Estes últimos, partem da asserção de que a cerâmica mais grosseira não «viaja», sendo quase sempre de fabrico local e regional, enquanto que a louça mais fina, sempre minoritária, se «desloca», podendo assim fornecer elementos importantes sobre contactos e influências culturais entre comunidades.

Embora as tipo-cronologias tenham perdido alguma importância, sobretudo desde a generalização dos métodos de datação absoluta, a cerâmica continua a ser usada como importante elemento cronológico, quer em termos relativos, quer absolutos, desde que possa ser confrontada com outro tipo de datações.

⁴ Investigação desenvolvida entre 1980 e 1987, no âmbito da tese de doutoramento da autora, apresentada à Universidade do Minho (MARTINS 1987), tendo por base as escavações realizadas na citânia de S. Julião, em Vila Verde (MARTINS 1984, 11-27; 1985, 197-240; 1986a, 159-160; 1988b), no castro do Barbudo (MARTINS 1988c) e no povoado do Lago (MARTINS 1986b, 149-184; 1988a).

No entanto, a asserção de que a cerâmica reflecte os padrões mentais e as normas culturais de uma comunidade desenvolveu outros campos de investigação que se generalizaram sobretudo a partir dos anos 60, com base na contribuição de alguns conceitos e métodos adoptados de outras ciências. Referimo-nos, por exemplo, à teoria dos sistemas, à utilização da informática, ou às análises da tecnologia de fabrico, com base no estudo da composição mineralógica e química das pastas.

As maiores contribuições dos últimos anos inscrevem-se em duas linhas de pesquisa de certo modo independentes: uma delas centra-se no estudo da manufactura de fabrico e da funcionalidade da cerâmica e encontra-se mais ligada à Arqueologia europeia; a outra, desenvolveu-se sobretudo a partir dos estudos etnoarqueológicos, mais representados na Arqueologia anglo-saxónica.

As múltiplas abordagens da cerâmica permite-nos olhá-la como um produto privilegiado no estudo das relações entre as comunidades e o meio ambiente (ARNOLD 1978; 1984), no estudo da interacção social (PLOG 1978; 1980), ou ainda no estudo dos fenómenos de mudança cultural (RICE 1984, 231-288).

Estas diferentes perspectivas permitem valorizar a cerâmica, quer como elemento indicador de cronologia relativa, uma vez que ela sofre mudanças, quer como sistema de produção através do qual é possível estudar as alterações culturais e económicas ocorridas entre diferentes fases da vida de uma comunidade.

Os principais problemas com que nos confrontámos no estudo da cerâmica dos povoados do vale do Cávado relacionam-se com a natureza das jazidas estudadas e com a ausência de quadros de referência estratigráficos ou terminológicos.

A primeira dificuldade resulta basicamente do carácter bastante fragmentário da cerâmica em causa. Esta situação implica forçosamente o estudo e valorização de fragmentos e não de peças inteiras, facto que cria importantes limitações à organização de qualquer tipologia. Por outro lado, não existem classificações e critérios terminológicos unanimemente aceites para a cerâmica proto-histórica do NO.

Na Galiza a maioria dos trabalhos publicados refere-se ainda a colecções existentes em museus, procedentes de antigas escavações, nem sempre devidamente estratigrafadas (REY CASTENEIRAS 1983, 443-448; 1984; ROMERO QUIROGA 1975).

Na área portuguesa foi o estudo de Carlos A. Ferreira de Almeida (1974, 171-197), elaborado igualmente com base em materiais de museus, que serviu de referência praticamente até ao momento.

Uma das grandes dificuldades em utilizar as tipologias propostas resulta antes de mais da própria definição de «cerâmica castreja», tratada muitas vezes independentemente do seu contexto cronológico. Nem sempre se distingue com o necessário rigor as cerâmicas que correspondem ao Bronze Final, daquelas que caracterizam a Idade do Ferro, ou mesmo a época romana.

Recentemente A. Coelho da Silva apresentou, no âmbito do seu trabalho de tese, relativo à cultura castreja do Noroeste de Portugal, uma nova proposta evolutiva para a cerâmica dos

castros da região do Minho (SILVA 1986, 117-136). Esta baseia-se na formulação de um quadro cronológico que usa sobretudo os materiais de importação como base de datação, sendo por isso mais «fino» do que o quadro evolutivo da própria cerâmica. Por outro lado, a tipologia proposta, deduzida de estações dispersas por uma vasta área geográfica, que compreende toda a província do Minho, parece esconder alguns regionalismos que não são valorizados, nem suficientemente evidentes pois não dispomos do estudo exaustivo do material de cada estação. A tese de A.C. da Silva, representando um louvável esforço de síntese, remete-nos ao nível do estudo da cerâmica para a urgente necessidade de trabalhos comparativos de âmbito regional, que permitam compreender a evolução e características desta importante produção.

Mas, se a classificação descritiva da cerâmica dos castros se encontra ainda numa fase pioneira, o estudo da sua tecnologia de fabrico não deu ainda senão os primeiros passos.

Embora haja que salientar algumas tentativas empreendidas nesse sentido, que representam sobretudo ensaios de natureza metodológica, sobre as temperaturas de cozedura, ou a validade de certos métodos de análise mineralógica (VAZQUEZ VARELA e GUITIAN RIVERA 1977-78, 275-279; 1981, 89-92), o impacto dessas contribuições é praticamente nulo, já que envolveram um número irrisório de fragmentos de cerâmica.

Julgamos que o estado de fragmentação da cerâmica dos castros não deve justificar o relativo desinteresse com que é tratada no âmbito das publicações. Com efeito, a valorização da totalidade da cerâmica de uma escavação, não só é imprescindível para garantir a seriedade dos resultados, como fornece importantes conclusões.

No nosso trabalho partimos do pressuposto de que todos os fragmentos de cerâmica podem e devem ser analisados, pois possuem valor informativo para o estudo das sequências de ocupação dos povoados. Não seleccionámos o melhor material, o mais fino, o melhor conservado, ou aquele que nos parecia mais fácil de datar. Procurámos antes valorizá-lo todo, como um conjunto coerente e significativo.

Uma vez que os povoados estudados ofereciam cerâmicas diferentes, produzidas em épocas distintas, uma das primeiras tarefas que empreendemos consistiu no estabelecimento de grandes categorias de fabrico. Dentro de cada categoria procedemos em seguida à análise do material, quer do ponto de vista técnico, quer morfológico e funcional.

Definição das categorias de fabrico:

Foi feita com base em critérios de ordem macroscópica, uma vez que não tivémos possibilidades de recorrer a análises sistemáticas da composição mineralógica das pastas, que permitissem uma divisão mais objectiva dos fabricos.

No entanto, tivémos oportunidade de interessar no estudo da tecnologia de fabrico da cerâmica das estações que escavámos, uma investigadora da Universidade de Boston, que desenvolve neste momento um projecto de trabalho autónomo, cujos resultados aguardamos com a maior expectativa. Alguns dados preliminares por ela obtidos (LITTLE 1985), permitem desde já estabelecer uma rigorosa diferenciação técnica entre cerâmicas do Bronze Final e as produzidas na Idade do Ferro. As pastas do Bronze Final possuem desengordurante basicamente composto por quartzos e feldspatos, sendo a presença de mica pouco significativa. A

cerâmica da Idade do Ferro distingue-se da anterior sobretudo pela elevada concentração de micas, intencionalmente acrescentadas à argila.

Dentro da cerâmica da Idade do Ferro pode destacar-se contudo um outro fabrico que se aproxima, pelas suas características gerais, do tipo de pastas da cerâmica do Bronze Final, pois revela também um desengordurante basicamente constituído por grãos de quartzo, possuindo pouquíssima mica. Trata-se de um fabrico que aparece em contextos arqueológicos relativamente tardios e que podemos situar a partir do século I a.C.

De qualquer modo, verificamos que estas distinções, visíveis em lâminas delgadas, são facilmente perceptíveis pela própria observação macroscópica dos fragmentos, uma vez que a ausência ou presença de micas, permite caracterizar com facilidade, quer a cerâmica do Bronze Final, quer a da Idade do Ferro.

Com base nos critérios acima expostos, distinguimos três grandes categorias de cerâmica, dentro da louça indígena dos povoados, que caracterizam diferentes períodos cronológicos:

- cerâmica pouco ou nada micácea, bem cozida, bem alisada, mais frequentemente polida; corresponde a um repertório de formas próprio e a contextos inseríveis no Bronze Final (sécs. X/IX-VII/VI a.C.);
- cerâmica muito micácea, normalmente mal cozida e pouco alisada; corresponde a um certo número de formas típicas; a sua produção mantém-se ao longo de todas as sequências da Idade do Ferro (sécs. VI/V a.C. — I d.C.);
- cerâmica pouco micácea, bem cozida e bem alisada, por vezes polida, quase sempre de fabrico a torno; ocorre juntamente com a anterior, mas é mais característica de formas relativamente especializadas; aparece num momento avançado da Idade do Ferro, perdurando em contextos do séc. I da nossa era.

Análise técnica dos fragmentos:

Foi feita, quer do ponto de vista técnico, com base em critérios macroscópicos, quer do ponto de vista morfológico e funcional.

A caracterização técnica teve em conta a identificação das técnicas de fabrico, os sistemas de montagem das peças, o tipo de pastas e os acabamentos.

A determinação do fabrico, manual, ou a torno, nem sempre constituiu uma tarefa fácil, sobretudo nos fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, já que as peças sofreram quase sempre um alisamento das superfícies que destruiu as evidências do torno, sobretudo nos bordos e nos fragmentos da pança. A impossibilidade de caracterizar o fabrico de cada fragmento não permitiu a análise estatística da sua representação nos diferentes níveis, que se teria revelado bastante útil para o estudo da evolução da cerâmica indígena da Idade do Ferro. Mesmo assim, procuramos verificar o predomínio, ou a aparente exclusividade, de um ou de outro fabrico, com base na maior ou menor regularidade dos bordos e na evidência de estrias nos fragmentos de bases, sempre melhor conservadas.

Procurámos ainda verificar os processos de modelagem das peças. Verificámos assim que a cerâmica do Bronze Final, sobretudo a grosseira, foi executada por sobreposição de tiras, posteriormente ligadas entre si. Esta técnica é facilmente perceptível pela observação das zonas de fractura.

A cerâmica da Idade do Ferro foi executada de modo diferente. Aparentemente as peças mais pequenas foram feitas a partir de blocos de argila, enquanto que as peças de grandes

dimensões terão sido modeladas por partes, posteriormente ligadas entre si. Este último procedimento parece caracterizar igualmente alguns recipientes que registam sinais de uso de torno.

Na descrição das características das pastas (tipo de pastas, elementos não plásticos) e acabamentos, usámos a terminologia e os critérios sistematizados por H. Balfet (1966, 272-278; 1983).

Concedemos pouca importância às cores porque as suas variações raramente nos pareceram significativas. Frequentemente, sobretudo entre o material da Idade do Ferro, constatámos que fragmentos de cores bastante diferentes pertenciam à mesma peça. Esse facto, que poderá resultar do tipo de equipamento de cozedura usado, sobre o qual nada sabemos, não autoriza a valorizar excessivamente aquele critério.

De um modo geral as cores são escuras (castanhas, ou cinzentas), quer na louça do Bronze Final, quer na da Idade do Ferro, parecendo indicar cozeduras de tipo redutor, mais homogêneas no Bronze Final. No entanto, as variações de tonalidade do castanho e mesmo do cinzento são bastante consideráveis.

A aparente homogeneidade das pastas da cerâmica da Idade do Ferro, sempre muito micáceas, levou-nos a tentar analisar mais detalhadamente as suas características. Recorremos para o efeito a uma classificação sumária dos fragmentos, tendo por base a cozedura, o teor em mica, a qualidade das pastas e das superfícies.

Cozedura: considerando que esta cerâmica raramente é bem cozida, distinguimos apenas a cozedura regular da má cozedura; estas duas variedades foram definidas a partir da cor do cerne e da maior ou menor resistência à fractura.

Teor em mica: uma vez que este elemento está quase sempre presente nas pastas, constituindo mesmo uma das suas características mais evidentes, distinguimos: presença de mica elevada, média e reduzida.

Qualidade das pastas: estas foram divididas em grosseiras, quando possuem grãos de quartzo maiores que 0,5 mm; médias, quando a sua presença é abundante, mas as suas dimensões mais pequenas (0,25-0,50 mm) e finas quando esses elementos são pequenos e bem calibrados.

Qualidade das superfícies: estas podem ser rugosas, alisadas e muito alisadas.

Esta classificação foi apenas aplicada aos fragmentos das formas estatisticamente mais representadas: potes, potinhos e púcaros e panelas ou tachos de asa interior e permitiu constatar algumas diferenças na composição das pastas, que parecem associar-se às variantes morfológicas e à possível funcionalidade dos recipientes.

Caracterização técnica e funcional:

Uma vez que tivemos que estudar fragmentos (bordos, bases, asas e fragmentos decorados) e não peças inteiras, procurámos valorizar a informação neles contida de acordo com as suas características.

Tal tarefa implicou um conjunto de procedimentos como a classificação morfológica e funcional dos vasos, a partir da análise dos bordos e da sistematização das suas variantes.

Também as bases e as asas foram detalhadamente analisadas.

Para a designação morfológica e funcional da cerâmica da Idade do Ferro utilizámos a terminologia proposta por Jorge de Alarcão para a cerâmica comum romana de Conímbriga (ALARCÃO 1974). Todavia, para a designação de algumas formas específicas desta região, seguimos a terminologia usada por C.A. Ferreira de Almeida (1974, 171-197).

Para a cerâmica do Bronze Final procuramos utilizar a terminologia proposta por Gustavo Marques de Miguéis de Andrade para a cerâmica da chamada «Cultura de Alpiarça» (1974, 125-148). No entanto, a especificidade de algumas formas representadas nos povoados estudados, levou-nos a uma seriação particular.

A identificação das formas foi acompanhada de uma análise das respectivas variantes, quando o volume de fragmentos o permitiu. Assim, foi possível sistematizar as variantes de potes e de potinhos ou púcaros e, por vezes, de panelas ou tachos de asa interior (Lago), tendo sido impossível fazê-lo, todavia, em relação às formas menos representadas, como as tigelas, panelas de asa em orelha e talhas.

Procurámos ainda analisar as dimensões das diferentes formas e sistematizá-las sempre que as amostragens eram significativas. Essa análise foi sobretudo possível nos fragmentos de potes e de potinhos ou púcaros.

Podemos sintetizar do modo que se segue as diferentes etapas do estudo do espólio cerâmico das nossas escavações.

1. Definição de categorias de fabrico.
2. Análise técnica dos fragmentos.
 - determinação do fabrico.
 - processos de modelagem das peças.
 - características das pastas (cozedura, teor em mica; qualidade das pastas, qualidade das superfícies).
3. Caracterização morfológica e funcional.
 - definição de formas.
 - sistematização de variantes.
 - dimensões.
 - funcionalidade.

O generalizado estado de fragmentação da cerâmica não nos permitiu chegar a uma tipologia elaborada. Julgámos contudo que a abordagem realizada se afigura como um ponto de partida para futuros trabalhos, na medida em que nos possibilitou o estabelecimento de quadros técnicos e morfológicos, com valor cronológico regional.

3. A Cerâmica do Bronze Final

Cronologia

Esta etapa de ocupação foi referenciada nos povoados de S. Julião e Barbudo, em Vila Verde, parecendo caracterizar os inícios de uma ocupação sistemática de cabeços de média

altitude (400/250m), com boas condições de defesa e visibilidade sobre o vale do Cávado (MARTINS 1987, 745-751). Todavia, o confronto das características topográficas das estações referidas com outras onde recentemente vêm sendo detectados vestígios do Bronze Final, sugere que o fenómeno seja bastante generalizado à escala do NO português⁵.

O povoado do Coto da Pena, em Caminha, com ocupação do Bronze Final (SILVA 1986, 118-121), parece oferecer também um paralelo para este tipo de cerâmicas, que ocorre em contextos datáveis dos séculos XI/X a.C.⁶

Em S. Julião as cerâmicas do Bronze Final, cuja tipologia e características técnicas analisaremos de seguida, parecem manter-se durante alguns séculos. Dispomos, pelo menos, de uma data absoluta para um nível da fase I b (GIF-7013 = 800+60 a.C.), que nos permite considerar a sua perduração no século VII a.C. dada a sucessão estratigráfica assinalada no sector. Admitimos, por isso, a título de hipótese, um *terminus* para esta primeira fase de S. Julião e consequentemente para as cerâmicas desse contexto, em torno dos séculos VII/VI a.C.⁷

A nossa intervenção no povoado do Barbudo não logrou obter uma delimitação rigorosa da área ocupada durante o Bronze Final. Esta, viria a ser reocupada num momento avançado da Idade do Ferro, assentando sobre ela uma potente estratigrafia relacionada com numerosas estruturas datáveis entre o séc. I a.C. e a Idade Média. Todavia, encontramos cerâmicas atribuíveis ao Bronze Final em duas das sondagens que aí realizámos (cortes 2 e 4). No corte 4 detectámos mesmo uma estrutura em madeira carbonizada, de tipo paliçada, que nos forneceu a data de (ICEN 21 = 2650+40 BP = 700+40 a.C. Esta data situa o início da ocupação da área

⁵ É essa pelo menos a conclusão que podemos extrair da análise comparada com os povoados de outras regiões, que forneceram materiais do Bronze Final. Referimo-nos concretamente a povoados do vale do Ave, nomeadamente Alvarelos e Monte do Padrão, em Santo Tirso (MARTINS 1985b, 217-230) e Santa Marta da Falperra, em Braga, a povoados do vale do Lima, como Santo Estêvão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA *et alii* 1981), castro do Peso (SOEIRO 1981, 99-102), ou do vale do rio Minho, como o do Coto da Pena, em Caminha (SILVA 1986). O povoado do Castelo de Aguiar, com níveis de ocupação do Bronze Final (JORGE 1985), oferece, numa região mais interior, um outro exemplo do mesmo processo.

⁶ A cronologia de ocupação do povoado no Bronze Final pode ser estimada a partir das duas datas absolutas disponíveis para a estação: UGRA-200 = 1930 + 100 = 1000 a.C.; UGRA-220 = 2920 + 110 = 990 a.C. (SILVA 1986, 118-121).

⁷ As datas ICEN-54 = 3030 + 80 = 1080 a.C.; ICEN-25 = 3010 + 35 = 1060 a.C. foram excluídas por serem demasiado antigas em relação aos níveis que pretendiam datar. Tal suposição assenta no resultado do cômputo, bastante homogéneo, das datas obtidas para o paleossolo sobre o qual assenta o talude defensivo (ICEN-27 = 940 a.C.; GIF 6993 = 890 a.C.; ICEN-28 = 870 a.C.), que testemunham o início da ocupação do povoado. Também o conjunto de três datas obtidas para a sequência estratigráfica do corte 2 do sector B foi considerado pouco plausível, tendo em atenção as três datas do paleossolo já referido e por outro lado discrepâncias entre elas. Com efeito, a amostra ICEN-30 (2210 + 35BP = 260 a.C.) foi obtida no nível mais baixo da sequência estratigráfica. A amostra ICEN-25 (3010 + 35BP = 1060 a.C.), recolhida num nível contemporâneo, surge assim desfasada em relação à anterior, o mesmo acontecendo com a amostra ICEN-29 (2150 + 45BP = 200 a.C.) recolhida num nível posterior. A coerência dos materiais obtidos naquele corte, todos eles enquadráveis no Bronze Final, não permite aceitar como fidedigna qualquer destas três datas.

correspondente ao corte 4 (declive suave na vertente Norte) por volta dos séculos IX/ VIII a.C., considerando que o nível correspondente à destruição da estrutura de madeira é posterior a um outro onde encontramos já materiais cerâmicos do Bronze Final.

Em linhas gerais, parece-nos possível admitir uma contemporaneidade cultural e cronológica entre S. Julião I e Barbudo I, pese embora algumas diferenças existentes no espólio cerâmico das duas estações.

Fabrico, morfologia e decoração

A cerâmica do Bronze Final de S. Julião revela uma notável homogeneidade técnica e morfológica ao longo de um período cronológico considerável. Com efeito, num período compreendido entre o início da ocupação do tabuleiro superior e o seu abandono, que situámos entre os séculos VII/ VI a.C., não verificámos qualquer alteração significativa no equipamento cerâmico. Constatámos sim, mudanças de representatividade das diferentes formas registadas.

A louça do Bronze Final do castro do Barbudo assemelha-se tecnicamente à de S. Julião. Morfológicamente ela parece contudo menos diversificada, não se tendo constatado aí certos tipos frequentes no povoado de S. Julião. Todavia, haverá que ter em conta que a amostragem do material dos dois povoados é bastante desigual. Em S. Julião obtivemos alguns milhares de fragmentos de cerâmica, enquanto que no castro do Barbudo a área escavada do primitivo povoado não forneceu senão algumas centenas. Não nos parece, assim, de exagerar as diferenças entre o material dos dois povoados, pelo menos em termos tipológicos, ainda que certas particularidades devam ser convenientemente realçadas. Referimo-nos concretamente a certas formas «arcaizantes» presentes apenas no Barbudo, ou à existência de carenas ténues nesta última estação, enquanto que em S. Julião elas são sempre bem marcadas.

Tendo em conta os dados das duas estações podemos enumerar um conjunto de características técnicas, morfológicas e estilísticas, que se consideram próprias da produção cerâmica desta fase.

1 — Fabrico

A cerâmica revela fabricos homogéneos, podendo dividir-se em dois grupos distintos: cerâmica grosseira e cerâmica fina⁸.

No primeiro grupo, francamente maioritário nas duas estações (80% do total dos fragmentos encontrados), integrámos a cerâmica com pastas grosseiras e paredes espessas. As pastas são pouco micáceas e os elementos não plásticos são basicamente constituídos por quartzo. Destacamos ainda a presença frequente de matéria orgânica carbonizada na compo-

⁸ A existência de dois fabricos bem individualizados foi também constatada na louça do povoado da Senhora da Guia, em Baiões (KALB 1978, 122-126), parecendo ocorrer igualmente no povoado do Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986, 118-121).

sição das pastas. As cozeduras são bastante razoáveis e, considerando as cores predominantemente escuras, deveriam ser de tipo redutor. As peças grandes foram quase sistematicamente executadas por sobreposição de tiras ou rolos de argila, ligadas entre si pelo repuxamento da argila superficial⁹.

As peças mais pequenas parecem ter sido modeladas a partir de blocos de argila. As superfícies das peças foram ou alisadas, ou polidas.

A cerâmica fina regista pastas de melhor qualidade. Os elementos não plásticos são constituídos por minúsculos grãos de quartzo, quase sempre bem calibrados e distribuídos de forma homogénea. A mica é rara e ocorre em pequeníssimas partículas. As cozeduras são bastante boas e de tipo redutor. As superfícies são sempre bem polidas, oferecendo tons brilhantes.

Nos níveis correspondentes ao momento final desta fase (S. Julião IC) constatámos a ocorrência de fragmentos de cerâmica com abundantes e grandes partículas de mica. Este fabrico, que sugere o acrescento deste elemento à pasta, aparece em S. Julião em taças carenadas e potinhos e no Barbudo, exclusivamente em pequenos potes.

Os fabricos mais grosseiros caracterizam peças de consideráveis dimensões, nomeadamente potes (formas 1 a 3), mas aparecem igualmente representados nas formas 6 e 8.

Pelo contrário, os fabricos mais finos caracterizam a quase totalidade dos fragmentos de taças carenadas (forma 5), os potinhos e púcaros (forma 4) e ainda as peças mais raras, como sejam as formas 7, 9 e 10. Existe, por conseguinte, uma acentuada dicotomia de fabricos entre as peças de uso culinário (forma 1, 2 e 6) e de armazenagem (forma 3) e a louça fina, provavelmente com funções mais especializadas como as taças (forma 5), potinhos (forma 4), ou pratos (forma 7).

Estes dois fabricos, bem individualizados, poderão traduzir eventualmente centros de produção diversificados. Com efeito, a qualidade da louça fina e a uniformidade morfológica de algumas peças, como as taças carenadas, sugerem uma certa especialização técnica que poderia relacionar-se com uma produção de âmbito mais regional que local. A louça grosseira poderia estar ligada a uma produção mais doméstica, que explicaria uma maior heterogeneidade de fabrico.

2 — *Morfologia*

A cerâmica desta fase oferece um repertório de formas variado e funcionalmente diversificado. Esta situação é mais evidente no povoado de S. Julião. Aí foram individualizadas 10 formas distintas, que registam contudo uma representação diferenciada.

Esta variação da representatividade das diferentes formas de louça grosseira faz-se acompanhar por um claro aumento da louça fina, sobretudo de taças carenadas (forma 5), que sobem de 13% para 21% entre o 1.º e o 3.º momentos de ocupação e dos potinhos ou púcaros.

⁹ Encontramos o mesmo tipo de técnica de fabrico na cerâmica do Bronze Final do povoado de Santa Marta da Falperra, Braga e na do Monte do Padrão, em Santo Tirso.

Se exceptuarmos as formas raras (forma 6), podemos considerar que a produção cerâmica de S. Julião I é basicamente constituída por louça de cozinha, bastante homogénea técnica e morfologicamente desde os inícios da vida do povoado. Quer dizer, a evolução da cerâmica de S. Julião I parece relacionar-se essencialmente com aspectos da representatividade das principais formas e não com alterações significativas de carácter morfológico.

Apesar do elevado número de fragmentos de cerâmica detectados, só foi possível obter um escasso número de perfis completos, pertencentes a peças de reduzidas dimensões. Contudo a quantidade significativa de bordos, frequentemente com boa parte do bojo, permitiu sistematizar as formas mais características.

FORMAS:

Forma 1 — Pote, de pança ovóide; bordo ligeiramente reentrante no prolongamento da pança, ou ligeiramente esvasado; ombros quase direitos, convergentes; lábios arredondados, ou rectos horizontais.

Esta forma foi detectada, quer em S. Julião (Est. II), quer no Barbudo (Est. III). As suas pastas são sempre grosseiras e as superfícies sumariamente alisadas. Estas apresentam-se quase sempre alteradas pelo fogo, indicando a sua sistemática utilização como forma de cozinha. É igualmente frequente que as peças estejam revestidas externamente por uma forte película de fuligem, que atinge também o lado interno do bordo. Esta situação ocorre apenas na parte superior dos vasos, o que sugere a prática de os enterrar parcialmente, dispondo-se o fogo à volta do vaso.

É uma forma de dimensões médias, cujos diâmetros se situam maioritariamente entre 12 e 19 cm (57%), embora a amplitude dos diâmetros seja razoável, situam-se entre 12 e 40 cm. Em S. Julião esta forma apresenta, com alguma frequência, uma decoração sobre o lábio, executada quer por incisão, quer por impressão.

Forma 2 — Pote, com perfil em S, quase sempre pouco acentuado; pança esférica, colo bem marcado, ou incipiente; lábios arredondados, ou rectos horizontais; pode possuir asas em tira, colocadas entre a parte alta da pança e o bordo.

Esta forma, menos frequente que a anterior em S. Julião, está pouco representada no castro do Barbudo. As pastas são grosseiras e as superfícies alisadas, revelando, por vezes vestígios de uso culinário. No entanto, ela parece menos especializada já que se lhe pode atribuir outras funções, sobretudo aos recipientes que possuem maiores dimensões. Os diâmetros variam entre 12 e 40 cm, mas é entre os 20 e 29 cm que encontramos o maior número de peças desta forma. Alguns exemplares apresentavam decoração nos lábios, obtida por incisão e impressão sendo a última técnica mais rara.

Forma 3 — Pote, de pança esférica, com colo curto, por vezes inexistente quando o contacto pança/bordo é anguloso; bordos direitos divergentes, lábios arredondados, ou rectos horizontais.

Esta forma foi apenas assinalada em S. Julião (Est. II). Feita como o mesmo tipo de pastas das formas 1 e 2, revela habitualmente um alisamento mais intenso das superfícies e por vezes polimento. Apresenta ainda outras particularidades que a distinguem das restantes formas de potes: nunca apresenta vestígios de fuligem nas superfícies e possui uma menor amplitude de diâmetros (26-40), situando-se a maioria dos fragmentos (75%) na categoria de vasos muito grandes (30-40 cm). As grandes proporções desta forma sugerem a sua eventual utilização como recipientes de armazenagem.

Forma 4 — Potinho/púcaro, de perfil em S, mais ou menos desenvolvido, colo bem marcado quando o bordo se contracurva, ou pouco acentuado, por vezes mesmo inexistente; pança mais ou menos esférica; lábios arredondados, ou adelgaçados; os púcaros possuem uma ou duas asas em anel, sempre colocadas entre o lábio e a parte alta da pança, de secção normalmente irregular.

Esta forma está presente nos dois povoados (Ests. II e III). Tipologicamente e em termos de perfil não se distingue das formas 1 e 2. Trata-se, contudo, de uma forma distinta, não só pelo tipo de fabrico, habitualmente de boa qualidade, como também pelas suas reduzidas dimensões. Os diâmetros variam entre 9 e 17 cm. Incluímos nesta forma, quer os pequenos potes, quer os púcaros, por ser difícil estimar, por vezes, se as peças teriam ou não asas.

Forma 5 — Taça, de perfil carenado; a carena pode ser alta (A), média (B), ou baixa (C); os bordos podem ser esvasados, ou verticais; os lábios são adelgaçados e mais raramente em pequena aba soerguida, os fundos conhecidos são umbilicais, não sendo de excluir a existência de alguns esféricos; por vezes sobre a carena encontram-se mamilos com perfurações verticais.

Esta forma está bem representada no povoado de S. Julião, onde apresenta uma certa variedade tipológica, quer devido à localização da carena, quer à forma de bordos e lábios, bem como à sua orientação (Est. II). No castro do Barbudo constatámos apenas a ocorrência de raros fragmentos de carenas, sem bordo. As taças de S. Julião revelam diâmetros consideráveis. Os mais frequentes são 12, 15 e 17 cm. São assim bastante maiores que os exemplares conhecidos no povoado da Senhora da Guia, Baiões (KALB 1978), onde dominam os recipientes com menos de 10 cm de diâmetro. As taças de S. Julião aproximam-se mais dos espécimes conhecidos a Norte do Douro, nomeadamente em Roriz (Barcelos) (ALMEIDA e SOEIRO 1980, Est. IV), Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima) (ALMEIDA *et alii* 1981, Fig. XXXVIII), Castelo de Matos (Baião) (QUEIROGA, 1984, fig. 11) e Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), onde revelam diâmetros médios entre 14 e 15 cm. Constatámos em S. Julião uma tendência para o aumento da representatividade dos recipientes de carena média. Em contrapartida as carenas baixas parecem ter tido um uso relativamente circunscrito ao 2.º momento (S. Julião Ib).

Forma 6 — Malga, de pança esférica, ou ligeiramente arqueada; bordo no prolongamento da pança; lábios arredondados ou adelgaçados.

Esta forma está presente em S. Julião (Est. II) e no Barbudo (Est. III), aparecendo contudo muito pouco representada. São peças de pasta grosseira, com superfícies irregulares e sinais de terem sofrido o contacto com o fogo.

Forma 7 — Prato, muito aberto, paredes direitas, divergentes, bordo boleado, ligeiramente esvasado.

Está representada apenas em S. Julião (Est. II), por um único fragmento de uma peça de pasta fina, semelhante à que caracteriza as taças carenadas. Superfícies muito alisadas.

Forma 8 — Forma tronco-cónica?, paredes quase direitas, divergentes, bordo adelgado.

Forma testemunhada por um único fragmento presente em S. Julião (Est. II). Possui pasta bastante grosseira, superfícies irregulares e pouco alisadas. Embora as formas tronco-cónicas sejam características de contextos tumulares datáveis da Idade do Bronze, devemos assinalar que encontramos formas deste tipo no povoado do Monte do Padrão, em Santo Tirso, associadas a materiais cerâmicos do Bronze Final (MARTINS 1985, 217-230).

Forma 9 — Urna, de pança globular, sem colo e com bordo bastante esvasado; lábios aldegaçados; fundo plano e curto.

Trata-se de uma forma rara (Est. II), presente apenas na área exterior do núcleo fortificado. O fabrico é de boa qualidade, com pastas finas e superfícies bem polidas. São peças de dimensão média, com diâmetros homogéneos. Um dos exemplares possuía asa, aparentemente de secção circular, localizada entre o bordo e a parte alta da pança.

Forma 10 — Peça geminada, compõe-se de três pequenas taças com carena dupla, ligadas entre si; fundos umbilicais.

Esta forma está representada em S. Julião (Est. II), por um único exemplar. Apresenta uma pasta de boa qualidade, semelhante à que caracteriza as taças carenadas. O paralelo mais próximo para esta peça pode ser encontrado no povoado da Senhora da Guia, Baiões, no qual se refere o aparecimento de fragmentos de taças geminadas, ligadas pela asa e pela pança (SILVA 1980, 175), ainda que pareçam ser de maiores dimensões (SILVA 1986, 120-121).

Em S. Julião as formas mais frequentes presentes nesta fase parecem ligar-se a funções culinárias (formas 1 e 2), que registam contudo uma tendência para diminuir a sua representatividade ao longo da sequência estratigráfica (61% para 43%, respectivamente, entre as fases Ia e Ic). Paralelamente, verificamos um aumento percentual dos potes de grandes dimensões (5% para 14% entre a fase Ia e Ic), aos quais se pode atribuir uma função de transporte, ou de armazenagem (formas 2 e 3).

BASES

A maioria dos fragmentos de bases possuem fundo plano, ou ligeiramente côncavo. Estas formas parecem pertencer tanto a grandes recipientes como a peças pequenas. São também muito frequentes as bases de fundo umbilical que parecem caracterizar exclusivamente as taças de perfil carenado.

3 — DECORAÇÃO

A cerâmica do Bronze Final é predominantemente lisa, sendo bastante raros os fragmentos decorados e pouco variados os motivos e técnicas decorativas.

As peças que exibem mais frequentemente decoração são os potes, por vezes ornamentados no lábio e mais raramente na pança, com motivos incisos e impressos. Destacamos incisões feitas com objecto de gume afiado, que produzem um efeito decorativo caracterizado por finos golpes, regra geral irregulares. Efeito diferente é o obtido por incisões que provocaram a remoção de parte da pasta, obtendo-se então um lábio serrilhado. A decoração por impressão é menos frequente e parece ter sido obtida por digitação. Estas decorações são frequentes na cerâmica da Idade do Bronze, sendo de destacar a sua ocorrência em estações do Sul de Portugal integradas na chamada «Cultura de Alpiarça» (MARQUES e ANDRADE 1974, 141), em povoados da Beira Alta, como o Cabeço do Crasto, Seia, (SENNA-MARTINEZ *et alii*, 1986, 23), o da Senhora da Guia, em Baiões, (KALB 1978, 127-137), aparecendo ainda no castro de S. Juzenda, Mirandela (HOCK 1980, fig. 5). Os mesmos motivos estão presentes na cerâmica indígena de Conimbriga (ALARCÃO 1974, Est. I e III).

Além deste tipo de decoração, destacamos o aparecimento de fragmentos com mamilos, com decoração brunida e decoração incisa do tipo «Baiões».

4. A cerâmica da Idade do Ferro

Cronologia

A ocupação que caracteriza os povoados estudados no período entre os séculos VI/V a.C. e I d.C., foi dividida em duas fases: Fase II e Fase III.

A fixação do início da Fase II, entre os séculos VI/V a.C., resulta basicamente da informação fornecida pelo povoado de S. Julião, em Vila Verde, ainda que se trate de um momento difícil de caracterizar, do ponto de vista da cultura material. Em S. Julião o início desta nova etapa define-se pelo abandono da plataforma superior do monte, pela ocupação da vertente leste, pela construção de linhas de defesa em pedra e por uma alteração técnica e morfológica da cerâmica.

No povoado do Barbudo verificámos igualmente um abandono da área do povoado ocupada no Bronze Final e uma deslocação do núcleo do habitat para a coroa do monte, que se

faz acompanhar pelo aparecimento de um novo tipo de cerâmica.

Não se dispondo de datações absolutas para fixar com rigor o início da Fase II, podemos situá-lo, a título de hipótese, entre os séculos VI/V a.C., com base na data provável para o último momento da ocupação de S. Julião I (sécs. VII/VI a.C.?). Mais fácil de estabelecer é o seu *terminus*. Este pode ser datado, com base nos elementos fornecidos pelos três povoados, a partir dos finais do século II a.C., momento a partir do qual se observa a remodelação dos sistemas defensivos e a generalização de casas de pedra. Estas profundas alterações arquitectónicas relacionam-se também com um considerável desenvolvimento tecnológico, perceptível no trabalho da pedra, na cerâmica e na metalurgia.

As dificuldades que tivemos na definição de uma cronologia mais rigorosa para a Fase II parecem ser sentidas por vários autores que trabalham no âmbito da Proto-História do NO (ALMEIDA 1983, 70-74; FARINA BUSTO *et alii* 1983, 120) e resultam da raridade de materiais de importação, ou de produtos metalúrgicos, mais fáceis de datar. Com efeito, é escasso o número de povoados onde estão presentes esses objectos, susceptíveis de fornecer cronologias mais precisas (SILVA 1986). De qualquer modo, não deixa de ser significativa a raridade e a fraca penetração interior de objectos que assinalam contactos com o Mediterrâneo, como a cerâmica púnica, ou grega (FARINA BUSTO *et alii* 1983, 120; HIDALGO CUNARRO 1984, 371-384), ou ainda objectos de ourivesaria (SILVA 1986, 135-136). Esse facto parece traduzir um maior isolamento da região do Noroeste, na segunda metade do 1º milénio a.C., em relação ao período anterior, ainda que não sejam de desprezar as influências exteriores que se fizeram sentir nesse período (SILVA 1986). Contudo, nem a presença de produtos exógenos é significativa ao ponto de permitir estabelecer quadros evolutivos para os produtos locais, nem tão pouco a cerâmica, pode ser datada à escala de amplas regiões, dado o seu fabrico local.

A Fase III da nossa cronologia compreende todo o séc. I a.C., desenvolvendo-se até meados do séc. I da nossa era. As suas características são bem conhecidas e traduzem a imagem mais vulgarizada na bibliografia relativamente à «Cultura Castreja».

Com efeito é durante esta fase que os castros atingem um nível de organização económico, social e político «visível». Os espaços habitacionais são remodelados, ampliados e melhor delimitados, graças à utilização generalizada da pedra na construção das casas e ao assentamento de amplos lajeados. As defesas complexificam-se e atingem um aparato sem precedentes. Erguem-se novas linhas de muralhas e remodelam-se outras anteriores, normalmente mais toscas e rudimentares. A maioria utiliza agora pedra bem faceada a pico de ferro.

O conjunto destas manifestações arquitectónicas revela uma considerável pujança económica das comunidades, investida quase exclusivamente na valorização do espaço doméstico, que poderá traduzir a competitividade entre comunidades, que parecem necessitar de expressar agora, de forma mais evidente, a sua identidade (MARTINS 1987). De qualquer modo, este surto de crescimento e prosperidade dos povoados faz-se acompanhar por um desenvolvimento técnico marcante, do qual merece destaque especial o aumento da exploração, produção e consumo dos metais.

A baliza inferior desta fase pode ser fixada nos inícios do séc. I a.C., muito embora as características que ela subentende correspondam genericamente a todo aquele século e às

primeiras décadas do séc. I. De qualquer modo, a presença dos primeiros achados de cerâmica importada, normalmente ânforas, datáveis dos finais do séc. I a.C. e a sua posição estratigráfica em relação às sequências de ocupação apenas com cerâmica indígena, servem-nos de critérios cronológicos com valor relativo.

O fim da Fase III pode ser situado em meados do séc. I, altura em que se assinala o aparecimento, de cerâmica comum romana e de materiais de importação com cronologia desse período. No povoado do Lago o fim dessa fase assinala o abandono da estação.

Fase II

Fabrico, morfologia e decoração

A cerâmica que pode ser atribuída a esta etapa de ocupação regista grande homogeneidade técnica e morfológica, contrastando com a produção do Bronze Final.

1. Fabrico

Nesta fase constatamos o aparecimento de um único fabrico, relativamente grosseiro, com pastas com muito quartzo e abundantes partículas de mica, acrescentadas à argila.

As peças parecem ser agora modeladas, provavelmente por partes, pelo menos no caso das de maiores dimensões, posteriormente ligadas entre si.

As cozeduras são piores, em termos médios, que na fase anterior e as cores, castanhas e cinzentas, revelam atmosferas predominantemente de tipo redutor, embora pouco homogéneas. As superfícies das peças são apenas sumariamente alisadas, sendo agora o efeito de brilho garantido pela presença das micas na própria pasta.

Um dos aspectos mais problemáticos da louça desta fase diz respeito à provável introdução do torno lento no fabrico de algumas peças, provavelmente por volta do séc. II a.C. O aparecimento de peças com bordos bastante regulares, por vezes com sinais esparsos de estrias, nem sempre simétricas, parece indicar os primeiros ensaios do uso do torno, inicialmente lento. Todavia, a sua introdução em momentos próximos do séc. II a.C. não suplanta o fabrico manual, ainda maioritário no século seguinte. Os indicadores de uma fase de transição, com cerâmica a torno lento, entre a produção exclusivamente manual dos sécs. IV a II a.C. e a produção a torno da Fase III são contudo ténues e difíceis de precisar, quer do ponto de vista técnico, quer cronológico.

2. Morfologia

Constatamos agora um manifesto empobrecimento do repertório de formas, em relação à fase anterior. Desaparecem as formas mais finas e especializadas da Fase I (formas 5 a 10) e mantêm-se as mais vulgares, como os potes (forma 2) e os potinhos e púcaros (forma 4). Estas formas vão sofrer agora uma valorização de certos atributos, nomeadamente dos bordos e asas, que lhes conferem uma certa originalidade.

A louça deste período é morfológica e funcionalmente pouco diversificada. Com exceção das formas 3 e 4, mais especializadas mas escassamente representadas, verificamos que as outras duas deveriam adaptar-se a um número variado de funções.

Dominam os recipientes fechados de perfil em S, mais ou menos alongado, de diferentes dimensões (formas 1 e 2).

FORMAS:

Forma 1 — Pote, de perfil em S, mais ou menos acentuado; bordo esvasado (A), em aba soerguida (B), ou em aba horizontal (C), com lábios arredondados ou biselados.

Esta forma representa, em qualquer dos povoados escavados, mais de metade do conjunto dos fragmentos de cerâmica analisados. Revela frequentemente vestígios de ter sido utilizada como recipiente de cozinha, ainda que essa função pareça mais frequente nas peças de média dimensão e tenda a diminuir entre as Fases II e III. As peças maiores deveriam destinar-se à armazenagem, tendo em conta que possuem maioritariamente bordos em aba soerguida (B) e horizontal (C), mais propícios ao assentamento de tampas. A última variante de bordos está contudo ausente na última fase.

Tratando-se de uma forma pouco especializada oferece uma considerável amplitude de dimensões, que parecem articular-se sobretudo com a função das peças.

Embora possa ser filiada na forma 2 da Fase I, constatamos uma certa especialização da mesma ao nível dos bordos, cujas variantes parecem agora articular-se com características funcionais.

Muito embora esteja presente na maioria dos castros conhecidos no NO português desconhece-se qual o peso relativo que esta forma possui no conjunto da louça de cada sítio.

Forma 2 — Potinho/ púcaro, de perfil em S; colo mais ou menos bem marcado; bordos esvasados (A), em aba soerguida (B) e menos frequentemente em aba horizontal; os lábios são arredondados ou biselados; os púcaros possuem asas colocadas sobre a pança, ou entre o lábio e a parte alta da pança.

Trata-se da segunda forma mais representada. Distingue-se da forma 1 sobretudo por registar dimensões mais pequenas, já que o seu perfil é semelhante.

Tal como acontece com a forma 1, estamos perante uma forma pouco especializada, que foi igualmente usada como recipiente de cozinha. Essa utilização diminui claramente na Fase III, sendo de destacar uma nítida melhoria na qualidade de fabrico destas peças durante a Fase III.

Forma 3 — Malga ou tigela; pança em calote; bordos no prolongamento da pança, com lábios arredondados, ou rectos horizontais (A); a pança pode ainda ser definida por paredes arqueadas rematando em bordos em aba soerguida (B), ou horizontal (C), por vezes com pequenas asas entre o bordo e a pança.

Trata-se de uma forma pouco comum, cuja representatividade nunca ultrapassa os 3%. Parece constituir a perduração da forma 6 da Fase I. Os elementos inovadores desta forma resultam agora de uma certa variabilidade de bordos, por vezes em pequena aba e, nalguns casos, de asas na pança.

Aparece referenciada em contextos atribuíveis à Fase III em vários castros, nomeadamente em Terroso (SILVA 1986, LI-6) e Sto. Estevão da Facha, Ponte de Lima, (ALMEIDA *et alii* 1981), embora se ignore a sua representatividade.

Forma 4 — Panela, ou tacho de asa interior; pança mais ou menos arqueada, por vezes com paredes direitas divergentes; bordos no prolongamento da pança, arredondados, espessados, ou em aba; asas interiores de secção circular ou semi-circular.

Trata-se de uma forma verdadeiramente original da Fase II, ainda que a sua produção atinja a máxima expressão na Fase III (4% para 15%), onde irá assinalar uma notável variabilidade ao nível dos bordos.

Definida habitualmente como forma 16 da tipologia de Carlos A. Ferreira de Almeida (1974, 195), possui uma ampla representação nos castros do Noroeste português, onde caracteriza contextos arqueológicos integráveis na Fase III. Ignora-se qual a importância desta forma no cômputo geral da cerâmica dos povoados¹⁰.

Todas as formas referidas foram usadas indiferenciadamente como recipientes de cozinha. Essa função, bem representada na forma 1, caracteriza quase metade das peças da forma 2, raros fragmentos da forma 3 e todas as peças da forma 4, a única que parece ter sido executada exclusivamente com esse fim.

A confrontação da cerâmica analisada com a produção de outros povoados e regiões é difícil de estabelecer. No entanto, é um facto que encontramos noutros povoados os mesmos tipos morfológicos assinalados no vale do Cávado¹¹, com especial destaque para as formas (1, 2 e 4). Desconhecemos, contudo, quais as frequências com que ocorrem essas formas, o que limita à partida qualquer tentativa de comparação sistemática das mesmas.

¹⁰ Esta forma parece corresponder a um tipo morfológico característico dos povoados da área meridional do NO. É conhecida todavia na região de Pontevedra, onde surge menos representada que no Noroeste Português. Destacamos a sua ocorrência em Santa Tecla, em níveis dos séculos I a.C. / I d.C. (PENA SANTOS 1986, figs. 10, 11 e 12), no castro de Vigo (HIDALGO CUNARRO 1985a, fig. XV-5), no castro de «A Cidade do Caneiro» (HIDALGO CUNARRO e COSTAS GOBERNA 1979, 181) e em Trona (HIDALGO CUNARRO 1985b).

¹¹ Nomeadamente em Briteiros (SILVA *et alii* 1978, 421-430), Sabroso (SOEIRO *et alii* 1981, 341-350), Terroso (SILVA 1986, LIX-2), Coto da Pena (SILVA 1986, XLVIII-2; LIX-2), Monte das Ermidas, Vila Nova de Famalicão (QUEIROGA 1985, Figs. 13, 14 e 15) e Monte Mózinho (ALMEIDA 1974a; 1977; SOEIRO 1984), entre outros.

BASES

Encontramos nesta fase 4 variantes de bases, de diferentes dimensões. Distinguimos a presença de bases de fundo plano (A), de fundo plano alargado (B), de fundo côncavo (C) e de côncavo alargado (D). Destas variantes apenas a D corresponde a uma inovação deste período. Verificamos, por outro lado, que são as bases de tipo A e C, mais frequentes no Bronze Final (Fase I), que terão tendência para diminuir a sua representação, até desaparecerem, enquanto que as outras tenderão a tornar-se dominantes.

O facto da cerâmica aparecer muito fragmentada dificulta a atribuição das bases a formas precisas. No entanto, estamos em crer que elas devem ter caracterizado, de modo mais ou menos equitativo, as quatro formas enunciadas anteriormente.

3 — DECORAÇÕES

A cerâmica desta fase é predominantemente lisa. Entre os motivos ornamentais mais frequentes destacamos os triângulos (27% em S. Julião; 39% no Lago); os reticulados (4% em S. Julião, 6% no Lago) e diversos motivos incisos, pontilhados, traços (35% em S. Julião, 16% no Lago). No povoado do Barbudo encontramos apenas três fragmentos decorados atribuíveis a esta fase.

As técnicas decorativas utilizadas distinguem-se das da fase anterior. A incisão, usada no Bronze Final para decorar os lábios e panças dos potes, persiste aplicada agora a um número mais diversificado de motivos, alguns bastante originais. Destaque especial merecem os triângulos, preenchidos com linhas paralelas a um dos lados¹², que aparecem em várias composições, juntamente com caneluras horizontais e mais raramente círculos concêntricos.

No grupo das incisões destacamos ainda os reticulados, formando bandas, as séries de pontos, associadas a caneluras, várias combinações de traços, formando «espinha», com frequência aplicados sobre cordões.

A impressão confinada na fase anterior a digitações sobre os lábios dos potes manifesta-se agora pela ocorrência de estampilhas de SSS e de círculos concêntricos. O último motivo é contudo pouco frequente, aparecendo associado a triângulos ou a caneluras. Mais vulgares são os SS que entram numa grande variedade de composições. Associam-se sempre a caneluras, aparecendo em séries horizontais, tombados, na vertical, podendo ser simples, duplos, ou mesmo triplos.

Bastante frequentes nesta fase são também os cordões em relevo aplicados, quase sempre decorados com traços incisos.

Destacamos a ausência nos povoados estudados de certos motivos decorativos estampados, nomeadamente de besantes, considerados como um dos temas ornamentais mais clássicos

¹² Destacamos a ocorrência deste mesmo motivo no castro do Barbudo, em contexto do Bronze Final.

da cerâmica deste período (SILVA 1986, 124). Julgamos a este propósito que, mais do que constatar os paralelismos entre regiões, nem sempre com uma base cronológica segura, importa valorizar as particularidades de cada uma delas, sobretudo no domínio decorativo.

Fase III

Fabrico, morfologia e decoração

A cerâmica desta fase regista no conjunto dos três povoados estudados, uma evolução significativa em relação à fase anterior, quer do ponto de vista técnico, quer morfológico. Os aspectos técnicos mais marcantes relacionam-se com a generalização do torno e com o aparecimento de cerâmicas de melhor qualidade, com pastas mais finas de melhores acabamentos. Por outro lado, as inovações técnicas parecem associar-se a uma maior especialização morfológica e funcional das peças.

Também o repertório de formas se vai enriquecer com o aparecimento de novos recipientes mais especializados. No entanto manter-se-ão todas as formas que caracterizam a Fase II (formas 1 a 4). A repartição dos novos produtos é contudo bastante desigual.

1. Fabrico

A cerâmica desta fase torna-se mais diversificada, sendo possível isolar dois fabricos distintos, um grosseiro e outro fino, aspecto que se faz acompanhar da generalização do uso do torno. Constata-se, todavia, a perduração do fabrico manual que representa ainda boa parte da produção cerâmica desta fase.

Assinala-se igualmente uma melhoria na qualidade da cozedura das peças que parece agora mais regular, considerando a maior homogeneidade da cor das peças. Embora continuem a dominar os tons escuros, cinzentos e castanhos destacamos o aparecimento de peças de tons claros, bejes, amarelados e por vezes mesmo rosados, que indicam cozeduras mais oxidantes.

Alguns dos progressos técnicos desta fase, como seja o uso regular do torno, o maior controlo das cozeduras e a boa qualidade de alguns recipientes, parecem assinalar um tipo de produção mais especializado, mas também mais estereotipado. É provável que se tenha mantido uma produção local, eventualmente no âmbito de cada povoado, no qual dominaria o fabrico manual, enquanto que alguns centros de produção poderiam ter iniciado o fabrico de peças mais especializadas, feitas a torno. Trata-se contudo de uma hipótese académica, que necessitaria para ser confirmada com base num conjunto de dados bastante mais significativo do que aquele que possuímos de momento¹³.

¹³ A hipótese de existência de centros de produção de cerâmica, de âmbito regional e de comercialização de produtos, tem sido sobretudo sugerida a partir de elementos de natureza sinalética, referenciados nalguns povoados e nos quais se pretende ver a existência de marcas de oleiro (SILVA 1986, 126).

De qualquer modo, assinalamos nesta fase uma maior homogeneidade nos materiais dos diferentes povoados, que parece subentender uma maior interação entre as comunidades do vale do Cávado.

2. Morfologia

Nesta fase temos a registar a persistência das formas 1 a 4 e o aparecimento de algumas peças bastante especializadas (formas 5 a 8).

Forma 5 — Talha; bordo em grande e grossa aba soerguida, moldurada interiormente na zona de contacto com a pança; lábio simples, recto horizontal, ou inclinado para o interior, por vezes espessado internamente; ombros altos, quase sempre direitos divergentes, definindo a parte superior de uma pança bitronco-cônica; bases grandes, normalmente de fundo plano, ou côncavo alargado, por vezes reforçadas internamente.

Trata-se de uma forma especializada e vocacionada para armazenagem, função satisfeita anteriormente pelos potes grandes e muito grandes, de aba soerguida (forma B) ou horizontal (forma 1C). Revela um perfil técnico e morfológico muito homogêneo, com pastas grosseiras e elevada quantidade de micas. As grandes dimensões desta forma impedem, regra geral, a reconstituição integral do seu perfil, sendo conhecida apenas uma forma completa, procedente da citânia de Sanfins (SILVA 1986, Est. LVI-6). No entanto, conhecem-se bem os seus bordos, assim como as suas bases, bastante robustas e não raro reforçadas, normalmente de fundo plano alargado (B), ou côncavo alargado (D).

Forma 6 — Panela de asa em orelha, pança e fundo esféricos, bordo vertical, ou oblíquo, formando ângulo com a pança; asas repuxadas do bordo, possuindo forma semi-circular, perfurada a meio a fim de permitir a suspensão da peça sobre o lume.

Forma especializada de cozinha, destinada a ser usada suspensa sobre o fogo¹⁴. Aparece representada em vários povoados em contextos tardios e próximos da romanização.

Forma 7 — Copa, de perfil em S achatado; bordo bastante contracurvado; colo acentuado e pança baixa; boca mais larga que a pança; as bases têm fundo plano alargado; normalmente possuem asas colocadas entre o lábio e a pança.

Está representada apenas no povoado do Lago. O seu fabrico é de boa qualidade. É conhecida em vários povoados do Noroeste português, embora se ignore a sua frequência. É designada por taça (SILVA 1986, 127, gráfico 3), ou copa (ALMEIDA 1974, 193, Est. XIII 1 a 4).

¹⁴ Trata-se da forma 15 da tipologia de C. A. Ferreira de Almeida (1974, 195, Est. XVIII-1) e tipo D2c de A. Coelho da Silva (1986, gráfico 3). A sua frequência é bastante menos significativa que a da forma 4, aparecendo representada na região de Pontevedra (HIDALGO CUNARRO 1985a, fig. VI-3; 1985b, 28, fig. XVIII-2).

Forma 8 — Almofariz; paredes arqueadas, ou quase direitas divergentes; bordos em aba soerguida; possui perfil semelhante às painéis de asa interior; bordo moldurado internamente com vertedoiro.

Presente apenas no povoado do Lago. As suas características técnicas e morfológicas são semelhantes às da forma 4.

O conjunto dos elementos fornecidos pela cerâmica desta fase permite verificar uma maior diversificação funcional da louça e simultaneamente uma maior especialização de certas formas, mais adequadas a certos fins. No entanto, essas transformações parecem processar-se a diferentes ritmos. O povoado do Lago parece revelar uma adaptação mais evidente ao novo quadro produtivo desta fase, enquanto que no povoado do Barbudo as inovações parecem mais difíceis de se vulgarizar.

BASES

Esta fase assinala uma maior estandarização das variantes das bases. A variante C, presente na Fase II, no povoado do Lago, está agora totalmente ausente. A forma A frequente na fase anterior (42% em S. Julião, 28% no Barbudo e 31% no Lago) representa agora apenas 3 e 4%; respectivamente em S. Julião, Barbudo e Lago.

Em contrapartida, constata-se um aumento considerável das variantes B e D, que traduzem uma maior padronização desta parte dos recipientes.

3 — DECORAÇÃO

A cerâmica decorada está escassamente representada, restringindo-se a algumas poucas dezenas de fragmentos (38 em S. Julião; 29 no Barbudo e 69 no Lago).

As técnicas decorativas presentes na fase anterior vão persistir, verificando-se contudo a sua aplicação para obter novos temas e composições.

As incisões fazem-se representar agora por caneluras horizontais que surgem, quer como tema único, normalmente em séries de 2, 3 ou mais, quer associadas a outros motivos simples, como puncionados, traços ou outros temas impressos.

As estampilhas estão representadas basicamente por séries de SSS, associadas a caneluras, formando agora composições mais simples. Os círculos concêntricos aparecem apenas representados no povoado do Barbudo, mas em íntima percentagem em relação ao total das decorações aí presentes (3%). Também os triângulos e reticulados, frequentes na fase anterior, aparecem igualmente apenas no povoado do Barbudo (3% e 10% respectivamente).

Frequentes são os cordões que surgem, quer em S. Julião (13%), quer no Barbudo (28%). Com temas novos assinalamos as caneluras simples e as molduras que atingem uma certa importância no conjunto das decorações, sobretudo no Lago, onde prefazem 59% do total das decorações.

O povoado do Barbudo parece ser aquele em que se verifica uma maior perduração dos temas da Fase II. A persistência, embora em reduzida percentagem, de triângulos (3%), reticulados (10%) e círculos (3%), ausentes nos restantes povoados, bem como os cordões (28%), parece revelar uma maior resistência ao abandono dos temas mais característicos daquela fase.

No entanto, as pequenas amostragens de cerâmica decorada não permitem valorizar excessivamente estas deduções, em termos culturais, muito embora a variabilidade observada nos povoados pareça indicar índices de permeabilidade diferenciada das comunidades, em relação às inovações desta fase, sejam elas técnicas, morfológicas, ou estilísticas.

5. Considerações Finais

Os resultados apresentados nas páginas anteriores, relativos a três povoados da bacia do Cávado, remetem-nos necessariamente para algumas conclusões que julgamos oportuno esquematizar.

De facto, não acreditamos ter atingido uma formulação tipológica elaborada, de momento impossível de realizar. Apesar de termos lidado com uma amostragem estatisticamente relevante, com material bem estratigrafado, com sequências evolutivas similares dentro dos povoados, inseridos numa região homogénea, não pensamos dever alargar o quadro da produção cerâmica observado ao conjunto do vale do Cávado e, muito menos, ao Noroeste português. Trata-se necessariamente de um contributo regional, ainda que suficientemente sólido para fornecer um ponto de partida a futuros trabalhos. Por outro lado, julgamos que o tipo de metodologia que utilizámos (valorização do conjunto das peças e seu tratamento estatístico) é indiscutível, se tivermos em conta o tipo de material em presença.

Os avanços no estudo da cerâmica proto-histórica do NO português passam necessariamente por três etapas que não podem ser ignoradas, ou mesmo ultrapassadas: a primeira é a que se situa na esfera do estudo das estações, onde é necessário obter boas séries estratigráficas e amostragens significativas de material; a segunda coloca-se no âmbito da análise regional desses dados e na sistematização de sequências culturais; finalmente, a terceira situa-se no domínio dos estudos comparativos inter-regiões e na tentativa de definir áreas culturais específicas.

É inútil comparar a cerâmica de estações, cuja cronologia se encontra mal sistematizada, como inútil é também publicar como representativas certas peças, das quais se desconhece o seu valor de amostragem, ou mesmo a sua cronologia absoluta.

Mais do que no Bronze Final, a cerâmica da segunda metade do I.º milénio a. C., revela-se conservadora nos seus estilos e fabricos, fornecendo raros indicadores cronológicos, que podem ter apenas um valor regional. Portanto, ainda que certas peças possam ser datadas com algum rigor, a partir de outros elementos, haverá que ter em conta que elas podem não ser exclusivas do estrato arqueológico em que ocorrem, podendo assinalar períodos cronológicos amplos e até diversificados. Por isso, deverão valorizar-se essencialmente conjuntos significa-

tivos de material, susceptíveis de representarem etapas cronológicas e culturais precisas, ainda que estas possam surgir, inicialmente, num quadro temporal demasiado «grosseiro». Admitir os limites e os problemas que se colocam à análise e datação da cerâmica proto-histórica, será talvez a melhor maneira de se encontrarem soluções para o estudo deste importante material arqueológico.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1974) — *Cerâmica comum local e regional de Contimbriga*, Suplementos de Biblos, 8, Coimbra.
- ALMEIDA, C. A. B. (1987) — *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*, Porto.
- ALMEIDA, C. A. B. e M. T. Sociro (1980) — Sondagens nos castros de Abade do Neiva e Roriz, Barcelos, 1978, *SANP*, 2, pp. 29-35.
- ALMEIDA, C. A. F. (1972) — A Póvoa de Varzim e o seu aro na antiguidade, *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, 11 (1), Póvoa de Varzim, pp. 5-34.
- (1974a) — Cerâmica Castreja, *R. G.*, 84, (1-4), pp. 171-197.
- (1974b) — *Escavações no Monte Mozinho* (1974), Centro Cultural Penafidélis, Penafiel.
- (1977) — *Escavações no Monte Mozinho* (1975-1976), Centro Cultural Penafidélis, Penafiel.
- (1983) — Cultura Castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 70-74.
- ALMEIDA, C. A. F.; T. Soeiro; C. A. B. Almeida; A. J. Baptista (1981) — *Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha*, Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- BALFET, F. (1966) — Terminologie de la poterie, *La Préhistoire*, A. L. Gourhan *et alii* (eds.), PUF, Paris, pp. 272-278.
- BALFET, H.; M. F. Fauvet-Berthelot; S. Mouzon (1983) — *Pour la normalisation de la description des poteries*, CNRS, Paris.
- FARIÑA BUSTO, F.; F. ARIAS VILAS; A. M. Romero Masiá (1983) — Panorâmica general sobre la cultura castrexa, *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 87-126.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. (1982) — *El castro de Vigo. Noticia preliminar de las excavaciones de 1981*, Museu Municipal de Vigo, 5, Vigo.
- (1983) — *Excavaciones arqueológicas en el castro de Vigo*. Publicaciones del Museu Municipal «Quifones de Leon» (Castrelos), 6, Vigo.
- (1984) — El castro de Vigo y el comercio atlántico romano en el Noroeste Peninsular, *R. G.*, 94, pp. 371-384.
- (1985a) — *Castro de Vigo, campaña de 1983*, Arqueoloxia/ Memorias, 1, Santiago de Compostela.
- (1985b) — *Castro de Troña, campaña de 1983*, Arqueoloxia/ Memorias, 3, Santiago de Compostela.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. e F. J. Costas Goberna (1979) — El castro «A cidade» de Caneiro, Fogara (Pontearcas), *EMP*, 33, pp. 151-228.
- (1982) — Avances sobre a tipoloxia da cerâmica castrexa - as xerras, *EMP*, 36, pp. 273-289.
- JORGE, S. O. (1985) — Datas de carbono 14 para a Pré-história recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 154-183.
- KALB, Ph. (1974-77) — Uma data de C14 para o Bronze Atlântico, *AP*, série III, 7-9, pp. 141-144.
- (1978) — Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung auf einer Höhensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *MM*, 19, pp. 112-138.
- (1980) — Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, Frankfurt, pp. 25-59.
- LITTLE, G. (1985) — The Technology of pottery manufacture in the Iron Age of Northwestern Portugal: methodology and preliminary results, *CA*, série II, 2, pp. 249-254.
- MARQUES, G. e M. Andrade (1974) — Aspectos da Proto-história do território português. 1. Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça, III CNA, Porto, pp. 125-148.

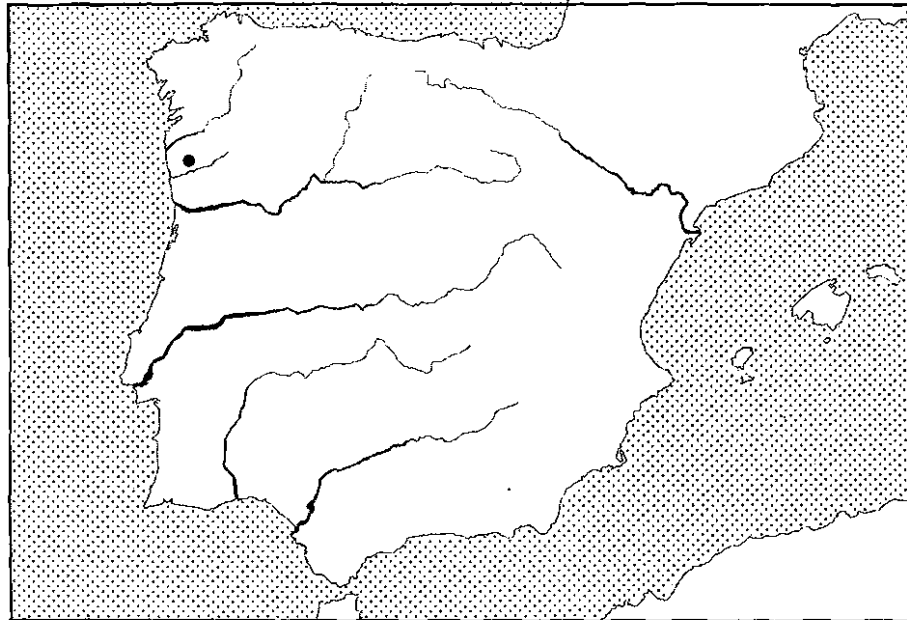
- MARTINS, M. (1984) — A citânia de S. Julião, Vila Verde. Primeiras sondagens, *CA*, Série II, 1, Braga, pp. 11-27.
- (1985a) — A ocupação do Bronze Final da citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e cronologia, *TAE*, 25 (2-4), Porto, pp. 197-240.
- (1985b) — Sondagens arqueológicas no castro do Monte do Padrão, em Santo Tirso, *CA*, Série II, 2, Braga, pp. 217-230.
- (1986a) — Duas datas de C14 para a ocupação do Bronze Final do povoado de S. Julião, Vila Verde, *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 159-160.
- (1986b) — O povoado proto-histórico do Lago (Amares). Sistemas de defesa e fases de ocupação, *AP*, série IV, 4, pp. 149-184.
- (1987) — *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga (tese de doutoramento polic.).
- (1988a) — *O povoado fortificado do Lago, em Amares*, Cadernos de Arqueologia — Monografias — 1, Braga.
- (1988b) — *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981 e 1985*, Cadernos de Arqueologia — Monografias — 2, Braga.
- (1988c) — *O castro do Barbudo, em Vila Verde. Resultados das campanhas de 1983, 1984 e 1985*, Braga (no prelo).
- PENA SANTOS, A. (1986) — *Yacimiento galaico-romano de Santa Trega*. Campana 1983, *Arqueoloxia/ Memorias*, 5, La Coruna.
- PLOG, S. (1978) — Social interaction and stylistic similarity, *Advances in archaeological Theory and Method*, M. B. Schiffer (ed.), Academic Press, New York, pp. 143-182.
- (1980) — *Stylistic variation in prehistoric ceramics*, Cambridge University Press.
- QUEIROGA, F. (1984) — Escavações arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia preliminar, *Arqueologia*, 9, Porto, pp. 105-116.
- (1985) — Escavações arqueológicas no castro das Ermidas. A campanha de 1983, *Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - Boletim Cultural*, 6, Vila Nova de Famalicão, pp. 5-43.
- REY CASTINEIRAS, J. (1978) — *Tipología de la cerámica castrena, aportación a su estudio*, Santiago de Compostela (tese polic.).
- (1983) — Dos hitos cronológicos en la cerámica castrena, *XVI CAN*, pp. 443-448.
- (1984) — Algunas consideraciones sobre cerámica castrena, *CIEHMN*, Salamanca (ponência polic.).
- RICE, P. M. (1984) — Change and conservation in pottery - producing systems, *The Many dimensions of pottery*, Amsterdam, pp. 231-288.
- ROMERO QUIROGA, M. (1975) — *La cerámica castrena*, Valladolid (tese de licenciatura polic.).
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; A. Guerra e C. Fabião (1986) — «Cabeço do Crasto», *São Romão, Seia, A Campanha 1985*.
- SILVA, A. C. F. (1986) — *A cultura castreja no Noroeste Português*, Paços de Ferreira.
- SILVA, A. C. F. e R. Centeno (1978) — Corte estratigráfico na citânia de Briteiros (Guimarães) 1977-1978, *R.G.*, 88, pp. 421-430.
- SILVA, A. C. F.; C. T. Silva e A. B. Lopes (1984) — Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu), *Lucerna*, Porto, pp. 73-95.
- SILVA, C. T. (1980) — Contribuição para o estudo da Cultura Castreja na Beira Alta, *SANP*, 2, pp. 171-181.
- SOEIRO, T. (1981) — O castro de Peso em Santa Leocádia de Geraz de Lima, *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 99-102.
- (1984) — *Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, Penafiel.
- SOEIRO, T.; R. Centeno, e A.C.F. Silva (1981) — *Sondagem arqueológica no castro de Sabroso*, *R.G.*, 91, pp. 341-350.
- VAZQUEZ, VARELA, J. M. e F. Guitian Rivera (1977-78) — Sobre la tecnología de la cerámica castrena (cerâmica de las islas Cies-Pontevedra), *Gallaecia*, 3/4, Santiago de Compostela, pp. 275-279.
- (1981) — Sobre la tecnología de la cerámica castrena, *Arqueologia*, 4, Porto, pp. 89-92.

ABREVIATURAS

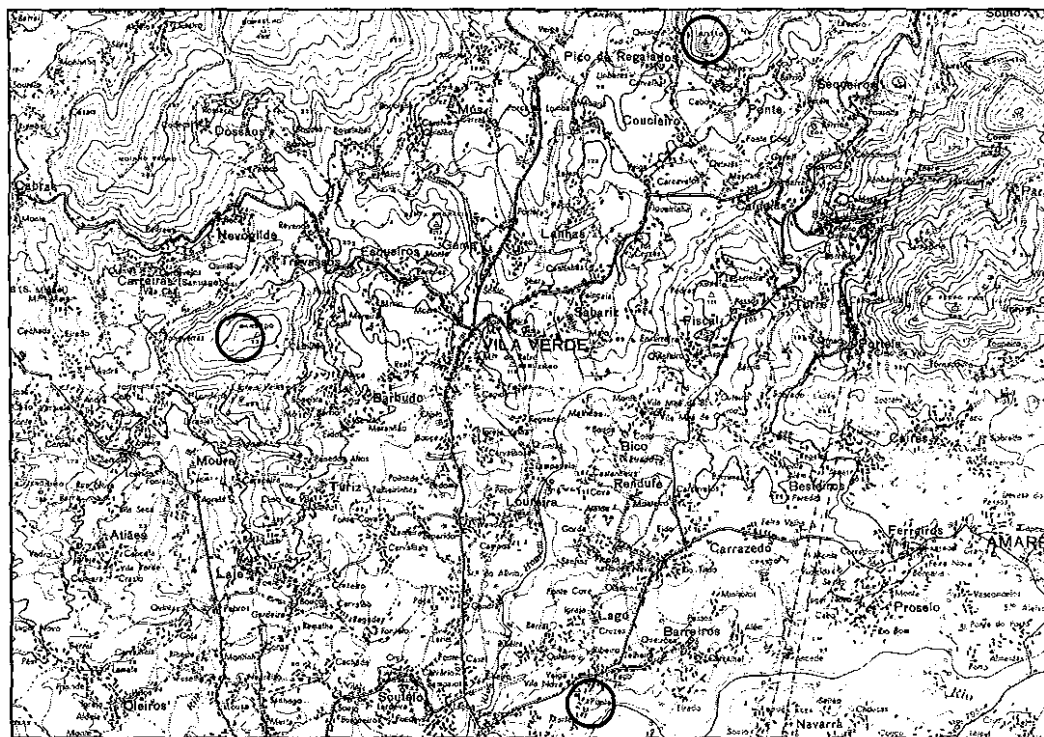
A.P.	=	Arqueólogo Português, Lisboa
C.A.	=	Cadernos de Arqueologia, Braga
C.A.N.	=	Congreso de Arqueologia Nacional, Zaragoza
C.N.A.	=	Congresso Nacional de Arqueologia, Portugal
EMP	=	El Museo de Pontevedra, Pontevedra
M.M.	=	Madrider Mitteilungen, Madrid
R.G.	=	Revista de Guimarães, Guimarães
SANP	=	Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães
TAE	=	Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto



ESTAMPA I

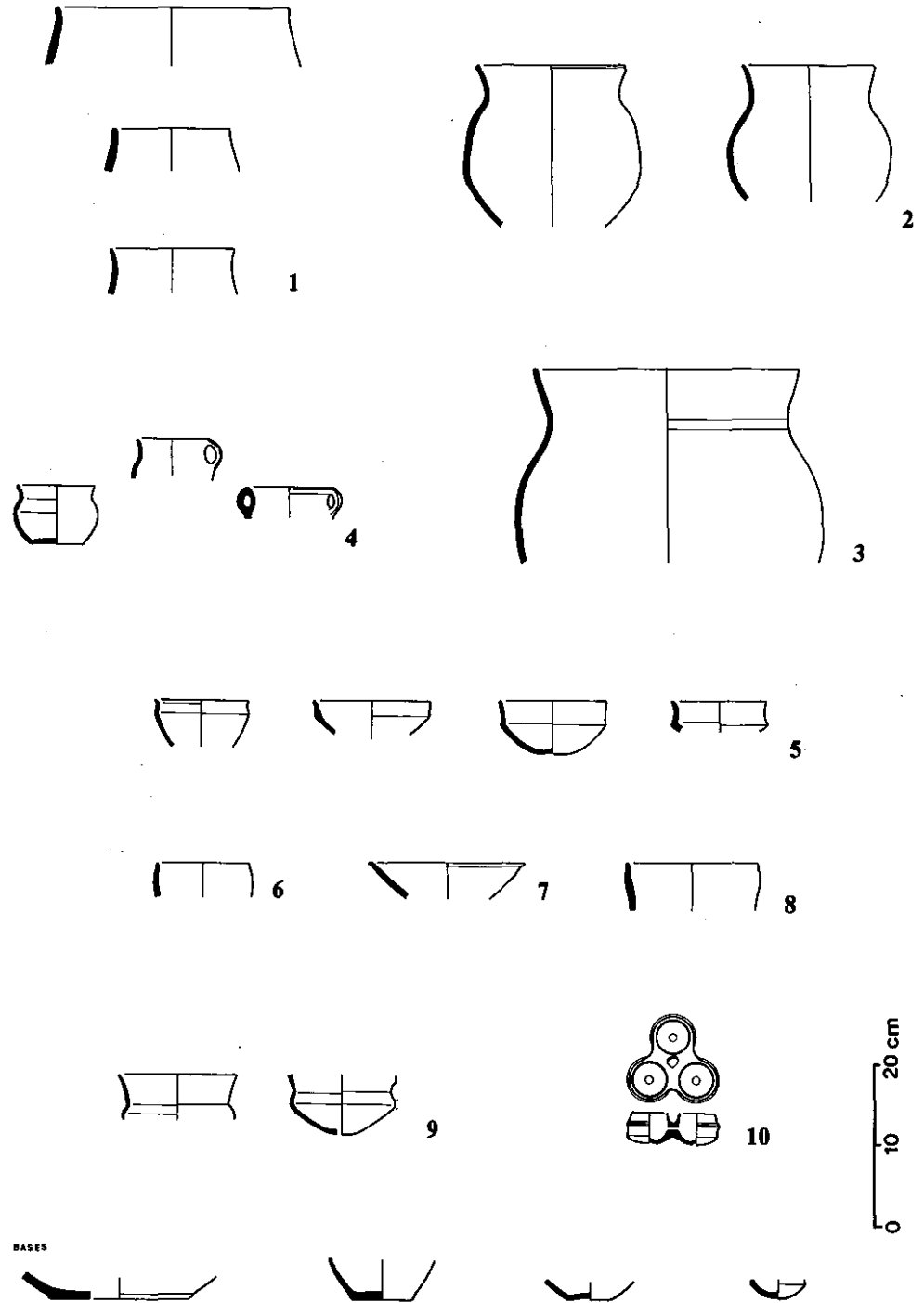


1 Localização da área estudada na Península Ibérica.



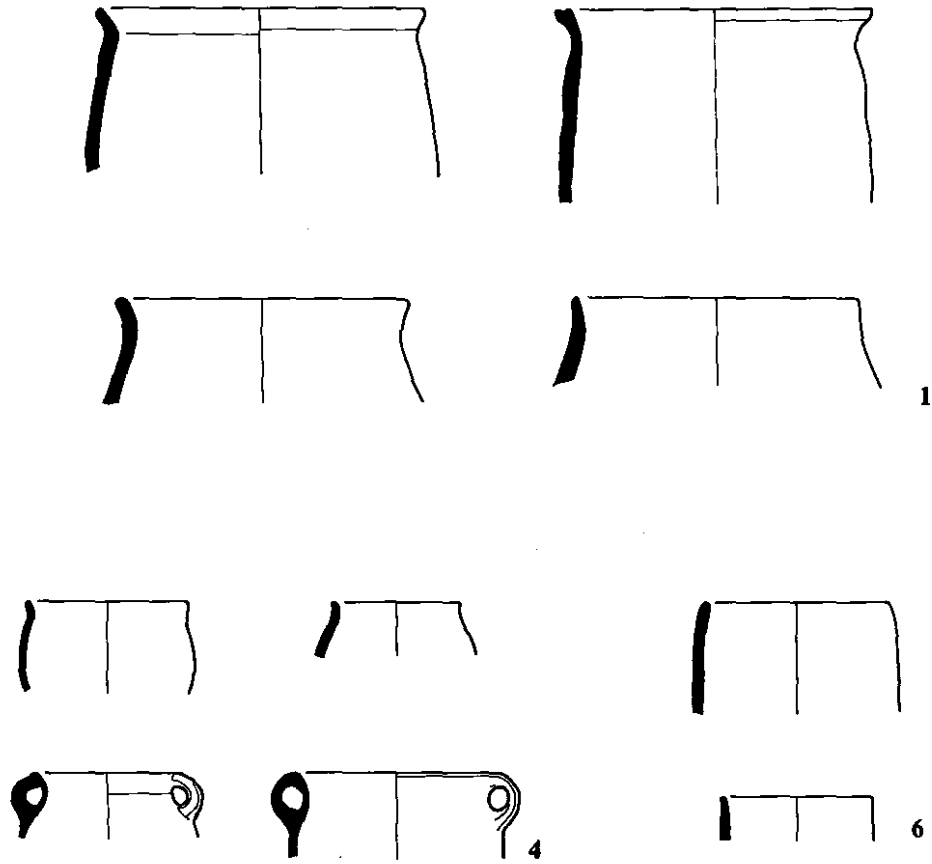
2 Localização dos povoados estudados (Redução das Cartas Corográficas do I.G.C. nºs 5B e 5D) (Esc. 1:100.000).

ESTAMPA II



Formas representadas em S. Julião I.

ESTAMPA III

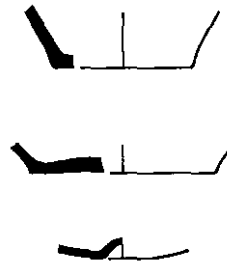


TESTO



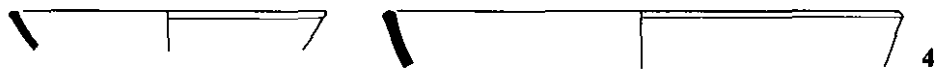
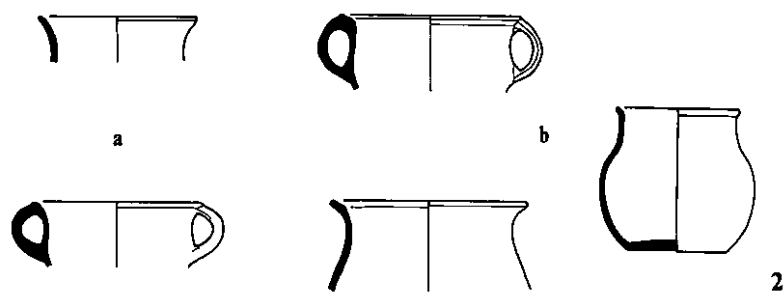
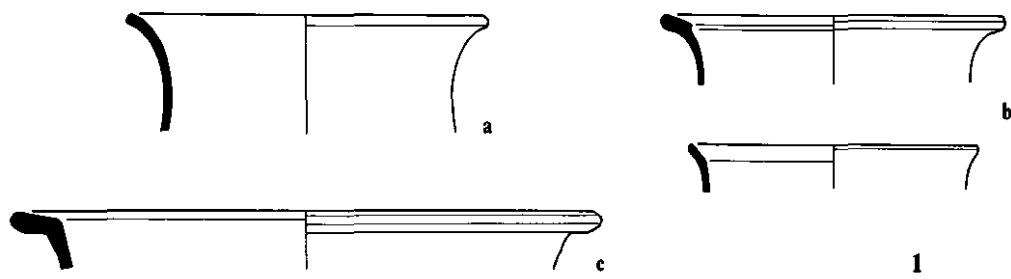
0 10 20 cm

BASES



Formas representadas em Barbudo I.

ESTAMPA IV



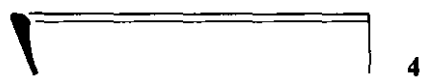
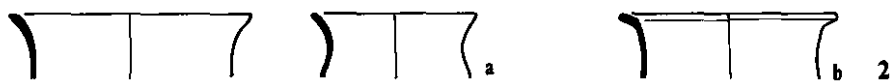
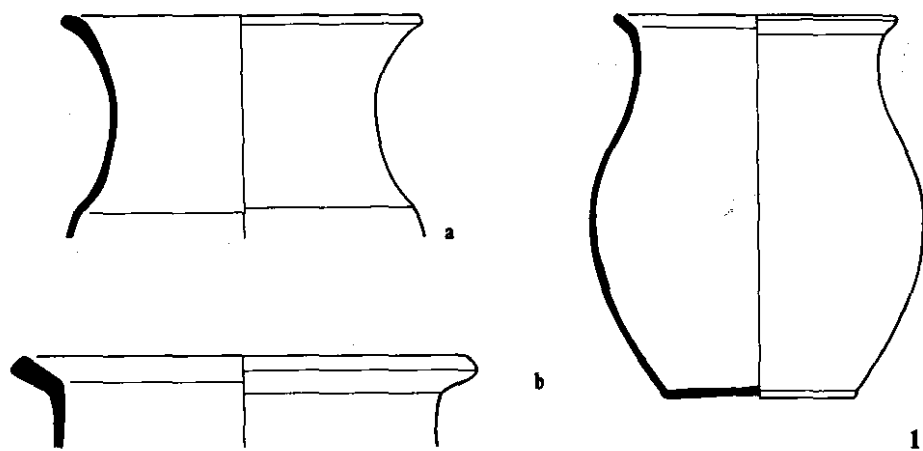
BASES



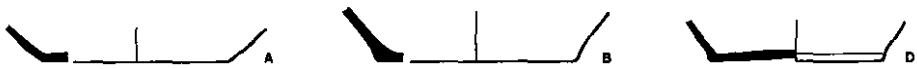
0 10 20 cm

Formas representadas em S. Julião IIA.

ESTAMPA V



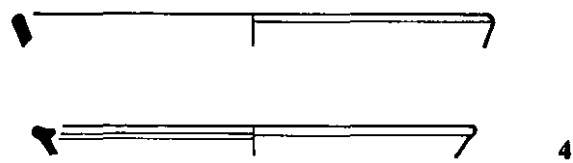
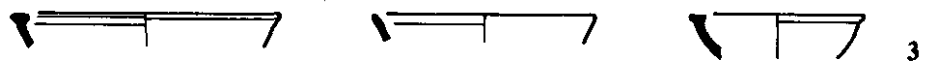
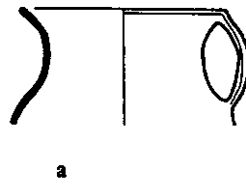
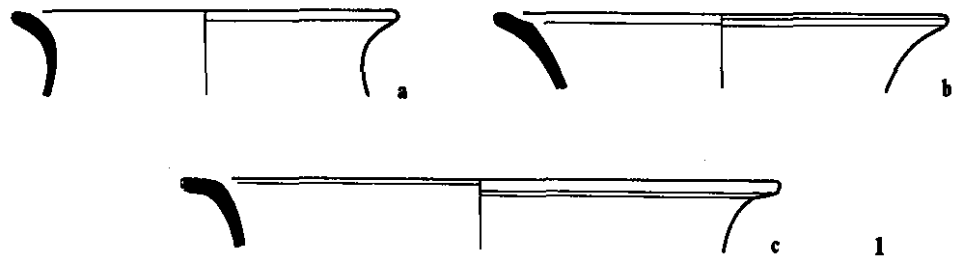
BASES



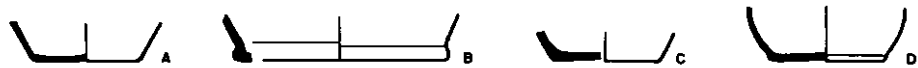
Formas representadas em Barbudo IIA.

0 10 20 cm

ESTAMPA VI



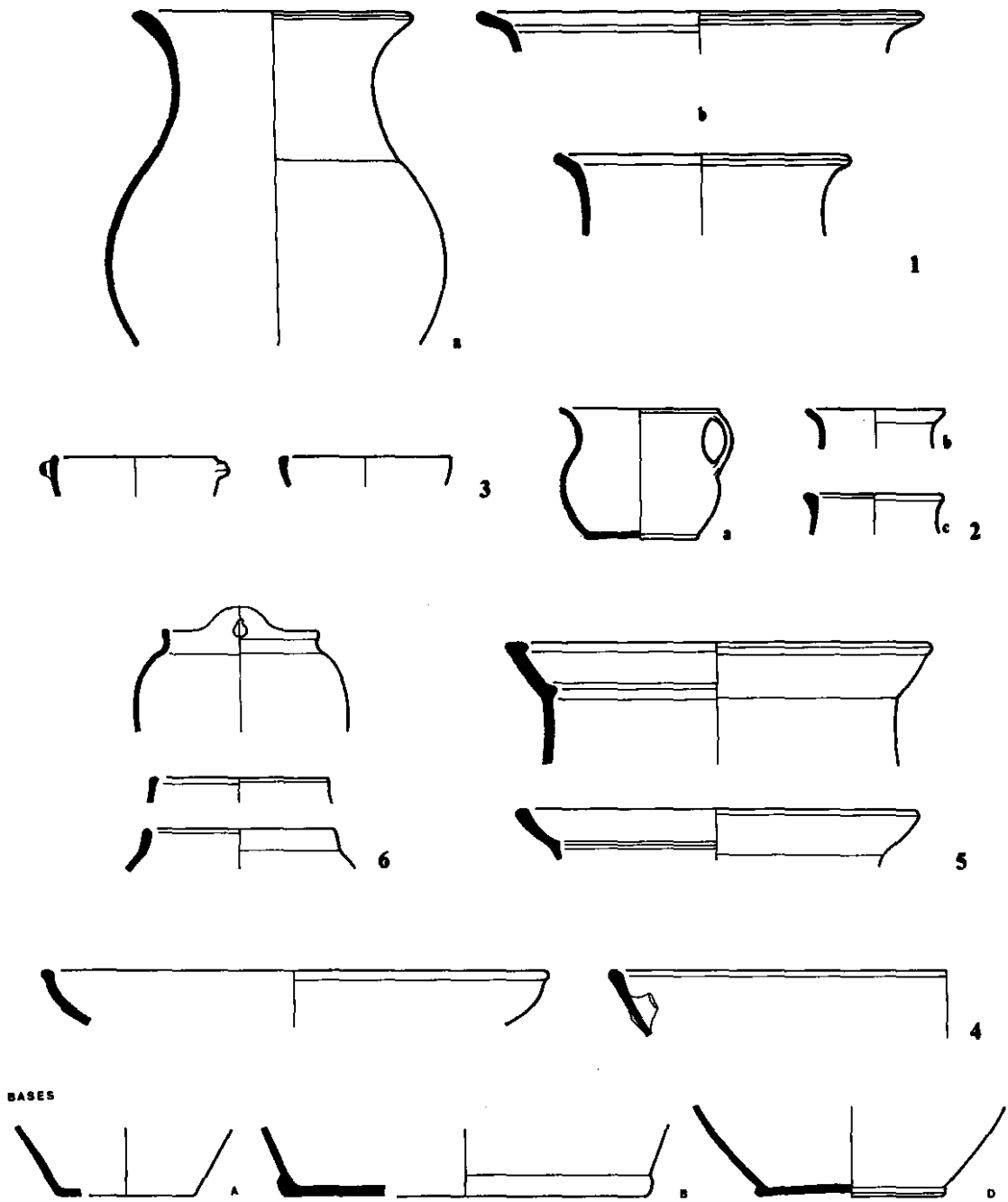
BASES



Formas representadas em Lago IB.

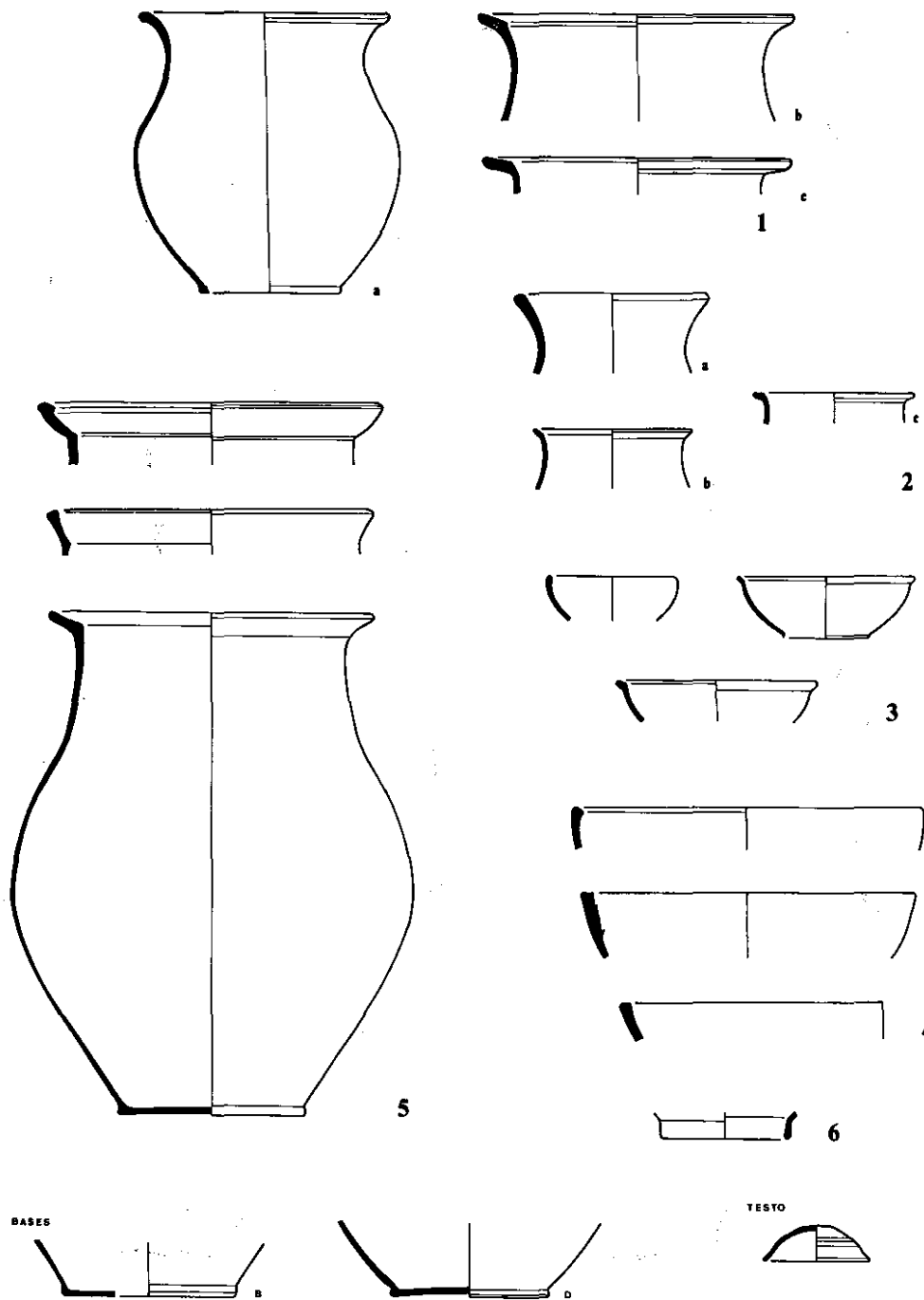
0 10 20 cm

ESTAMPA VII



Formas representadas em S. Julião IIB.

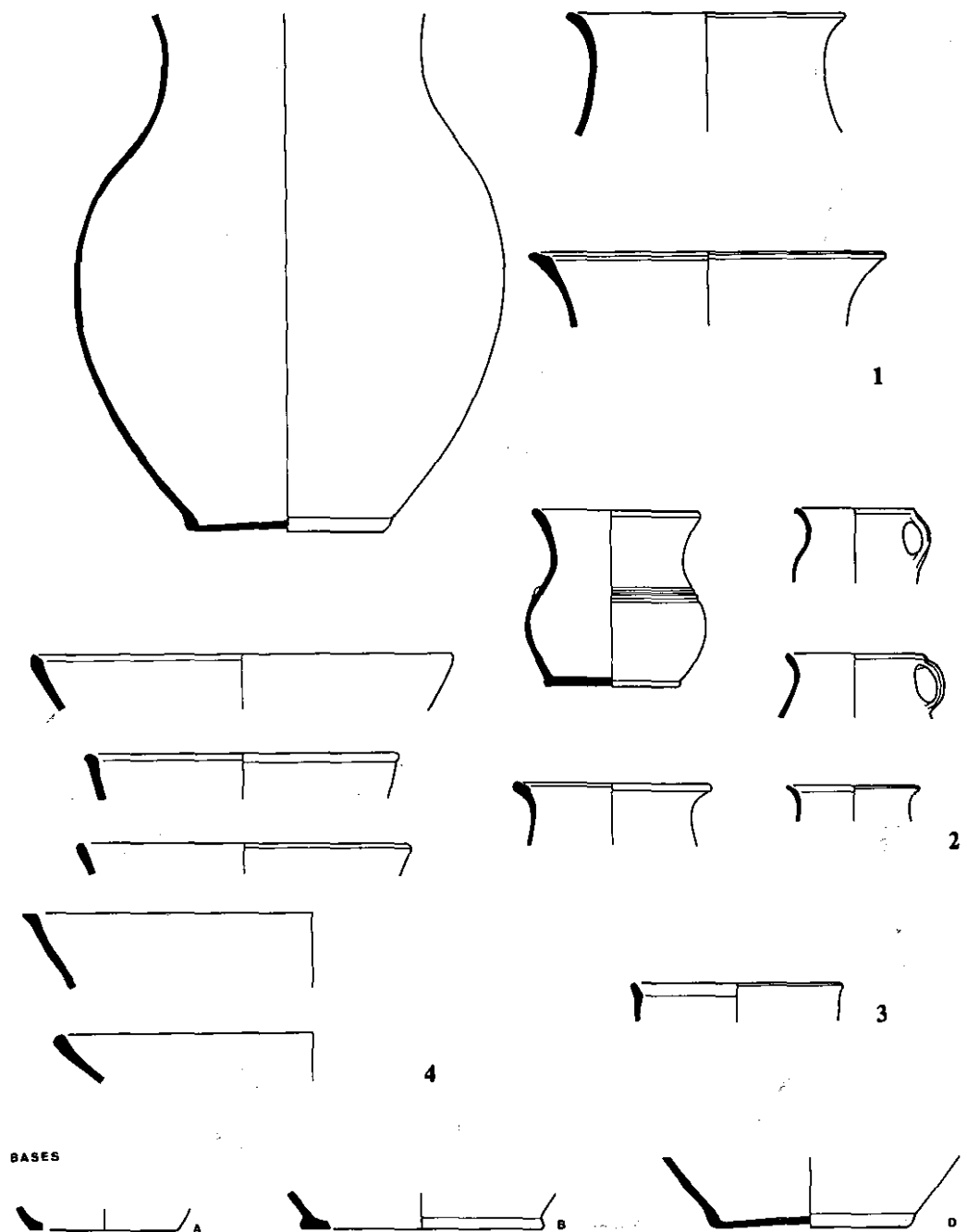
ESTAMPA VIII



Formas representadas em Barbudo 11B.

0 10 20 cm

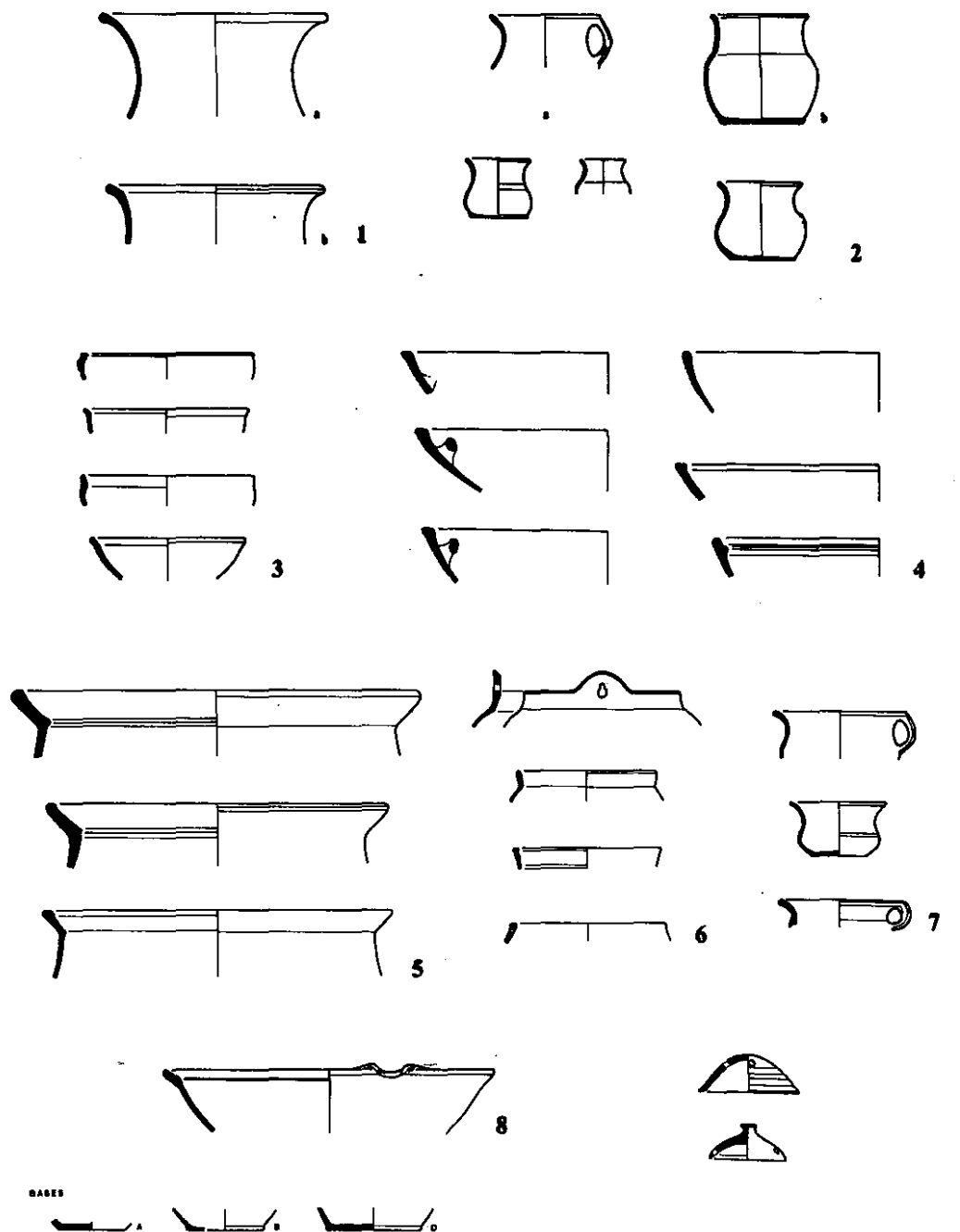
ESTAMPA IX



Formas representadas em Lago IIA.

0 10 20 cm

ESTAMPA X



0 10 20 cm

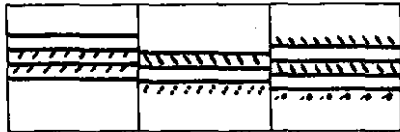
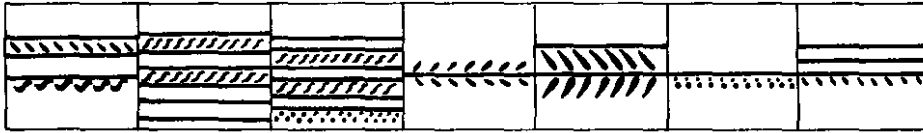
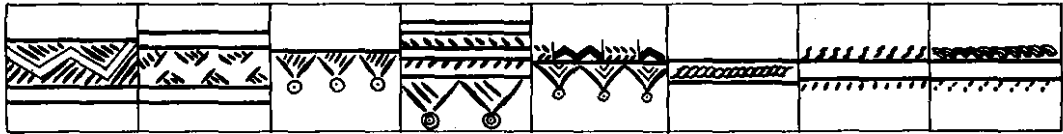
Formas representadas em Lago II B.

ESTAMPA XI

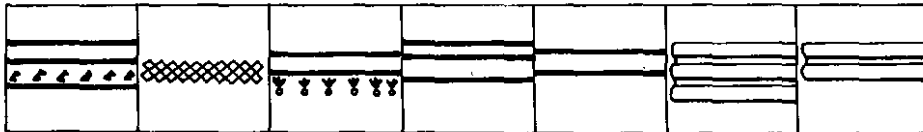
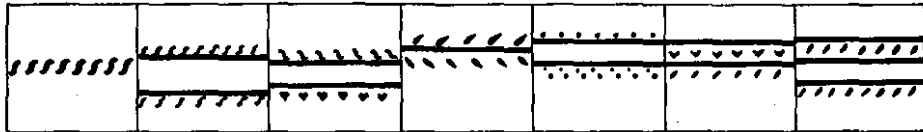
S. JULIÃO I



S. JULIÃO II A

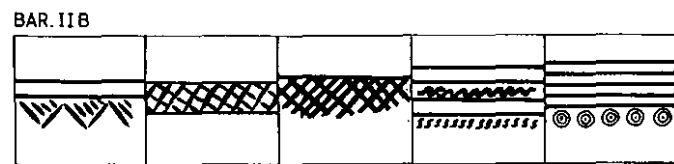
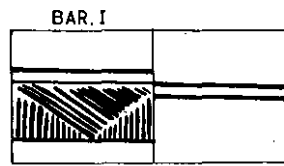


S. JULIÃO II B



Composições decorativas de S. Julião.

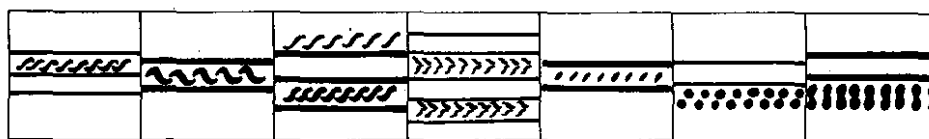
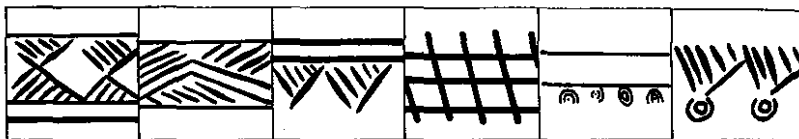
ESTAMPA XII



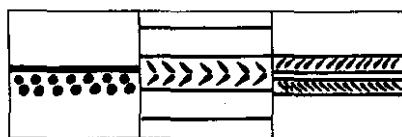
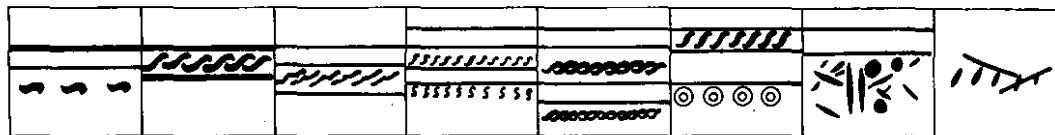
Composições decorativas do povoado do Barbudo.

ESTAMPA XIII

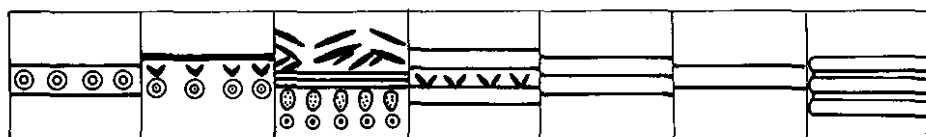
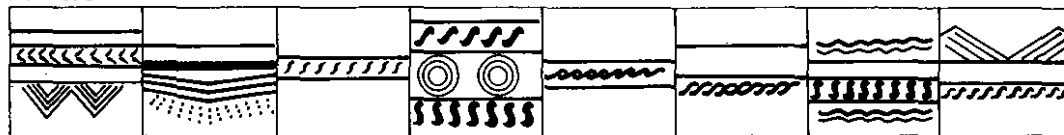
LAGO I B



LAGO IIA



LAGO IIB



Composições decorativas do povoado do Lago.



Sobre o concepto de «villa» no mundo romano *

Fermín Pérez Losada

Resumo

Apresenta-se um estudo sistemático sobre o conceito de *villa* no mundo romano, alicerçado na análise das fontes clássicas, nomeadamente dos chamados agrónomos. O trabalho formula-se numa perspectiva arqueológica, ou seja, em estreita correlação com as diversas estruturas arqueológicas tipo *villa* até hoje conhecidas.

Classificam-se e estudam-se as diferentes acepções que a palavra latina toma ao longo da época romana, procurando apreender-se as características definitórias de cada uma e qual a sua possível correspondência arqueológica. Distingue-se, todavia, uma acepção central e nuclear que aglutina todas as variantes: *villa* como construção rural romana isolada e unifamiliar de funcionalidade dupla: residência do proprietário e quinta de exploração agro-pecuária.

Resumé

L'auteur présente un étude systématique sur le concept de *villa* dans le monde romain, basée sur l'analyse des sources classiques, notamment des nommées agronomes.

Le travail est fait sous une perspective archéologique, c'est à dire, en étroite corrélation avec les diverses structures archéologiques du type *villa* connues.

L'auteur étudie et classifie les différentes acceptions que le mot latin prend au long de l'époque romaine, cherchant à en appréhender les caractéristiques spécifiques et leur possible correspondance archéologique.

Une acception nucléaire intégrant toutes les variantes est mise en valeur: *Villa* comme domaine rural isolé et unifamiliar à double fonctions — residence du maître et ferme d'exploitations agricole et d'élevage.

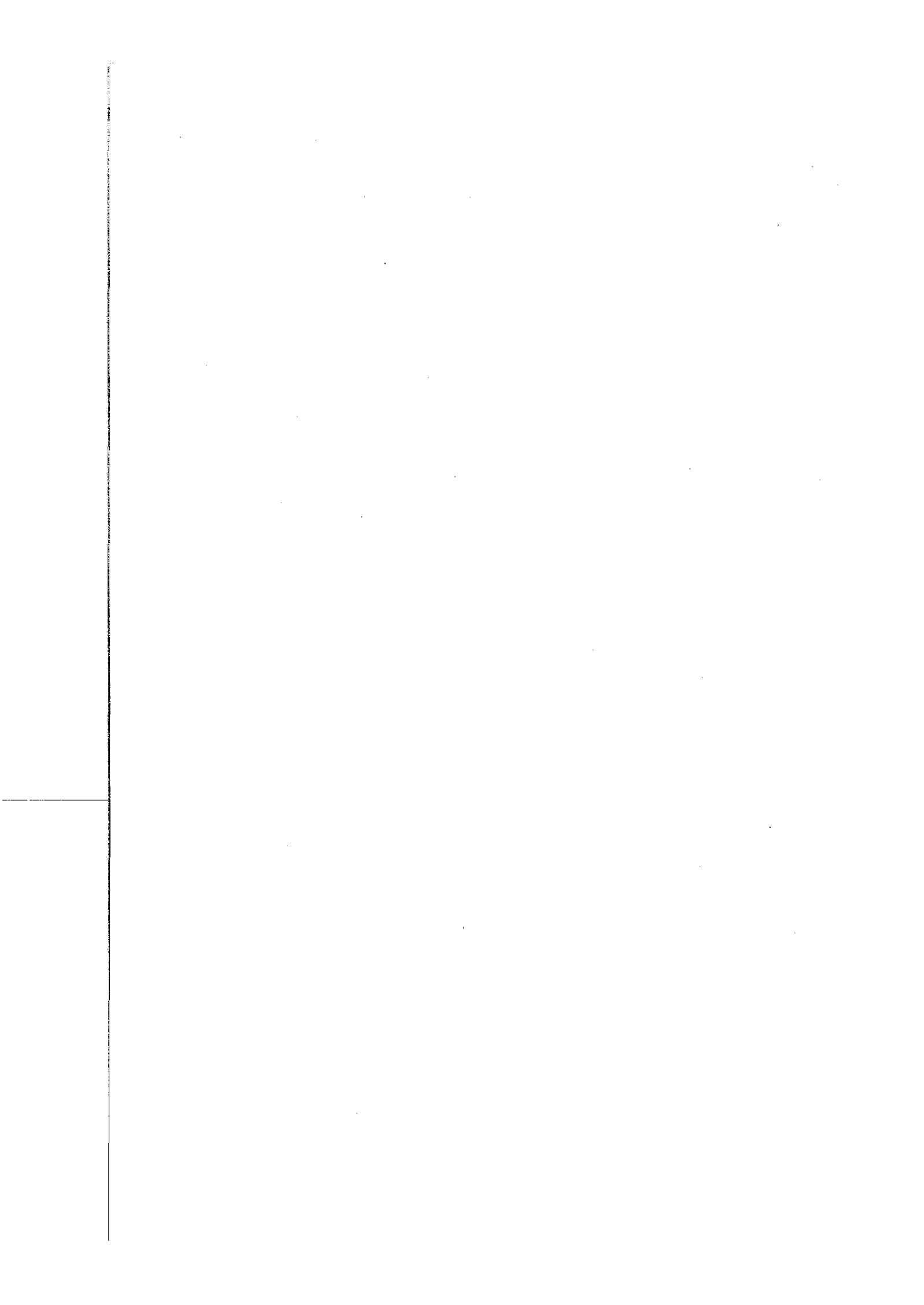
Abstract

The author presents a systematic study of the concept of *villa* in the Roman world, based on the analysis of the classical sources, including the so called agronomists.

The work is developed in an archaeological perspective, which enables an easy correlation with the different archaeological structures of the *villa* type, known so far.

The different meanings taken by the latin word during the Roman times are classified and studied, as an attempt to grasp the defining characteristics of each one of them and their possible archaeological correspondance. A nuclear acception nevertheless outstanding in all the varieties: *villa* as an unifamiliar isolated Roman rural building with a double fonction: the owner residence and agricultural and cattle farm.

* A pesar de contar cunha nova redacción e algunhas supresións e engadidos —sobre todo no referente ás notas—, a base deste artigo continua a se-lo Capítulo I da mina Tese de Licenciatura, dirixida polo Dr. José Manuel Caamano Gesto e lida en Santiago o 19 de Decembro de 1986 (PÉREZ LOSADA, 1986, 6-38).



Appius subridens, Quoniam ego ignoro, inquit, quid sit villa, velim me doceas (Varrón: *Rerum Rusticarum*, III, 2, 7) Apio sorriu e dixo: xa que eu ignoro o que é unha *villa*, desexaría que me instruíses

I. Introducción

Un dos principais problemas que afectan á arqueoloxía do mundo rural romano é o referente á inexacta e confusa definición do seu esencial elemento constituínte: as *villae*. Esta problemática presenta unha dobre vertente: por unha banda está a espinosa cuestión de concretar e definir dunha maneira o suficientemente precisa o concepto latino de *villa*; por outra está a dificultade que supón a aplicación deste termo ás diferentes realidades arqueolóxicas exhumadas ou simplemente detectadas en superficie nas diferentes rexións do Imperio ás que se acostuma identificar con este nome. Neste artigo pretendemos abordar exclusivamente a primeira destas cuestións¹, procurando presentar dunha maneira sistemática e desde unha perspectiva arqueolóxica — isto é, facilmente interpretable desde un punto de vista arqueolóxico e susceptible de ter unha doada correlación cos diferentes vestixios arqueolóxicos conecidos ata hoxe — o conxunto de informacións contido nas fontes clásicas sobre o tema. Radica precisamente neste sistematismo enfocado desde unha perspectiva concreta a principal aportación do artigo, xa que, a fin de contas, os datos aportados polas fontes son limitados — algunhas das citas que se transcribirán mais adiante son sobradamente conecidas e outros autores xa se ocuparon anteriormente sobre o asunto, abordándoo desde diferentes perspectivas e con maior ou menor grao de exhaustividade (VAN BUREN 1958; LAFAYE-GRENIER, 1969; RIVET 1969, 178-182; PERCIVAL 1976, 13-15 e 25-30; AGACHE 1981; FERNANDEZ CASTRO, 1982, 22-58).

Segundo PERCIVAL (1976, 13), á hora de resposta-la pregunta que é unha *villa*? existen, como mínimo, dous tipos de resposta. Consiste a primeira no establecemento do significado da palabra e, sobre todo, do conxunto de realidades e elementos ós que podemos ou non podemos aplicarllela; ou o que é o mesmo, que é o que un romano entendía cando se pronunciaba a verba *villa*, e que características, tanto materiais coma ideolóxicas, axudaban á súa definición. Radica a segunda no estudio, descrición e interpretación da *villa* como un fenómeno socioeco-

¹ Preparamos outro artigo onde pretendemos abordar tamén dun xeito sistemático a segunda das cuestións formuladas: a realidade arqueolóxica das *villae* e a súa problemática nas distintas rexións do Imperio, con especial referencia ós diferentes tipos de hábitat rural romano non fortificado existentes no NW. da Península Ibérica (caracterización, clasificación e interpretación).

nómico peculiar, como parte esencial e definitoria dun sistema que caracteriza o campo romano e que, como tal, evoluciona ó longo da súa historia obedecendo ós condicionantes económicos, sociais e políticos de cada momento. Sería entender e explica-la *villa* máis que como unha realidade concreta e material como unha categoría histórica, necesaria para comprender a nivel estrutural boa parte da vida rural romana.

Ámbalas dúas vías poderían ser utilizadas para tentar aclarar que é unha *villa*, pero evidentemente, para acceder á segunda cumpriría facer unha intensa análise socioeconómica e histórica da civilización romana tanto a nivel estrutural coma diacrónico, algo que claramente excede á limitación deste artigo². Non ocorre o mesmo coa primeira: o estudio e análise das fontes escritas clásicas, en especial as obras dos chamados agrónomos, pode achegar unha inmensa bagaxe de información para tentarmos esclarecer que se entendía por *villa* no mundo romano.

II. Fontes

As fontes escritas clásicas que mencionan ou tratan sobre o contido do termo *villa* son moitas e variadas, de distintas índoles, diferentes cronoloxías e desigual cantidade e/ou calidade de información. Non pretendemos a seguir facer un estudio exhaustivo da totalidade das mesmas³, senón simplemente clasificalas tipolóxicamente e encadralas no seu ámbito cronolóxico e cultural correspondente.

A principal fonte de información corresponde ás obras dos denominados agrónomos, escritores técnicos sobre agricultura que, ó traveso dos seus escritos, tentaban aportar ós campesinos romanos toda unha serie de consellos e pautas de comportamento, de xeito que estes lles servisen de «guía práctica» para a correcta realización de todos e cada un dos múltiples labores da vida rural. Explicase desta maneira o feito de que unha boa parte da súa información provena da súa propia experiencia como granxeiros ou da observación directa dos mesmos. Lembremos que na orixe da sociedade romana hai un forte fundamento agropecuario, o que xustifica o desenvolvemento deste tipo de obras, de carácter xa moi distinto das súas predecesoras da cultura grega (MARTIN 1971, 53-72).

Catro son os autores principais dos que se conservaron obras. En primeiro lugar está Catón o Censor, que compón o seu *De agri cultura* nos mediados do século II a.C., nun contexto histórico moi próximo, polo tanto, ó das reformas agrarias dos Graco no último

² Para unha introducción ó tema, véxanse como obras de referencia as de ROSTOVITZ (1937), PETIT (1976), REMONDON (1979) e MAIER (1985) e, xa mais en concreto sobre a *villae* e a súa inclusión no contexto socioeconómico romano, as de RIVET (1969, 173-216), PERCIVAL (1976), MAROTI (1976, 109-124), MANSUELLI (1971, 15-28) e WHITE (1970).

³ Unha boa relación e excelente introducción pode encontrarse no Capítulo I (*The Sources*) do xa citado libro de K.D. White (WHITE, 1970, 14-47).

tercio de século. Catón representa a vella tradición romana do rudo pero nobre campesino apegado ó seu terruno, única fonte de verdadeira riqueza e moralidade fronte á veleidade e intranscendencia da vida urbana. A obra — que presenta certos problemas dada a súa desorganizada e caótica estrutura — caracterízase polo seu estilo directo, as súas frases cortas e imperativas (incluíndo moitas máximas e proverbios), e maila rixidez dos seus consellos prácticos, que non permiten máis ca unha única vía para a correcta realización dos traballos campestres⁴.

A composición de Varrón *Rerum rusticarum*, datada no 37 a.C., supera amplamente á de Catón a pesar do seu relativo pequeno tamaño (3 libros). Parte do tradicionalismo e conservadurismo agrario catoniano, aínda que segundo avanza a obra evoluciona ata posicionamentos máis actuais e innovadores. Diferénciase deste, ademais, polo sistemático programa que presentan os tres libros, así como tamén pola aplicación da racionalidade ós seus consellos, apuntando que non son a única forma existente para o correcto traballo dos campos e que deben, ademais, ser cotexados coa propia experiencia de cada agricultor. *Rerum rusticarum* constitúe, sen dúbida, a principal fonte de información para o tema que nos ocupa, en especial os libros I e III.

Uns 60 ou 70 anos máis tarde — aproximadamente nos mediados do século I d.C. — escribe o gaditano Columela os 12 libros que componen o seu *De re rustica* ou *Rei rusticae*, probablemente a obra máis completa conservada sobre agronomía latina. O seu principal interese radica na grande acumulación de datos que ofrece retomados de autores anteriores, pero tamén na información que lle aporta o seu propio coñecemento práctico da materia, adquirido durante as súas viaxes por *Hispania, Gallia, Macedonia e Syria*. Para o noso estudio resultará de particular interese o libro I, que fala sobre a organización agropecuaria en xeral.

A última obra técnica agronómica coñecida, a *Opus agriculturae* de Paladio, xa nos leva a un horizonte cronolóxico tardío: a segunda metade do séc. IV d.C. A súa principal característica é o enciclopedismo: tenta estandarizar tódolos coñecementos existentes ata a data — baséase, polo tanto, en Varrón, Plinio, Columela, etc. — sobre agronomía, pero asemade inclúe tamén pequenas cunas de creación propia onde se pode ver moito que cambiara a socioeconomía agropecuaria romana desde os distantes tempos do cambio de era. Son 25 libros, dos que o I — a introducción xeral á obra — será o da maior axuda para nós.

Outra serie de obras clásicas de tipo máis ou menos técnico, pero que, ou ben ou non están adicadas á agricultura na súa integridade, ou ben non foron compostas por autores especializados no tema, ou ben tratan de temas técnicos afíns ó noso, tamén nos poden proporcionar informacións sobre a entidade da *villa* e as súas características.

En concreto, estámonos referindo a tres obras: en primeiro lugar á vasta enciclopedia *Naturae Historiarum Libri*, escrita por Plinio o Vello a mediados do século I d.C. Destacan

⁴ Para un encadramento e estudo máis desenvolvido sobre o autor e a súa obra (tanto de Catón como dos que se falará mais adiante) véxase BAYET, 1975, 89-96, 196-203, 337 e 386-388, MARTIN, 1971, 81-94 e 211-374 e WHITE, 1973, 439-497. Unha boa introducción sobre cada autor e obra en concreto tamén pode ser atopada nas primeiras páxinas das diferentes edicións consultadas (*Vid.* o capítulo de Fontes en Bibliografía).

esencialmente os libros XVII, XVIII e XIX, centrados no tema da agricultura e arboricultura. O carácter enciclopédico — e de aí a grande cantidade de datos que transmite — é a súa principal característica.

Tamén de carácter técnico, aínda que neste caso non agrícola senón arquitectónico, é a obra de Vitruvio titulada *De Architectura*, 10 libros escritos moi probablemente na primeira metade do século I d.C. Interésanos especialmente o conxunto de opinións expresadas sobre a entidade da *villa* e os seus caracteres constructivos, recollidos maioritariamente no capítulo 6 do libro VI.

A terceira obra á que faciamos referencia caracterízase polo seu enciclopedismo e a súa cronoloxía xa moi tardía. Estamos falando das vastas *Etymologiarum*, unha inmensa compilación en máis de 20 libros de todo o saber romano tardío, escrita por Isidoro de Sevilla nos finais do século VI d.C. O libro XV — titulado de *De aedificiis et agris* — será o que nos resulte de maior utilidade, en especial os capítulos 12 — *De aedificiis rusticis* — e 13 — *De agris* —.

O segundo bloque de fontes consultadas son as de tipo xurídico⁵. De entre elas só falaremos de unha: o Dixesto ou Pandectas. Como é sabido, esta obra foi composta baixo o mandato de Xustiniano nos anos 528-535 d.C., formando parte dun magno proxecto de codificación de todo o Dereito Romano denominado *Corpus Iuris Civilis*, do que o Dixesto se ocupa da compilación de tódalas obras xurídicas clásicas. Para nós será de especial utilidade o libro L, sobre todo no seu capítulo 16, titulado *De verborum significatione*.

Quedan, por último, as fontes escritas clásicas de carácter non técnico ou enciclopédico⁶, ou sexa, aquelas de tipo simplemente literario. A realidade das *villae* era patente e tanxible no mundo romano, e moitos escritores fixéronse eco da mesma na súa produción literaria dun xeito mais ou menos directo. Dado que a gran maioría destas obras son sobradamente conecidas, só citaremos a continuación algúns autores e escritos que nos foron útiles, engadíndolles o único dato da súa cronoloxía: *De bello Gallico* de César e a correspondencia de Cicerón na primeira metade do século I a.C.; *Ab urbe condita* de Tito Livio na segunda metade do século I a.C.; os *Annales* e as *Historiarum* de Tácito, os *Epigrammata* de Marcial e os panexíricos e epístolas de Plinio o Novo na segunda metade do século I d.C.; por último, os epigramas e epístolas de Ausonio no século IV d.C. e as poesías e cartas de Sidonio Apolinar xa no século V d.C.

⁵ Aínda que o seu carácter non é exclusivamente xurídico, tamén poderían ser incluídas dentro deste grupo as obras dos chamados agrimensores (*Gromatici veteres*), escritores técnicos sobre o sistema de repartición de terras (centuriación) e os seus diferentes sistemas de posesión e explotación. Están editados por K. LACHMANN (Berlín, 1848-1852) e por C. THULIN (Leipzig, 1913).

⁶ Tamén de carácter non técnico, e ás veces incluso literario, son as fontes epigráficas. A súa utilización para o estudo e definición da *villa* aínda é claramente deficitario, a pesar de que as súas posibilidades de explotación neste sentido son grandes, como de feito xa se ten demostrado nalgún estudo rexional (BAUMANN, 1983, 50-63). Só a título de exemplo repárese no texto desta lápida funeraria africana: ... *et Numidae campos nostra manus secuit | hic labor et vita parvo con (ten) ta valere | et dominium fecere domus et villa paratata | et nullis oppibus indiget ipse domus | et nostra vita fructus percipit...* (CIL, VIII Supl., 11824).

III. O Concepto Latino de *Villa*

Presentadas e contextualizadas as diversas fontes que informan este artigo, estamos xa en boas condicións para tentar aprehender o que nelas se nos di sobre a entidade da *villa*. E velaquí a nosa primeira sorpresa cando comprobamos que o contido semántico do sustantivo non é unívoco, ou sexa, que é empregado para designar realidades aparentemente diversas, que van desde o uso como sinónimo de campo ata nomear unha luxosa mansión residencial ás portas da cidade, pasando por indicar unha granxa ou un pequeno e illado refuxio rural. Unha variedade que parece, en principio, non apta para poder falar da *villa* como dunha realidade o suficientemente homoxénea. Pero tampouco hai por que se alarmar: é lóxico pensar que ó longo dos séculos en que se desenvolveu a *villa*, e sobre todo a partir dos últimos tempos da república, esta se fose transformando á par da evolución socioeconómica e histórica, xerando así distintos tipos e categorías para propios romanos (HARMAND 1957, 157; PERCIVAL 1976, 15). Por outra parte, dunha lectura profunda das fontes tamén é posible deducir que, a pesar do xenérico do termo, na concepción romana sempre existiu unha acepción central e nuclear que, por extensión dalgún dos seus componentes, foi xerando novas acepcións, pero sempre en relación con ese significado central aglutinante. Este será precisamente o que tentaremos coutar e definir a continuación (*Vid.* CADRO II).

1. Características xerais

O mellor sistema para comezar consiste en procurarmos illa-los puntos comúns en que coinciden tódalas fontes consultadas. Curiosamente, así como non existe unha excesiva unanimidade en decidir que é unha *villa*, polo contrario sí que parece existir un completo acordo en determina-lo que non é, ou mellor dito, en definila por oposición a outros conceptos que se lle asemellan pero que non son por unha ou outra razón. Neste sentido, tres puntos móstransenos como esenciais:

- a) A *villa* é un fenómeno exclusivamente característico do campo, exclusivamente rural; oposto, polo tanto, a tódalas manifestacións urbanas similares.
- b) A *villa* implica necesariamente romanidade; fenómenos parecidos que non a presentan ou que non chegan a acadala coa suficiente intensidade non merecen tal categoría.
- c) A *villa* designa un tipo moi determinado de hábitat rural, caracterizado polo seu illamento, a súa individualidade e a súa unifamiliaridade; diferénciase así de calquera outra tipoloxía de hábitat rural.

Sobre o primeiro punto existe unanimidade en tódalas fontes consultadas. Cando Tito Livio ou Tácito falan dalgunha *villa*, fano sempre referíndose a casas ou construcións illadas

no campo⁷. Marcial insiste en que desexa marchar á súa *villa* para evitar así o ruído e mailo *stress* urbano⁸. Os agrónomos, pola súa parte, aceptan esta característica como obvia e evidente:

Nam quod extra urbem est aedificium, nihilo magis ideo est villa... (Varrón: *Rer. rus.* III, 2,6). Porque cando un edificio está fóra da cidade, nada mellor ca isto é unha *villa*...

pero é no Dixesto onde esta importante diferenciación adquire valores xurídicos:

Fundi appellatione omne aedificium et omnis ager continetur, sed in usu urbana aedificia «aedes», rústica «villae» dicuntur (L, 16, 211). Co nome de *fundus* designase todo edificio e todo campo, aínda que na cidade se adoita falar de *aedes* e no campo de *villae*.

A identificación de *villa* = campo chega a ser tal que nalgúns casos esta característica da ruralidade absorbe para si mesma todo o contido semántico da palabra: así, en certos contextos — nos agrónomos pódese comprobar doadamente — é mellor traduci-la locución *in villa* simplemente por «no campo», sendo este o sentido máis xenérico posible do termo⁹. Queda claro, pois, que a *villa*, sexa o que sexa, é un fenómeno exclusivamente rural; en ningún caso cabe falar de *villae* referíndose a casas ou campos situados dentro do recinto urbano (vila ou cidade), aínda que sexan case idénticas ás súas conxéneres do campo e mostren unha adicación agropecuaria (granxas) evidente (WACHER-RIVET 1974, 282-284).

No que atinxe ó segundo punto, tamén resulta bastante evidente o acordo alcanzado polas distintas fontes consultadas. César, cando fala en *De bello Gallico* do poboamento disperso que atopou á súa chegada á Galia, indícanos que, á parte de nos *oppida* e nos *vici*, vivían aquelas xentes en *privata aedificia*, insistindo mais adiante en que estes *aedificia* eran moitísimos, espallados por todo o territorio:

Helveti... oppida sua omnia... vicos... reliqua privata aedificia incendunt (I,5). *Agros, aedificia, vicosque habebant* (IV,43). *Hominum est infinita multitudo creberrimaque aedificia* (V,12). Os Helvecios incendian tódolos seus *oppida*, *vici*, e mailos restantes *privata aedificia*. Tinan campos, *vici* e *aedificia*. A cantidade de homes é infinita, e abundantísimos son os *aedificia*.

⁷ *Cerialis Insulam Batavorum hostiliter populatos agros villasque Civilis intacta nota arte ducum sinebat* (Tácito: *Hist.* V, 23) Devastada hostilmente a illa dos Bártaros por Cerial, este, seguindo a conecida táctica dos caudillos, deixaba intactos os campos e as *villae* de Civil. Neste mesmo sentido véxase tamén *Hist.* IV, 67, *Ann.* III, 46 e Tito Livio: *Ab urbe cond.* II, 62, 3-4.

⁸ *Nos transeuntis risus excitat turbae, et ad cubile est Roma. Taedio fessis dormire quotiens libuit, imus ad villam...* (*Epig.* LVII, 26-28) Espértame a risa do populacho, e é como se toda Roma estivese na mina cama. Aborrecido e fatigado, cando quero durmir voume para a *villa*...

⁹ PERCIVAL (1976, 14), sen embargo, manifesta a súa sospeita de que a palabra *villa* sexa unha palabra exclusivamente urbana, ou sexa, o termo con que se designa un lugar no campo pero desde o punto de vista do home da cidade: () empregaría a mesma verba un campesino para nomea-la súa propia granxa? É posible que non, aínda que o propio autor tamén sinala que resulta case imposible demostralo ou refutalo.

Varrón (*Rerum Rusticarum*) é moito mais explícito ó respecto: antes de que existise romanidade non cabía a existencia de *villae*, senón só de *casae* e *tuguria*:

Quod tempus si referas ad illum principium, quo agri coli sunt coepti, atque in casis et tuguriis habitabant (III, 1, 3). Se comparas a nosa época con aquela dos inicios, cando se comezaron a cultiva-los campos, e a xente vivía en *casae* e *tuguria*.

Na época tardorromana segue a manterse esta diferenciación entre *villa* por unha banda e *aedificium*, *casa* ou *tugurium* por outra, aínda que, evidentemente, xa non se insista tanto no feito do seu indixenismo entendido como falta de romanización (contra o remate do século VI d.C., cando Isidoro de Sevilla escribe as súas Etimoloxías, todo o mundo occidental recibira xa, en maior ou menor grao, certa influencia romanizadora) senón máis ben na súa dependencia de formas culturais romanas — a *villa* neste caso — e no seu indixenismo, pero agora entendido como pobreza e rusticidade:

Casa est agreste habitaculum palis, atque virgultis, arrundinibusque contextum, quibus possint homines tueri a vi frigoris vel caloris iniuria (...) *Tugurium casula est, quam faciunt sibi custodes vinearum ad tegmen sui... Hunc rustici capannam vocant* (XV, 12, 1-2). A *casa* é un habitáculo agreste, feito de madeiras, ponlas e canas entretecidas, feita para os homes se protexeren dos rigores do frío e mais do azoute da calor (...). O *tugurium* é un refuxio que constrúen os gardas das vinas para se abrigaren... A isto os campesinos chámanlle *capanna*.

Toda esta serie de edificios e construcións — *aedificia*, *tuguria*, *casae*, *capannae* — constitúen entidades e facendas rurais, en moitos casos de explícita adicación agropecuaria (granxas), pero nunca poderán ser consideradas dentro da categoría das *villae* xa que non presentan — e isto é o que perciben os autores clásicos — o mínimo nivel de romanidade necesario. Cabe concluir, pois, que a *villa* é un fenómeno exclusivamente romano, ou o que é o mesmo, que «es su romanidad, pues, el rasgo más general de la villa» (FERNANDEZ CASTRO 1982, 25) e que esta constitúe unha das creacións máis auténticas e xenuínas desta cultura. De todas maneiras, e de acordo co espírito romano, esto non impide que na realidade das *villae* se integren e asuman sustratos anteriores provenientes das diversas culturas indíxenas existentes nas diferentes rexións do Imperio. Este é o caso de moitas das estruturas exhumadas sobre todo na zona septentrional (*Gallia*, *Britannia*, *Helvetia*, *Germania*...), normalmente correspondentes ás tipoloxías denominadas basilical, de corredor e de pórtico (GORGES 1979; 111-118), resultado dunha asimilación de elementos indíxenas á par que dunha adaptación a unhas circunstancias climáticas bastante distintas das da área mediterránea (BOWEN 1969, 1-70; AGACHE 1976, 14-21 e 1978; DE BOE 1977, 37-45; BRANINGAN 1982, 81-96). Precisamente neste punto é onde a arqueoloxía ten maiores problemas xa que, así como non parece crear grandes dificultades distinguir se determinados vestixios romanos corresponden a unha casa illada no campo ou pertencen a un aglomerado urbano, resulta bastante máis problemático establecer cal é o grao de romanización mínimo que unha construción deste tipo debe posuír para ser considerada *villa* e non un simple *aedificium* (MANNING 1962, 56-58; RIVET 1969, 173-182; PERCIVAL 1976, 14-15; PREVOSTI 1981, 23-25).

Respecto ó último punto, as fontes tamén están bastante de acordo en que a palabra *villa* designa unha forma de poboamento rural illado e individual frente ó tipo colectivo que suponen os *oppida* (poboados fortificados) e sobre todo os *vici* (poboados rurais non fortificados)¹⁰. Partindo de aquí foise xerando outra das acepcións mais xenéricas con que se usa o termo, e é neste mesmo senso que a palabra é empregada por César¹¹, Tácito¹² ou Tito Livio:

Et ibi, quia hostibus moenibus se tenebat, vastati agri sunt. Incendiis deinde non villarum modo, sed etiam vicorum (Ab urbe cond. 11, 62, 3-4) E all, como o inimigo se refuxiaba tralas murallas, os campos foron devastados. De xeito que cos incendios, non só das *villae*, senón tamén dos *vici*...

Parece pois evidente que na concepción latina a *villa* indica un hábitat rural romano de tipo individual, individualidade que debe ser entendida nunha dobre vertente: por unha banda no sentido de illamento (as *villae* son casas e facendas espalladas polas agras), e por outra no de unifamiliaridade (a *villa* pertence e está construída para un romano — ou indíxena suficientemente romanizado — e a súa familia — no sentido latino do termo, ou sexa incluíndo servos e escravos—). Este último concepto resulta obvio nos agrónomos, para os que o *paterfamilias* sempre é presentado como o constructor e director das actividades da *villa* (Catón: *De ag. cul.* III, 2; Columela: *Rei rus.* I, 4, 8); por outra parte, a existencia en Roma dunha *Villa Pública*¹³, claramente diferenciada de tódalas outras de índole «privada», e os datos achegados polos estudos toponímicos¹⁴, reafirmanos no feito de que toda *villa* debe ter un propietario individual e nunca colectivo. Isto non obsta para que algunhas grandes *villae*, sobre todo baixoimperiais, atinxiran un alto nivel de riqueza e un considerable desenvolvemento constructivo que lles permitise — especialmente naquelas denominadas de plan diseminado — chegar a unha

¹⁰ A pesar de que tanto *villa* coma *vicus* derivan da mesma raíz, xa que etimoloxicamente ámbolos dous termos indican un lugar de habitación (LAFAYE-GRENIER, 1969, 870), as súas respectivas realidades históricas son bastante diferentes. Sobre a entidade dos *vici* véxase VAN BUREN, 1958b, GRENIER, 1969 e WIGHTMAN, 1976.

¹¹ Véxanse as citas correspondentes transcritas anteriormente.

¹² Véxase nota 7.

¹³ A *Villa Pública* era un edificio estatal de tipo administrativo situado no Campo de Marte —antigamente fora dos límites da cidade, de aí o calificativo de *villa*—. O feito de que absolutamente sempre que se fala dela se lle engada o adxectivo de «pública» é lóxico, xa que resulta imprescindible distingui-la de tódalas demais, de carácter privado e agropecuario, coas que en realidade ten moi pouco en común (LAFAYE, 1969, 891-892).

¹⁴ Unha boa parte da toponimia de orixe romana é a constituída polos nomes dos *possessores* donos de *villae*, *fundi* e outras propiedades rurais, xa que o sistema latino de denomina-las *villae* consiste en po-lo nome xenérico —ou sexa, *villa*— e determinalo co nome do seu propietario (normalmente sufixado en —ana ou en —aca), de maneira tal que unha *villa* propiedade dun *Lantius* se denominaría *villa Lantiana* ou *Lantiaca*. Deste xeito, topónimos actuais como Marignac (Garona-Francia), Antony (París-Francia), Cornellá (Cataluña), Triana (Andalucía), Marzá (Galicia) e Porçã (Minho), indicanno-la existencia de *villae* romanas propiedade de *Marinius*, *Antonius*, *Cornelius*, *Traius*, *Marcus* e *Porcius*. Como introducción ó tema da toponimia das *villae* romanas véxase LOGNON, 1920; BOBES, 1960-1961; PABON, 1953, 87-165; PIEL, 1947 e PÉREZ LOSADA, 1986, 42-103.

forma de poboamento rural próxima ó poboado¹⁵, pero non por iso deixan de ser «individuais» nos termos que acabamos de expor.

2. Aceptión central e nuclear

Temos xa ben delimitado o ámbito no que se vai desenvolver-lo concepto latino de *villa*: ruralidade, romanidade e individualidade. O desenvolvemento dalgunha destas características chegou a xerar, tal como vimos, acepcións xenéricas do termo, pero de tódalas maneiras será dentro dos límites marcados por estes tres parámetros onde chegaremos a establece-la súa entidade característica.

A acepción central, a máis común, a de uso máis xeralizado entre os agrónomos, podería ser definida nos seguintes termos: unha *villa* é unha construción romana, rural, illada e de tipo unifamiliar, que debe cumprir dúas condicións: por unha banda debe estar ó servizo da explotación da terra, ou sexa, debe ser unha granxa, un establecemento agropecuario nunha finca de produción (*fundus*); por outra, debe ser unha casa, unha construción doméstica que sirva de vivenda ocasional ou permanente, ó seu propietario e á súa familia¹⁶. Esta dobre funcionalidade móstrase clara para Varrón ou Columela:

Quid igitur, inquit, est ista villa, si nec urbana habet ornamenta neque rustica membra? (Varrón: *Rer. rus.* III, 2, 9) Preguntou (Axio): () qué *villa* é ésta que non ten nin os ornamentos urbanos nin as dependencias rústicas?

Modus autem membrorumque numerus aptetur universo consaepto et dividatur in tres partes: urbanam, rusticam, fructuariam (Columela: *Rei. rus.* I, 6, 1) As dimensións e mailo número de membros (da *villa*) deben estar adecuadas ó conxunto do recinto, e dividirse en tres partes: a urbana, a rústica e a fructuaria¹⁷.

Catón, pola súa banda, tamén participa desta idea e fálanos da existencia de dous tipos de *villa* — a *villa rustica* e a *villa urbana* — que se corresponden coas dúas partes, residencial e agropecuaria, que identificáramos como constitutivas da acepción central do termo:

¹⁵ Tal como ocorre nas *villae* hispánicas de Liédena (Navarra), Tossa de Mar (Gerona), La Cocosa (Badajoz) e Murias de Belono (Oviedo), segundo M. Cruz FERNANDEZ CASTRO (1982, 68).

¹⁶ Esta acepción é practicamente a mesma que expón G. Lafaye (LAFAYE-GRENIER, 1969, 870-871) no conecido Dicionario de Daremberg e Saglio. Lafaye insiste na unidade dos dous elementos —urbano e rústico— que componen o termo, indicando que tal división non deixa de ser artificial, explicable tan só pola comodidade que supón á hora da súa exposición e análise.

¹⁷ Esta idea da división da *villa* en tres partes é exclusiva de Columela; o resto dos seus colegas só falan de parte urbana e rústica. Non existe, sen embargo, ningún tipo de contradicción, xa que a *pars fructuaria* non é mais que un desdoblamento da parte rústica cando esta acada un tamaño considerable. Cando Varrón ou Catón falan da *villa rustica* normalmente xa inclúen dentro do concepto este tipo de estruturas (hórreos, adegas, celeiros, etc).

Patrem familiam villam rusticam bene aedificatam habere expedit, cellam oleariam, vinariam, dolia multa, uti lubeat caritatem expectare: et rei et virtuti et gloriae erit (III, 2) Convén que o *paterfamiliae* edifique a *villa rustica* de modo axeitado, onde dispoña dunha despensa para o aceite e dunha adega para o vino con moitos *dolia*, para así poder afrontar a carestía; nisto consistirá a súa facenda, a súa virtude e a súa fama.

Villam urbanam pro copia aedificato. In bono praedio si bene posiveris, rure si recte habitaveris, libentius et saepius venies; fundus melior erit, minus peccabitur, fructi plus capies (IV, 1) A *villa urbana* debe ser edificada de acordo coa fortuna persoal. Se a constrúes axeitadamente nunha boa finca e a dispós con bó empra-zamento de modo que esteas a gusto no campo, virás a ela de boa gana e a cotío; así o *fundus* ganará en calidade, cometeranse menos erros, e obterás unha maior cantidade de froitos.

Parece pois ben establecido que dentro do conxunto da *villa* deben diferenciarse dous componentes esenciais: a *villa urbana* ou construción adicada á residencia do propietario e familia, e a *villa rustica* ou construcións adicadas á explotación e cultivo do *fundus*. Agora ben, o propio feito de que ámbalas dúas partes sexan designadas precedidas da palabra *villa* —tal como se testemuna nos agrónomos en múltiples ocasións— e non de *pars*, *membrum* ou algún outro sustantivo que indique a súa pertenza a unha unidade superior, está a dármolo punto de partida de dúas novas acepcións do vocábulo *villa* esgazadas da acepción central e nuclear (*villa* = *villa urbana* + *villa rustica*) que acabamos de expor. Dito con outras palabras: *villa* designa o conxunto, pero tamén serve para designa-las partes, independentemente de que estas formen un todo ou sexan tomadas de modo illado e autónomo. Quere isto dicir que para un romano a *villa* por antonomasia é aquela construción rural romana que aúna residencia e explotación agropecuaria, pero isto non obsta para que tamén poidan ser consideradas *villae* tanto aquela casa de campo onde mora unha familia romana — aínda que non se adique á explotación agropecuaria, nin tena construcións destinadas ó tal fin —, coma aquelas construcións agropecuarias necesarias para a explotación dunha finca — aínda que non tenan ningún tipo de parte residencial propiamente dita —. As partes roubaron para si mesmas o contido da palabra que debería designar exclusivamente o todo. De todas maneiras, a acepción central e nuclear, a *villa* por excelencia, continúa a se-la expresada nun principio.

3. A *villa urbana*

É precisamente a derivación urbana do termo o que permite que este poida ser usado para denominar algúns tipos de construcións un tanto afastadas da «casa residencial e agrícola» orixinaria. Estámonos referindo, por unha banda, ás luxosas casas de recreo suburbanas e ás grandes casas solaregas senoriais, e por outra, ós agradables e sinxelos refuxios campestres do cidadán. Todos estes tipos non son máis que variantes doutra das acepcións da palabra *villa*, a de luxosa residencia campestre de recreo, probablemente a que goza dunha maior extensión e

difusión¹⁸.

Marcial constitúe a nosa mellor fonte de información para conecermos eses pequenos refuxios periurbanos que acabamos de sinalar. As súas características, dun xeito resumido, poderían se-las seguintes: constitúen o refuxio do cidadán que desexa fuxir das presas, intrigas e movemento urbanos (*Epig.* XII, 57, 26-28); ubícanse en lugares privilexiados pola súa tranquilidade, benignidade do clima ou beleza da paisaxe (*Epig.* V, 71; XII, 31); distínguense polo seu escaso luxo e fastuosidade (*Epig.* X, 96, 11-12), entroncando coa vella tradición agrícola romana que ve na *villa* unha casa solarega, pero sinxela e modesta — *rusticitas* — (*Epig.* I, 55, 1-4). De todas maneiras, a existencia real deste tipo de *villae* - refuxio debeu de ser moi limitada (non existen probas arqueolóxicas ó respecto) senón inexistente (é posible que na descrición de Marcial haxa máis de literatura que de realidade, dado que as súas propias *villae* non deberían ser nin tan pequenas nin tan austeras como nolas pinta). Por outra parte, tamén resulta lóxico pensar que moitos destes refuxios cidadáns non serían máis que as casas solaregas dos seus antepasados, de clara vocación agropecuaria, aínda que agora probablemente contando cunha parte urbana resaltada e ampliada.

Pero a nosa maior teima radica en conee-la entidade e características desas grandes e luxosas casas campestres de recreo, suburbanas e/ou solaregas, que citabamos en primeiro lugar. Bos exemplos das mesmas podemos encontralos tanto nas fontes clásicas como nas memorias de excavación; véxanse, a título indicativo, os casos das *villae* propiedade de Plinio o Novo situadas en *Laurente* (*Epist.* II, 16-17), nas cercanías de Roma, e mais en *Tifernium* (*Epist.* V, 6) na Toscana (TANZER 1924); as luxosas mansións da baía de Nápoles (D'ARMS 1970), incluíndo a famosa *Villa dei Misteri* suburbana de *Pompeia* (MAIURI 1932); ou as conecidas *villae* imperiais de *Piazza Armerina* en Sicilia (GENTILI 1956; AMPOLO *et alii* 1971, 141-281) e de Hadriano en Tívoli (AURIGEMMA 1955; VIGHI 1958). Moitas destas *villae*, en especial as dúas últimas, pertencen xa á categoría da chamada *villa aulica*, ás veces tamén denominada *praetorium*¹⁹ e incluso *palatium*²⁰, isto é, *villae* palacianas, caracterizadas polo seu gran tamaño e desenvolvemento constructivo a imitación artística e arquitectónica da

¹⁸ Esta grande extensión e difusión explícase fácilmente con base en varias razóns: en primeiro lugar, a nivel arqueolóxico, a inmensa maioría dos xacementos excavados corresponden exclusivamente a *villae urbanae* (das que os mosaicos adoitan se-los seus mellores representantes), sendo realmente escasas as exhumacións de *villae rusticae*; en segundo lugar, a nivel de fontes clásicas, as pasaxes máis conecidas e divulgadas son aquelas referentes ás maxestuosas *villae aulicae* imperiais ou ás palacianas *villae suburbanae* da aristocracia romana (Plinio o Novo, Cicerón, etc); en terceiro e último lugar, a nivel lingüístico, algunhas linguas —o castelán por exemplo— aínda conservan como primeiro significado da palabra romance «villa» a de unha illada casa campestre de recreo.

¹⁹ Paladio (*Op. agr.* I, 11) prefere utilizar este termo, así como tamén o emprega o Dixesto nalgunha ocasión (XL, 7, 15). Obsérvase que ámbalas dúas fontes son tardías.

²⁰ Este termo é empregado nas fontes clásicas exclusivamente para se referir ás maxestuosas villas áulicas imperiais, aínda que, se atendemos ós datos toponímicos, o seu uso non debeu de ser tan restricto, posto que é moi probable que algúns dos topónimos galegos «pazo» e portugueses «paço», abundantísimos no NW da Península Ibérica, remonten ata o *palatium* latino (PÉREZ LOSADA 1986, 61-63 e informacións orais de C.A. Brochado de Almeida).

Corte Imperial (GORGES 1979, 127-133).

As fontes consultadas destacan dous aspectos principais que caracterizan estas *villae urbanae*. O primeiro consiste na presenza nestas casas campestres dun alto nivel de refinamento e luxo material complementado, na maioría dos casos, cunha boa dose de bó gusto e valor artístico. Deste xeito, mármore traballados, paredes estucadas e pintadas, pavimentos de mosaico, etc. móstranse como elementos comúns a estas construcións:

Sed non haec, inquit, villa, quam aedificarunt maiores nostri, frugalior ac melior est quam tua illa perpolita in Reatino? Nunc ubi hic vides citrum aut aurum? Num minium aut armenium? Num quod emblema aut lithostrotum? (Varrón: *Rer. rus.* III, 2, 3-4) () Acaso non é esta *villa* que construíron os nosos antepasados máis austera e mellor ca esa túa de Reate? () Onde ve-la madeira de cedro ou o ouro, o vermellón ou o azul, o pavimento de cores ou o mosaico?

Tua oblita tabulis pictis nec minus signis (Varrón: *Rer. rus.* III, 2, 5) A túa (*villa*) está decorada con pinturas, por non falar das estatuas.

Num minus villa tua erit ad angulum Velini, quam neque pictor neque tector vidit umquam, quam in Rosia quae est polita opere tectorio eleganter, quam dominus habes communem cum asino? (Varrón: *Rer. rus.* III, 2, 9) () (Non cres que) a túa *villa* na aba do Velino, a que nunca viu nin o pintor nin o estucador, é menos ca aquela que hai en Rosia decorada elegantemente con toda a arte do estuco, que posúes xunto co teu asno?

De igual maneira, o luxo material tamén se mostra, á parte de nos materiais e nos traballos, nas propias estruturas habitacionais da *villa*. É evidente que esta, en canto residencia rural, non debe diferenciarse moito dos modos constructivos da *domus* urbana — polo menos así é como nola presenta Vitruvio²¹ —, e así, ó igual ca esta, e dependendo do maior ou menor nivel de riqueza acadado, adoita presentar adros ou peristilos columnados, espazos habitacionais calefactados por *hypocaustum* e incluso pequenos complexos termais, diversos e variados *cubicula*, e cuartos xa dunha maior importancia como poden se-lo *triclinium* (comedor), o *tablinium* (galería decorada, arquivo) ou o *oecus* (salón de recepción e audiencia, normalmente absidado)²². A *villa*, sen embargo, diferénciase da *domus* nalgún caso polo maior tamaño e nivel de riqueza atinxido, pero especialmente pola súa apertura ó exterior,

21 *Si quod delicatius in villis faciendum fuerit, ex symmetriis quae in urbanis supra scripta sunt constituta* (VI, 6, 5) Se quixeses facer algo máis elegante na *villa*, segue as normas da simetría establecidas máis arriba para os edificios da cidade. En idéntico sentido maniféstase en VI, 5, 3.

22 Sobre a realidade arqueolóxica dalgunhas destas estancias *vid.* LAVIN 1962, 1-72; MCKAY, 1975; FERNANDEZ CASTRO 1982, 200-214 e ALONSO SANCHEZ 1983, 199-206. Sobre os hipocaustos véxase DEGBOMONT, 1984. Prefiño non entrar en cuestións máis amplas e interesantes como poden se-las planimetrías e tipoloxías xerais destas *villae* e a súa distribución, xa que isto excedería das proporcións do artigo. Tampouco o farei ó falar das *villae rusticae* por idénticas razóns. Como breve e concisa introducción ó tema véxanse os cadros tipolóxicos establecidos por J.G. GORGES (1979, 116 e 121) tanto para o Imperio en xeral como para Hispania en particular.

pola súa conexión coa paisaxe, fronte ó aspecto do pechamento sobre sí mesma que acostuma presenta-la *domus* de peristilo urbana. Os xardíns, as terrazas, os miradoiros, os pórticos e as galerías, normalmente columnados, móstranse deste xeito como altamente característicos destas *villae urbanae*:

Digna memoratu villa est, ab Averno lacu Puteolos tendentibus imposita littori, celebrata porticu ac nemore, quam vocabat Cicero Academiam (Plinio o Vello: *Nat. Hist.* XXXI, 3) Digna de mérito é a *villa* situada na costa para os que van desde o lago Averno ata Puteoli, coa súa característica columnata e o seu bosque, á que Cicerón chamaba Academia.

In cornu porticus amplissimum cubiculum triclinio occurrit; aliis fenestris xystum, aliis descipit pratum, sed ante piscinam, quae fenestris servit ac subiacet (Plinio o Novo: *Epist.* V, 6, 23-25) Nun extremo do pórtico, un amplísimo cuarto dá ó comedor; unhas ventás miran á terraza, outras á pradeira; xusto por baixo diante delas hai un estanque.

O segundo aspecto que debe caracteriza-la *villa urbana* é que sexa un lugar agradable para vivir, un sitio cómodo onde pasa-los momentos de *otium* e descansar lonxe do movemento urbano, unha paraxe tranquila, benigna e de gran beleza; dito dun xeito latino: un lugar que tena *amoenitas*. Este factor conséguese en boa parte, tal como acabamos de ver, ó traveso da riqueza, luxo e refinamento da construción, pero tamén inflúen no mesmo outra serie de elementos, en especial a elección do emprazamento topográfico²³ — amplitude e beleza da paisaxe, benignidade do microclima, auga próxima, etc. — e as propias actividades que se desenvolven no seu interior; neste senso, as mais documentadas son as de tipo artístico (estatuas, estucos e mosaicos son boa proba delas) e sobre todo as de tipo intelectual, principalmente lectura e escritura:

Cum enim villam haberes opere tectorio et intestino ac pavimentis nobilibus lithostrotis spectandam et parum putasses esse. Ni tuis quoque litteris exornati parietes essent (Varrón: *Rer. rus.* III, 1, 10) Porque se tiveses unha *villa* admirable polos seus traballos de estuco e taraceado, ademais dos pavimentos de mosaico, non sería suficiente ata que as paredes tamén estivesen adornadas cos teus propios escritos.

Iam super penum vel supellectilem copiosam thesauris bibliothecalibus large refertus (Sidonio Apolinar: *Epist.* VIII, 4, 1) E ademais das provisións e dos abundantes mobles está (a túa *villa*) moi ben provista de tesouros bibliográficos.

²³ A cuestión da ubicación e o emprazamento topográfico das *villae* será tratado mais adiante en pormenor.

En resumo: na concepción latina enténdese por *villa urbana* unha residencia campestre o máis ampla, cómoda e luxosa posible, situada en lugares privilexiados pola súa beleza e benignidade, onde a vida resulta agradable e tranquila entre estucos e mosaicos, xardíns e galerías, obras de arte e adicacións intelectuais.

Todas estas características tenen no nivel arqueolóxico a súa correspondencia nas múltiples *villae urbanae*, algunhas delas realmente impresionantes polo tamaño e grao de riqueza atinxido, exhumadas nas diferentes rexións do Imperio; exemplos senlleiros son Settefinestre (Italia), Haccourt (Bélxica), Montmaurin (Francia), Fishbourne (Inglaterra), Liédena (España) ou São Cucufate (Portugal), só por citar aqueles máis coñecidos²⁴. A inmensa maioría destes xacementos presentan tamén a súa correspondente *pars* ou *villa rustica* (por desgracia en poucos casos excavada na suficiente extensión), formando o conxunto, polo tanto, unha *villa urbano-rústica*, ou sexa, unha *villa* no pleno sentido do termo latino. Exemplos de casas rurais exclusivamente residenciais son difíciles de atopar fóra dos ámbitos suburbanos das grandes cidades — en especial Roma ou Pompeia — da península italiana (véxanse os exemplos citados máis arriba). Quero con isto sulinar que este tipo de acepción que identifica *villa* cunha luxosa construción rural exclusivamente residencial — acepción que xorde contra o fin da República e primeiros tempos do Imperio — ten unha correspondencia arqueolóxica relativamente limitada e que ademais xa xeraba polémicas entre os propios romanos, tal como nos ilustran as discusións entre Apio e Axio sobre o particular recollidas por Varrón no libro III do seu *Rerum Rusticarum* (MARTIN 1971, 257-286).

4. A *villa rustica*

A derivación rústica do termo *villa*, ou sexa, aquela que identifica *villa* cunha granxa, ou o que é o mesmo, co conxunto de edificacións agropecuarias necesarias para pór en explotación un campo, está na orixe da propia concepción latina da verba; en efecto, cando xorde o neoloxismo *villa* nos primeiros tempos republicanos faise precisamente para tentar concretar unha realidade nova para a que os termos en uso — *hortus*, *ager*, *patrimonium* ou *fundus* — xa resultaban francamente insuficientes (FERNANDEZ CASTRO 1982, 23; MANSUELLI 1966, 1167). Plinio o Vello é moi explícito ó respecto:

In XII Tabulis legum nostrarum nusquam nominatur villa, semper in significatione ea hortus, in horti vero heredium... (Nat. Hist. XIX, 4, 19) Nas nosas Leis das XII Táboas nunca se fala de villa, senón sempre de hortus en idéntico sentido, e de heredium no senso de hortus...

Esta unión inseparable de *villa* e terra, de *villa* e explotación agropecuaria, continuará

²⁴ Unicamente citarei como referencia unha monografía por xacemento: CARANDINI-RICCI, 1985; DE BOE, 1974, 1975 e 1976; FOUET, 1969; CUNLIFFE, 1971; TARACENA AGUIRRE, 1949 e 1950; ALARCÃO, 1981.

estando patente durante a República e o Imperio; boa proba disto é a opinión de Varrón, para quen unha *villa* que sexa exclusivamente rústica non é por iso menos *villa* ca unha de tipo urbano-rústico:

Cum significasset nutu nihilo minus esse villam eam quae esset simplex rustica, quam eam quae esset utrumque, et ea et urbana... (*Rer. Rus.* III, 2, 10) E como manifestara mediante un xesto que unha *villa* que fose exclusivamente rústica non era menos ca aquela que fose urbana e rústica a un tempo...

Por outra parte, no nivel arqueolóxico, a meirande parte das definicións de *villa* achegadas polos diferentes investigadores inciden esencialmente neste aspecto de indisolubilidade de *villa* e explotación agropecuaria: comezando polas definicións xa clásicas de Albert GRENIER (1931, 782) ou R.G. COLLINGWOOD e I. RICHMOND (1930, 113) ata as máis recentes dadas por A.L.F. RIVET (1969, 177), M. BIRÓ (1974, 23) ou V.H. BAUMANN (1983, 15), todas elas insisten en que a *villa* é, ante todo, unha granxa, unha explotación agropecuaria romana²⁵, identificación en absoluto gratuita, xa que na realidade arqueolóxica das *villae* das diferentes rexións onde traballaron e traballan estes investigadores (*Britannia, Gallia, Pannonia*, etc.) o carácter agropecuario das *villae* predomina, con moito, sobre a súa función residencial.

Paga a pena, polo tanto, insistir en que, tanto tendo en conta a orixe e maila evolución do concepto, coma a realidade arqueolóxica nas distintas rexións do Imperio, a *villa* debe ser entendida como unha vivenda no campo (función residencial) pero esencialmente para vivir do campo (función productiva agropecuaria), e que é este último aspecto a que maiormente a caracteriza como tal.

Pasemos a continuación a sistematizar e individualiza-los diferentes caracteres recollidos nas fontes clásicas que definen esta *villa rustica*. O primeiro deles é claro e evidente: a relación directa e recíproca do *fundus* ou finca de explotación; este determina case todo na entidade da granxa: o seu tamaño — dependendo da extensión do *fundus* — pero tamén o seu grao de produtividade — dependendo da fertilidade dos solos e da presenza ou ausencia de auga para irrigación—. Neste punto a coincidencia das fontes é asombrosa:

Et cum villa non sine fundo magno et eo polito cultura... (Varrón: *Rer. Rus.* III, 2, 5) E como a *villa* non é tal se non está en relación cun gran *fundus* e de cultivo coidado...

25 «Isolée dans la campagne, la villa est le centre de l'exploitation d'un domaine» (GRENIER); «Villa, in latin, means a farm. It is an economic term; it refers to the fact that the place so designated is an agricultural establishment» (COLLINGWOOD-RICHMOND); «Villa, in latin, means a farm, but a farm which is integrated into the social and economic organization of the Roman World» (RIVET); «The villa is one of the most frequent independent economic units of Roman agriculture that cannot be divided into smaller units. The villa is constituted by a built-in the centre of the estate and the land used in one form or another» (BIRÓ); «Villa-ei rustica, ramasa o simpla ferma taranesca, îl corespund gospodariile izolate din mediul rural, compromis intre simplitatea adeseori extrema a primelor villae italice si tendinta spre imitatie si confort caracteristica provinciilor romane» (BAUMANN).

Magnitudines earum ad modum agri copiasque fructuum comparentur (Vitruvio: *De Arch.* VI, 6, 1) As dimensións destas (das *villae*) son proporcionais ás dos campos e ás das cantidades de froitos que proporcionan.

At minora cum sunt, quam postulat fundus, dilabitur fructus (Columela: *De re rus.* I, 4, 7) E cando (as construcións) son menores do que esixe o *fundus*, daquela pérdense os froitos.

Ita aedificies, ne villa fundum quaerat neve fundus villam (Catón: *De agr. cult.* III, 1) Cando constrúas, coida que nin a *villa* sexa desproporcionada ó *fundus*, nin este sexa inaxeitado a aquela.

Por outra parte, a tipoloxía e aptitudes dos *fundi* tamén vai determinar, aínda que non exclusivamente²⁶, a adicación e finalidade das *villae rusticae* (o que implica construcións dun ou doutro tipo), xa que, dependendo do clima e dos solos, estas poden especializarse nos cultivos de horta, no cerealismo extensivo, na produción de vino ou aceite, ou mesmo na gandería, por poner algúns exemplos. De aí a clara advertencia de Varrón:

Terra, inquam, cuius modi sit refert ei ad quam rem bona aut non bona sit (*Rer. Rus.* I, 9, 1) Como dixen, hai que coñecer a calidade da terra e para que produtos resulta boa e para que outros non é.

De tódalas maneiras, e malia o determinismo que os *fundi* imponen sobre as *villae rusticae* potenciando a construción de certas estruturas e desaconsellando o desenvolvemento doutras, unha granxa presenta, ou debe presentar, conforme os agrónomos latinos, toda unha serie de construcións de tipo funcional altamente características que tentaremos clasificar e sistematizar a continuación²⁷:

Un primeiro grupo de construcións serían as adicadas á conservación e almacenamento dos diversos produtos agrícolas, destacando entre elas os *horrea* (Vitruvio: *De Arch.* VI, 6, 5; Columela: *Rei rus.* I, 6) — horreos, celeiros — e as *cellae vinaria et olearia* (Catón: *De agr. cul.* III, 2; Vitruvio: *De Arch.* VI, 6, 2-3) — adega para o vino e despensa para o aceite—.

O segundo grupo corresponde ás estancias destinadas ó traballo agropecuario, en especial aquelas construcións necesarias para a transformación e elaboración dos produtos agrícolas, tales como a *area* (Varrón: *Rer. rus.* I, 13, 15; Columela: *Rei rus.* I, 6) —a eira— ou o *torcular* (Vitruvio: *De Arch.* VI, 6, 2) —lagar, tanto para o vino coma para o aceite—, pero tamén aquelas outras adicadas a garda-la ferramenta de traballo, os *tecta* (Varrón: *Rer. rus.* I, 13, 12; Columela: *Rei rus.* I, 6) —os alpendres ou pendellos—.

²⁶ Evidentemente, na elección dos cultivos ou gandería que se van producir nun *fundus* determinado tamén inflúen grandemente as razóns de tipo económico e comercial: grao de demanda e nivel de prezos de determinados produtos, cercanía de mercados consumidores, posibilidades de transporte, etc. De tódolos xeitos para o caso das pequenas *villae* de autoconsumo e incluso para as autónomas e autosuficientes *villae* baixoimperiais é lóxico pensar que cultivasen e producisen aqueles cultivos e gandos máis axeitados ó terreo onde se sitúan.

²⁷ Sobre a realidade arqueolóxica dunha boa parte deste tipo de construcións véxase RICKMAN, 1971, MORRIS, 1979 e AKERRAZ-LENOIR, 1981-1982.

En terceiro lugar témo-lo conxunto de estruturas adicadas ó aloxamento e explotación do gando e animais de curral; destacan esencialmente os *stabula* (Vitruvio: *De Arch.* VI, 6, 2; Paladio: *Opus agr.* I, 18, 20), tanto sexan de bois — *bubilia*—, cabalos —*equile*—, ovellas —*ovilla*— ou cabras —*caprilia*—, como tamén os propios currais, normalmente adicados á cría de lebres —*leporaria*— (Varrón: *Rer. rus.* III, 3, 2) ou ben de aves en xeral: galiñas, faisáns, pombas —*aviaria: gallinaria, ornithones, columbaria*— (Varrón: *Rer. rus.* III, 3, 1). Dentro deste mesmo grupo tamén poderían ser incluídos os viveiros de peixe —*vivaria*— (Varrón: *Rer. rus.* III, 17, 2) e os enxamios de colmeas —*mellaria*— (Varrón: *Rer. rus.* III, 2, 13 e III, 16, 10).

Quedan, por último, unha serie de construcións funcionais de tipo infraestructural de máis difícil caracterización cás anteriores. Destaca esencialmente o patio central ou *cohors* (Vitruvio: *De Arch.* VI, 6, 1; Varrón: *Rer. rus.* I, 13, 1), patio que normalmente centraliza e intercomunica tódalas dependencias agropecuarias anteriormente citadas, aínda que a súa tipoloxía e tamaño pode ser enormemente variada (aberto ou fechado, regular ou irregular, limitado ou extenso, etc). Outro tipo de construcións de tipo funcional, como poden se-la cociña —*culina*— (Vitruvio: *De Arch.* VI, 6, 1) ou mesmo o cuarto do capataz e encargado, a *cella villici* (Varrón: *Rer. rus.* I, 13, 1), normalmente tamén se integran na estrutura da *villa rustica*, aínda que ás veces dependen directamente da *urbana*.

En resumo: segundo os autores clásicos, defínese e caracterízase a *villa rustica* pola súa dependencia directa do *fundus*, que é quen vai determina-lo seu tamaño e maila súa tipoloxía, así como pola estricte funcionalidade agropecuaria dos seus edificios, xerando deste modo construcións altamente características e definitivas como as que acabamos de sinalar.

5. Unha ubicación privilexiada e altamente característica

A cuestión da ubicación das *villae*, tanto a nivel xeográfico en xeral como a nivel topográfico en particular, é un dos puntos no que máis insisten as fontes consultadas — en especial os agrónomos — e que máis axuda a caracterizalas e definilas fronte a outros tipos de poboamento rural existentes na época romana; en efecto, as informacións recollidas coinciden en que as *villae* presentan, ou deben presentar, unha ubicación altamente característica e definitiva dentro da súa variedade, dato este que aínda hoxe presta un gran servizo á arqueoloxía á hora de prospectar e identificar este tipo de xacementos no terreo (SCAGLIARINI CORLAITA 1982, 340). Unha tentativa de sistematización dos patróns ubicacionais das *villae* segundo refiren as fontes é o que tentaremos facer a continuación (*Vid.* CADRO I).

A zona e o lugar concreto onde, conforme os agrónomos, debe situarse unha *villa*, obedece a dous tipos de condicionantes, económicos e habitacionais, en relación directa coa súa dúplice funcionalidade — agropecuaria e residencial —. Poderíamos resumi-los condicionantes de tipo económico nos tres puntos seguintes: 1.º De acordo coas súas finalidades agropecuarias, a *villa* debe ser implantada nunha zona onde a terra potencialmente cultivable sexa abundante e, sobre todo, da maior fertilidade posible:

In bona regione bene nitere oportebit (...) solo bono, sua virtute valeat (Catón: *De Agr. cul.* I, 2) Nunha boa rexión deberá destacarse a súa riqueza (...) e ser convenientemente valorada pola calidade e fertilidade dos solos.

Fundum sicuti ne fecundissimi quidem soli, cum sit insalubris, ita nec effeti, si vel saluberrimus sit, parandum (Columela: *Rei rus.* I, 4, 2) De xeito que, así como non se debe comprar un *fundus* de solo fértilísimo pero insalubre, tampouco se debe adquirir un de solo estéril aínda que sexa moi saudable.

Así se explica o feito de que normalmente sexan rexeitadas as zonas de excesiva altitude, pendentes moi acusadas ou terra de escasa calidade. Soamente no extraño caso de que a *villa* sexa exclusivamente *urbana* podería ser esquecido este tipo de condicionamento, aínda que nunca na súa totalidade. 2º) Unha *villa* debe estar ben comunicada, tanto para permiti-la saída cara ó exterior da súa produción agropecuaria (mercado local, rexional, interprovincial e incluso a longa distancia), como para posibilita-la chegada dos produtos de luxo urbanos (cerámicas finas, obxectos de arte, etc) que necesita. Neste sentido é moi característica a súa situación en zonas costeiras, facilmente comunicables por navegación marítima, e incluso ás veces na propia ribeira: *villa a mare*²⁸; outras ubicacións típicas son nas cercanías dos grandes ríos navegables, ou ben perto dalgunha vía terrestre importante, aínda que sempre se recuse, por razóns de seguridade e tranquilidade, a súa implantación xusto adxacente ás mesmas:

Eundem fundum fructuosiore faciant vecturae, si via sunt, qua plaustra agi facile possint, aut flumina propinqua, qua navigari possit (Varrón: *Rer. rus.* I, 16, 6) A posibilidade de transporte fai que o *fundus* sexa máis avaxoso, ben contando cunha *via* por onde poidan transitar doadamente os carros, ben tendo cerca un río que sexa navegable.

Quod si voto fortuna subscribit, agrum habebimus (...) nec procul a mare vel navigabili flumine, quo deportari fructus et per quod merces invehiri possint (Columela: *Rei rus.* I, 2, 3) Xa que se a fortuna axuda os nosos desexos, entón teremos un *ager* (...) non afastado do mar ou dun río navegable, posibilitando así a exportación dos froitos e a importación das mercadorías.

Eademque semper mare recte conspiciit, cum pulsatur ac fluctu respergitur, numquam ex ripa, sed haud paulum summo a litore (Columela: *Rei rus.* I, 5, 5) E esta (a *villa*) sempre estará ben situada mirando ó mar, tocada polo mesmo e salpicada polas ondas, nunca afastada da ribeira e tampouco lonxe da liña costeira.

Multum conferre agris iter commodum (...) ad invehenda et exportanda utensilia, quae res frugibus conditis auget pretium et minuit impensas rerum invectorum (Columela: *Rei rus.* I, 3, 3) Un bó camiño é utilísimo para os *agri* (...) xa que facilita tanto a importación como a exportación dos produtos, aumentando o valor dos exportados e diminuíndo o dos de importación.

²⁸ Sobre a cuestión arqueolóxica referente a este tipo de *villae*, especialmente abundantes na costa italiana e norteafricana, véxase GATTI, 1957, 285-305.

Propter quae censeo eius modi vitare incommoda villamque nec in via nec a via procul editiore situ condere (...). Haec autem praetereuntium viatorum populationibus et adsiduis devertentium hospitibus infestat rem familiarem (Columela: *Rei rus.* I, 5, 7). Deste xeito coído que convén evitar incomodidades e non construí-la villa nin na via nin xunta a via cerca dunha zona pestilente (...) Estes (os camiños) prexudican o patrimonio familiar, tanto polos estragos que producen os viaxeiros como polas molestias que ocasionan os que a cotío queren hospedarse.

3º) As villae deben ubicarse, de ser posible, perto da cidade, que actúa como centro consumidor e como punto central da economía da rexión:

Censeo igitur in propinquo agrum mercari (Columela: *Rei rus.* I, 2, 1) Así pois, creo que o ager que se compra debe estar situado nas proximidades (da cidade).

Haec mihi ne procul urbe sita est, nec prorsus ad urbem, ne patiar turbas utque bonis potiar, et quotiens mutare locum fastidia cogunt, transeo et alternis ruro vel urbe fruor (Ausonio: *Opusc.* III, 1, 29-30). A miña (villa) sitúase non lonxe da cidade pero tampouco xunta a esta, para así librarme das multitudes pero sin perde-las súas vantaxes, de xeito que cando o tedio me leva a cambiar de sitio, vou dunha para outra e disfruto alternadamente do campo e da cidade.

De tódalas maneiras, tal como nos acaba de elucidar esta última cita de Ausonio, no feito de as villae se situaren ó redor das cidades non só influen condicionantes de tipo económico e comercial, senón tamén outros de tipo cultural e político (vivir cerca implica non perde-lo contacto coa vida pública da cidade, transportes cómodos e rápidos ata ela, etc) que nos axudan a comprender mellor o porqué da ubicación dalgunha das luxosas villae suburbanae italianas citadas máis arriba. Non obstante, os condicionantes económicos seguen sendo os que preferencialmente explican a existencia de verdadeiras coroas ou círculos de villae ó redor das múltiples urbes, coloniae e incluso vici espallados polo Imperio, detectadas con gran éxito pola arqueoloxía espacial e da paisaxe desenvolvida nas últimas décadas²⁹.

No que atinxe ós condicionantes de tipo habitacional ou residencial, teñen moito que ver con aquel concepto latino de *amoenitas loci* que citabamos como característico das villae urbanae. Xulgamos que se poden reducir a dous puntos esenciais: 1º) O lugar elixido debe ser, ante todo, san e saudable:

Quod inchoatur aedificium, sicut salubri regione ita saluberrima parte regionis debet constitui (Columela: *Rei rus.* I, 4, 9). O edificio que se faga novo de raíz debe ser construído nunha zona saudable, e ademais no lugar máis saudable da dita zona.

²⁹ Só a título de exemplo, véxanse os traballos sobre o particular realizados por Ian Hodder para *Britannia* (HODDER 1972, 887-909; HODDER-MILLET 1980, 69-75). Para a Península Ibérica —concretamente a zona extremeña— son modélicos os estudos feitos por Enrique Cerrillo Martín de Cáceres (CERRILLO M. DE CACERES 1984).

Esta é a razón que explica que sexan rexeitadas as zonas pantanosas, por insalubres (Varrón: *Rer. rus.* I, 12, 2), así como tamén as excesivamente baixas, por perigosas e fácilmente inundables (Varrón: *Rer. rus.* I, 12, 4); prefírense especialmente os sitios altos e ben ventilados (Varrón: *Rer. rus.* I, 12, 3) e procúranse normalmente lugares onde exista un microclima doado e agradable (boa insolación, abrigo térmico e/ ou pluviométrico, etc); por último, tamén resulta imprescindible a presenza de auga na propia *villa* ou nas súas inmediacións:

Villa aedificanda potissimum ut intra saepta villae habeat aquam, si non, quam proximae (Varrón: *Rer. rus.* I, 11, 2). Cando se edifique a *villa*, deberá contarse con auga no interior do seu recinto, ou se non nas súas proximidades.

Se a *villa* non contase con auga próxima (ríos, regatos, manantiais), entón farase preciso captala mediante a construción de pozos, canles, cisternas ou alxibes (Catón: *De agr. cul.* I, 1, 3; Columela: *Rei rus.* I, 5, 1). 2º) O lugar escollido para construí-la *villa* debe ser unha paraxe bonita e agradable para habitar, de aí que normalmente se prefiran lugares de certa altitude desde onde sexa posible dominar amplas e belas paisaxes:

Ipsius autem praetorii situs sit locus aliquatenus erectiore et sicciore quam cetera, propter iniuriam fundamentorum et ut laeto fruatur aspectu (Paladio: *Opus agr.* I, 8, 2). O cuarto do dono que vaia situado nun lugar algo máis elevado e máis seco có resto, para evitar que se estraguen os seus alicerces e para que poida disfrutar dunha vista ampla e agradable.

De entre estas, unha das mais típicas e procuradas é a vista sobre o mar e a costa, característica das xa mentadas *villae a mare*.

Concluindo: se conxuntámo-los dous tipos de condicionamentos, económicos e habitacionais (ás veces tan imbricados entre sí que resulta moi difícil separalos: p. e. a presenza próxima de auga () é unha condición máis de tipo económico ou de tipo habitacional?) teremos bastante ben determinadas cales poden ou poderían se-las zonas de probable implantación de *villae*; pero é que ademais os agrónomos tamén nos dan consellos e recomendacións sobre da ubicación concreta do edificio, sobre da súa implantación topográfica no terreo. Neste senso, dous puntos móstranse como esenciais: 1º) A mellor implantación topográfica para unha *villa* é, ou ben ó pé dun monte, ou ben a media ladeira dun outeiro:

Si poteris, sub radice montis siet (Catón: *De agr. cul.* I, 1, 3) Se podes, que estea situado (o campo) ó pé dun monte.

Danda opera ut potissimus sub radicibus montis silvestris villam ponat (Varrón: *Rer. rus.* I, 12, 1) Pon todo o teu esforzo en situa-la *villa* na aba dun monte con árbores.

Haec igitur est mediis collis optima positio, loca tamen ipso paulum intumescente (Columela: *Rei rus.* I, 4, 10). Esta (posición) do medio dun outeiro é a mellor, posto que o lugar debe estar un pouco máis elevado có resto do terreo.

Esta posición topográfica resulta realmente óptima para asegurármolo cumprimento de moitas das condicións sinaladas anteriormente: lugar elevado, ben ventilado, con auga cerca, san e saudable, e desde o que se domina unha ampla e bela paisaxe, probablemente composta polas súas terras de labor (o seu *fundus*) situadas nas zonas mais baixas do val (deste xeito tamén poden ser controladas visualmente). 2.º) A orientación da *villa* debe procurar sempre o maior grao de insolación posible, ou sexa, debe estar orientada cara ó Sur:

Si poteris (...) in meridiem spectet (Catón: *De agr. cul.* 1, 9, 3) Se fose posible, (que o campo estea) mirando cara ó Sur.

Quod ad hanc formam naturalem pertinet, de eo non incommode Cato videtur dicere, cum scribit optimum agrum esse, qui sub radice montis situs sit et spectet ad meridianam caeli partem (Varrón: *Rer. rus.* 1, 7, 1) Polo que atinxe á forma natural, considero acertado a Catón cando escribe que o mellor campo é o que está situado na aba dun monte e orientado cara ó Sur.

Sed totus fabricae tractus unius lateris longitudine, in quo frons erit, meridianam partem respiciat (...) ita proveniet ut per hiemem sole inlustretur et calores eius aestate non sentiat (Paladio: *Opus agr.* 1, 8, 3) Pero o esencial é que a fachada estea totalmente e dun lado ó outro orientada ó Sur (...), deste xeito será soleada no inverno e non sufrirá coas calores do verán.

Tampouco estará mal a orientación cara ó Leste, procurando deste xeito un punto medio de equilibrio entre a excesiva calor estival e as baixas temperaturas invernaís:

Quae posita est ad exortos aequinoctiales, aptissima, quod aestate habet umbram, hieme solem (Varrón: *Rer. rus.* 1, 12, 1) A (*villa*) que estea situada cara ó Leste resultará moi adecuada, xa que terá sombra no verán e sol no inverno.

Sic ut frons eius ad orientem aequinoctialem directa sit (Columela: *Rer. rus.* 1, 5, 7-8) De tal xeito que a fachada de ésta (da *villa*) estea mirando ó Leste.

6. Unha acepción tardía: *fundus* = *ager* + *aedificium* = *villa*

A pesar da non univocidade do termo, ata agora viñamos entendendo a palabra *villa* como aquela que serve para designar un determinado tipo de construcións ou edificios rurais; efectivamente esto é así, pero tamén é certo que durante a época tardorromana ou, mellor dito, a Antigüidade Tardía, vaise xerar outro tipo de acepción que non se detén nos aspectos meramente materiais (as casas, as construcións) e que procura afanosamente unha significación máis ampla, máis de conxunto, que inclúa estas realidades materiais pero tamén as económicas e sociais que leva consigo. Esta acepción está perfectamente testemuñada nas fontes tardías e poderíamos formulala como aquela que identifica a *villa* co conxunto formado polas construcións —a *villa rustica* e a *urbana*— e a súa zona de explotación ou dominio —o *fundus*—. Apurando un pouco máis a definición, poderíamos chegar a sinalar que é aquela que identifica a *villa* co *fundus*, pero entendendo este último non só como mera finca de explota-

ción, senón no senso que lle outorgan os xuristas do Dixesto ou Isidoro de Sevilla: *fundus* como campo ou finca, pero incluíndo as edificacións precisas para a súa correcta explotación agropecuaria:

Fundi appellatione omne aedificium et omnis ager continetur, sed in usu urbana aedificia «aedes», rústica «villae» dicuntur. Locus vero sine aedificio in urbe «area» rure autem «ager» appellatur, idemque ager cum aedificio «fundus» dicitur (Dix. L, 16, 211) Co nome de *fundus* désígnase todo edificio e todo campo, aínda que na cidade se acostuma falar de *aedes* e no campo de *villae*. Por outra parte, un terreo sin edificar denomínase *area* na cidade e *ager* no campo, así como o mesmo *ager* cun edificio se denomina *fundus*.

Ager est locus qui sine villa est: (Dix. L, 16, 27) *Ager* é aquel lugar que non contén unha *villa*.

Fundus autem integrum aliquid est: et plerumque sine villa «locum» accipimus (Dix. L, 16, 60) Pola súa parte, o *fundus* consiste nunha unidade conxunta; de aí que normalmente cando non integra unha *villa* o denominamos «lugar».

Fundus dictus quod in eo fundatur vel stabiliatur patrimonium. Fundus autem et urbanum aedificium et rusticum intellegendum est (Isidoro: Etim. XV, 3, 4) O *fundus* chámase desta maneira porque é nel onde se funda e consolida patrimonio. O *fundus*, polo tanto, debe entenderse como o edificio urbano e maila parte rústica.

A importancia da información contida nestes parágrafos merece un comentario máis detallado: parece claro e evidente que o *fundus* en épocas tardías é algo máis que unha finca válida para a explotación agropecuaria; en efecto, debe contar, amais da terra, coa infraestrutura necesaria para explotala convenientemente, ou sexa, soamente é *fundus* cando conte cos edificios e construcións necesarias para o traballo e incluso a vivenda do seu propietario; dito en palabras latinas: cando se dá a conxunción de *ager* + *aedificium*. Quere isto dicir que a verba *fundus* en épocas tardías ten roubado para si mesma todo o contido semántico que antes lle correspondía a *villa*, e baseándose precisamente nisto é polo que poden ser utilizadas como sinónimas, aínda que a palabra *villa* continúe sendo usada —incluso nos propios textos do Dixesto e Isidoro— no seu tradicional sentido de «construción rural romana agropecuaria e habitacional». De tódalas maneiras, o sentido de *villa* entendido como totalidade de terras e edificios parece clara para Isidoro, de aí que xulgue que as lindes de conxunto son a mellor maneira de definila:

Villa a vallo, id est aggere terrae, nuncupata, quod pro limite constitui solet (Etim. XV, 13, 2) A *villa* denomínase deste xeito dado que deriva de *vallum*, isto é, un terraplén de terra, e porque é éste quen adoita constituí-los seus lindes.

Na Antigüidade Tardía, polo tanto, a verba *fundus* é empregada para describi-lo conxunto dunha explotación agropecuaria rural formada tanto polas construcións urbanas e rústicas como pola terra obxecto do aproveitamento económico. Deste xeito, *fundus* ou o seu ocasional sinónimo *villa* convértense máis nunha realidade socioeconómica rural caracterís-

tica do Baixo Imperio que na mera evidencia material que representan as casas ou granxas espalladas polos campos.

A filiación deste tipo de acepción á Antigüidade Tardía (do século III ata o VI nalgúns zonas) é facilmente comprensible e, ademais, axúdanos a comprendermos mellor o seu significado. Xa sabemos que desde os primeiros tempos da República o concepto de *villa* sempre estivo asociado ó de terra en produción —*hortus, ager, fundus*—, pero non será senón ata pasada a coñecida crise do século III cando ámbolos dous conceptos converxan nun só: as circunstancias socioeconómicas cambiaran moito, as *villae* exténdense por todo o Imperio como alternativa e tamén escape a difícil e cada vez menos avantaxosa vida nas cidades, e xa non son iguais ás anteriores: nin son casas de recreo da aristocracia urbana nin modestas fincas de campesiños que producen para vender na cidade, senón un conxunto das dúas: luxosas vivendas, pero tamén centros de grandes latifundios agropecuarios; por outra parte, xa non dependen tan directamente da cidade e dos circuitos comerciais, senón que camiñan cada vez mais cara a un meirande grao de autonomía e autosuficiencia. Neste contexto, compréndese perfectamente o porqué da xeneralización da nova acepción do termo *fundus* e, por arrastre, do seu xa case sinónimo *villa*.

IV. Conclusión

Tal como anunciabamos nun principio, o obxectivo que nos levou a facer este percorrido polas fontes clásicas latinas foi o de expór dunha maneira sistemática e o máis clara e didáctica posible a información nelas contida sobre a concepción romana da realidade *villa*, enfocándoa principalmente a tentar resolver algúns dos problemas que afectan ós arqueólogos que traballamos no tema do poboamento rural romano. Desexaría a modo de conclusión destacar só dous puntos que considero da maior importancia para a arqueoloxía das *villae*. O primeiro sería retoma-las palabras escritas case a principios de século por Albert Grenier ou por R.G. Collingwood (*vid.* nota 25) para insistir novamente en que as *villae* son e se definen ante todo por constituir explotacións agropecuarias, casas para vivir e traballar no campo. Terra e *villa* están indisolublemente unidas xa desde a propia orixe do concepto, e o feito de que as enxhumacións arqueolóxicas sexan na súa gran maioría da *pars urbana* das mesmas (a mais chamativa e consecuentemente a de maior difusión) non nos debe facer caer no erro de que as *villae* son só xacementos con estucos e mosaicos, que non deixan de selo, pero que só abranguen unha parte— e se cadra non a maior —do que foi o poboamento rural en *villae* na época romana. En segundo lugar, creo que tamén sería importante recordar que o termo latino *villa* non é unívoco, ou sexa, que para calquera cidadán romano tan *villa* é o palacio de Hadriano en Tivoli coma a mais modesta das pequenas granxas de *Pannonia* ou *Britannia*. O seu campo semántico é tan amplo que non permite falar da mesma como si a nivel material fose unha realidade única e concreta; tamén é certo que por baixo da variedade subxace unha significación central e nuclear que tódolos latinos asumían, e realmente resulta dunha gran axuda o tentar definila e caracterizala, pero non por iso deberemos comete-lo erro de tentar

agora darlle unha univocidade a un termo que nunca a tivo durante a época romana³⁰. Sería crear unha nova *villa* á medida das nosas necesidades, pero diferente da latina, que é a que no fondo desexamos investigar e coñecer. O importante é pois coñece-las súas diferentes acepcións, os puntos en común entre elas, as súas características definitorias, e, dentro do posible, as causas que as orixinaron, para así poder aplica-lo termo co maior coñecemento de causa posible á hora de designar determinadas estruturas arqueolóxicas. En todo caso, é recomendable que sempre que falemos dunha *villa* indiquemos anteriormente que é o que estamos entendendo na palabra ou que tipo de acepción estamos empregando. De tódalas maneiras, os propios romanos xa discutían sobre que era unha *villa* (boa parte do libro III de Varrón está exemplificado ó traveso das discusións entre *Appius* e *Axius* sobre o particular), e así, como irónicamente apunta John Percival (PERCIVAL 1976, 15), cando dous arqueólogos discutan sobre si tal ou cal xacemento merece ou non leva-lo nome de *villa* sen chegar a ningún acordo, sempre terán o consolo de pensar que dous romanos poderían ter discutido de igual maneira sobre o mesmo; por idénticas razóns, e igualmente sen chegar a ningunha conclusión.

Braga-Santiago, verán de 1988

³⁰ É precisamente baseándose neste razonamento que J. Harmand conclúe que non é adecuado e que incluso resulta perigoso usa-lo termo *villa* para designar estruturas arqueolóxicas. É preferible sustituílo por outros mais concretos e que non dean lugar a posibles equívocos, tales como granxa, explotación agropecuaria, vivenda no campo, etc (HARMAND 1951, 155-158).

BIBLIOGRAFIA

A) Fontes

- AUSONIO: *Opuscula*, ed. Sextus Prete, Teubner, Leipzig, 1978.
- CATON O CENSOR: *De agri cultura*, ed. e trad. W.D. Hooper e H.B. Ash, Loeb, Londres, 1979.
- CESAR: *De bello Gallico*, ed. e trad. H.J. Edwards, Loeb, Londres, 1917.
- CICERON: *Epistularum ad familiares*, 4 vols., ed. e trad. M. Glynn Williams, M. Cary e Mary Henderson, Loeb, Londres, 1927-1954.
- COLUMELA: *Rei rusticae*, 3 vols., ed. e trad. H.B. Ash, E.S. Forster e E. Heffner, Loeb, Londres, 1968-1979.
- Domini Nostri Sacratissimi Principis Iustiniani. Iuris enucleati ex omni vetere iure collecti. Digestorum seu Pandectarum*, ed. Theodorus Mommsen en *Corpus Iuris Civilis*, vol. 1, Weidmann, Zurich, 1973 (22ª).
- Gromatici Veteres*, ed. F. Blume, K. Lachmann e A. Rudorff en *Die Schriften der Romischen Feldmesser*, vol. 1, Berlin, 1848-1852.
- ISIDORO DE SEVILLA: *Etymologiarum*, 2 vols., ed. e trad. J. Oroz Reta, BAC nos. 433-434, Madrid, 1982-1983.
- MARCIAL: *Epigrammaton libri*, ed. Iacobus Borovskij e W. Heraeus, Teubner, Leipzig, 1982.
- PALADIO: *Opus agriculturae*, 2 vols., ed. e trad. R. Martin, Les Belles Lettres, Paris, 1976.
- PLINIO O NOVO: *Epistularum*, ed. M. Schuster e R. Hanslik, Teubner, Leipzig, 1958.
- PLINIO O VELLO: *Naturae Historiarum libri*, 10 vols., ed. e trad. H. Rackan, W.H.S. Kones e D.E. Eichholz, Loeb, Londres, 1938-1962.
- SIDONIO APOLINAR: *Poèmes. Lettres.*, 3 vols., ed. e trad. André Loyen, Les Belles Lettres, Paris, 1960.
- TACITO: *Historiarum. Annales (Ab excessu Divi Augusti)*, 4 vols., ed. e trad. C.H. Moore e J. Jackson, Loeb, Londres, 1925-1937.
- TITO LIVIO: *Ab urbe condita*, 14 vols., ed. e trad. B.O. Forster, F.G. Moore, Evan T. Sage, A.C. Schlesinger e Russel M. Geer, Loeb, Londres, 1922-1959.
- VARRON: *Rerum rusticarum*, ed. e trad. W.D. Hooper e H.B. Ash, Loeb, Londres, 1979.
- VITRUVIO: *De architectura*, 2 vols., ed. e trad. F. Granger, Loeb, Londres, 1970.

B) Bibliografía citada no texto

- AGACHE, S. (1981) — *L'idée de villa dans la littérature latine*, Thèse de 3^e cycle, Paris-Nanterre.
- AGACHE, R. (1976) — Les fermes gauloises en Picardie, *Archeologia*, 93, Dijon, pp. 14-21
- (1978) — *La Somme pré-romaine et romaine*, Mémoires de la Société des Antiquaires de Picardie 24, Amiens.
- AKERRAZ, Aomar e LENOIR, Maurice (1981-82) — Les huileries de Volubilis, *BAM*, XIV, Rabat, pp. 69-121.
- ALARÇÃO, Jorge de (1981) — A villa romana de S. Cucufate, *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 117-121.
- ALONSO SANCHEZ, Angela, (1983) — Las estancias absidiadas en las villae romanas de Extremadura, *Norba*, IV, Cáceres, pp. 199-206.
- AMPOLO, C., CARANDINI, A., RUCCI, G., PENSABENÉ, P. (1971) — La ville del Casale a Piazza Armerina. Problemi, saggi stratigrafici ed altre ricerche, *MEFR*, LXXXIII, Paris, pp. 141-281.

- AURIGEMMA, S. (1955) — *Villa Adriana in Tivoli*, Roma.
- BAUMANN, Victor Henrich, (1983) — *Ferma romana din Dobrogea*, Muzeul Deltei Dunarii, Tulcea.
- BAYET, Jean, (1975) — *Literatura Latina*, Ariel, Barcelona (4ª).
- BIRÓ, M. (1974) — Roman villas in Pannonia, *AAASH*, XXVI, fasc. 1-2, Budapest, pp. 23-57.
- BOBES, M.^a del Carmen, (1960-61) — La toponimia romana en Asturias, *Emérita*, XXVIII, fasc. 2, pp. 241-284 e XXIX, fasc. 1, pp. 1-52, Madrid.
- BOWEN, H.C. (1969) — The Celtic Background, *RVB*, Londres, pp. 1-48.
- BRANINGAN, Keith, (1982) — Celtic farm to Roman villa, *RBC*, Oxford, pp. 81-96.
- CARANDINI, Andrea e RICCI, Andreina dirs. (1985) — *Settefinestre. Una villa schiavistica nell'Etruria Romana*, 3 vols., Panini, Módena.
- CERRILLO MARTIN DE CACERES, Enrique, (1984) — *La vida rural romana en Extremadura*, Univ. de Extremadura, Cáceres.
- COLLINGWOOD, R.G. e RICHMOND, I. (1930) — *The Archaeology of Roman Britain*, Londres.
- CUNLIFFE, B. (1971) — *Fishbourne. A Roman Palace and its gardens*, Londres.
- D'ARMS, J.H. (1970) — *Romans on the Bay of Naples: A social and cultural study of the villas and their owners from 150 b.c. to 400 a.d.*, Cambridge, Massachusets.
- DE BOE, Guy, (1974) — *Haccourt I. Vestiges d'habitat pré-romaine et premières périodes de la villa romaine*, AB 168, Bruselas.
- (1975) — *Haccourt II. Le corps de logis de la grande villa*, AB 174, Bruselas.
- (1976) — *Haccourt III. Les bains de la grande villa*, AB 182, Bruselas.
- (1977) — Grandes villas et petites fermes: l'environnement rural. *Dossiers de l'Archeologie*, 21, Dijon, pp. 37-45.
- DEGBOMONT, J.M. (1984) — *Le chauffage par hypocauste dans l'habitat privé. De la place Saint-Lambert à Liège à l'Aula Palatina de Trèves*, ERAUL 17, Lieja.
- FERNANDEZ CASTRO, M.C. (1982) — *Villas romanas en España*, Ministerio de Cultura, Madrid.
- FOUET, F. (1969) — *La villa gallo-romaine de Montmaurin (Haute-Garonne)*, XX^e Suppl. a *Gallia*, Paris.
- GATTI, C. (1957) — La ville maritime italiche e africane, *RIL*, Milán, pp. 285-305.
- GENTILI, G.V. (1956) — *The imperial villa of Piazza Armerina*, Itinerari 87, Roma.
- GORGES, Jean-Gerard (1979) — *Les villas hispano-romaines. Inventaire et problématique archéologiques*, Centre Pierre Paris, Burdeos.
- GRENIER, Albert (1931) — *Manuel d'Archéologie Gallo-Romaine*, 2 vols., Picard, Paris.
- (1969) — voz *vicus, vicani*, *DS*, vol. V, Graz (Austria), pp. 854-863.
- HARMAND, J. (1951) — Sur la valeur archéologique du mot *villa*, *RA*, 38, Paris, pp. 155-158.
- HODDER, Ian (1972) — Locational models and the study of Romano-British settlement, *Models in Archaeology*, D.L. Clarke ed., Londres, pp. 887-909.
- HODDER, Ian e MILLET, Martin (1980) — Romano-British villas and towns: a systematic analysis, *World Archaeology*, 12, fasc. 1, Southampton, pp. 69-75.
- LAFAYE, Georges (1969) — voz *Villa Publica*, *DS*, vol. V, Graz (Austria), pp. 891-892.
- LAFAYE, Georges e GRENIER, Albert (1969) — voz *Villa*, *DS*, vol. V, Graz (Austria), pp. 870-891.
- LAVIN, I. (1962) — The house of the Lord. Aspects of the role of palace *triclinia* in the architecture of Late Antiquity and the Early Middle Ages, *The Art Bulletin*, XLIV, New York, pp. 1-27.
- LONGNON, A. (1920-1929) — *Les noms de lieu de la France*, Paris.
- MAIER, Fraz Georg (1985) — *Las transformaciones del Mundo Mediterráneo. Siglos III-VIII*, Historia Universal s. XXI 9, Madrid (10ª).
- MAIURI, A. (1947) — *La villa dei Misteri*, Roma.
- MANNING, W.H. (1962) — The villa in Roman Britain, *Antiquity*, XXXVI, Newbury, pp. 56-58.
- MANSUELLI, Guido A. (1966) — voz *villa*, *EAA*, vol. VII, Roma, pp. 1166-1172.
- (1971) — La villa nell'organizzazione romana, *VR*, Faenza, pp. 15-28.
- MAROTI, E. (1976) — The vilicus and the villa-system in Ancient Italy, *Oikuméné*, 1, Budapest, pp. 109-124.
- MARTIN, R. (1971) — *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*, Paris.

- MCKAY, Alexander G. (1975) — *Houses, villas and Palaces in the Roman World*, Thames and Hudson, Southampton.
- MORRIS, Pat (1979) — *Agricultural buildings in Roman Britain*, BAR British Series 70, Oxford.
- PABON, J. (1953) — Sobre los nombre de la villa romana en Andalucía, *Estudios dedicados a D. Ramón Menéndez Pidal*, vol. IV, Madrid, pp. 87-165.
- PERCIVAL, John (1976) — *The Roman Villa. An Historical Introduction*, Batsford, Londres.
- PÉREZ LOSADA, Fermín (1986) — *Aproximación al poblamiento rural del Conventus Lucensis: las villae*, Tese de Licenciatura dactilografiada, Santiago.
- PETIT, Paul (1976) — *La paz romana*, Nueva Clío 9, Barcelona.
- PIEL, Joseph M^a (1947) — Nomes de *possesores* latino-cristãos na toponomía asturo-galego-portuguesa, *Biblos* XXIII, 1-2, Coimbra, pp. 143-202 e 283-407.
- PREVOSTI I MONCLÓS, Marta (1981) — *Cronologia i poblament a l'àrea rural d'Iluro*, Caixa d'Estalvis Laietana, Badalona.
- REMONDON, Roger (1979) — *La crisis del Imperio Romano de Marco Aurelio a Anastasio*, Nueva Clío 11, Barcelona.
- RICKMAN, G.E. (1971) — *Roman granaries and store buildings*, Cambridge.
- RIVET, A.L.F. (1969) — Social and economic aspects, *RVB*, Londres, pp. 173-216.
- ROSTOVITZEF, M. (1937) — *Historia social y económica del Imperio Romano*, 2 vols., Espasa Calpe, Madrid.
- SCAGLIARINI-CORLAITA, D. (1982) — Lo studio indiziario delle *villae*: quando manca l'edificio, *Caesarodunum*, XVII, Tours, pp. 337-352.
- TANZER, H. (1924) — *The villas of Pliny the Younger*, New York.
- TARACENA AGUIRRE, B. (1949) — Excavaciones en Navarra. La villa romana de Liédena, *Príncipe de Viana*, X, Pamplona, pp. 353-382.
- (1950) — Excavaciones en Navarra. La villa romana de Liédena, *Príncipe de Viana*, XI, Pamplona, pp. 9-39.
- VAN BUREN, A.W. (1958) — voz *villa*, *PW*, vol. VIII, A, 2, Stuttgart, cols. 2142-2159.
- (1958b) — voz *vicus*, *PW*, vol. VIII, A, 2, Stuttgart, cols. 2090-2094.
- VIGHI, Roberto (1958) — *Villa Hadriana*, Roma.
- WACHER, J.S. (1974) — *Villae in urbibus?*, *Britannia*, V, Londres, pp. 282-284 (Incluyendo un apéndice de A.L.F. RIVET na páx. 284).
- WHITE, K.D. (1970) — *Roman Farming*, Thames and Hudson, Londres.
- (1973) — Roman agricultural writers I: Varro and his predecesors, *ANRW*, 1, 4, Berlín-New York, pp. 439-497.
- WIGHTMAN, Edith Mary (1976) — Le *vicus* dans le contexte de l'administration et de la société gallo-romaine: quelques reflexions, *Caesarodunum*, XI, Tours, pp. 59-64.

ABREVIATURAS

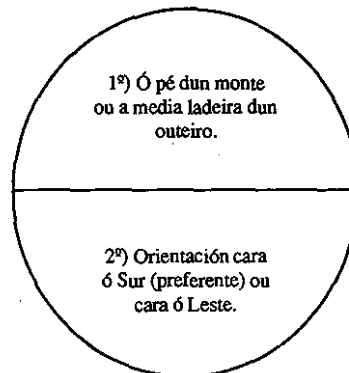
- AAASH** — Acta Archaeologica Academiae Scientiarum Hungaricae, Budapest
AB — Archaeologia Belgica, Bruselas
ANRW — Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt, Berlín
BAC — Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid
BAM — Bulletin d'Archeologie Marocaine, Rabat
BAR — British Archaeological Reports, Oxford
CIL — Corpus Inscriptionum Latinarum, Berlín, 1965 ss
DS — DAREMBERG, Ch. e SAGLIO, Edm.: *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Akademische Druck, Graz-Austria, 1969
EAA — *Enciclopedia dell'Arte Antica Classica e Orientale*, Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, Roma, 1966
ERAUL — Etudes et Recherches Archéologiques de l'Université de Liège, Lieja
MEFR — Mélanges d'Archéologie et d'Histoire de l'École Française de Rome, Paris
PW — PAULY-WISSOWA: *Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, Stuttgart, 1893 ss.
RA — Revue Archéologique, Paris
RIL — Rendiconti dell'Istituto Lombardo, Milán
RBC — MILES, David (Ed.): *The Romano-British Countryside. Studies in Rural Settlement and Economy*, 2 vols., BAR British Series 103 (i et ii), Oxford, 1982
RVB — RIVET, A.L.F. (Ed.): *The Roman Villa in Britain*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1969
VR — *La villa romana*, Società di Studi Romagnoli, Giornata di Studi (Russi, 10 maggio 1970), Fratelli Lega Editori, Faenza, 1971

UBICACIÓN E EMPRAZAMENTO TOPOGRÁFICO DAS VILLAE SEGUNDO OS AGRÓNOMOS LATINOS

CONDICIONANTES ECONOMICOS

- 1º Zona de terra fértil e abundante.
- 2º Boas comunicacións (mar, ríos navegables, *viae* ou camiños).
- 3º Proximidade da cidade.

EMPRAZAMENTO TOPOGRÁFICO

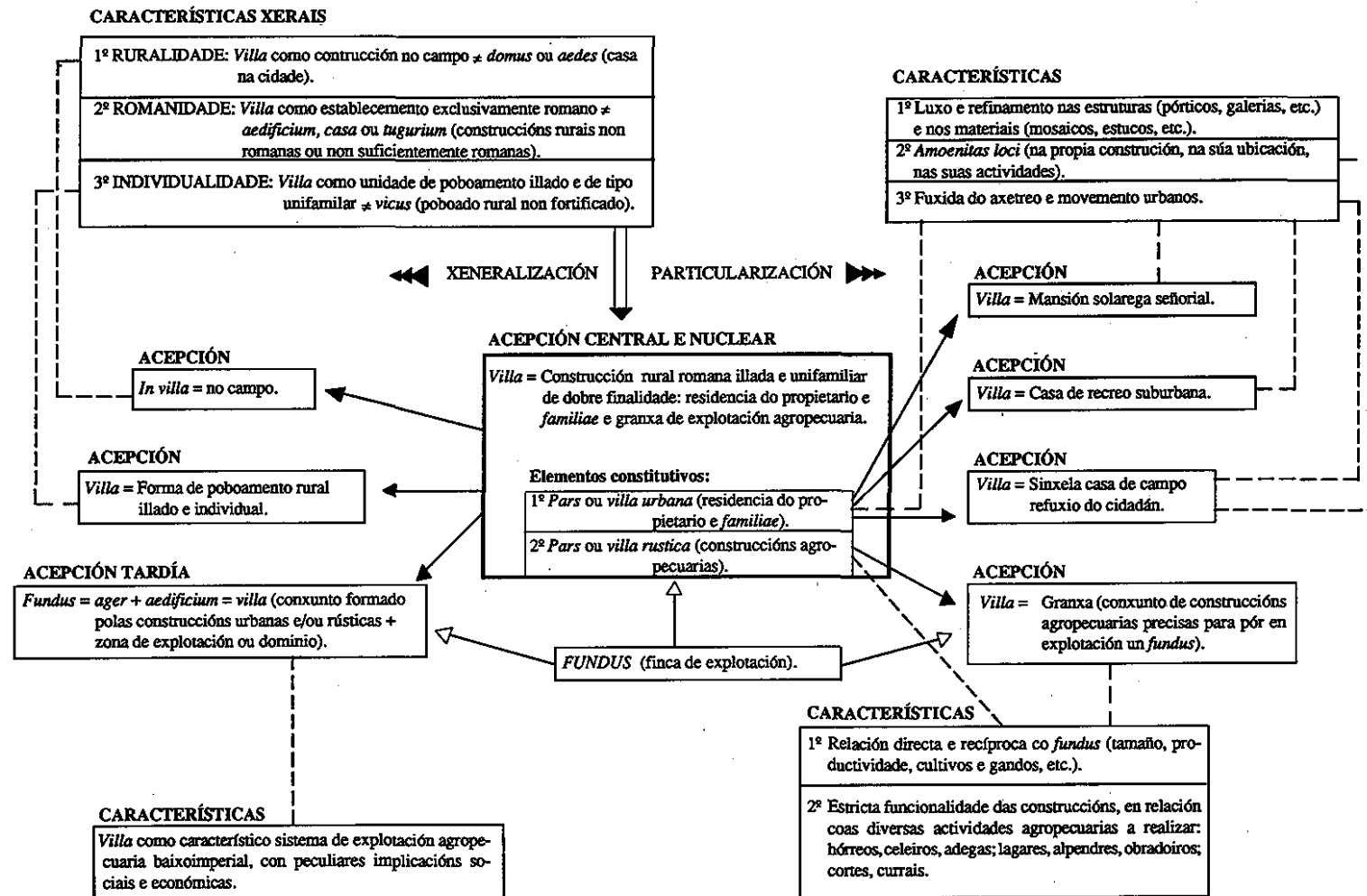


CONDICIONANTES HABITACIONAIS (*amoenitas loci*)

- 1º Lugar san e saudable, con presenza de auga.
- 2º Paraxe bonita e agradable, con amplas e belas vistas.

CADRO SINÓPTICO DO CONTIDO DA PALABRA *VILLA* NO MUNDO ROMANO

CADRO II



Salvamento Arqueológico de Dume — 1987 Primeiros Resultados *

Luís Oliveira Fontes

Resumo

Publicam-se os resultados preliminares das escavações de emergência realizadas no ano de 1987 em Dume, junto à Igreja Paroquial e na Capela de Nossa senhora do Rosário. A intervenção permitiu confirmar a existência de importantes vestígios arqueológicos, atestando uma ocupação que se estende do século I d. C. até aos nossos dias. Reveste particular importância a descoberta do que tudo indica ser a Igreja e Mosteiro alto-medievais de Dume, datáveis do século VI d. C.

Resumé

L'auteur publie les résultats préliminaires des fouilles de sauvetage réalisées en 1987 à Dume, aux environs de Braga. La fouille a permis de constater l'existence d'importants vestiges archéologiques, concernant une occupation qui remonte au I^{er} siècle après J-C. De signaler, parmi les vestiges mis à jour, la découverte de l'Eglise et du Monastère haut-médiévaux de Dume, datables du VI^{ème} siècle après J-C.

Summary

The author presents the preliminary results of the rescue excavations, undertaken in 1987 at Dume, near Braga. A long occupation of the site has been confirmed, since the first century A.D. till nowadays. Particular important was the discovery of what seems to be the high-medieval Church and Monastery of Dume (VIth century A.D.).

* — Desenho de espólio e plantas: Ana Fontes
Fotografia: Perpétua Ferreira (MRDDS).

1

1. Introdução

O planeamento de obras de restauro e ampliação na Igreja Paroquial de Dume e de arranjo do adro envolvente, com início previsto para a Primavera de 1988, e o aproveitamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário, que se situa junto da igreja, para instalação de um núcleo museológico¹, e cujas obras se iniciaram já em 1986 e decorrem ainda, tornaram imperiosa a realização de escavações nesses locais, particularmente por duas razões:

- 1 — Os trabalhos de construção civil, ao implicarem remeximentos do subsolo, constituíam uma séria ameaça ao estudo e preservação futura de importantes vestígios arqueológicos da época romana e alto-medieval, que inúmeros achados e referências documentais atestavam para o local.
Acrescente-se que aquando do levantamento recente do piso interior da Capela de Nossa Senhora do Rosário se haviam colocado a descoberto muros de tipologia romana.
- 2 — Necessidade de os projectos arquitectónicos de restauro e adaptação contemplarem a existência de vestígios arqueológicos, fazendo a sua integração numa perspectiva de valorização dos respectivos espaços.

Neste sentido, e por solicitação das entidades locais, o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho implementaram um projecto de Salvamento Arqueológico da Igreja e Mosteiro de Dume², a fim de se determinar a importância dos vestígios e promover a sua salvaguarda e estudo.

É exactamente esse estudo que se pretende iniciar com esta primeira abordagem, apresentando um achado que nos parece fundamental para a investigação da Alta Idade Média do Noroeste português.

¹ A adaptação da capela a núcleo museológico insere-se no projecto de devolução do túmulo do Bispo de S. Martinho à freguesia, na sequência de um processo desencadeado pela Secretaria de Estado da Cultura em 1980, e resulta da consideração de só assim se assegurarem as condições indispensáveis à sua devolução.

² Projecto que contou com o apoio das entidades locais (Comissões Fabriqueiras, Paróquia e Junta de Freguesia) e a autorização da Igreja.

2. Localização Geográfica e Contexto Histórico

A Igreja e Mosteiro de Dume situam-se no lugar do Assento, junto à Igreja Paroquial da freguesia de Dume, nos arredores de Braga (Est. 1 — 2).

As coordenadas geográficas do lugar, tiradas em relação à torre sineira da igreja³, são:

Latitude _____ 41° 33' 18" N

Longitude _____ 0° 41' 25" E (meridiano de Lisboa).

Os monumentos referidos localizam-se na chamada «Ribeira de Dume», em pleno vale do Cávado e próximo do maciço montanhoso que limita a bacia hidrográfica a sul, no início da planície que se estende até ao rio com um suave pendor para Oeste. A altitude média do local é de 90 metros.

O substrato rochoso granítico, granito porfiróide de grão médio a fino⁴, é coberto por um espesso solo humoso abundantemente irrigado pelas linhas de água que descem das elevações a Sul (Montélios, Monte Castro e Montariol), e que vão juntar-se na ribeira de Gafos atravessando a planície em direcção ao Cávado.

A paisagem envolvente é marcadamente rural, de tipo «bocage», apresentando-se retalhada em pequenas propriedades intensamente agriculturadas, onde as culturas do milho, leguminosas, vinho e forragens constituem as principais produções.

O acesso à estação arqueológica pode fazer-se a partir de Braga, seguindo pela estrada E.M. — 589 até ao seu cruzamento com a E.N. 205-4. Aí, virando à esquerda, e a cerca de 120 metros, encontra-se a Igreja Paroquial de Dume construída sobre a antiga igreja e mosteiro.

A localidade de Dume é conhecida, já desde o séc. XVIII (ARGOTE 1747) pela abundância de vestígios arqueológicos de época romana, que trabalhos agrícolas ou de construção civil foram casualmente colocando a descoberto.

Por outro lado, inúmeras fontes documentais⁵ referenciam para o local uma intensa ocupação medieval, associada sobretudo ao Bispado de Dume, sendo o túmulo do Bispo S. Martinho a expressão material mais significativa que se conhece.

Embora os achados se dispersem por toda a freguesia, é notável, contudo, a sua abundância nas proximidades da Igreja Paroquial: praticamente em todas as casas e terrenos contíguos se encontram fragmentos de fustes e bases de colunas, cerâmica e telha, e mesmo epígrafes romanas (COUTINHO 1957; FREITAS 1890; LEAL 1874; MACIEL 1980; MARTINS 1987).

³ Folhas nº 56 e 70 da Carta 1:25 000 dos Serviços Cartográficos do Exército.

⁴ Folha 5D-Braga da Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50 000, dos Serviços Geológicos de Portugal.

⁵ Encontram-se inúmeras referências a Dume no *Liber Fidei*, nas Actas dos Concílios Episcopais dos séculos VI e VII e nos *Miracula S. Martini* de S. Gregório Turonense.

3. A Escavação

Determinada por razões de salvaguarda, a escavação incidiu nas áreas ameaçadas por obras já em curso, caso da Capela de Nossa Senhora do Rosário, e em áreas cuja ameaça se manifestava a curto prazo, caso do adro a Sul da Igreja Paroquial (Est. II).

Tinha-se apenas como referência a descoberta de um muro de tipologia romana no interior da capela, e a descrição de importantes estruturas, feita por vários autores, relativamente ao adro da igreja.

Os objectivos da escavação, condicionados pelo carácter de salvamento de que a intervenção se revestia, orientaram-se portanto para a confirmação, ou infirmação da existência de vestígios arqueológicos, avaliação da sua importância e extensão e, complementarmente, para a apreensão da sequência ocupacional do sítio⁶.

3.1. Metodologia

3.1.1. Sistemas de referência

Na ausência de qualquer sistema de referências, considerámos como mais adequado implantar uma quadrícula que se orientasse pelas estruturas existentes.

Para a zona do adro tivemos por base os alinhamentos da Igreja Paroquial e para o interior da Capela de Nossa Senhora do Rosário os alinhamentos da própria capela, determinando a diferente orientação espacial destas duas construções a implantação de duas quadrículas com eixos diferentemente orientados, embora facilmente relacionáveis, pois o desvio é de apenas 4°.

Na primeira zona referida, que designámos por Sector A, estabelecemos uma quadrícula de base de 4 x 4 m, marcando-se para escavação quadrados de 3,5 x 3,5 m, de modo a deixar entre os cortes banquetas de 0,5 m, necessárias à circulação de pessoas (Est. II).

Na segunda zona, correspondente ao interior da capela e designada por Sector B, contemplou-se a existência de pavimentos e a própria planta do edifício, por assimétrica. Assim, para a nave marcaram-se rectângulos de 2,40 x 2,30 m, e para a parte correspondente à capela-mor rectângulos de 2,10 x 1,90 m; 2,10 x 1,70 m; 2,60 x 1,90 m e 2,60 x 1,70 m. Devido à

⁶ Os trabalhos de escavação decorreram de 16 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 1987, tendo sido subsidiados pelo Instituto Português do Património Cultural. Contámos ainda com o apoio da Junta de Freguesia e Paróquia locais, Centro de Emprego de Braga/ Instituto de Emprego e Formação Profissional, Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte. As escavações foram dirigidas pelo signatário, sob a supervisão do Dr. Francisco S. Lemos (então director do S.R.A.Z.N.), contando ainda com a preciosa colaboração do Dr. Manuel L. Real, a quem agradecemos o acompanhamento dos trabalhos.

exiguidade do espaço não se deixaram banquetas entre os cortes, optando-se pela sua escavação alternada, em «xadrez» (Est. II).

3.1.2. Decapagem e registo

Foram efectuados um total de 16 cortes (9 no Sector A e 7 no Sector B), procedendo-se em todos eles a uma decapagem horizontal por níveis artificiais de espessura variável (entre os 20 e os 5 cm), de acordo com a menor ou maior complexidade das estruturas e/ou dos sedimentos encontrados.

Para efeitos de identificação e registo, criou-se um código alfabético-numérico, referenciável ao sítio, ano da escavação, sector e corte — exemplo: SMD 87 A74, isto é: S. Martinho de Dume, ano de 1987, Sector A, corte 74.

O espólio recolhido foi referenciado às diferentes camadas detectadas, fazendo-se ainda um registo específico, com posicionamento individualizado, para objectos de particular significado como sigillatas, elementos arquitectónicos, ou objectos metálicos.

3.2. Sector A:

Os cortes abertos neste Sector atingiram uma área de 140 m², e foram designados de acordo com a quadrícula previamente estabelecida: A15, A72, A74, A75, A76, A92, A93, A94 e A95.

A complexidade das estruturas surgidas e condicionalismos de ordem prática (más condições climatéricas e falta de mão de obra), não permitiram a escavação de toda a zona envolvente da Igreja Paroquial, conforme tínhamos inicialmente previsto. Mesmo assim, foi possível escavar quase integralmente a área a Sul da igreja e fazer uma sondagem no lado Norte (Est. II).

A descrição das estruturas e das camadas será apresentada de baixo para cima, identificando-se as primeiras com letras e as segundas com números árabes.

3.2.1. Estruturas (Est. III e VII)

A Estampa III apresenta-nos a planta das estruturas detectadas, permitindo distinguir dois conjuntos: o formado pelos vestígios da primitiva igreja de Dume (estrutura B), seu alargamento (estruturas C, C1, C2 e C3), anexos e construções complementares (estruturas D, E, F e G); e o formado pelos vestígios de construções relacionadas com o abastecimento de água, a Sudeste do anterior (estruturas H e I). A estrutura A revelava uma orientação excêntrica aos dois conjuntos referidos, estabelecendo a ligação com o conjunto de estruturas do Sector B. A estrutura J revelava igualmente uma orientação distinta, relacionando-se com a propriedade a Sul.

Estrutura A — Correspondia a um «muro fantasma», definido por uma vala de fundação aberta na arena granítica, com uma profundidade média de 0,60m e 0,70m de largura máxima, e com uma secção de forma tronco-cónica invertida (Est. IV-1 e 2).

Desenvolvia-se pelos cortes A92, A93 e A94, numa extensão de 10 metros, e revelava uma orientação paralela às estruturas do sector B, no sentido Noroeste/Sudeste.

Estrutura B — Desenvolvia-se em arco de círculo pelas zonas A74, A93 e A92, definindo uma planta absidal em arco prolongado — corresponderia à abside Sul da primitiva igreja.

Assentava directamente na arena granítica, e era formada por grandes silhares de granito «almofadados», dispostos em duas linhas paralelas que limitavam um enchimento interior de cascalho, calhaus e argamassa de terra argilosa, totalizando uma espessura de 1,20m (Est. XII-1).

Montados em fiadas horizontais regulares, apresentavam as «almofadas» viradas para o exterior, definindo na face interna da parede uma superfície lisa e na externa uma superfície irregular.

Esta estrutura, parcialmente desmontada em A93 e quase completamente destruída em A92, devido a violação, apresentava-se com vestígios de pavimentação no interior, definida por uma fina camada horizontal de argamassa amarela e na qual foram abertos buracos para implantação de postes ou colunas.

Estrutura C — Surgia encostada à face externa da estrutura B que envolvia em toda a sua extensão, prolongando-se ainda pelas zonas A72, A75 e A76, correspondendo nestas duas últimas ao arranque da ábside Este. Um pequeno troço desta estrutura foi igualmente detectado a Norte da Igreja Paroquial, em A15, revelando o que corresponderia a parte da ábside Norte da primitiva igreja.

Em A72, revelava uma entrada definida por uma soleira e um cunhal, e ainda vestígios do arranque da ábside Oeste (Est. XIII-3). Nesta zona apresentava uma espécie de rodapé exterior, formado por régulas, pequenas placas de ardósia e fragmentos de tijolos, com uma largura aproximada de 0,40m, que na parte correspondente à soleira dava lugar ao que parecia ser um degrau, formado por três tijolões com restos de mosaicos (Est. X-2 e XIII-3).

A disposição dos vestígios desta estrutura revelava uma planta em cruz com braços definidos pelas ábsides semi-circulares prolongadas, sendo possível reconstruir a quase totalidade do seu traçado à excepção da ábside Oeste.

Com uma largura média de 0,80m, esta estrutura tinha sido solidamente implantada na arena granítica através da abertura de uma vala de fundação ligeiramente mais larga que a parede (Est. XII-1). A construção era em alvenaria de pedra e fragmentos de tijolos, revelando as suas faces um aparelho regular e de boa qualidade, dispendo-se os blocos em fiadas horizontais. Ao nível do alicerce apresentava blocos de maiores dimensões colocados espaçadamente e ligeiramente salientes em relação ao prumo da parede.

Na ábside Sul aparecia com um pavimento, que se sobrepunha à estrutura B, parcialmente destruído em A93 e A92, e de excelente qualidade: de argamassa feita com fragmentos

irregulares de tijolo e pedra (granito e calcáreo), com cerca de 4 cm de comprimento médio, misturados com cal, areia e barro, formando uma espécie de betão extremamente compacto, com uma espessura média de 10 cm. Esta camada de argamassa assentava sobre uma camada de calhaus e cascalho, que funcionava como fôrro do pavimento propriamente dito, isolando-o do contacto com os sedimentos subjacentes. A superfície, embora desnivelada, apresentava-se uniforme, revelando vestígios de uma fina camada superficial de barro vermelho (Est. XI-2).

A estrutura aparecia acima do pavimento em A93, A74, A75 e A76, revelando nestas duas últimas zonas apenas a face externa, tendo o alicerce da igreja actual destruído a outra face. A parede foi também destruída em A92 e A93, onde aparecia quase só ao nível do alicerce. Finalmente, em A72 apenas se detectou a face exterior, estando a interior oculta pela banquetta.

Estruturas C1, C2 e C3 — Eram apêndices da estrutura C, na qual travavam, correspondendo a contrafortes. Dispunham-se radialmente a partir do tópo da ábside Sul, desenvolvendo-se pelas zonas A92, A93 e A94. Apenas um dos contrafortes foi detectado em toda a sua extensão (estrutura C1), e apresentava as mesmas características construtivas da estrutura C, já descritas. Tinha um comprimento de 2,30m e 0,50m de largura, terminando por um travamento em bloco de granito com a largura da parede.

Estrutura D — Correspondia aos vestígios de um muro, praticamente no alicerce, que surgia em A75 e A94 sob um pavimento tipo «opus signinum» que encostava à estrutura C, estendendo-se por toda a zona A75 e parte da A94. Neste pavimento estavam incrustadas duas bases de coluna, uma truncada e adossada à estrutura C, e outra invertida no canto Sudeste do corte A75.

O pavimento apresentava-se revolvido nas bandas Norte e Sul, tendo sido destruído na primeira pela implantação da igreja actual e na segunda por uma grande vala de violação. O muro designado por estrutura D adossava à ábside Este da estrutura C, e apresentava apenas quatro pedras faceadas, com um alinhamento que corresponderia à sua face Oeste. O alicerce era de calhaus, cascalho e terra, implantando-se nos estratos subjacentes.

Estrutura E — Correspondia aos vestígios de um muro que surgia sob o pavimento tipo «opus» que descrevemos atrás, e que aparecia em A94 arrancando do perfil do testemunho deixado a Norte, prolongando-se cerca de 0,90m. Revelava um bloco de granito afeiçoado, alicerçado em alvenaria de tijolo e pedra, mais larga que o bloco, não sendo visível qualquer vala de fundação. Assentava parcialmente na estrutura C1.

Estrutura F — Correspondia a uma sepultura e situava-se no corte A74, no interior da ábside Sul. A sua implantação traduziu-se no rompimento do pavimento da estrutura C e estratos inferiores, e na desmontagem e aproveitamento parciais da estrutura B.

De forma trapezoidal alongada, ligeiramente mais estreita a Oeste e alargada a Este, apresentava paredes formadas por grandes blocos de granito afeiçoados, e fundo em terra. A cobertura era composta por uma grande laje de calcáreo e duas mais pequenas de granito. No

seu interior encontraram-se restos osteológicos de um indivíduo, amontoados no lado centro-oeste, posição que sugere ter sido alvo de violação (Est. XIII-2).

Estrutura G — Vestígios de um muro em alvenaria de granito e fragmentos de tijolo, assente no pavimento da Estrutura C através de argamassa arenosa, esbranquiçada. Com cerca de 0,60m de extensão e 0,85m de largura, as suas faces revelavam uma orientação aproximadamente Este/Oeste, não sendo possível apreender qualquer relação com as outras estruturas.

Estrutura H — Canalização de pedra, com paredes laterais em alvenaria de blocos de granito afeiçoados e tijolo, dispostos em fiadas horizontais. Apresentava-se parcialmente coberta por lajes de granito colocadas transversalmente, e revelava um leito em tijolões sobre os quais as paredes assentava parcialmente.

Definiam-se dois troços distintos: um orientado Norte/Sul, e outro orientado Este/Oeste e no qual vinha encaixar o primeiro. O conjunto desenvolvia-se pelas zonas A76, A94 e A95, apresentando-se destruído nas duas primeiras, devido a violações.

Estrutura I — Era definida por um profundo corte na arena granítica, apresentando em plano uma forma aproximadamente rectangular. O seu enchimento foi escavado apenas até 2,50m, desconhecendo-se a sua profundidade total.

Revelou na sua parede Este um forro de calhaus e cascalho, ligados por terra argilosa.

Pensamos que corresponderia a um poço cisterna de recepção, no qual desembocaria a canalização.

Estrutura J — Alinhamento irregular de grandes pedras e calhaus de granito, sem qualquer afeiçoamento, orientado perpendicularmente em relação à parede Sul da Igreja Paroquial, da qual arrancava em direcção à propriedade particular, situada a Sul.

Parece tratar-se do alicerce de um muro divisório da referida propriedade.

Com uma construção pouco cuidada, apresentava uma largura média de 1,20m, descia até ao pavimento da estrutura C, no qual assentava, e desenvolvia-se numa extensão de 7 metros, exactamente entre as zonas A73/ A74 e A92/ A93.

Alicerces da Igreja Paroquial — Foram detectados apenas do lado exterior do templo, em A74, A75 e A76. Eram constituídos por grandes blocos de granito não afeiçoado, irregularmente sobrepostos, sobressaindo da parede cerca de 0,80m. Implantados através de vala de fundação, que cortava as estruturas B e C, assentavam quer nestas estruturas, quer no solo natural.

3.2.2. Estratigrafia (Est. IV-1 e 2)

Para a análise da estratigrafia deste sector seleccionámos os cortes representados na

Estampa IV — 1 e 2, fazendo-se a descrição das camadas articulando-as com as estruturas.

A camada 1 correspondia ao enchimento da vala de fundação designada por estrutura A. Apresentava uma matriz arenosa bastante homogénea, de coloração beije, muito semelhante à arena granítica e com poucos elementos grosseiros. Na parte superior apresentava uma lenticula de coloração negra (c. 1a), que interpretamos como deposição de sais, resultante da elevada impermeabilidade da camada.

As camadas 2, 3, 4 e 5 eram variações ligeiramente mais escuras, castanhas ou acinzentadas, as duas últimas com alguns fragmentos de tijolo disperso. Assinale-se ainda que a camada 2, em A75, envolvia 2 blocos de granito faceados, um deles com reboco de tijolo moído numa das faces. Interpretamos este conjunto de camadas como correspondendo a um aterro que entulhou a estrutura A e nivelou o solo natural.

A camada 6 correspondia a uma bolsa de argamassa argilosa de coloração amarela. A camada 7, era composta por terra areno-argilosa de média consistência e coloração castanha acinzentada, com algum cascalho disperso. Estas duas camadas deverão corresponder a revolvimentos e deposições resultantes da abertura da vala de fundação da estrutura B.

As camadas 8, 9, 10 e 11 constituíam o enchimento da vala de fundação da estrutura B, escavado em A74, A92 e A93: de forma lenticular, coloração esbranquiçada e muito compacta a primeira, de consistência média e coloração castanha e/ou cinzenta as outras.

Para Este da estrutura B, nas zonas A75 e A94, registaram-se mais dois estratos cujas características nos sugerem tratar-se de camadas detríticas de construção, relacionáveis ainda com esta estrutura: camada 12, de terra castanha com bolsas de areia e de argamassa amarela, de matriz arenosa fina, envolvendo cascalho e calhaus afeiçãoados; camada 13, de terra argilosa de coloração cinzenta escura, com abundantes bolsas de argamassa amarela, pontos de carvão e algum material grosseiro disperso. Estas duas camadas recobriam indiferentemente a camada 2 e a arena granítica, que aqui aparecia rasgada por sulcos com uma profundidade média de 0,20m, geralmente com uma orientação NE-SW, e para os quais não nos é possível adiantar qualquer interpretação.

Cortando as camadas 6, 7 e 11, aparecia a camada 14, correspondente ao enchimento de um covacho, formado por terra castanha escura e calhaus irregulares. Sobrepondo-se-lhes e encostando à face interna da estrutura B, em A93, identificamos a camada 15, composta por terra arenosa, de coloração castanha amarelada com tons ferruginosos, muito consistente. Interpretamos esta camada, que se estende pelas zonas A74, A92 e A93, como um solo de ocupação da estrutura B, ou mais provavelmente, como uma camada de assentamento de um pavimento que teria sido retirado aquando da desmontagem/ demolição da referida estrutura. Neste nível de ocupação registaram-se ainda alguns buracos de postes/ colunas, cujo levantamento terá originado a deposição da camada 16, formada por lenticulas e bolsas de terra amarelada com manchas castanhas, terra cinzenta e argamassa de tijolo. Em A74 e A93, sobre o nível de ocupação (camada 15), detectou-se uma fina camada cinzenta escura, com carvões dispersos, que não se manifestou nos cortes apresentados.

As estruturas C, C1, C2 e C3 apresentaram uma vala de fundação comum, cujo enchimento era constituído por várias camadas: camada 17, argamassa amarela, argilosa, consistên-

cia variável; camada 18, lenticulas e bolsas de terra preta, argamassa amarela e terra esbranquiçada, areno-argilosa e média consistência; camada 19, lenticulas de terra castanha manchada de amarelo e de terra cinzenta. Pontos de carvão dispersos, fragmentos de tijolo, cascalho e calhaus nas camadas 18 e 19.

A camada 20 a, correspondia a um enchimento de terra amarela acastanhada, com bolsas de argamassa. A camada 20 b, era uma lenticula de terra castanha acinzentada. A camada 20 c, correspondia a uma lenticula de argamassa amarela, argilosa, que em A93 e A94 encostava às estruturas C e C1, selando a vala de fundação (camada 19). A camada 21, de terra castanha amarelada, estendia-se pelas zonas A92 e A93, recobrimdo igualmente a vala de fundação (camada 19). Este conjunto de 4 camadas, parece corresponder a um enchimento de regularização do solo exterior à edificação definida pelas estruturas C, C1, C2 e C3, admitindo-se que a parte superior destes estratos constituísse o nível de circulação/ ocupação. Verificamos igualmente, como evidencia a estratigrafia, que os contrafortes (estruturas C1, C2 e C3), se elevavam acima da superfície de utilização.

As estruturas H e I articulavam-se também com o conjunto de camadas referido no parágrafo anterior, a primeira assentando sobre as camadas 2 e 13, e a segunda cortando a camada 2 e a arena.

As camadas 22 e 23 correspondiam ao pavimento interior da ábside Sul da estrutura C, sendo a primeira uma camada de preparação composta por cascalho e calhaus de granito e calcário, e fragmentos de tijolo, ligados por terra acastanhada e argamassa arenosa esbranquiçada, sobre a qual assentava a segunda, que é uma argamassa de cascalho e fragmentos de tijolo, predominando os segundos, mais cal, areia e barro vermelho, com uma elevada consistência.

A camada 24, de terra castanha clara, areno-argilosa fina, articulava-se ainda com as estruturas C e C1, a Norte desta, parecendo corresponder a um novo enchimento de nivelção sobre o qual viriam a assentar as camadas 25 e 26, com uma coloração ligeiramente mais clara. Estas duas camadas foram cortadas a Norte pela implantação da estrutura D, através da abertura de uma vala de fundação (camada 27 — terra areno-argilosa fina, de coloração cinzenta).

A estrutura E, parcialmente apoiada sobre a estrutura C1 e sobre a camada 24, aparecia articulada com as seguintes camadas: camada 28, formada por uma lenticula de terra de matriz arenosa, de coloração amarela, tipo argamassa, com fragmentos de tijolo e algum cascalho dispersos. Poderia corresponder ao nível de ocupação da estrutura E; a camada 29 cobria a anterior, correspondendo ao abandono/ destruição da referida estrutura, apresentando abundante material grosseiro envolto em terra de coloração castanha e abundantes bolsas de argamassa esbranquiçada.

A camada 30, correspondente ao derrube da estrutura D, era sobreposta a Oeste pela camada 31, que se estendia até à estrutura C, sobre a camada 29 e sobre a estrutura E. Era formada por terra de matriz arenosa e coloração castanha, com bolsas de areia amarelada, restos de pavimento (camada 33?), e material grosseiro dispersos.

Sobre o conjunto das camadas articuladas com as estruturas D e E, atrás descrito, viria a

sobrepor-se um pavimento de tijolo moldo, tipo «opus», muito bem consolidado, que se estendia por toda a zona A75, encostando à estrutura C, e lado Norte da A94.

Nele surgiram embutidas duas bases de coluna, uma delas invertida. Nas suas bandas Norte e Sul, pudemos constatar que o pavimento havia sido remexido e novamente repostado, mas de forma já menos cuidada. No lado Sul, este remeximento oferecia a seguinte sequência: camadas 29 e 31, já descritas; camada 32, de terra castanha com material grosseiro disperso, correspondendo ao nivelamento de preparação para receber o pavimento; camada 33, que era o pavimento tipo «opus» recolocado, apenas com fragmentos de tijolo, praticamente sem argamassa de ligação e a uma cota ligeiramente mais baixa que o não remexido.

As camadas 34 e 35 correspondiam ao abandono e demolição da estrutura C, estendendo-se sobre o seu pavimento interior (camada 23). Eram formadas, respectivamente, por terra argilosa fina, de coloração castanha ferruginosa, e terra de matriz areno-argilosa, de coloração castanha acinzentada, com abundância de material grosseiro disperso.

A camada 36, era de terra amarela acastanhada, pouco consistente, com bolsas de argamassa e material grosseiro dispersos. Correspondia ao remeximento das estruturas B e C, que foram profundamente danificadas por valas de saque de pedra — em A92 traduziram-se no quase total desaparecimento da estrutura B e na desmontagem das estruturas C e C2 até ao alicerce.

As camadas 37 a 53 correspondiam ao enchimento das referidas valas de saque. Apresentavam uma coloração que variava entre o cinzento escuro e o amarelo acastanhado, com pontos de carvão e esquirolas de ossos dispersos, de consistência variável. Como característica comum, a grande quantidade de fragmentos de tijolo e telha, cascalho e calhaus. A existência de fragmentos de ossos sugere ainda que existiriam enterramentos nas proximidades, destruídos pelas valas de saque.

A camada 54, que se estendia sobre o pavimento exterior da estrutura C (camada 33), era formada por terra areno-argilosa com média consistência, de coloração castanha clara. Apresentava pequenas bolsas de argamassa amarela, algum cascalho e fragmentos de tijolo dispersos. Corresponderá ao abandono do pavimento.

A camada 55, de terra de coloração castanha escura, consistência variável e com abundante material grosseiro disperso estendia-se por toda a área escavada. Correspondia à destruição e entulhamento das estruturas descritas, apresentando-se articulada com a estrutura J. Incorporava ainda, em A74, o esqueleto de um indivíduo, orientado Este-Oeste, com os pés para Nascente, sem qualquer vestígio de construção sepulcral.

3.2.3. Espólio

Não cabendo aqui um estudo exaustivo do abundante espólio recolhido⁷, pareceu-nos importante, porém, e ainda que de forma sumária, descrever as suas características gerais e referir alguns elementos mais significativos⁸.

A — Cerâmica

Ao nível da cerâmica surgiram vários fabricos romanos e medievais, predominando estes últimos nas camadas 25 a 55, diminuindo nas camadas 6 a 24 e revelando-se ausentes nas camadas 1 a 5. A cerâmica romana aparece em praticamente todas as camadas, predominando nos níveis de remeximento.

Nos fabricos romanos são predominantes as cerâmicas comuns, limitando-se as cerâmicas de importação a alguns fragmentos de ânfora de formas indetermináveis. Registe-se o aparecimento de apenas um fragmento de «cerâmica bracarense» (Est. VIII), proveniente de níveis remexidos, e a total ausência de fabricos romanos tardios, tipo Late Roman C ou cerâmicas cinzentas paleo-cristãs.

Nos fabricos medievais foi possível distinguir claramente 3 grupos:

- um primeiro em que predominam cerâmicas do tipo das «cerâmicas medievais da Senhora do Leite» (GASPAR 1985), provenientes sobretudo das camadas 39 a 55 e ausentes nas camadas 6 a 23 (Est. IX).
- um segundo, menos abundante, constituído por cerâmicas cinzentas, bem cozidas, com paredes pouco espessas e geralmente com superfícies externas simplesmente alisadas, embora por vezes polidas. As pastas apresentam grãos de quartzo não boleados, por vezes de grandes dimensões, e abundantes elementos de micas. Aparece muito fragmentada, acima da camada 7 (Est. VIII).
- um terceiro, quantitativamente pouco expressivo, constituído por cerâmicas grosseiras com pastas de cor variável entre o castanho avermelhado e o cinzento, de paredes geralmente espessas e superfícies alisadas, com abundância de pequenos pontos de micas. Aparece apenas a partir da camada 15 (Est. VIII).

B — Outros Materiais

Os vidros recolhidos são de época romana, não sendo reconstituível qualquer forma.

⁷ O espólio proveniente das escavações encontra-se provisoriamente depositado no Centro Paroquial de Dume, tendo em vista a sua futura integração nas reservas do núcleo museológico de Dume.

⁸ Agradecemos a identificação da sigillata à Dra. Manuela Delgado, que nos forneceu também indicações para a caracterização das cerâmicas.

Predominam os de cor verde-gelo, sendo alguns de cor verde-azeitona.

Os metais são pouco abundantes, predominando os pregos de ferro. As moedas são quase todas posteriores à nacionalidade, apresentando-se com adiantados processos de corrosão que impossibilitam a sua rigorosa classificação.

Refiram-se finalmente, alguns elementos arquitectónicos: quatro bases de colunas, três de granito e uma de calcário, um provável fragmento de «cancel» (Est. X — 1), em calcário, decorado com motivos vegetais, em estilo de filiação clássica — ramos, trevos e folhas de hera; um capitel de pilastra, em granito, de estilo indefinível; e três fragmentos de mosaicos de tipologia romana, que serviam de degrau de acesso ao templo (estrutura C). Com uma temática decorativa geométrica, com paralelos nos mosaicos romanos do Conventus Bracarensis (ACUNA CASTROVIEJO 1974), apresentam a particularidade das «tesselae», com cerca de 1 cm de lado, assentarem sobre tijolos com as dimensões médias de 30 × 40 × 10 cm (Est. X — 2).

3.2.4. Interpretação

Com base nas características das estruturas, na estratigrafia e no espólio exumado, formulamos, com carácter hipotético, a seguinte interpretação da sequência ocupacional neste sector:

Fase I — Corresponde aos vestígios mais antigos, definidos pela estrutura A e camadas 1 a 5. A vala de fundação testemunha a existência de um muro, que terá sido desmontado para reutilização dos materiais ou que simplesmente nunca chegou a ser construído. Pela sua orientação, articular-se-ia com o conjunto das estruturas do sector B, integrando-se na sua Fase I. Pelas características da deposição dos enchimentos e pelo espólio cerâmico fornecido, exclusivamente de fabrico romano, esta fase corresponderia a um momento terminal de uma ocupação romana.

Fase II — Sobre os enchimentos da fase anterior, foi construída a estrutura B, cuja vala de fundação (camadas 8, 9, 10 e 11) cortou os estratos subjacentes. Interpretamos a estrutura B como um troço da ábside Sul da primitiva igreja de Dume, cuja configuração, atendendo ao traçado do alargamento posterior (ver Fase III), sugere uma planta tipologicamente enquadrável na arquitectura paleo-cristã (ALMEIDA 1962; CABALLERO ZOREDA 1987; COUTINHO 1978; SCHLUNK 1978). Admitimos mesmo, que possa corresponder ao edifício que o Bispo S. Martinho sagrou sede da diocese de Dume, em 558, e cuja construção é expressamente referida em documento do último quartel do séc. VI^o.

⁹ S. Gregório Turonense, contemporâneo de S. Martinho de Dume, nos *Miracula S. Martini*, Livro IV, cap. 7, refere a existência de um templo em Dume, que teria sido construído cerca de 550: «...Erat enim eo tempore Miro Rex in Civitate illa, in qua decessor ejus Basilicam Sancti Martini aedificaverat...» (AMARAL 1803,4 e FERREIRA 1928).

As camadas 6, 7, 12 e 13 integrar-se-iam nesta fase, e corresponderiam a enchimentos provocados pela construção da estrutura B. As camadas 14 e 15 corresponderiam à sua ocupação, mas optamos por integrá-las na fase III por estarem remexidas.

Fase III — O terceiro período de ocupação é definido por um conjunto de estruturas e camadas correspondentes à ampliação da primitiva igreja. Esse alargamento traduziu-se na desmontagem parcial da construção anterior (estrutura B), com perturbação dos estratos que a ela estavam associados no lado interno (camadas 14, 15 e 16), e na construção do novo edifício (estruturas C, C1, C2 e C3), que foi adossado à face externa do antigo, implantando-se solidamente na arena granítica através de uma vala de fundação (camadas 17, 18 e 19) que cortou os estratos subjacentes.

O traçado desta nova construção parece ter sido determinado pela anterior — conforme indica o acoplamento das paredes na ábside Sul (Est. XII — 2). Verifica-se também uma reutilização de materiais, como testemunham os blocos «almofadados» que integram as suas paredes e alicerces e os fragmentos de mosaicos junto da soleira, detectada em A72.

As camadas 20a, 20b, 20c e 21, serviram para regularizar a superfície exterior do templo, enquanto no interior deste o lançamento do pavimento argamassado (camadas 22 e 23) soterrava completamente a igreja primitiva. Num momento terminal desta fase, teria sido construída a estrutura G, sobre o pavimento, sem que nos seja possível definir a sua articulação. Do mesmo modo, o enterramento correspondente à estrutura F foi realizado cortando o pavimento e os estratos anteriores.

Relativamente à estruturação do espaço interior do templo, não recolhemos elementos suficientes que permitam avançar qualquer consideração — as duas depressões existentes no pavimento, de forma rectangular arredondada, aparecem isoladas, sem que se consiga estabelecer relação com uma presumível utilização litúrgica do espaço.

No que concerne ao espaço exterior, admitimos que o lançamento dos contrafortes, a partir do topo da ábside Sul¹⁰, bem como a construção da canalização (estrutura H) e do poço/ cisterna (estrutura I), que consideramos contemporâneos, terão implicado um novo ordenamento cujos contornos globais, no entanto, nos escapam.

Factos históricos relatados pelas fontes escritas¹¹, mais do que o espólio recolhido

¹⁰ O recurso à construção de contrafortes poderá considerar-se, aqui, excepcional. Efectivamente, e de acordo com as mais elementares regras de arquitectura, as edificações de planta circular, sendo as que oferecem maior estabilidade, dispensam qualquer contrafortagem. Neste caso, porém, não será de excluir que se tenha recorrido à sua aplicação, por motivos de ordem meramente técnica, face à necessidade de vencer o acentuado desnível do solo natural que existe entre as ábsides Norte e Este e a ábside Sul (cerca de 2 metros).

¹¹ A doação de Dume ao Bispo de Mondonhede, S. Rosendo, em 877; a delimitação do termo de Dume e confirmação da doação anterior, em 911; o processo de restauração da Diocese de Braga que se desenvolveu por finais

referenciável a esta fase (Est. VIII), sugerem-nos uma cronologia que se poderá situar entre finais do séc. IX e inícios do séc. XII, correspondendo, grosso modo, ao período da Reconquista Cristã e de afirmação da nacionalidade.

Fase IV — Nesta fase incluímos remeximentos, repavimentações, construção de anexos, enterramentos e abertura das primeiras valas de saque de pedra (estruturas D e E e camadas 24 a 43), que corresponderão à definitiva desactivação da igreja, provavelmente já em ruínas.

Estas camadas e estruturas articular-se-iam, embora não tenha sido obtida uma relação estratigráfica evidente, com a construção de um novo edifício religioso, de concepção arquitectónica absolutamente distinta. Referimo-nos ao corpo da actual Igreja Paroquial, cuja edificação se terá realizado entre os séculos XVI e XVII¹².

O espólio proveniente das camadas referidas corrobora esta interpretação, permitindo-nos apontar para um período de ocupação tardo-medieval (Est. IX).

Fase V — Corresponde aos revolvimentos e perturbações mais recentes (camadas 44 a 55 e estrutura J), relacionados quer com a ampliação do corpo Este da actual igreja¹³, quer com a reconstrução da casa e jardim da propriedade que limita o adro do lado Sul. Estes revolvimentos provocaram significativos danos nas ruínas arqueológicas e simultaneamente na estratigrafia, dificultando a interpretação da sequência ocupacional do sítio.

3.3. Sector B:

Os cortes abertos neste sector atingiram uma área de 33 m², tendo sido designados de

do séc. XI; e finalmente, a devolução de Dume à Diocese de Braga, em 1103, constituem indícios seguros da movimentação de interesses religioso-políticos e económicos, em cujo contexto fará mais sentido a reconstrução da igreja (COSTA 1959 e 1965).

¹² As informações relativas à construção da actual igreja paroquial são bastante confusas. A generalidade dos autores que se lhe referem, aludem a uma «reedificação» do século XVIII (entre 1734 e 1775), sem especificar o tipo de obras realizadas. Mais explícito é Frei Francisco de Sant'Iago, citado por Manuel Silva (SILVA 1919, 61), que na sua *Chronica da Soledade*, editada em 1762, refere: «até que acrescentando-se a capella maior na forma que hoje está, ...» Temos pois para a primeira metade do século XVIII, obras de «acrescentamento» e não de reedificação, e relacionando-se com um templo que, não sendo a primitiva igreja de Dume, completamente soterrada e alvo de escavações em meados do século XVIII, (COUTINHO 1957, 292), teria sido construído entre os séculos XVI e XVII. Esta interpretação está de acordo com a leitura arquitectónica do actual edifício, formado por dois corpos efectivamente distintos: o de Oeste será o mais antigo, tendo sido posteriormente objecto de transformações e ampliações (fachada e corpo Este).

¹³ Sintomaticamente, esta cronologia concorda com as datações apontadas por Alain Tranoy para algumas epígrafes romanas de Dume (TRANOY 1981).

acordo com a quadrícula previamente estabelecida: B1, B2, B3, B6, B7, B10 e B11.

A abertura alternada dos cortes permitiu conhecer a estratigrafia do interior da capela na sua totalidade, obtendo-se um perfil longitudinal e vários transversais. Para a descrição das camadas e das estruturas, seguiremos os mesmos critérios usados no sector A.

3.3.1. Estruturas (Est. V e VII)

A Estampa V apresenta-nos a planta das estruturas detectadas, que se revelam como um conjunto bastante homogéneo. A sua orientação é paralela à da estrutura A do sector A, que se integraria pois neste conjunto.

Estrutura A' — Surgia no corte B7, com uma orientação Noroeste/Sudeste, correspondendo a um muro de alvenaria de pedra e fragmentos de tijolo, ligados por uma argamassa amarelada, revelando as suas faces um aparelho regular, de forma rectangular. Os blocos de granito que a compunham eram de forma paralelepípedica, com uma face afeiçãoada, assentes em fiadas horizontais regulares (Est. XIV — 2). Com cerca de 0,50 m de largura, a parede assentava directamente na arena granítica, que foi ligeiramente afeiçãoada para a receber.

Esta estrutura constituiria o limite Norte de uma grande sala pavimentada em «opus signinum» (camadas 3 e 4), pavimento este que encostava à parede através de uma cinta de fragmentos de tégula, tipo rodapé.

Estrutura B' — Correspondia a um reforço da estrutura A', à qual adossava pelo lado Sul. Apenas com uma face, apresentava um enchimento de calhaus e cascalho com terra, dispersos caoticamente, atingindo uma largura de 0,80 m. O aparelho era irregular, denotando uma construção pouco cuidada. Sem vala de fundação, assentava em estratos subjacentes de abandono das estruturas A' e C' (Est. VI).

Estrutura C' — Muro de alvenaria de granito e fragmentos de tijolo, com duas faces e largura média de 0,60 m. O aparelho era de excelente qualidade, aproveitando silhares «almofadados» e pedras afeiçãoadas de outras construções. Os blocos dispunham-se regularmente em fiadas horizontais.

Assentava directamente no pavimento de «opus signinum» referido na descrição da estrutura A', através de um alicerce definido por uma fiada de blocos ligeiramente salientes em relação ao prumo da parede.

Esta estrutura desenvolvia-se pelas zonas B3 e B11, com uma orientação paralela à estrutura A' e B', articulando-se com um pavimento de terra batida (camada 7).

Estrutura D' — Correspondia ao muro de descarga do arco cruzeiro da capela, estabelecendo a ligação entre os dois pilares que suportam o referido arco. Era de alvenaria de pedra e fragmentos de tijolo, ligados por argamassa amarela muito argilosa, com um aparelho regular formado por blocos dispostos em fiadas horizontais.

Foi implantado nas camadas subjacentes através de vala de fundação, assentando num alicerce mais largo composto por blocos irregulares de granito.

Estrutura E' — Semelhante à estrutura B', correspondendo ao reforço da estrutura F'.

Estrutura F' — Semelhante à estrutura A' correspondendo ao limite Sul da sala.

Estrutura G' — Vestígios de uma sepultura, definida por blocos de granito afeixoados, dispostos em caixa, de forma trapezoidal.

Implantada nos estratos subjacentes, apresentou vestígios osteológicos humanos no seu interior, revelando profunda violação.

Alicerces da Capela — Colocaram-se a descoberto nas zonas B1, B10 e B11, onde apresentavam um aparelho irregular, formado por calhaus não afeixoados e blocos reaproveitados de outras construções, alguns «almofadados», ligados por argamassa amarela. Em B10 apresentavam uma espécie de sapata contínua, afastada do prumo da parede cerca de 0,60 m.

3.3.2. Estratigrafia (Est. VI)

Para a análise da estratigrafia deste sector seleccionamos o corte AB, correspondente ao corte longitudinal da Capela (Est. VI).

Sobre a arena granítica, cortando a Norte uma pequena camada de terra arenosa fina, coloração castanha amarelada e com bolsas de areia mais claras e outras mais escuras (camada 1), que corresponderia a uma deposição natural, foram implantadas as estruturas A' e F' e feito um enchimento de nivelção — camada 2, com características semelhantes à camada 1, mas de coloração ligeiramente mais escura e menos bolsas de areia.

Entre as duas estruturas referidas, e constituindo o seu primeiro solo de ocupação, o enchimento de nivelção (camada 2) recebeu um pavimento tipo «opus signinum», constituído por duas camadas: camada 3, formada por cascalho de granito e fragmentos de tijolo, envoltos em terra e argamassa, que corresponderia a uma preparação; camada 4, assente sobre a anterior, formada por fragmentos de tijolo e telha (2,5 cm, em média), tijolo moído e barro, de coloração vermelha, consistente. A sua superfície apresentava, de forma irregular, uma finíssima alteração de coloração cinzenta escura, com alguns carvões dispersos.

A camada 5 era um enchimento de terra areno-argilosa, de coloração castanha amarelada, pouco consistente e com material grosseiro disperso, que corresponderia à regularização da área a Sul da estrutura F'. Sobre ela estendia-se a camada 6, de terra areno-argilosa e coloração cinzenta com manchas esbranquiçadas, pouco consistente.

Sobre o pavimento acima referido (camada 3/4) e sem o destruir, construiu-se a estrutura C' e depositou-se a camada 7, que era de terra areno-argilosa fina, de coloração amarela acastanhada, muito consistente, sobretudo na parte superior e com alguns fragmentos de tijolo

e tégula dispersos. Interpretamos esta camada como um pavimento correspondente ao único solo de ocupação articulável com a estrutura C' e segundo da estrutura A'.

As camadas 8 e 9, respectivamente de terra areno-argilosa de média consistência, com material grosseiro disperso, coloração castanha clara com manchas de argamassa amarela e bolsas de terra cinzenta, e de terra de coloração castanha clara, média consistência e abundante material grosseiro disperso, estendem-se entre as estruturas A', C' e F', correspondendo ao seu abandono.

As estruturas B' e E' vão implantar-se sobre os estratos subjacentes (camadas 8 e 9), adossando-se às estruturas A' e F'. Articulam-se com as camadas 10, 11, 12 e 13, que apresentavam as seguintes características: camada 10, lenticula de terra saibrosa, de coloração amarela, consistente, que embora detectada apenas em B6 poderia corresponder aos vestígios do solo de ocupação; camada 11, de terra areno-argilosa pouco consistente, coloração castanha e com abundante material grosseiro, correspondente ao derrube das estruturas; camada 12, de terra com consistência variável, de coloração castanha clara manchada com bolsas de argamassa amarela e terra cinzenta, apresentava algum material grosseiro disperso; camada 13, era uma lenticula de terra arenosa fina, coloração castanha acinzentada clara, consistente. Estas duas camadas, em conjunto com a camada 14 a Sul da estrutura F' (terra castanha escura, material grosseiro disperso), corresponderiam a depósitos de abandono deste sector.

As camadas 15, 16 e 17, são já revolvimentos de estruturas: a primeira, de terra castanha de média consistência, recobre parcialmente a estrutura C' e a camada 13; a segunda, de terra areno-argilosa fina, de coloração acinzentada com manchas castanhas, consistente, surgiu sob o alicerce da estrutura D' e cobria ligeiramente a estrutura E'; a terceira, de terra castanha escura, pigmentada de argamassa amarela e terra cinzenta, continua a anterior para Sul, encostando à estrutura F'.

A camada 18 constituía o enchimento da sepultura correspondente à estrutura G', que foi violada, e é de terra de matriz areno-argilosa, coloração castanha clara e pouco consistente. Apresentava restos de um esqueleto, de que só foi possível identificar parte do crâneo.

A camada 19, limitada à zona da capela-mor, sobrepunha-se às estruturas F' e G' e às camadas 16, 17 e 18. Era formada por terra de matriz areno-argilosa fina, de coloração castanha clara, pouco consistente e com algum material grosseiro disperso, incluindo na sua parte superior uma lenticula de argamassa amarelada, de matriz argilosa fina e consistente (camada 20).

Com os alicerces da estrutura D', articulavam-se directamente as camadas 22, 23 e 24 (enchimentos da vala de fundação), e indirectamente a camada 21 (enchimento da vala de fundação da parede Sul da capela). As valas de fundação foram abertas na camada 19, cortando-a respectivamente a Norte e a Sul.

As camadas 25 e 26 correspondiam à ocupação da Capela de Nossa Senhora do Rosário, traduzida em enterramentos, articulando-se com a estrutura D' e com os pavimentos lajeados da capela-mor e do vestíbulo. A camada 25 estendia-se pela zona da nave sobre as estruturas A', B' e C' e camadas associadas, apresentando uma coloração castanha pigmentada de argamassa amarela, pouco consistente e com algum material grosseiro disperso. Para além de

envolver, no lado Sul, um caixão de madeira, esta camada penetrava na camada 12, a espaços regulares, correspondendo à implantação dos pilares de granito que suportavam os taburnos do piso da capela. A camada 26, estendia-se pelas zonas da nave e capela-mor, correspondendo a um segundo nível de enterramentos. Envolveria diversos caixões, distribuídos regularmente e orientados segundo o eixo maior da capela, encaixando-se alguns deles na estrutura D'. A terra era de matriz areno-argilosa, pouco consistente e de coloração castanha escura.

3.3.3. Espólio

A — Cerâmica

O espólio cerâmico recolhido neste sector apresenta as mesmas características que o do sector A, devendo assinalar-se, porém, algumas variações e particularidades.

Ao nível dos fabricos romanos, registou-se um ligeiro aumento das cerâmicas de importação, traduzido num maior número de fragmentos de ânfora, de formas indetermináveis, e na recolha de 3 fragmentos de Sigillata Hispânica datável dos séculos I e II d.C. — um de forma indefinida, proveniente da camada 2; outro de forma Drag. 27, proveniente da camada 2; e um terceiro de forma Drag. 37, recolhido na camada 5.

A cerâmica de fabrico romano apareceu em praticamente todas as camadas, em resultado das perturbações estratigráficas provocadas pela longa ocupação do sítio, sendo de notar, contudo, a sua exclusividade nas camadas 1 a 5.

Na cerâmica medieval, que apareceu apenas a partir da camada 6, verificou-se predominar o segundo grupo descrito no sector A, constatando-se uma ligeira diminuição do grupo de cerâmica tipo «Senhora do Leite». Do terceiro grupo, assinala-se a sua proveniência a partir da camada 10.

B — Outros Materiais

Recolheram-se vários fragmentos de vidros quase todos de fabricos modernos. Dos de fabrico romano, identificaram-se 3 fragmentos, recolhidos na alteração superficial cinzenta da camada 4, de vidro de coloração verde-gêlo, decorado com um fio relevado de vidro branco, de forma indeterminável, datável do séc. I d.C. (ALARCÃO 1965).

Nas camadas 25 e 26 recolheram-se fragmentos de tecido e de rosários provenientes dos enterramentos.

3.3.4. Interpretação

A sequência ocupacional estabelecida para este sector corresponde à do sector A, definindo-se idênticas fases.

Fase I — Corresponde aos vestígios mais antigos, definidos pelas estruturas A', F' e pavimento de «opus» (camadas 3 e 4) e pelas camadas que com elas se articulam (camadas 1, 2, 3, 4 e 5).

A Sigillata Hispânica recolhida na camada 2, sob o pavimento, e os fragmentos de vidro decorado com fio relevado recolhidos sobre o mesmo, datam-nos a construção e ocupação destas estruturas nos séculos I e II d.C.¹³

Este conjunto de estruturas e camadas deverá corresponder aos vestígios de uma «villa» romana, cuja existência se presumia da abundância de epígrafes dessa época encontradas nas imediações¹³.

Fase II — Reutilização das estruturas da ocupação anterior, com repavimentação da sala (camada 7) e construção de novas estruturas (C'), mantendo-se a mesma orientação.

O espólio recolhido nas camadas associadas a esta fase (camadas 6, 7 e 8), sugere uma contemporaneidade com a Fase II do sector A (construção da primitiva igreja de Dume — estrutura B), o que corresponderá à adaptação da «villa» a Mosteiro, que as fontes documentais referem ter sido fundado pelo Bispo de S. Martinho junto à igreja de Dume, «virado a Braga» (AMARAL, 1903-8 e FERREIRA, 1928-59).

Fase III — Construção das estruturas B' e E' sobre os estratos de abandono da ocupação anterior. Perdura ainda a mesma orientação espacial, determinada pelo adossamento das novas paredes às estruturas mais antigas (A' e F'), mas já com uma significativa elevação do nível de circulação (camadas 9 e 10 (?)). Englobamos ainda nesta fase, os níveis de demolição/derrube e de abandono definidos pelas camadas 11, 12, 13 e 14.

Embora o espólio cerâmico recolhido permita situar esta fase no mesmo horizonte ocupacional da Fase III, do sector A, há uma nítida diferença na técnica construtiva das respectivas estruturas: bem alicerçadas e com um aparelho cuidado no sector A; de construção frustre e irregular aqui no sector B. A indefinição funcional destas últimas, pela pequena área escavada, não nos permite avançar mais considerações sobre o significado desta distinção.

Fase IV — A sepultura correspondente à estrutura G' e os remeximentos definidos pelas camadas 15, 16, 17 e 18, bem como o nível de abandono compreendido pelas camadas 19 e 20, não ofereceram espólio elucidativo da sua cronologia. Contudo, a sobreposição das estruturas neste sector sugere para este conjunto uma contemporaneidade com a Fase IV do sector A.

Fase V — Esta fase corresponde à construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário (estrutura D' e camadas 21, 22, 23 e 24), enterramentos e enchimentos posteriores nas zonas da capela-mor e nave, que provocaram o remeximento da estratigrafia até

ao topo das estruturas das ocupações anteriores.

Abrange um período que se estende do início do século XVII¹⁴ até finais do século passado, de que datam os últimos enterramentos feitos no interior da capela.

4. Considerações finais

A área intervencionada nestas escavações, apesar de corresponder apenas a uma pequena parte da área ameaçada, ofereceu abundante espólio e revelou uma sobreposição de estruturas bastante significativa, atestando uma ocupação que se estende do séc. I d.C. até aos nossos dias.

Reveste particular importância a descoberta do que tudo indica ser a Igreja e Mosteiro alto-medievais de Dume.

O objectivo fundamental das escavações foi atingido, comprovando-se quer a existência de vestígios arqueológicos quer a sua importância e valor histórico-científico.

A área intervencionada não permitiu avaliar as suas exactas dimensões, mas vestígios de superfície sugerem que se distribuem por todo o adro e se estendam ainda para Norte (sob a estrada) e para Sul (sob os quintais, jardins e hortas das propriedades contíguas).

A potência estratigráfica existente, o relativo bom estado de conservação das ruínas e mesmo alguma monumentalidade, aliadas à rica sequência ocupacional do sítio, cuja primeira e provisória leitura intentamos nas páginas precedentes, oferecem amplas perspectivas para o estudo desta estação, nomeadamente ao nível das modalidades de povoamento rural romano e medieval, arte, arquitectura, cerâmicas, etc...

No caso específico da arquitectura, pensamos mesmo que Dume poderá constituir um elemento chave para a compreensão da evolução da arquitectura religiosa alto-medieval, sobretudo se for possível articular o seu estudo com o da Capela de S. Frutuoso, situada a escassas centenas de metros¹⁵.

O projecto de ampliação e restauro da Igreja Paroquial, bem como o de criação de um núcleo museológico em Dume para receber o túmulo do Bispo S. Martinho, enriquecem-se assim com os vestígios arqueológicos existentes, cujo aproveitamento (em fase de estudo) trará uma inequívoca valorização aos espaços em causa.

Braga, Julho de 1988

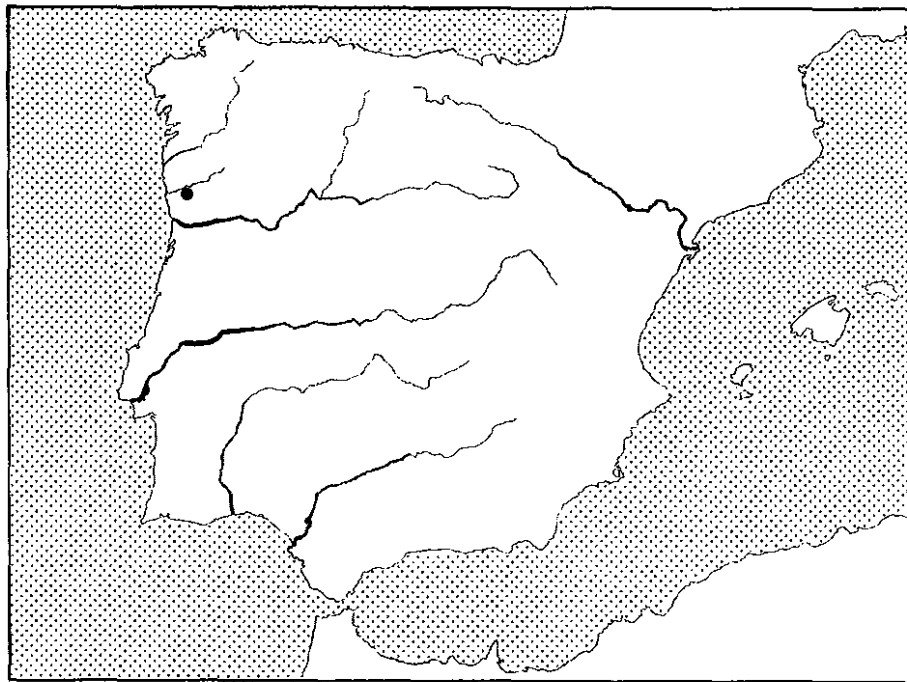
¹⁴ Segundo amável informação do Dr. Duarte Salazar Chaves, no Tombo da Mitra de 1608, fl. n.º572 verso, do Arquivo de Braga, existem referências documentais à Ermida da Senhora do Rosário, em confrontação com as casas do Assento.

¹⁵ Importará salientar, porém, que uma abordagem deste género só será possível com um estudo de carácter monográfico. Projecto que, aliás, se encontra em fase de elaboração e que pensamos vir a implementar num futuro próximo. Mas independentemente desse estudo se realizar ou não, afigura-se-nos imperioso que o Salvamento iniciado em 1987 se conclua, particularmente assegurando o acompanhamento das obras na Igreja Paroquial.

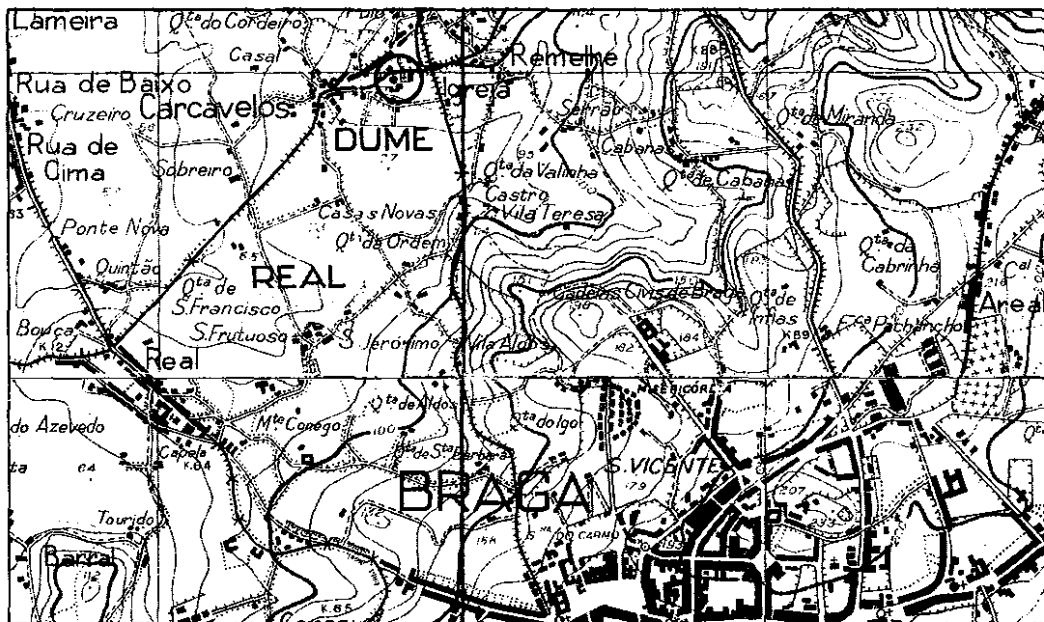
BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (1974) — *Mosaicos Romanos de Hispania Citerior, III*, Conventus Bracarensis. Santiago de Compostela.
- ALARCÃO, J. e A. (1965) — *Vidros Romanos de Contimbriga*. Museu Monográfico de Contimbriga.
- ALMEIDA, Fernando de (1962) — Arte Visigótica em Portugal, *O Arqueológico Português*, Nova Série, IV, Lisboa.
- AMARAL, António Caetano do (1803) — *Vida, e Opúsculos de S. Martinho Bracarense*, Lisboa.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1732) — *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*. Lisboa.
- CABALLERO ZOREDÁ, Luís (1987) — Hacia una propuesta tipológica de los elementos de la arquitectura de culto cristiano de época visigoda (Nuevas iglesias de El Gatillo e El Trampal); *Arqueologia Medieval Española, II Congreso*, I: Ponencias. Madrid.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959) — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, I. Coimbra.
- , (1965) — *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga.
- COUTINHO, João de Moura (1957) — Os Sarcófagos de Dume na Arte Pré-Românica. *Bracara Augusta*, VIII, nº 3-4 (37-38), Braga, pp. 283-294.
- , (1978) — *As Artes Pré-Românicas em Portugal. São Frutuoso de Montélios*. Braga.
- FERREIRA, José Augusto (1928) — *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (séc. III — séc. XX)*, I. Braga.
- FREITAS, Bernardino José de Senna (1890) — *Memórias de Braga*, I, II, Braga.
- GASPAR, Alexandra (1985) — Escavações Arqueológicas na Rua de Nossa Senhora do Leite, em Braga. *Cadernos de Arqueologia*, Braga, Série II, 2, 1985, pp. 91-125.
- LEAL, Pinho (1974) — *Portugal Antigo e Moderno*, 2, Lisboa.
- MACIEL, Manuel Justino Pinheiro (1980) — *O «De Correctione Rusticorum» de S. Martinho de Dume*. Braga.
- MARTINS, Maria Manuela (1987) — *O Povoamento Proto-Histórico da Bacia do Curso Médio do Cávado*. Braga, (tese de doutoramento polic.).
- SCHLUNK, Helmut e T. Hauschild (1978) — *Hispania Antiqua*. Mainz an Rhein.
- SILVA, Manuel (1919) — *Dume e o seu primeiro Bispo*. Póvoa de Varzim.
- TRANOV, Alain (1981) — *La Galice Romaine*. Paris.



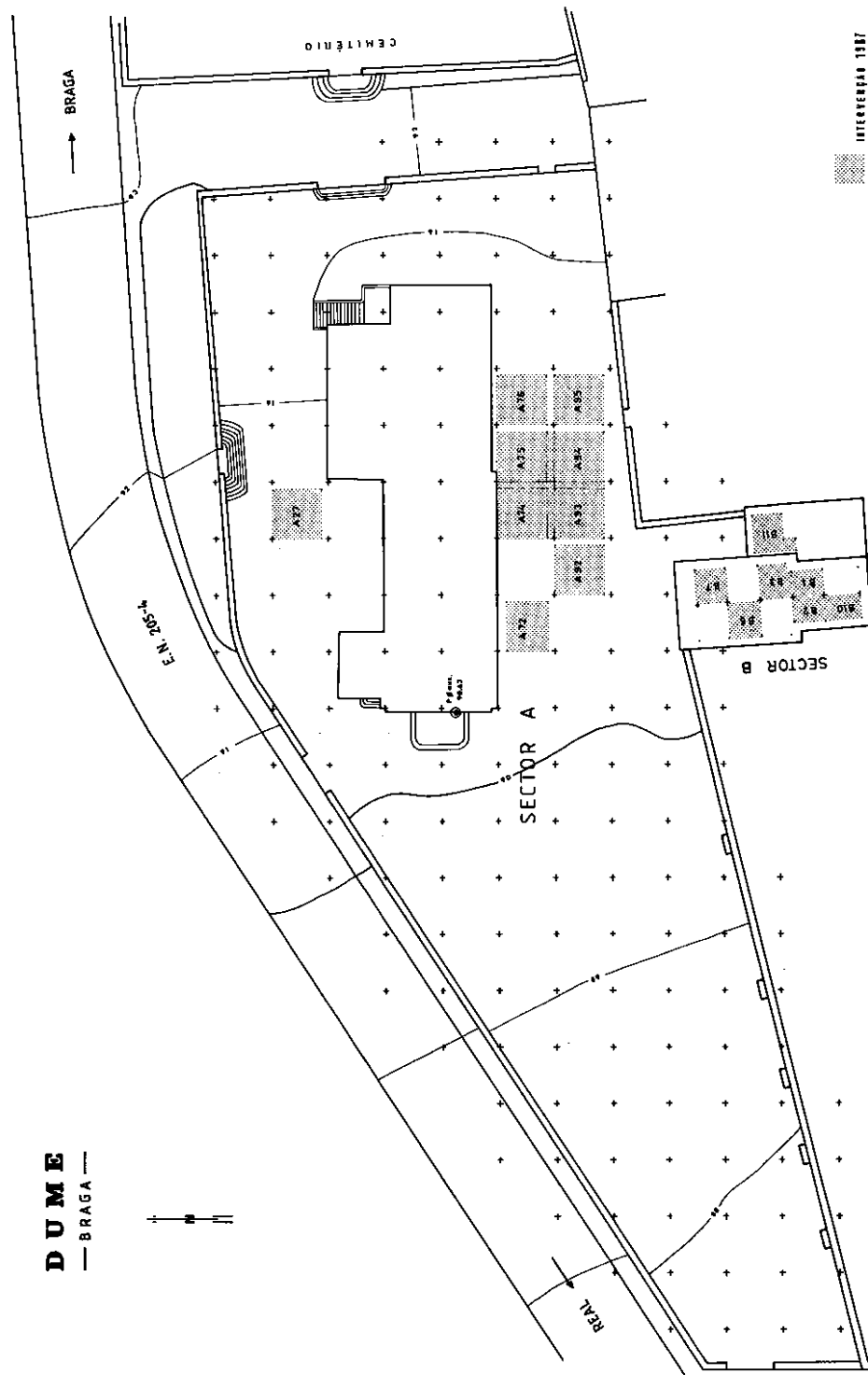


1 Localização de Dume (Braga) na Península Ibérica.



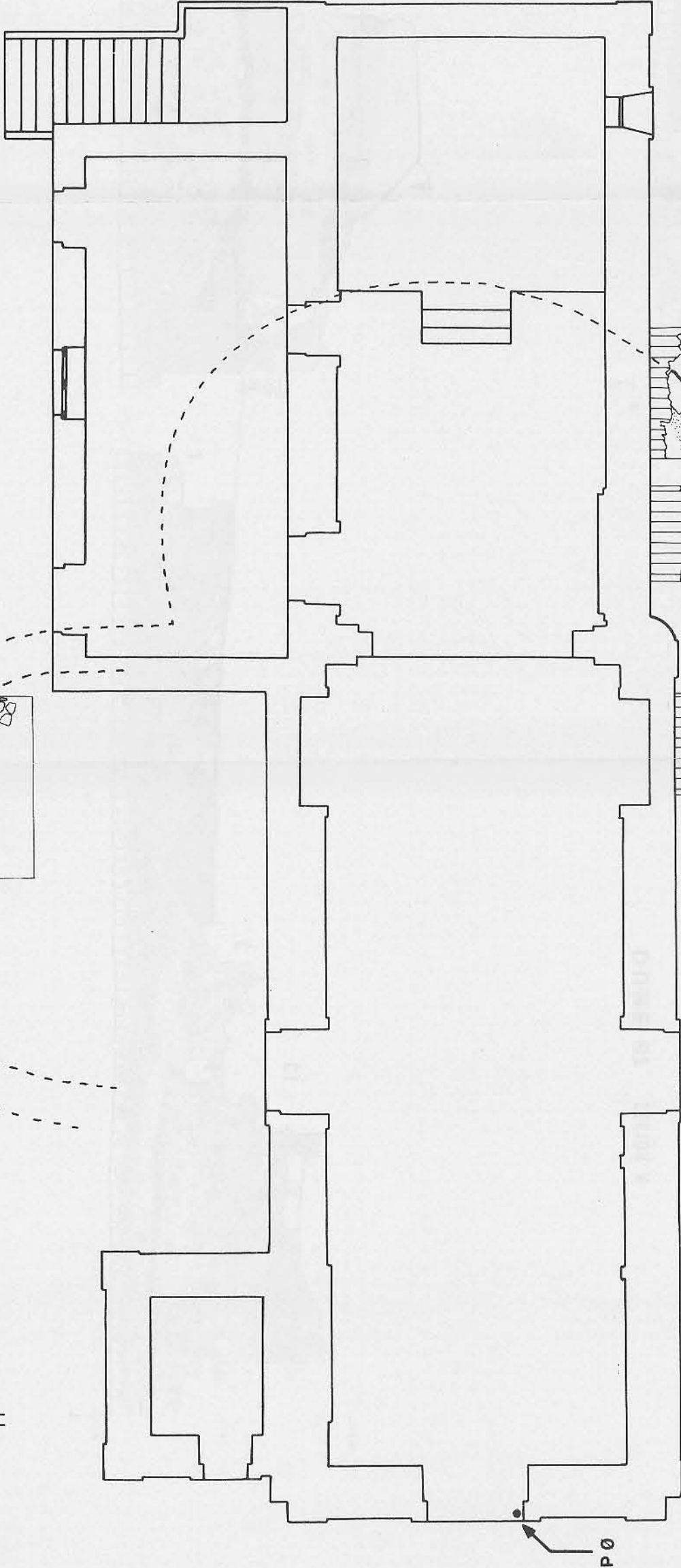
2 Localização da estação arqueológica de Dume (Cartas dos S.C.E. nºs 56 e 70. Esc. 1:25.000).

ESTAMPA II



D U M E
— BRAGA —

Localização das zonas de intervenção (Esc. 1:500).

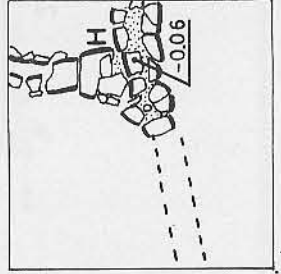
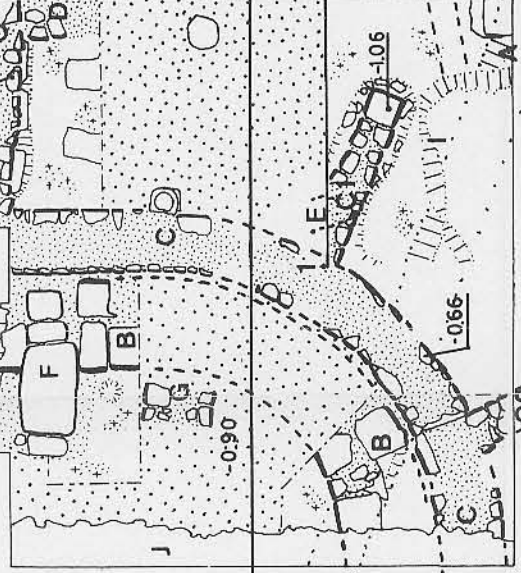
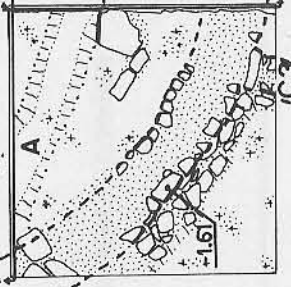
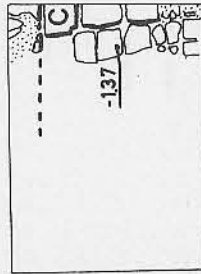
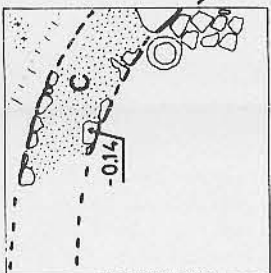


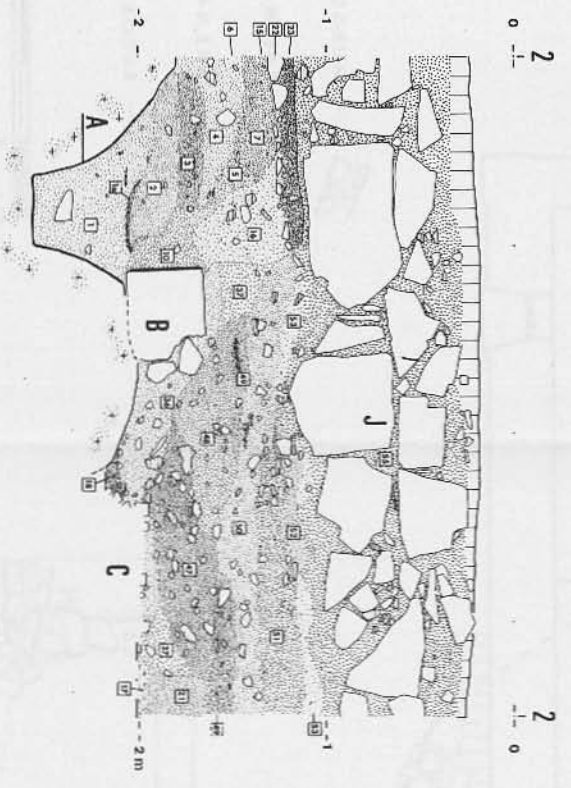
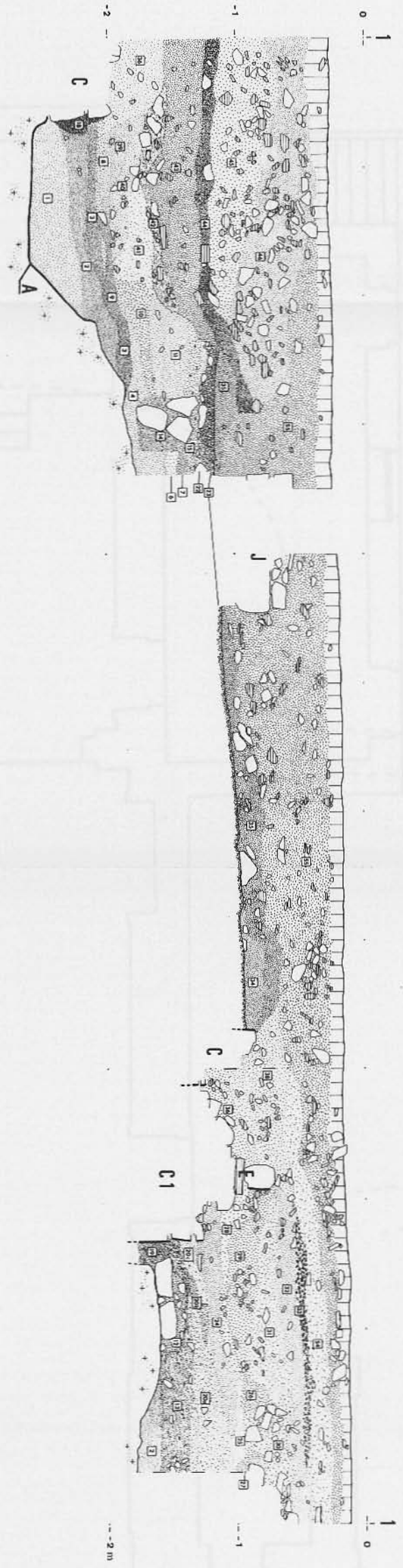
- MUROS
- PAVIMENTOS
- ARENA
- RECORTES NA ARENA



— D U M E —

SECTOR A 1987

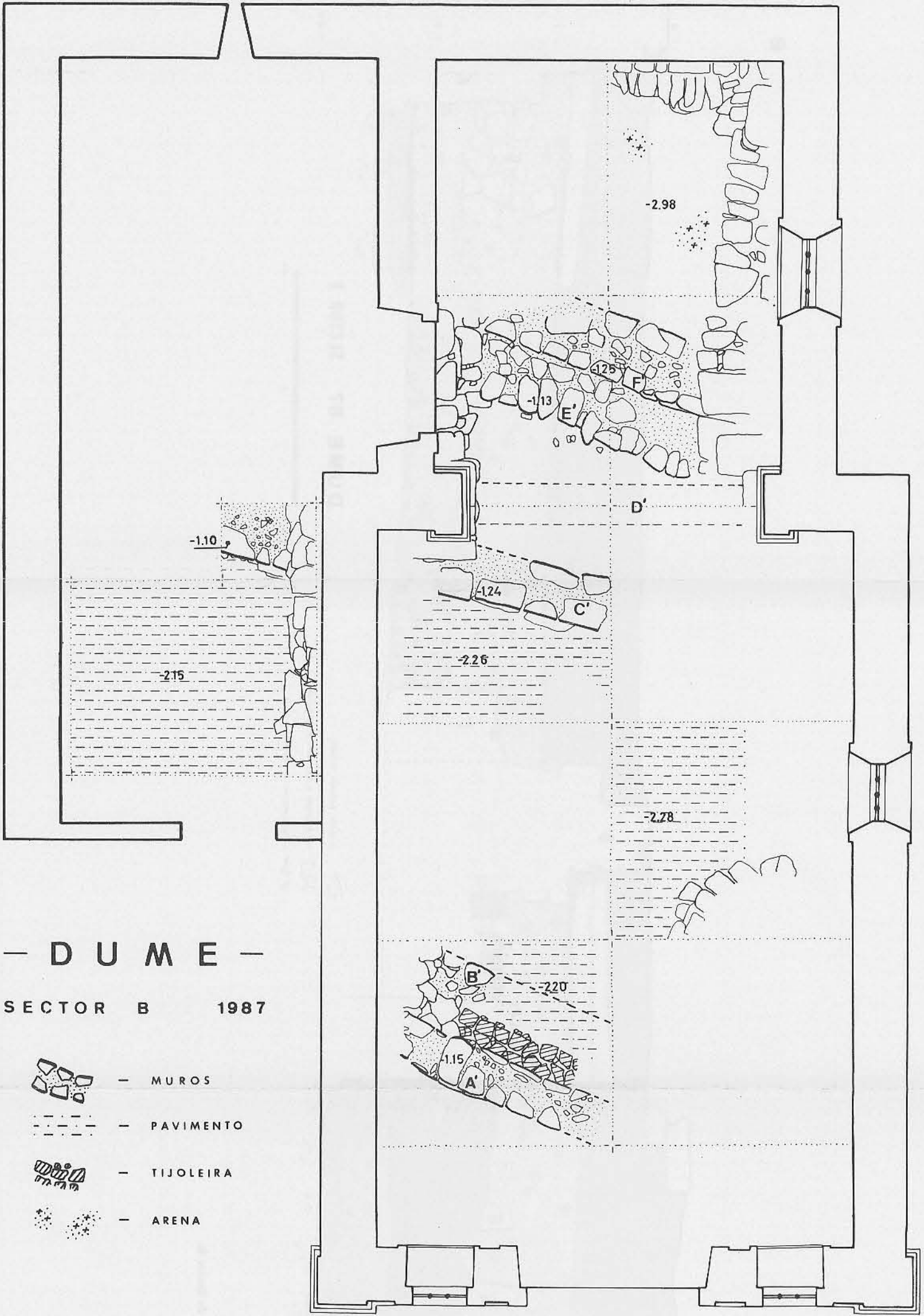
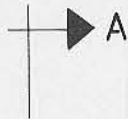








DUME 87 SECTOR A

- TTT — CAMADA SUPERFICIAL HUMIDA
- SÓLO NATURAL (AREIA)
- CASCANHO E CALHAR DE GRANITO
- FRAGMENTOS DE TIJOLO E TELA

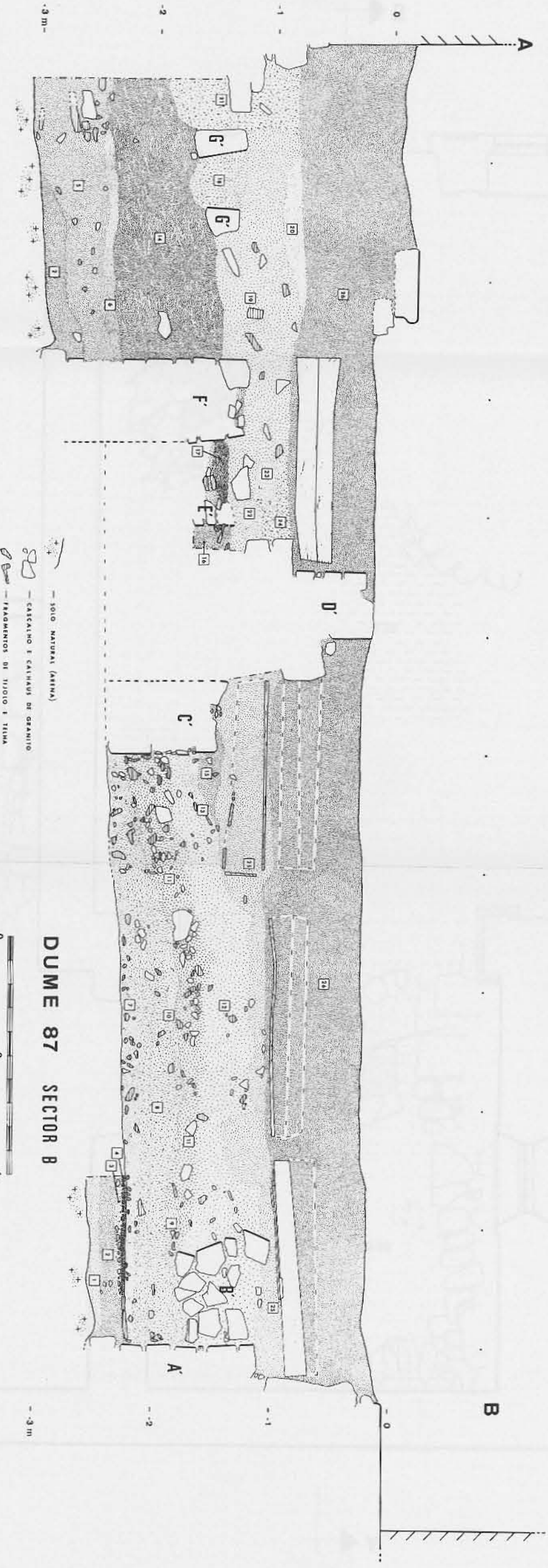




— D U M E —
SECTOR B 1987

-  — MUROS
-  — PAVIMENTO
-  — TIJOLEIRA
-  — ARENA



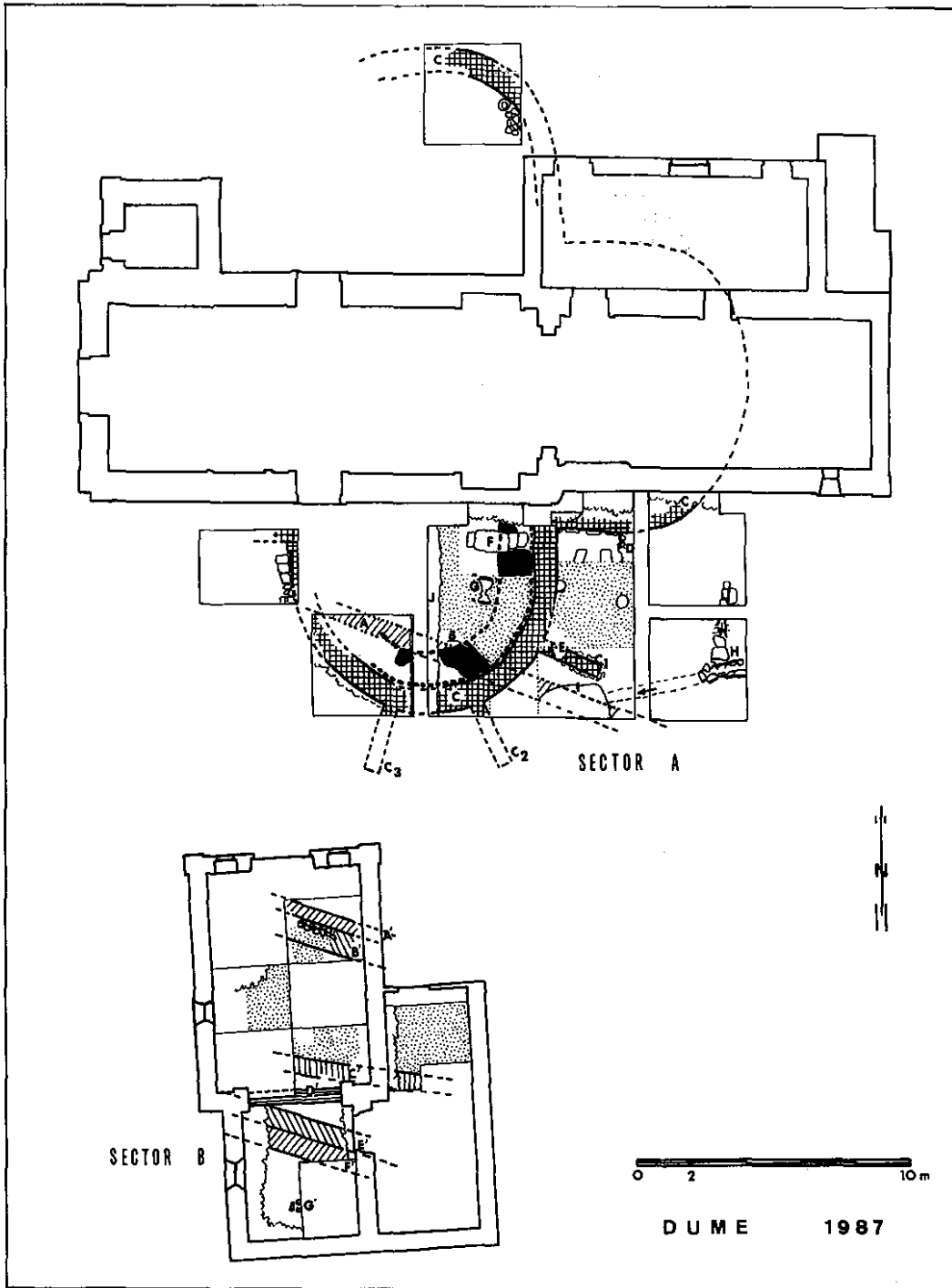


— SOLIO NATURAL (AREIA)
— CASCAO E CALHARI DE GRANITO
— FRAGMENTOS DE SOLIO E TELA

DUME 87 SECTOR B

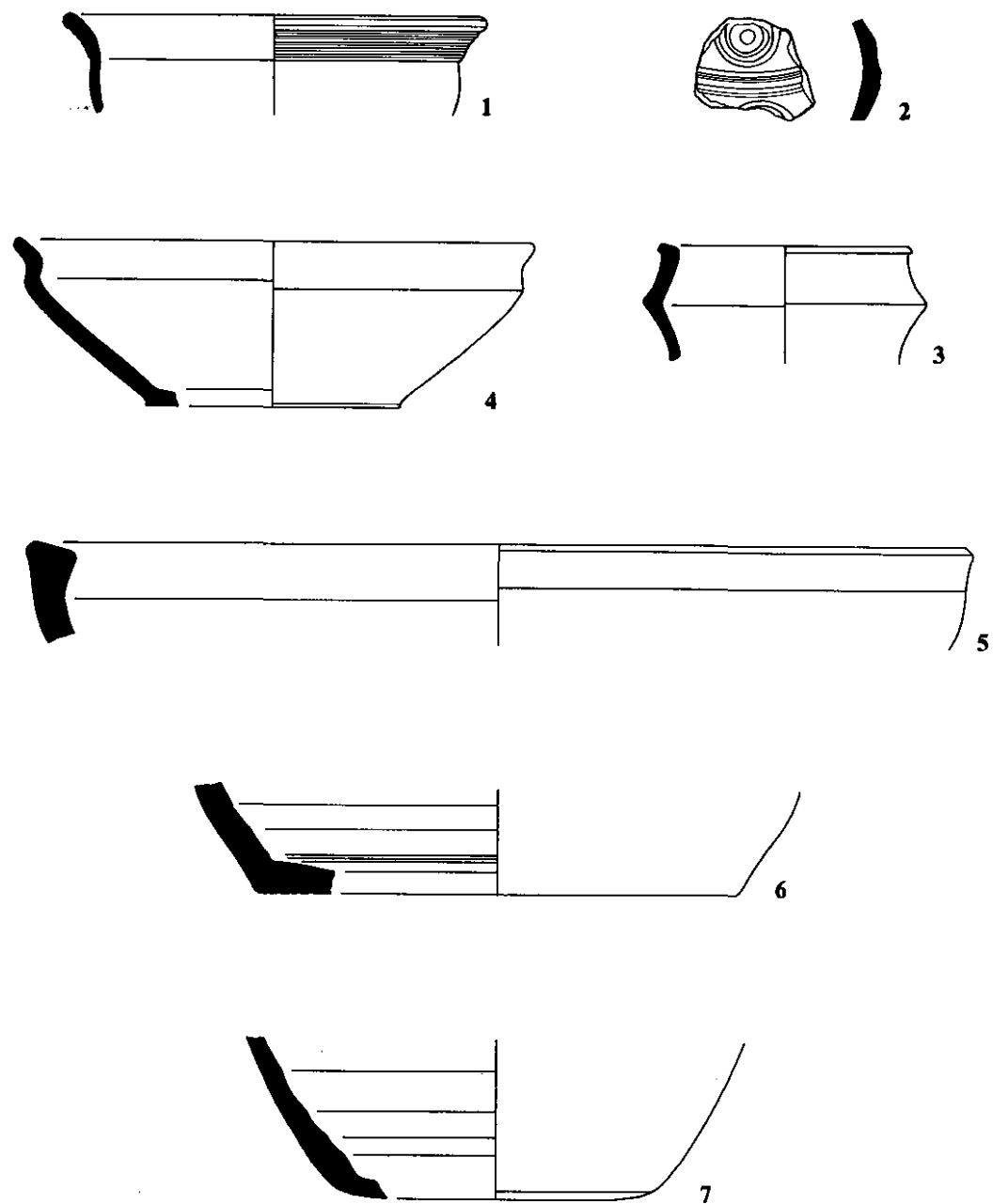


ESTAMPA VII



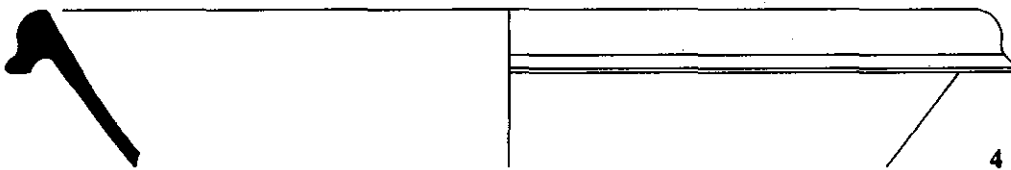
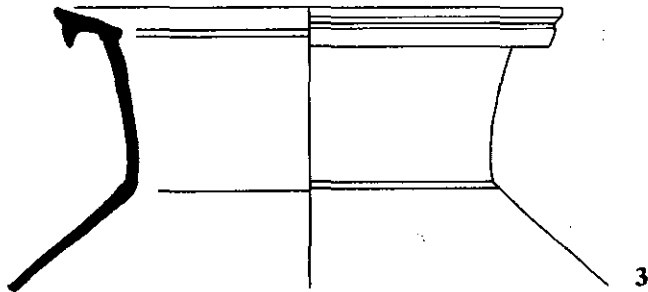
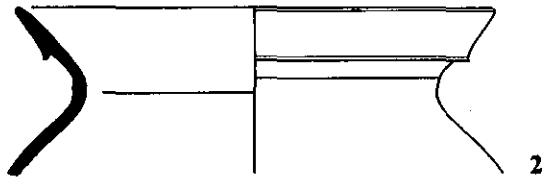
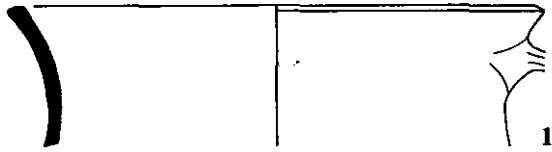
Planta esquemática dos sectores A e B (Esc. 1:250).

ESTAMPA VIII



Desenho do espólio cerâmico: Fase I: 1 e 2; Fase II: 3 e 4. (Esc. 1:2,5); Fase III: 5 (Esc. 1:3), 6 e 7 (Esc. 1:2,5).

ESTAMPA IX



Desenho do espólio cerâmico. Fase IV: 1 a 3 (Esc. 1:2,5) e 4 (Esc. 1:3).

ESTAMPA X



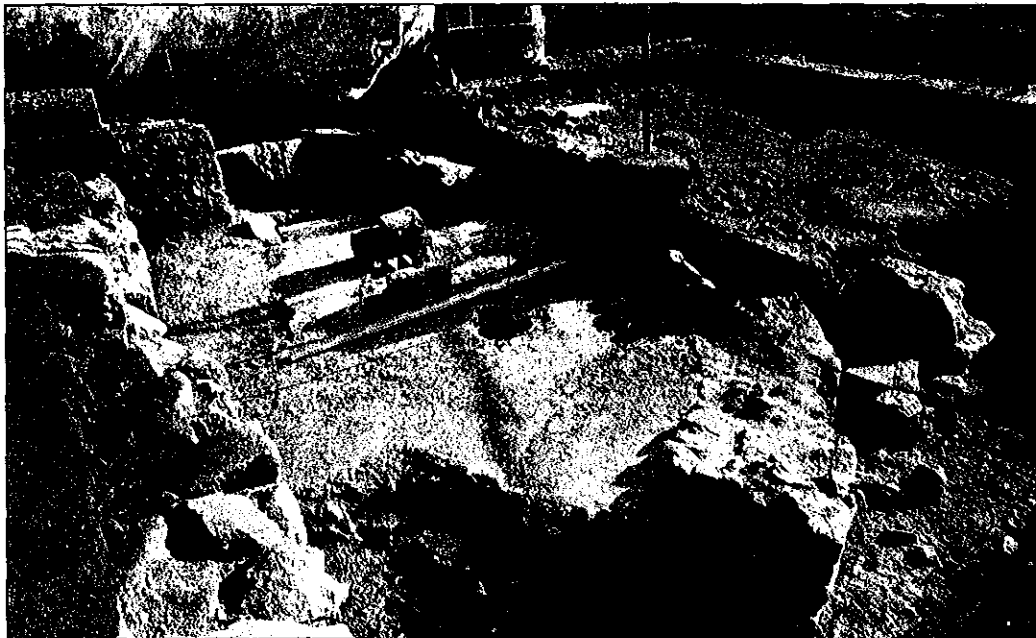
1 Aspecto do fragmento de «cancel» (?) no momento do achado.



2 Pormenor do fragmento central de mosaico.



1 Igreja Paroquial de Dume, adro e Capela de Nossa Senhora do Rosário, onde se realizou a intervenção. Vista de Oeste.



2 Perspectiva de conjunto dos cortes: A74, A75 e A93, ilustrativa da configuração da ábside sul. É de notar a destruição em A93 (primeiro plano).

ESTAMPA XII



1 Corte A92 e plano final.



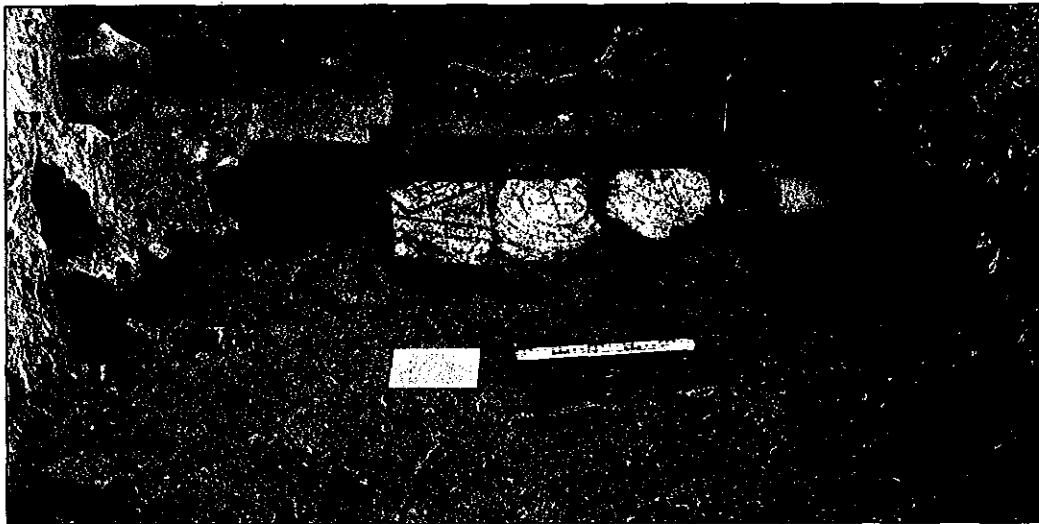
2 Corte A93 e plano final.



1 Corte A75. Pormenor do travamento das ábsides.



2 Corte A74. Pormenor do enchimento - Reparar na posição dos restos osteológicos, indicando violação.

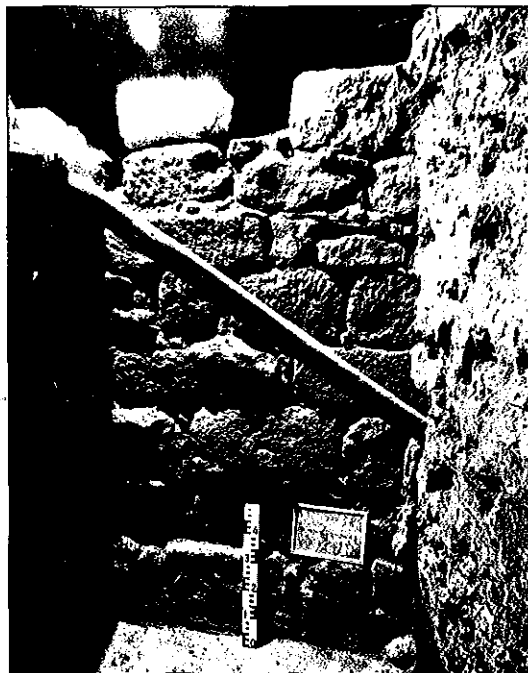


3 Corte A72. Plano final. Atente-se na colocação dos fragmentos de mosaico junto da soleira (estrutura 2).

ESTAMPA XIV



2 Corte B10. Alçado da estrutura F'



1 Sector B, após as escavações.

A Necrópole Medieval de S. Caetano, Chaves*

Francisco Sande Lemos

Resumo

Na região de Chaves, no Santuário de S. Caetano, descobriram-se em 1942, diversos elementos que revelaram a presença de um sítio com ocupação da época romana e alto-medieval. Em 1981 o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte realizou um salvamento no referido Santuário, na área da necrópole, escavando 22 sepulturas cristãs que, pelas suas características, podem ser atribuídas aos séculos X-XIII. A área escavada parece corresponder à periferia de um cemitério cujo centro seria o templo descoberto em 1942, ainda soterrado, cinquenta metros a leste das sepulturas neste artigo.

Resumé

En 1981 une équipe du Service Regional de Archeologie du Nord a mené une fouille de sauvetage dans l'emplacement de la necrópole appartenant à tout un ensemble de vestiges de l'époque romaine et du haut moyen âge decouvert en 1942 et publié par Mário Cardozo dans le n.º LII (3/4) de «Revista de Guimarães».

La fouille de 1981 a mis au jour 22 tombes en pierre et en brique sans vestiges de restes osteologiques ou de mobilier funeraire, remontant, probablement, d'après ses caractéristiques, au periode compris entre les X^{ème} et XIII^{ème} siècles. Ces sépultures se trouvent dans la périphérie du cimetière, c. 50 m à l'est du temple decouvert en 1942 (et postérieurement souterré) qui vraisemblablement en occupait la partie centrale.

Abstract

At S. Caetano's Sanctuary, in Chaves Country, remains of a roman and medieval site were discovered, in the year of 1942 and published by Mário Cardozo. Later, in 1981, the Serviço Regional de Arqueologia do Norte undertook rescue excavations in the necropoliss site, digging 22 graves.

These graves, without pottery or other artifacts, are christian tombs, dated between X-XIII centuries. The excavated area of the cemetery is periphical and located fifty meters east from the ancient temple, whose remains are still under the ground.

* Desenhos: Filipe Antunes (MRDDS) (Plantas) e Fernando Barbosa (MRDDS) (Espólio).

1. Introdução

Em Fevereiro de 1981, a pedido do Instituto Português do Património Cultural, deslocou-se a Chaves uma equipa conjunta da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho¹, e do Museu de D. Diogo de Sousa², a fim de serem iniciadas diligências no sentido de se proceder ao levantamento arqueológico daquele concelho. Acompanhados pelo Vereador do Pelouro da Cultura e Museus do município flaviense³, os elementos daquela equipa visitaram diversos monumentos e sítios⁴.

Entre os locais que se encontravam mais ameaçados estava o chamado Santuário de S. Caetano, em cujos terrenos se notavam, à superfície, diversos vestígios arqueológicos. Entre estes, restos de uma antiga necrópole, parcialmente destruída.

Tendo em consideração o interesse científico do sítio e a necessidade urgente de o valorizar mediante trabalhos de arqueologia, foi proposto ao I.P.P.C., e à Câmara Municipal de Chaves, a imediata realização de um projecto de escavações, visando em primeiro lugar a necrópole, área em maior perigo.

A proposta mereceu a aprovação do Instituto, sendo o projecto integrado no programa para 1981 do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte⁵. O Município, pela sua parte, achou por bem apoiar a iniciativa, concedendo uma ajuda financeira⁶.

Assim, os trabalhos de campo decorreram entre 8 de Setembro e 2 de Outubro de 1981, tendo sido efectuada uma campanha adicional, de 26 de Outubro a 2 de Novembro do mesmo ano.

Sob a orientação do autor esteve no terreno uma equipa do S.R.A.Z.N.⁷, que ficou alojada nas instalações do próprio Santuário de S. Caetano⁸.

1 Além do autor, Manuel Abraão Pires, motorista.

2 Manuel da Cunha Santos, fotógrafo, e Perpétua Ferreira, técnica auxiliar de museologia.

3 Senhor João Baptista Martins, a quem agradecemos todo o apoio concedido.

4 De entre outros, citamos os castros de S. Caetano e o de Loivos, este último posteriormente classificado como Imóvel de Interesse Público.

5 O Instituto do Património Cultural atribuiu a este projecto um subsídio no valor de trinta mil escudos.

6 A Câmara Municipal de Chaves concedeu um subsídio no valor de cinquenta mil escudos.

7 Constituída por Vladimiro Henrique Pires, Maria das Dores Novais, José Manuel Freitas Leite, Oscarina Carvalho, Manuel Coelho e Jesus Martinho.

8 Devemos registar o nosso apreço pelas facilidades que nos foram concedidas pelo Snr. Padre Baptista, na altura responsável pelo Santuário de S. Caetano.

O reduzido espólio recolhido foi tratado pelo Laboratório de Restauro do Museu de D. Diogo de Sousa, a cujos Gabinetes de Fotografia e Desenho se devem as reproduções fotográficas, o traço final das plantas e o desenho dos materiais⁹.

Após a conclusão da campanha, a área posta a descoberto foi integralmente coberta, ficando assim protegida, a título provisório¹⁰.

Neste texto apresentam-se, de uma forma o mais exaustiva possível, os resultados das sondagens realizadas.

2. Localização e acesso

A estação arqueológica que designamos por Santuário de S. Caetano, e que se diferencia nitidamente do Castro de S. Caetano, situa-se a Noroeste da cidade de Chaves (Est. I)¹¹.

Administrativamente pertence à freguesia de Ervededo, e ao concelho de Chaves. Cartograficamente está incluída na folha 21 da Carta Militar 1:25 000 de Portugal (S.C.E.).

As suas coordenadas são as seguintes:

- geográficas: Latitude = 1° 35' 40";
Longitude = 41° 49' 30";
- GAUSS: M = 253,4;
P = 540,1.

O acesso ao sítio faz-se pela estrada municipal que estabelece a ligação entre Chaves e Montalegre, por Vilar de Perdizes. A cerca do Km 14, encontra-se um desvio de terra batida que conduz directamente ao Santuário de S. Caetano, cujas construções religiosas se descortinam com facilidade (Est. VI, fig. 1).

3. Contexto geográfico

O Santuário de S. Caetano insere-se numa área de transição entre o planalto de Barroso e a Veiga de Chaves. Está defendido dos ventos de Norte e Noroeste, os mais frequentes no Inverno, ficando a meia encosta de um dos relevos suaves que descem do altiplano de

⁹ Agradecemos a colaboração de Perpétua Ferreira (fotografia), Filipe Antunes (desenho de plantas), e Fernando Barbosa (desenho de espólio).

¹⁰ As áreas escavadas foram cobertas por estruturas de madeira e chapas de zinco, instaladas pela Câmara Municipal de Chaves. Apesar disso ocorreram vandalismos que causaram sérios danos à necrópole.

¹¹ A existência de dois sítios arqueológicos muito próximos, com o mesmo topónimo, castro de S. Caetano e Santuário de S. Caetano tem provocado confusões. Por exemplo, já vimos referências à placa de cinturão, classificada como visigótica e depositada no Museu da Sociedade Martins Sarmiento, como sendo proveniente do castro de S. Caetano. De facto, a referida peça foi achada nos revolvimentos que puseram à vista as estruturas noticiadas por Mário Cardozo (1942).

Soutelinho da Raia para o amplo vale de Ervededo.

A paisagem é marcada por vastos horizontes e pelo povoamento concentrado, em aldeias, cujas características tradicionais ainda se mantêm. Os terrenos agrícolas marginam os caminhos, cultivando-se a batata, o centeio e a cevada. Os lameiros aproveitam as zonas de maior humidade. A espécie arbórea dominante é o castanheiro (*castanea sativa*), alguns deles centenários. Em diversos pontos observam-se carvalhais isolados (*quercus robur*), que raramente são muito extensos, relíquias da floresta natural. Nos últimos decénios, em áreas bem definidas, nos principais cumes, têm sido plantados pelos Serviços Florestais, bosques de pinheiros bravos e silvestres, criando-se assim manchas verde-escuro, que contrastam com a paisagem profundamente humanizada e matizada, das restantes zonas.

Os invernos são frios, e nevosos, nos anos mais húmidos. O Verão curto, e seco, é amenizado pela abundância de água que brota do substrato granítico.

4. Contexto arqueológico

A região flaviense é um território que conserva inúmeros vestígios de sucessivas ocupações, as mais antigas das quais datam da pré-história recente, pelo menos¹².

Tal a abundância de sítios arqueológicos será devida, provavelmente, à privilegiada situação geográfica de Chaves, como zona charneira de corredores naturais, de circulação de povos e culturas. Pelas condições propícias que oferecem à prática da agricultura, a extensa veiga e os vales adjacentes terão constituído desde sempre um pólo de atracção.

O levantamento sistemático dos valores arqueológicos do concelho está ainda em curso¹³.

A bibliografia, no entanto, refere numerosos sítios, atribuíveis a diversas épocas.

Os povoados, que se incluem no período Calcolítico, têm sido objecto de um projecto de pesquisas da Universidade do Porto¹⁴. Neste âmbito foram realizadas escavações na Pastoria, em Mairos, e em S. Lourenço¹⁵.

Também a importante série de conjuntos de arte rupestre foi matéria de trabalhos, cuja divulgação se aguarda¹⁶.

Os aspectos relacionados com a proto-história e a romanização têm sido contudo menos

¹² Há referência a uma peça «Solutrense» achada na Serra da Brunheira. No entanto, tal artefacto, que faz parte das colecções do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia será material tardio (Neolítico/Calcolítico?).

¹³ Desde 1985, graças a um projecto comum do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte e da Câmara Municipal de Chaves. Nele têm trabalhado Paulo Amaral e Ricardo Teixeira.

¹⁴ Da responsabilidade da Doutora Susana Jorge, professora dessa Universidade.

¹⁵ Os resultados destas escavações foram recentemente divulgados (JORGE 1986).

¹⁶ O levantamento e estudo de diversos núcleos de arte rupestre do concelho, foi efectuada por António Martinho Baptista, Arqueólogo do Parque Nacional da Peneda Gerês. Os resultados ainda não foram divulgados. Apenas um dos núcleos, o de Tripe-Mairos, foi referido num artigo de conjunto sobre a arte rupestre do Norte (BAPTISTA, 1983-84, 77-78).

abordados, apesar do interesse dos diversos castros que ainda se conservam, e de *Aquae Flaviae*, como cidade municipal e nó rodoviário¹⁷.

Apenas no castro da Curalha¹⁸ e no Muro da Pastoria¹⁹ se fizeram escavações, as primeiras mais amplas mas de diminuto impacto científico, e as segundas, episódicas.

A *Aquae Flaviae* tem sido dedicada alguma atenção, existindo apenas estudos parcelares²⁰ e notícias esparsas de achados, aquando da realização de obras diversas no Centro Histórico²¹. Ultimamente foi publicado um estudo de conjunto sobre a região flaviense na época romana (COLMENERO 1987).

A importância da cidade, no final do Império, e no início da Alta Idade Média pode ser deduzida da Crónica de Hydácio, texto muito conhecido²².

No contexto alto-medieval, o Santuário de S. Caetano surge no caminho de uma das vias que ligava Chaves a Braga, e que terá permanecido como um eixo fundamental de circulação durante toda a Idade Média, como demonstram diversos troços de calçada entre Sanjurge e Ervededo²³.

5. História do sítio

O interesse arqueológico do Santuário de S. Caetano foi detectado pela primeira vez em 1942, quando o pároco responsável pelo Santuário promoveu importantes remoções de terras, que parecem ter afectado seriamente a fisionomia tradicional do sítio.

Durante esses desaterros foram trazidos à superfície, ou postos à vista, vestígios que suscitaram o interesse do Coronel Mário Cardozo, na altura Comandante Militar da Guarnição de Chaves. Esta feliz coincidência permitiu que os achados ocorridos em 1942 não caíssem no olvido e que, pelo contrário, ficassem registados e fossem publicados por aquele arqueólogo.

17 Como se sabe por *Aquae Flaviae* passava uma das vias entre *Bracara Augusta* e *Asturica*, sendo provável que para a cidade flaviense confluíssem outras vias. O estudo minucioso da rede viária romana na região e da sua persistência está por fazer. Entretanto consulte-se Sereno Barradas (1956, 159-241) e A. Tranoy (1981).

18 O castro da Curalha tem sido estudado pelo Professor Doutor Santos Júnior. Dispensamo-nos de referir a numerosa bibliografia publicada por este arqueólogo a esse respeito, que pode ser compulsada em sucessivos números da revista «Trabalhos de Antropologia e Etnologia».

19 No Muro da Pastoria foram efectuadas duas campanhas de trabalhos, dirigidas pela Dra. Teresa Soeiro, Assistente da Universidade do Porto (SOEIRO 1986, 21-28).

20 Ver, por exemplo, um pequeno artigo de António Montalvão (1972, 35-39).

21 Informações oriundas da Câmara Municipal de Chaves.

22 A esse respeito ver uma análise minuciosa da Crónica de Hydácio (TRANOY 1974).

23 Estes troços de via são por vezes atribuídos à época romana. É possível que a via romana tenha determinado o traçado da estrada que se manteve em uso até ao século XIX. Só um estudo de pormenor poderá responder a esta questão.

Foi ainda possível que parte dos objectos então descobertos recolhessem ao Museu da Sociedade Martins Sarmiento²⁴. Outro lote de peças ficou no mesmo Santuário, ainda que em más condições de conservação²⁵. Finalmente, um terceiro conjunto foi oferecido ao Museu Municipal de Chaves, onde podem ser observados²⁶.

Como não podia deixar de ser, a estação arqueológica de S. Caetano mereceu a Mário Cardozo um extenso artigo, onde são descritos o sítio, as estruturas descobertas e o material mais significativo. Aliás, o texto do arqueólogo vimarense constitui, ainda hoje, a única referência bibliográfica directa a este sítio.

Por via da placa de cinturão, classificada como visigótica por Mário Cardozo, outras referências, nem sempre correctas e muito breves, têm sido feitas a este local.

Após Mário Cardozo, aparentemente mais nenhum estudioso se interessou directamente pelo sítio, que entretanto continuou a ser objecto de sucessivas destruições, involuntárias, resultantes de melhoramentos introduzidos pela Confraria do Santuário. Entre os achados decorrentes de novos desaterros, é de referir a descoberta de um tesouro monetário romano tardio²⁷.

6. Descrição do sítio

Na área do Santuário de S. Caetano existem toda uma série de valores naturais, etnológicos e arqueológicos, que passamos a enumerar:

- de interesse natural ou paisagístico assinalamos uma fonte com água de boa qualidade, muito procurada, e um belo conjunto de seculares castanheiros;
- de valor artístico referimos uma pequena capela, de origem românica, uma igreja de traça barroca (séc. XVIII), um nicho, e um cruzeiro, possivelmente da mesma época;
- à etnologia interessa também o sítio, pois que aí se realiza uma das mais concorridas romarias e festas da região de Chaves, que, segundo se diz, reúne anualmente milhares de peregrinos, muitos deles provenientes da vizinha Galiza.
- como vestígios arqueológicos inventariámos os seguintes:
 - a) Ruínas de um edifício descrito e fotografado por Mário Cardozo, talvez restos de um

24 Infelizmente uma das peças mais interessantes, a conhecida placa de cinturão «visigótico» foi recentemente roubada, durante o assalto ao Museu da Sociedade, ocorrido em 1986.

25 As peças que se encontram no Santuário são poucas, mas por serem metálicas, e por se encontrarem guardadas num nicho-capela, estão bastante deterioradas.

26 O conjunto inicial do Museu de Chaves era também composto por peças metálicas. A este pequeno núcleo foi acrescentada a cerâmica (fragmentos) recolhida nestes últimos anos.

27 Agradecemos à Dra. Manuela Delgado o contributo para a elaboração destes parágrafos relativos à cerâmica de S. Caetano.

- pequeno templo da época da Reconquista Cristã, que presentemente se encontra soterrado. O sítio exacto onde jazem estas ruínas foi-nos indicado pelo Padre Baptista (*Est. II n. 1*).
- b) Estruturas pertencentes a diversas construções, visíveis no corte do talude sobranceiro à igreja barroca. São muros de pedra granítica bem aparelhada, com sólidos alicerces, definindo num dos casos uma sala com pavimento de argila vermelha, bem batida, (*Est. II n. 3*).
- c) A necrópole que se desenvolve para noroeste e oeste das ruínas referidas em a) e b). Uma parte significativa da necrópole foi destruída já neste século, ao desaterrar-se a área envolvente de um cruzeiro tardio. Um outro sector da necrópole, o mais periférico foi também afectado pela abertura de uma estrada de terra batida e pela florestação moderna.
- d) Vestígios de um forno de fabrico de cerâmica, atestado por restos de estruturas, por uma camada singular de argila cinzenta, e por numerosos fragmentos de cerâmica (*Est. II n. 4*).
- e) Para além destes quatro conjuntos de vestígios que acabamos de destacar, é possível observar outros indícios menos significativos e esparsos, nomeadamente estruturas mal definidas, pedra aparelhada antiga amontoada aqui e acolá, um sarcófago, e outros elementos que se encontram espalhados por toda a área do Santuário.

7. A escavação de 1981. Metodologia

Tal como foi afirmado na introdução, dos diversos grupos de vestígios acima enumerados, o mais ameaçado parecia ser a necrópole, que se conservava a Oeste do possível templo alto-medieval.

De facto, à superfície do terreno observavam-se restos de sepulturas, numa zona a Leste de uma estrada, e também a Oeste da mesma, no talude resultante da sua abertura.

Delimitaram-se pois dois sectores de intervenção, segundo um único eixo, cada um agrupando um conjunto de valas, correspondendo a quadrados de 4 x 4 metros.

A Oeste da supracitada estrada foram abertas quatro zonas, E1, E2, F1 e F2, separadas por banquetas de 1 metro. A Leste foram escavadas 3 zonas, A1, A2 e B2.

Em todas, praticamente, as sepulturas definiram-se logo nos primeiros centímetros de decapagem. Após terem sido delimitadas, foram objecto de uma cobertura fotográfica sistemática, tendo sido as tampas, quando existiam, desenhadas à escala 1:10, antes de serem removidas.

Concluída a escavação cuidadosa do interior das sepulturas, foram estas desenhadas à escala 1:20.

Foi operada uma cobertura final fotográfica, em preto e branco e diapositivos.

8. A escavação. Resultados

Como primeiro resultado verificou-se que a necrópole foi muito destruída, quer por antigos trabalhos agrícolas, quer pela arborização recente com pinheiros.

Assim, o enchimento da maioria das sepulturas foi violado ou profundamente revolvido pelas raízes das árvores.

Estas condições, pouco favoráveis, limitam muito o valor das inferências possíveis.

No total foram registadas 27 sepulturas, tendo sido escavadas 22.

A quase totalidade dos túmulos apresenta uma forma mais ou menos rectangular, salvo um de tipo «cova». A maior parte das caixas rectangulares são formadas por lages de granito ou xisto, assentes no substrato rochoso. Em alguns casos a pedra foi substituída por tégula. De um modo geral o fundo é escavado na rocha, embora possa ser, ocasionalmente, forrado com lages ou tégula.

As dimensões das caixas são variáveis, devendo corresponder, admitimos, ao tamanho dos cadáveres que eram sepultados.

Estão orientadas, sistematicamente, ou de Oeste para Leste, ou de Noroeste para Sudoeste. Infelizmente não possuímos dados que nos permitam esclarecer o sentido dessa diversidade na orientação dos sepulcros.

Quanto ao modo de cobertura, encontrámos dois sistemas: pequenas lages dispostas transversalmente, ou tégula.

Não se registou qualquer espólio ritual. Numa sepultura recolheram-se uma conta de colar e um colchete em bronze. Em algumas apareceram pregos de ferro, indicando o uso de caixões.

Apenas numa foi observado espólio osteológico, um fragmento muito deteriorado de uma calote craniana. Esta ausência de restos antropológicos não surpreende numa área de solos silíceos, ácidos, derivados do granito.

9. Inventário das sepulturas

Convenção dos itens

1. Zona de escavação.
2. Orientação.
3. Cobertura.
4. Descrição da caixa.
5. Espólio.

Sepultura 1

1. Quadrado B2.
2. ?

3. Sem cobertura.
4. Cova escavada na rocha, de forma circular irregular, apresentando um diâmetro aproximado de 0,37m, observando-se uma pequena lage situada sensivelmente a Norte. Profundidade: cerca de 0,20m.
5. Carvão de origem animal e vegetal.

Sepultura 2

1. Quadrado B2.
2. E/ O.
3. Sem cobertura.
4. Sepulcro constituído por uma caixa rectangular, do qual restam cinco lages laterais e uma à cabeceira. Comprimento de 2,10m e largura de 0,56m. Profundidade à cabeceira 0,40m e aos pés 0,30m. Fundo rochoso, apenas se observando 3 lages na cabeceira.

Sepultura 3

1. Quadrado B2.
2. E/ O.
3. Sem cobertura.
4. Sepulcro sub-rectangular, sendo a parede leste formada pela parede oeste da sepultura 2, e o lado oposto por 3 lages visíveis. A cabeceira não é visível, havendo uma lage a fechar os pés. Comprimento e largura visíveis: 2,00m e 0,42m. Fundo rochoso. São ainda visíveis 2 lages do fundo, aos pés.

Sepultura 4

1. Quadrado A1.
2. SE/ NW.
- 3 e 4. Localizada no vértice norte da zona de escavação, não é viável a sua caracterização, devido ao facto de se prolongar sob o solo, para além dos limites do quadrado.

Sepultura 5

1. Quadrado A1.
2. S/ N.
3. Sem cobertura.
4. Escavada na rocha, de forma irregular. Comprimento: 2,20m; largura: variável, entre 0,50m e 0,45m; profundidade média: 0,12m.
5. Sem espólio.

Sepultura 6

1. Quadrado F1.
2. SE/ NW.
3. Sem cobertura.
4. Caixa de lages, de forma sub-rectangular, muito destruída pelas raízes de um pinheiro. Conservam-se uma lage à cabeceira e outra aos pés; das laterais restam apenas duas, e o fundo é constituído por quatro grandes lages. O comprimento: 1,85m; largura (cabeceira e pés): 0,50m e 0,40m; profundidade

(cabeceira e pés): 0,45m e 0,39m.

5. Sem espólio.

Sepultura 7

1. Quadrado F1.

2. SE/NW.

3. Sem cobertura.

4. Sepulcro constituído por uma caixa rectangular (?), do qual se observam apenas três lages, uma vez que a sepultura desaparece sob o solo, no limite do quadrado. Comprimento visível: 0,50m; largura à cabeceira: 0,28m. Fundo rochoso.

5. Parcialmente escavada.

Sem espólio.

Sepultura 8

1. Quadrado F1.

2. SE/NW.

3. Da cobertura restava uma única lage à cabeceira, disposta transversalmente.

4. Sepulcro, aparentemente formado por uma caixa rectangular, de que se conservam duas lages laterais, uma de cada lado, assentes na rocha, não sendo possível fazer uma descrição completa, porque desaparece sob o solo da banquetta. Comprimento visível: 0,88m; largura à cabeceira: 0,40m; profundidade: ?. Fundo rochoso.

5. Sem espólio.

Sepultura 9

1. Quadrado F2.

2. SE/NW.

3. Sem cobertura.

4. Sepulcro constituído por uma caixa sub-rectangular formada por uma lage à cabeceira, duas no lado sul, e outras duas, mais duas pedras pequenas, no lado norte. Comprimento estimado: 1,00m; largura (cabeceira, pés): 0,34m e 0,22m; profundidade: 0,25m. Duas lages no fundo à cabeceira. Fundo rochoso.

5. Calote craniana, muito deteriorada, e vários molares de adulto.

Sepultura 10

1. Quadrado F2.

2. SE/NW.

3. Sem cobertura.

4. Sepulcro aparentemente formado por uma caixa rectangular. São visíveis duas lages sobrepostas à cabeceira, mais uma lage enorme, ocupando todo o espaço visível do lado sul. Verifica-se ainda, a existência de uma pequena pedra do mesmo lado, completando o fecho da sepultura. Carece de mais informação, devido ao seu desaparecimento sob o solo da banquetta. Comprimento visível: 1 m; largura à cabeceira: 0,50 m; profundidade: ?. Fundo rochoso.

5. ?

Sepultura 11

1. Quadrado E2.
2. SE/NW.
3. Sem cobertura.
4. Sepulcro constituído por uma caixa rectangular, de lages de xisto assentes na rocha, e pequenas pedras de granito a reforçar a construção, uma lage em cutelo à cabeceira e outra aos pés. No lado norte quatro lages maiores; no lado sul uma única lage *in situ*. Comprimento: 1,12m; largura (cabeceira, pés): 0,70m e 0,60m; profundidade: (média) 0,60m. Existem duas lages no fundo, uma à cabeceira e outra sensivelmente aos pés. Fundo rochoso.
5. Três pregos de ferro.

Sepultura 12

1. Quadrado E2.
2. SE/NW.
3. Da cobertura observam-se quatro lages, dispostas irregularmente e uma tégula, na cabeceira. Comprimento: 1,50m; largura (aos pés): 0,48m.
4. A sepultura, que entra no limite sul da vala não foi escavada, pelo que não é viável a sua descrição mais detalhada.

Sepultura 13

1. Quadrado E2.
2. SE/NW.
3. Da cobertura observam-se duas lages de xisto, uma é transversal à cabeceira, e outra longitudinal. Comprimento visível: 0,90m; largura: 0,56m.
4. Não escavada, porque entra no solo do limite SE da vala. Parece, no entanto ser constituída por uma caixa, talvez de forma sub-rectangular, formada por pequenas lages, reforçadas por pequenas pedras.

Sepultura 14

1. Quadrado E2.
2. SE/ NW.
3. A cobertura, embora destruída, seria formada por tégula, a julgar pelos vestígios que se conservaram.
4. Sepulcro constituído por uma caixa sub-rectangular, por tégula, protegido exteriormente por lages de xisto e granito. Fundo forrado a tégula. Comprimento (aproximado): 2,00m; largura (cabeceira, pés): 0,46m e 0,30m. Para além da tégula do fundo, já mencionada, existem ainda duas lages de granito, uma à cabeceira e outra aos pés.
5. Sem espólio.

Sepultura 15

1. Quadrado E2.
2. SE/ NW.
- 3 e 4. A sepultura foi muito destruída, mas a presença abundante de tégula faz supôr uma estrutura idêntica à do túmulo 14.
5. Muita cinza e carvão.

Sepultura 16

1. Quadrado E2.
2. SE/ NW.
3. Da cobertura restam três lages, dispostas transversalmente, mas ligeiramente removidas.
4. Forma indefinida, pois que a sepultura foi muito perturbada. Fundo formado por lages de diversos tamanhos.
5. Sem espólio.

Sepultura 17

1. Quadrado A2.
2. SE/ NW.
3. Observam-se duas lages de granito, longitudinais.
4. Da caixa sepulcral apenas se distinguem a lage dos pés, e uma lateral, uma vez que a sepultura entra no limite da vala. Comprimento visível: 1,10m; largura estimada: 0,30m.
5. Não escavada.

Sepultura 18

1. Quadrado A2.
2. SE/ NW.
3. Com cobertura.
4. Sepulcro constituído por uma caixa sub-rectangular de lages assentes no substrato. Observam-se a lage dos pés, e duas de cada um dos lados. A parte superior não é visível porque a sepultura entra no limite da vala. Comprimento (observável): 1,00m; largura (média e pés): 0,40m e 0,28m. Profundidade: 0,30m. Fundo forrado com duas lages.
5. Sem espólio.

Sepultura 19

1. Quadrado A2.
2. SE/ NW.
3. Sem cobertura.
4. Sepulcro constituído por uma caixa, aparentemente rectangular, de lages assentes no subsolo rochoso, destruída na parte inferior. À cabeça existe uma lage; do lado norte restam três e duas sobrepostas; o lado sul é definido por uma única grande lage, em xisto. Comprimento estimado: 1,20m; largura: 0,30m; profundidade (cabeceira, média, pés): 0,38m; 0,35m e 0,65m. Fundo rochoso.
5. Sem espólio.

Sepultura 20

1. Quadrado A2.
2. E/ O.
3. Sem cobertura.
4. Caixa rectangular formada por tégula, lages de xisto e granito. Comprimento visível: 1,40m; largura (superior, média e pés): 0,15m, 0,20m e 0,30m; profundidade: (superior, média e pés): 0,41m; 0,36m e 0,35. Fundo rochoso.

5. Sem espólio.

Sepultura 21

1. Quadrado A2.
2. SE/ NW.
3. Sem cobertura.
4. Caixa sepulcral formada por lages de granito, duas em cutelo, à cabeceira e aos pés, só se podendo observar uma das paredes laterais, pois que a outra foi destruída pela sepultura 26 que se lhe sobrepôs. Comprimento: 1,20m; larguras visíveis (cabeceira, média e pés): 0,34m; 0,26m e 0,30m. Fundo rochoso e uma lage na parte inferior.

Sepultura 22

1. Quadrado A2.
2. SE/ NW.
3. Sem cobertura.
4. Sepulcro destruído na sua metade inferior. Talvez de forma rectangular. Constituído lateralmente por cinco lages de granito, três a Norte e duas a Sul, e uma em cutelo à cabeceira. Comprimento visível: 1,04m; largura (cabeceira, média): 0,64m e 0,28m; profundidade (cabeceira, média): 0,75m e 0,24m. Fundo de lages. Subsiste uma lage na zona da cabeceira.
5. Pregos em ferro

Sepultura 23

1. Quadrado A2.
2. E/ O.
3. Cobertura de tégula.
4. Sepulcro constituído por uma caixa rectangular (?) formado por três lages de granito: uma a Norte, outra a Sul e outra à cabeceira, assentes no substrato, não sendo possível fazer uma descrição mais minuciosa, porque entra no limite da vala. Comprimento visível: 1,02m; largura (à cabeceira): 0,40m; profundidade (à cabeceira): 0,48m. Fundo forrado por lages de granito.
5. Quatro pregos de ferro.

Sepultura 24

1. Quadrado A2.
2. E/ O.
3. Entra no limite SE, sendo apenas observável o vértice da caixa sepulcral, o que é insuficiente para proporcionar qualquer descrição. Vê-se parte de três lages de granito, duas do lado norte e uma à cabeceira.
4. e 5. Não escavada.

Sepultura 25

1. Quadrado A2.
2. SE/ NO.
3. Sem cobertura.

4. Sepulcro muito destruído, conservando-se apenas a parte lateral direita, constituída por três lages de granito, e a lage dos pés. Comprimento observável: 1,36m; largura observável nos pés: 0,30m; profundidade: (aos pés): 0,29m.
5. Sem espólio.

Sepultura 26

1. Quadrado A2.
2. SE/ NO.
3. Sem cobertura.
4. Caixa sepulcral muito destruída, devido talvez à sua proximidade da superfície. Verifica-se uma acumulação de pedras à cabeceira, e conservam-se *in situ*, 4 lages, uma à cabeceira, e três do lado esquerdo SW. Comprimento observável: 1,15m; largura desconhecida; profundidade: 0,47m.
5. Sem espólio.

Sepultura 27

1. Quadrado A2.
2. SE/ NO.
3. Sem tampa.
4. Sepulcro escavado na rocha, do qual apenas se observa uma pequena área dos pés, escondendo-se a restante sob o solo a Noroeste da vala.
5. Sem espólio.

10. Espólio

10.1 — O espólio proveniente de S. Caetano, dos trabalhos recentes, compreende material resultante das escavações ou recolhido à superfície, em diversas áreas da estação.

Quanto ao que provém das escavações há que distinguir entre o originário das sepulturas e o achado nos sedimentos que as envolviam ou cobriam. Não há interesse em discriminar os fragmentos de cerâmica encontrados nas terras exteriores às sepulturas, pois que é manifestamente desprovido de contexto, remexido. Por isso, foi incluído no conjunto de material cerâmico a que nos referiremos mais adiante.

Entre o espólio retirado do interior dos sepulcros, destacamos:

- a ocorrência de fragmentos muito pequenos de cerâmica comum, de cronologia indeterminável, em diversos túmulos.
- a existência de elementos de adorno e vestuário, recolhidos na sepultura 11, que se resumem a duas pedras de colar (uma em vidro e outra de variscite, de cor verde) e a 1 pequeno colchete em bronze.
- a presença de pregos de ferro, recolhidos em diversos enterramentos.

10.2 — O conjunto de material cerâmico remexido ou de superfície, recolhido em 1981, no Santuário de S. Caetano, reduz-se a 50 unidades, de fabrico incaracterístico, cronologia incerta, formas geralmente indetermináveis, devido à ausência de perfis completos e à exiguidade dos fragmentos.

Relativamente à forma, podem-se distinguir 5 fundos de potes, 1 bordo (de prato?), biselado para o exterior, e ainda 1 fragmento de um grande jarro com o bordo lobulado e colo alto, ornamentado por duas molduras decoradas a dedo. Este último é idêntico, tanto na forma como no fabrico, a um fragmento encontrado nas Termas Romanas do Alto da Cidade ou de Maximinos, o qual apresenta para além da aludida decoração, uma larga asa decorada com sulcos e incisões, formando losangos.

Toda a cerâmica de S. Caetano é de fabrico comum, de pastas micáceas, com desengordurante composto essencialmente por quartzo, mica (incluindo biotite), e alguma cerâmica moída, esta apenas presente em sete fragmentos de pastas alaranjadas. Predominam as pastas cinzentas, mais ou menos escuras, e alguns fragmentos incorporam uma argila de cor terrosa, como é o caso da peça atrás destacada. As superfícies são simplesmente alisadas, conservando-se rugosas ao tacto.

Desconhecemos a cronologia desta cerâmica, e apenas podemos verificar a semelhança da decoração do fragmento 0017 (81), Est. VI, com vasos de cerâmica comum de Conímbriga, atribuídos ao Baixo-Império ou de «cronologia incerta» ALARCÃO, 1974).

11. Considerações finais

As escavações que realizámos em 1981 em S. Caetano incidiram provavelmente sobre a faixa periférica de uma necrópole medieval, cujo ponto central estaria num edifício religioso descoberto em 1942 e que hoje se encontra soterrado.

Por isto, e pela tipologia das sepulturas que devem ser incluídas no horizonte dos túmulos de lages, definidos pelos investigadores do país vizinho, pensamos que a série que exumamos possa corresponder a uma fase tardia de enterramentos já dos séc. X e XII. Julgamos que os túmulos orientados Leste-Oeste, e com elementos em tégula possam ser mais antigos (séc. X / XI).

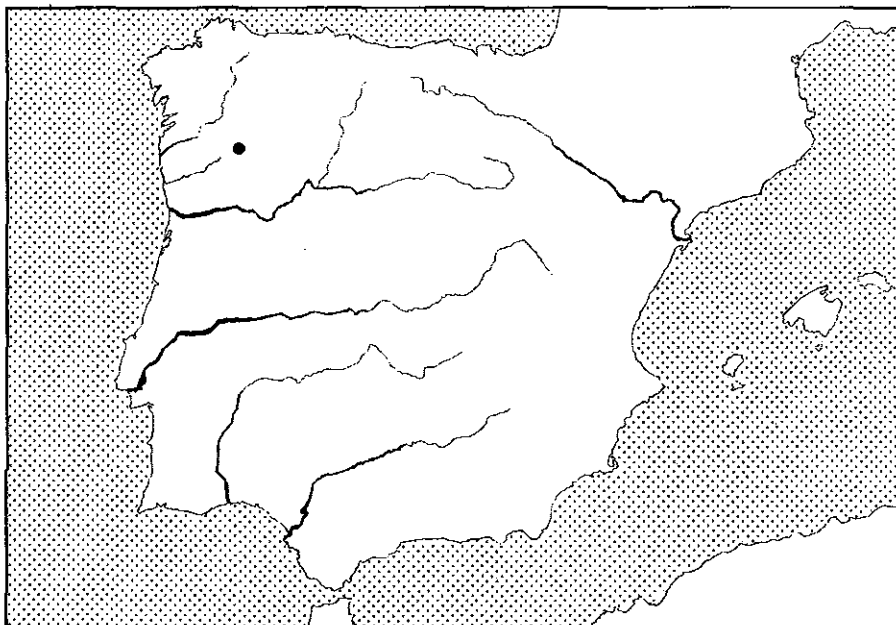
O muro detectado na vala F2 poderá corresponder ao limite da necrópole, que poderia ser definido por um muro.

No entanto, só o estudo integral da necrópole, do templo e do povoado permitirá esclarecer as questões de ordem cronológica, que por ora ficam em suspenso.

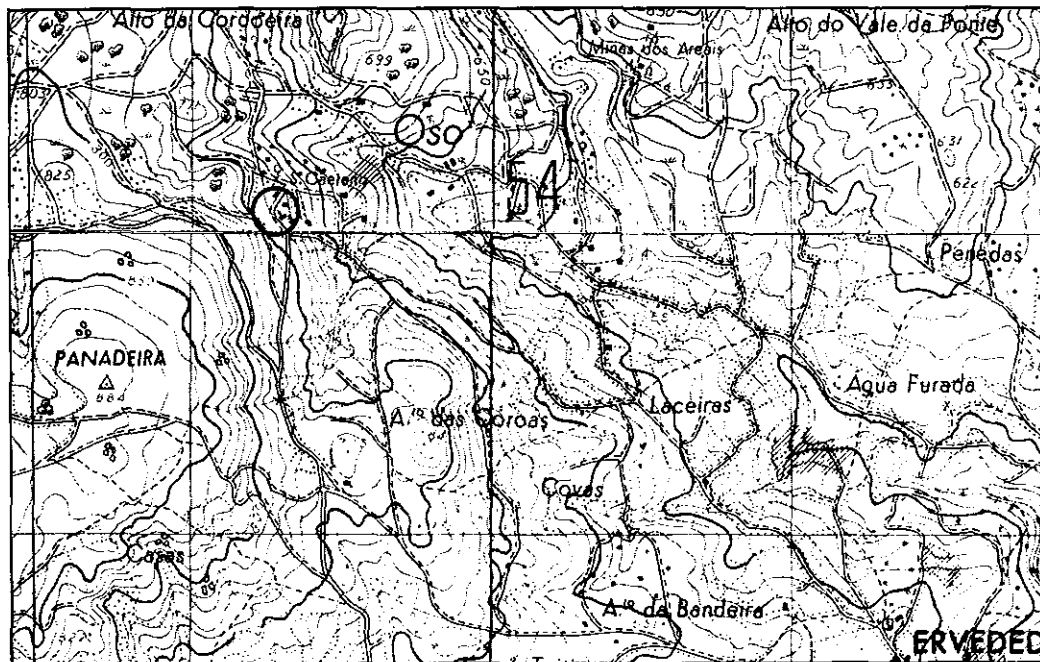
De facto, apesar de todas as infelizes destruições ocorridas, acreditamos que a estação arqueológica do Santuário de S. Caetano é um sítio assaz interessante, cuja escavação exaustiva trará dados significativos para o conhecimento da Alta Idade Média do Norte do país.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1974) — *Cerâmica comum local e regional de Conímbriga*. Suplemento de Biblos, Coimbra.
- BAPTISTA, A. M. (1983-84) — Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva, *Portugália* (N/S), IV-V, Porto, pp. 71-82.
- BARRADAS, L. (1956) — Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança, *Revista de Guimarães*, 66 (1-2), Guimarães, pp. 159-241.
- CARDOZO, M. (1942) — Uma estação visigótica (?) do concelho de Chaves, (S. Caetano — freguesia de Couto de Ervededo), *Revista de Guimarães*, 52, Guimarães, pp. 237-256.
- COLMENERO, (1987) — *Aquae Flaviae*, Câmara Municipal de Chaves
- JORGE, S.O. (1986) — *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar*, Instituto de Arqueologia, FLUP, Porto.
- MONTALVÃO, A. (1972) — Permanece a urbanística de Aquae Flaviae? *Conímbriga*, 11, Coimbra, pp. 35-39.
- SOEIRO, T. (1986) — O Muro da Pastoria, Chaves. Campanha de escavação de 1982-83, *Portugália*, (N/S), VI-VII, Porto, pp. 21-24.
- TRANOY, A. (ed.) (1974) — *Hydace-Chronique*, Editions du Cerf. Paris.
- TRANOY, A. (1981) — *La Galice Romaine*, Diffusion du Boccard, Paris.

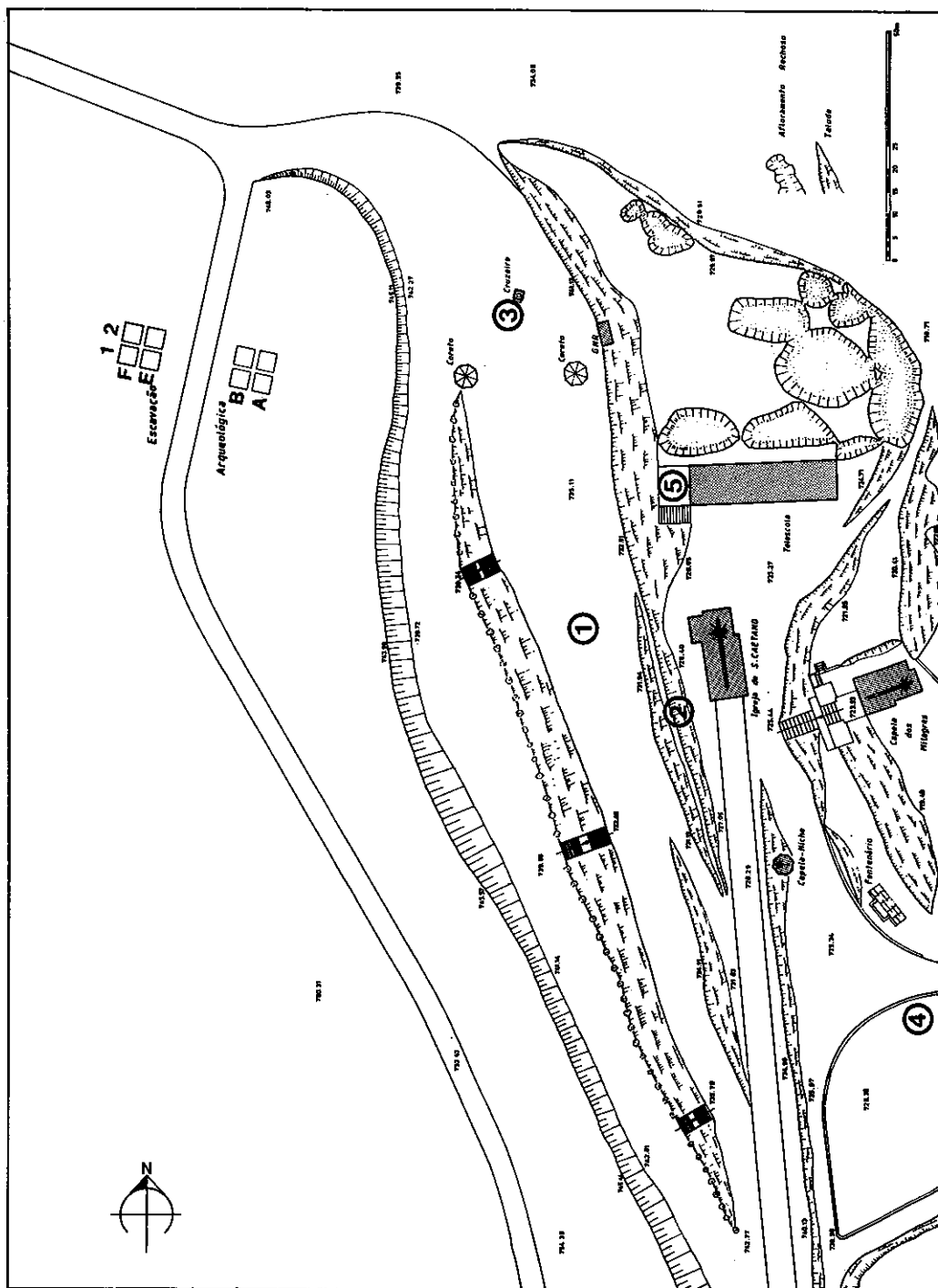


1 Localização da necrópole de S. Caetano na Península Ibérica.



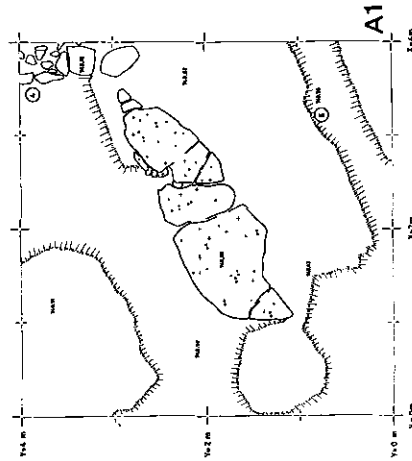
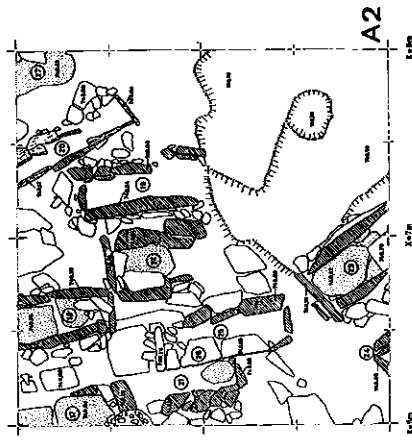
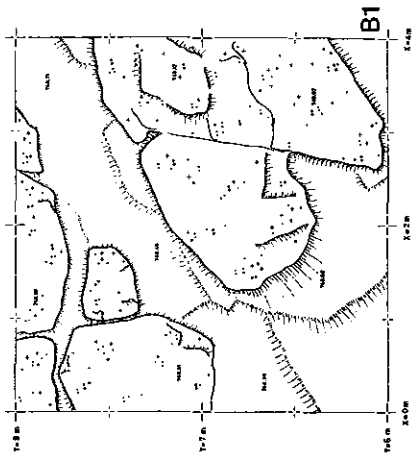
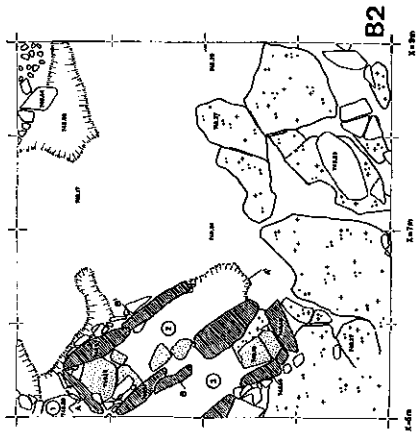
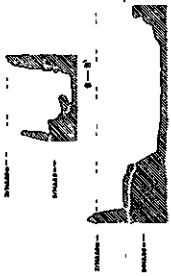
2 Localização da necrópole de S. Caetano (Cartas dos S.C.E., folhas 21 e 34, Esc. 1:25.000).

ESTAMPA II

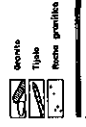


Planta topográfica do Santuário de S. Caetano com a localização das sondagens e de antigos achados (1 ruínas de um templo pré-românico (?), 2 estruturas de habitações, 3 sepulturas dispersas, 4 vestígios de forno de cerâmica e 5 tesouro monetário do Baixo Império). (Esc. 1:1.500).

ESTAMPA III

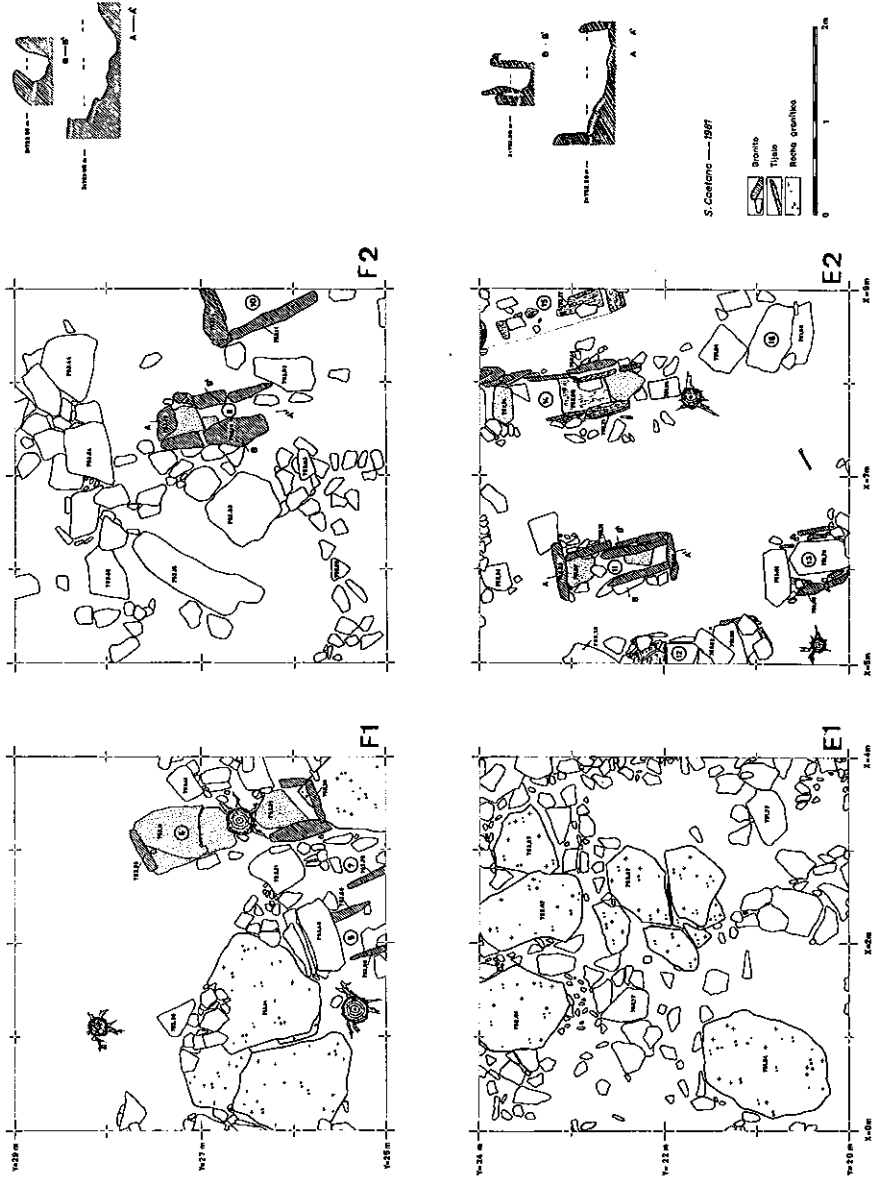


S. Castelo — 1967



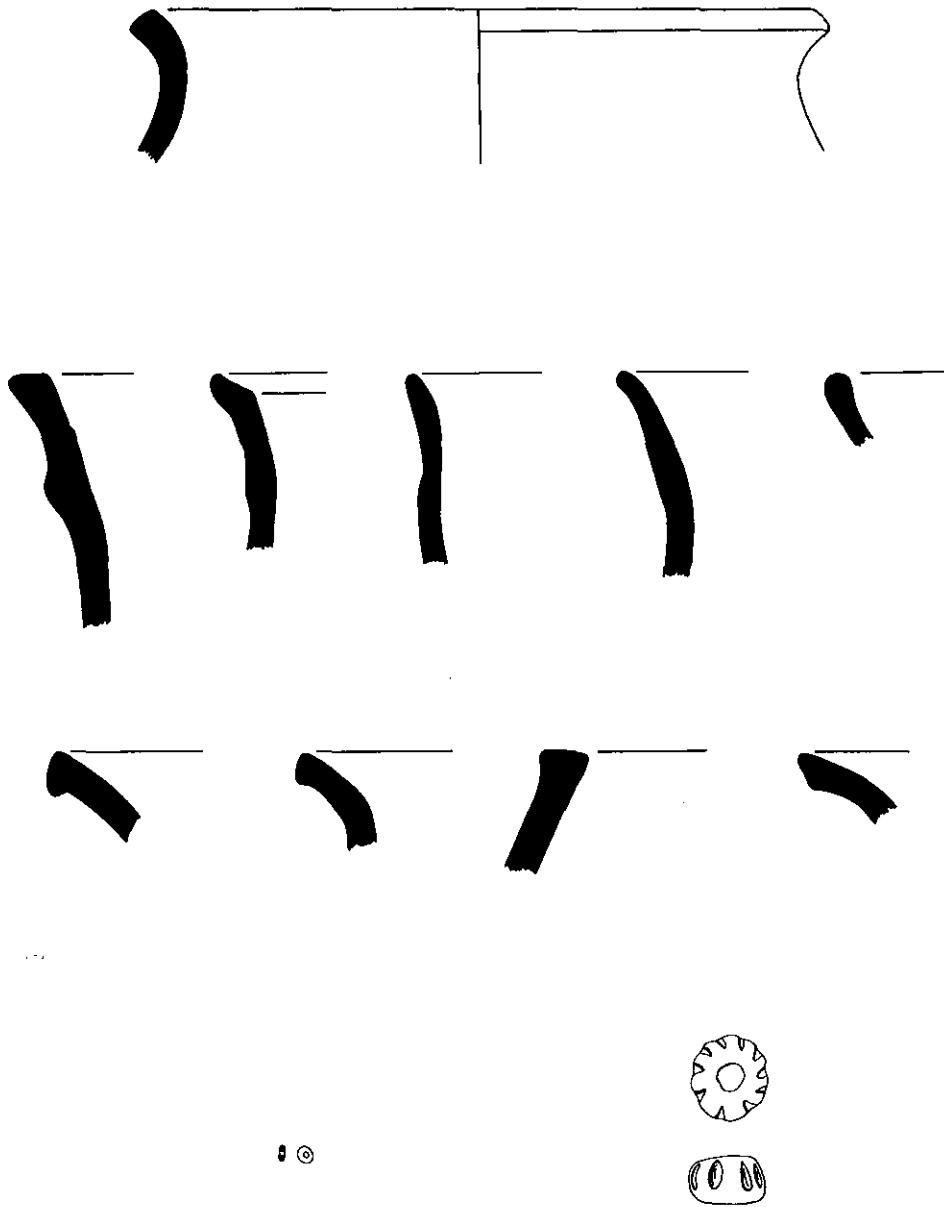
Levantamento das sepulturas das zonas A e B

ESTAMPA IV



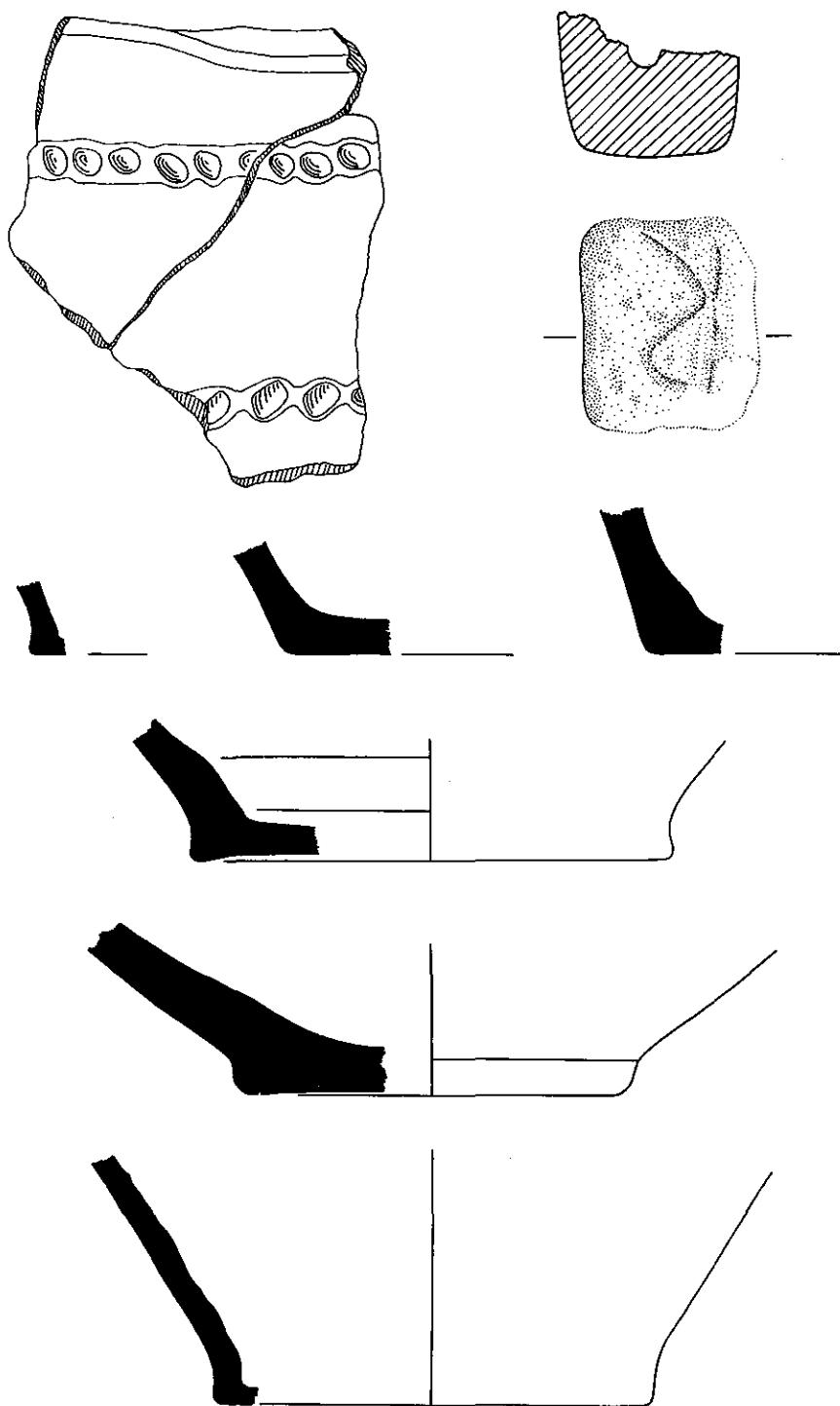
Levantamento das sepulturas das zonas E e F

ESTAMPA V



Diversos tipos de bordos em cerâmica comum e 2 contas (uma de variscite e outra de vidro). (Esc. 2:3).

ESTAMPA VI



Fragmento cerâmico decorado, fragmento de peso de tear com marca e diversos tipos de fundos de cerâmica comum.
(Esc. 2:3).



1 Aspecto geral da escavação.

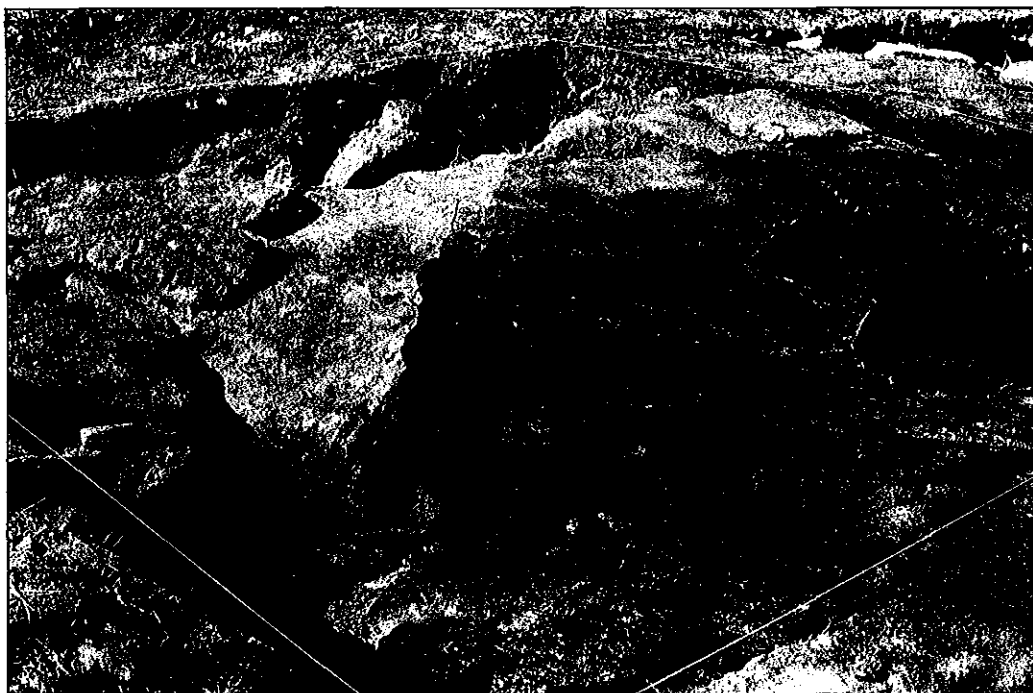


2 Fase de escavação da zona A1.

ESTAMPA VIII



1 Fase de escavação da zona A2.



2 Fase de escavação da zona B1.

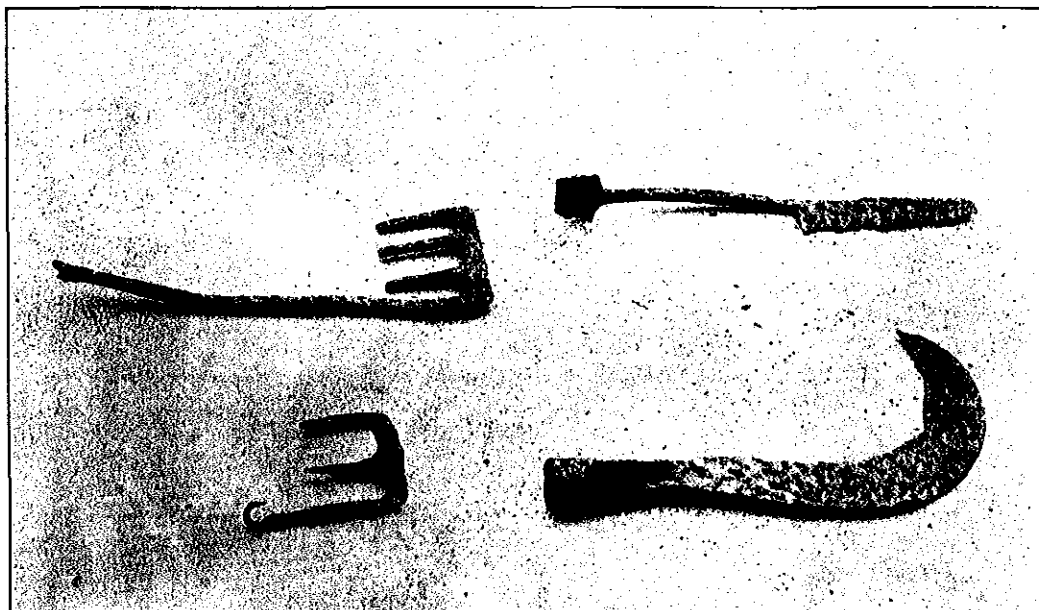


1 Fase de escavação da zona B2.



2 Aspecto das zonas E2 e E1.

ESTAMPA X

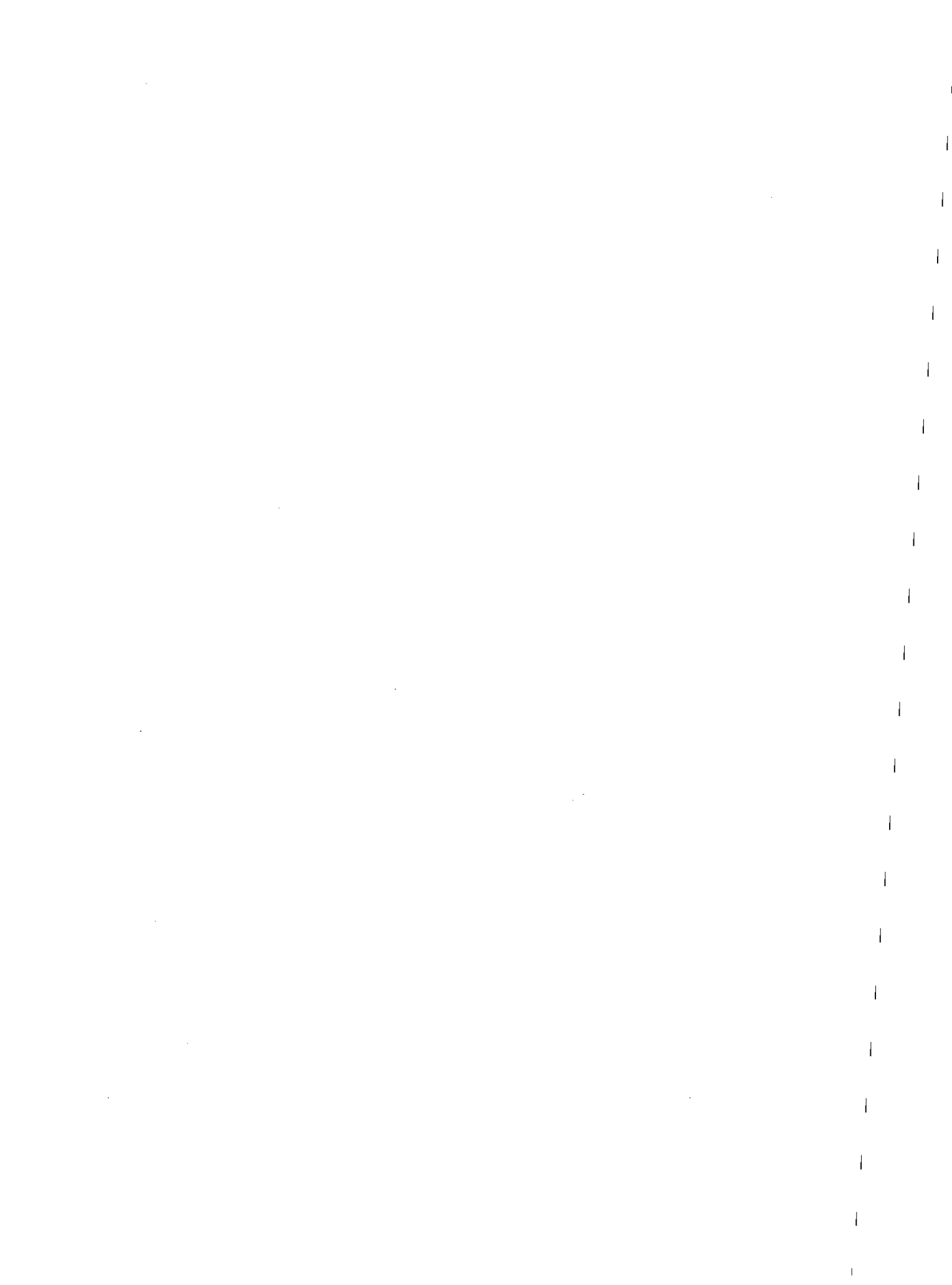


2 Utensílios em ferro, achados na década de 40 (CARDOSO, 1942), que se conservam nas instalações do santuário.



1 Fase de escavação da zona F2.

O SALVAMENTO DE
BRACARA AUGUSTA



Escavações de Emergência na Necrópole Romana da Cangosta da Palha

Manuela Delgado
Francisco Sande Lemos
Manuela Martins

Em finais de Setembro de 1987, trabalhos de profundos desaterros para obras de construção, realizados num terreno situado na Cangosta da Palha, removeram grande quantidade de pedras, tijolos e telhas à mistura com alguns fragmentos de cerâmica romana. Alertados para o facto, logo visitamos o local apercebendo-nos imediatamente que um grande número de sepulturas havia sido destruído, algumas das quais eram ainda visíveis num dos cortes feitos pelas máquinas (Est. III-1).

Ao contrário do habitual, foi possível interromper os trabalhos sem contratempos de maior, pela circunstância das obras se destinarem à construção dum recinto gimnodesportivo da propriedade da Universidade do Minho, a qual, não apenas concordou de imediato com a interrupção dos trabalhos, mas também contribuiu financeiramente para algumas das despesas feitas com a intervenção arqueológica, empreendida com o objectivo de salvar ainda parte da necrópole que se estendia de um e de outro lado da via romana que de Braga conduzia a Chaves e Astorga.

Desta necrópole são conhecidas outras sepulturas, mobiliário variado e estelas funerárias¹ que permitem definir com alguma clareza uma vasta área de enterramentos correspondendo aos terrenos actualmente ocupados pelo Centro Comercial de Santa Cruz, Largo de Carlos Amarante, Edifício dos C.T.T., Hospital de S. Marcos e Rua do Raio (Est. I).

¹ Entre outros ver E. OLIVEIRA (1978, 20-44; 1980, 107-116); J. J. R. SOUSA (1966, 589-599; 1973); A. TRANOY (1981); A. TRANOY e LEROUX (1973, 177-231).

As sepulturas pertencentes a esta necrópole, até agora conhecidas, são sepulturas de incineração com espólio em uso no alto império, como era o caso da sepultura intacta encontrada junto ao Largo de Carlos Amarante, datável de fins do séc. II/início do séc. III (DELGADO 1984, 179-189).

Pelo contrário, as sepulturas agora escavadas são sepulturas de inumação, certamente tardias, a julgar pela sua disposição, forma e ausência de espólio, desde logo previsível, aliás, dado o contraste entre a escassez de cerâmica e o grande número de tijolos e tégulas removidos pelas máquinas.

A área ocupada por esta parte da necrópole é de cerca de 2874m², distribuída por dois tabuleiros com uma diferença de cotas de cerca de 2m: o tabuleiro a norte com 1060 m² e o tabuleiro a sul com 1724 m² (Est. II).

O desaterro feito pelas máquinas destruiu a quase totalidade das sepulturas deste tabuleiro sul. As poucas detectadas ou escavadas foram abertas à cota absoluta de 185,67m e cota relativa de 2,60m.

As sepulturas do tabuleiro norte, muitas das quais ainda feridas pelas máquinas, foram abertas à cota absoluta de 187,47m e à cota relativa de 6,80m.

Os trabalhos de salvamento efectuaram-se prioritariamente nesta plataforma norte onde as sepulturas estavam ainda relativamente preservadas. Para efeito de registo arqueológico, o terreno recebeu a designação provisória de Cangosta da Palha (BRA/CPA 87) e foi previamente quadriculado, segundo a orientação do norte magnético, em valas de 5×5m. As sepulturas escavadas foram designadas pela letra E.

A julgar pela média de sepulturas encontradas por vala a necrópole era muito vasta e o número de sepulturas destruídas pelas máquinas ultrapassava as três centenas.

A generalidade das sepulturas seguia a orientação W-E.

As sepulturas escavadas no tabuleiro norte foram abertas na alterite, podendo, desde já, destacar-se dois grupos principais:

— no primeiro, a alterite foi escavada à profundidade média de 1,20 m até tomar a forma duma cova rectangular ou ovalada. Este grupo incluía covas apenas cheias de terra; outras cobertas por uma fiada simples ou dupla de tijolos; outras ainda com coberturas idênticas e paredes forradas de tijolos.

— no segundo grupo, a alterite foi escavada até cerca de 0,5m. As paredes desta cavidade eram forradas com tijolos, pedra, ou pedra e tijolos na parte superior, formando uma espécie de caixa cujo fundo era constituído pela própria alterite ou por fiadas de tijolos. Algumas apresentavam uma cobertura feita de tijolos ou pedras. Uma destas caixas era em forma de telhado de duas águas rematado por ímbrices.

Várias destas sepulturas contiveram caixões de madeira, revelados pela presença duma finíssima camada mais escura (constituída pelos resíduos da madeira) desenhando a forma do caixão; pela posição dos pregos que uniam as tábuas e nalguns casos mesmo pelas cantoneiras que as consolidavam.

Nenhuma delas possuía o esqueleto ou outro qualquer vestígio do corpo inumado. Na sepultura n.º 17 foram, todavia, detectados vestígios do vestuário sob a forma de ténuos fios de

ouro localizados junto da cabeceira.

A publicação do conjunto desta necrópole está prevista para o número 5 da revista «Cadernos de Arqueologia», de homenagem ao Exm.^o Senhor Cônego Dr. Luciano dos Santos, a sair em 1989.

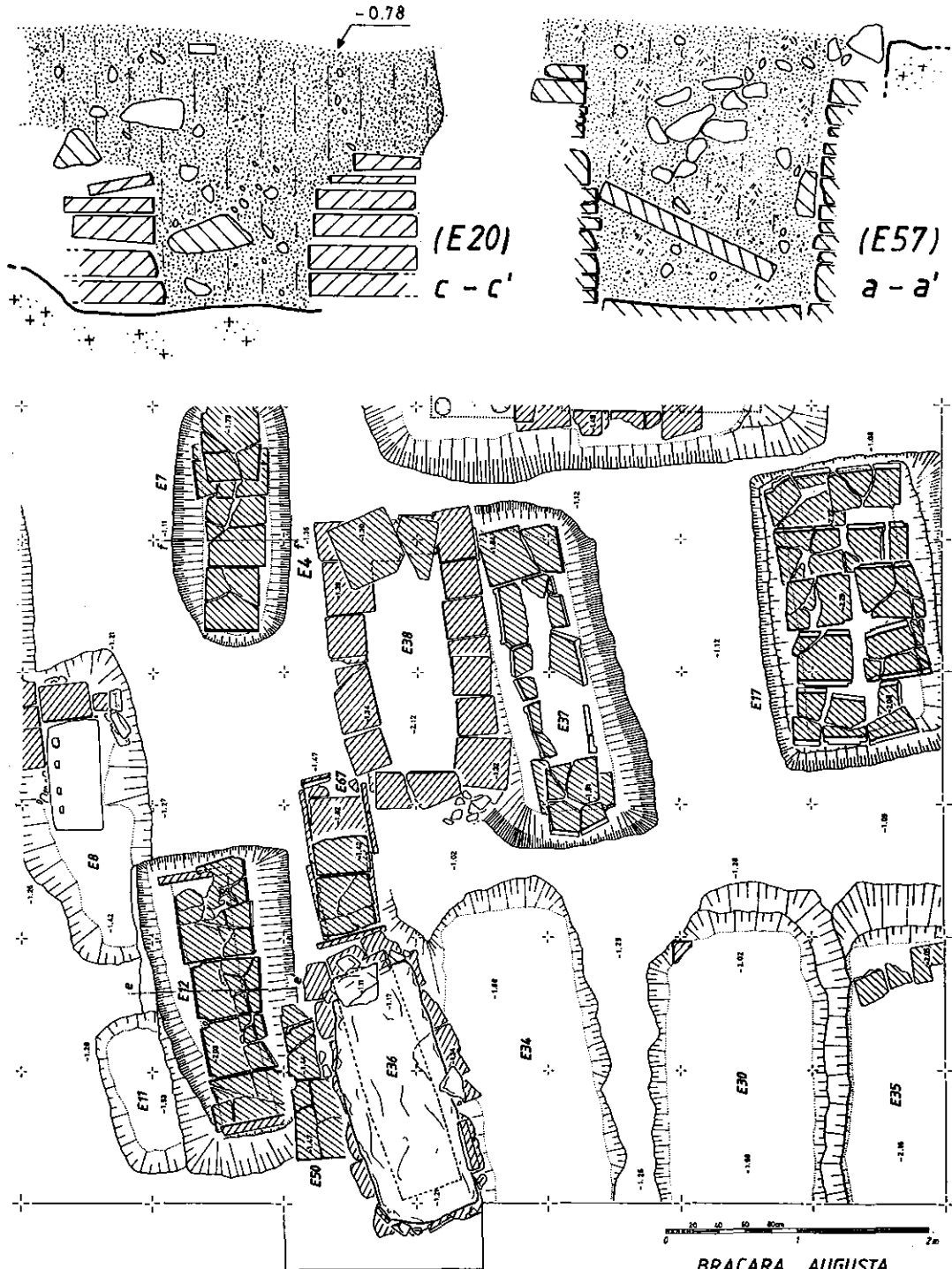
BIBLIOGRAFIA

- DELGADO, M. (1984) — Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante, Braga, *Lucerna*, Porto, pp. 179-189.
- OLIVEIRA, E. (1978) — O Salvamento de Bracara Augusta, IV — Os Apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira, *Minia*, Braga, 1 (1), pp. 20-44.
- SOUSA, J.J.R. (1966) — Subsídios para a arqueologia Bracarense, *Lucerna*, 5, Porto, pp. 589-599.
- (1973) — *Subsídios para a carta arqueológica de Braga*, Studia Archaeologica, 23, Santiago de Compostela.
- (1980) — O Salvamento de Bracara Augusta 7, Antigos achados. Tentativa de interpretação crítica, *Actas do 1º Seminário de Arqueologia do NO peninsular*, 3, Guimarães, pp. 107-116.
- TRANOY, A. (1980) — *La Galice Romaine*, Diffusion du Bocard, Paris.
- TRANOY, A. e P. Leroux (1973) — Rome et les indigènes dans le Nord-Ouest de la Peninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'Histoire. «*Mélanges de la Casa de velasquez*», 9, Paris, pp. 177-231.



Localização da necrópole e traçado provável da via romana (Esc. 1:10.000)

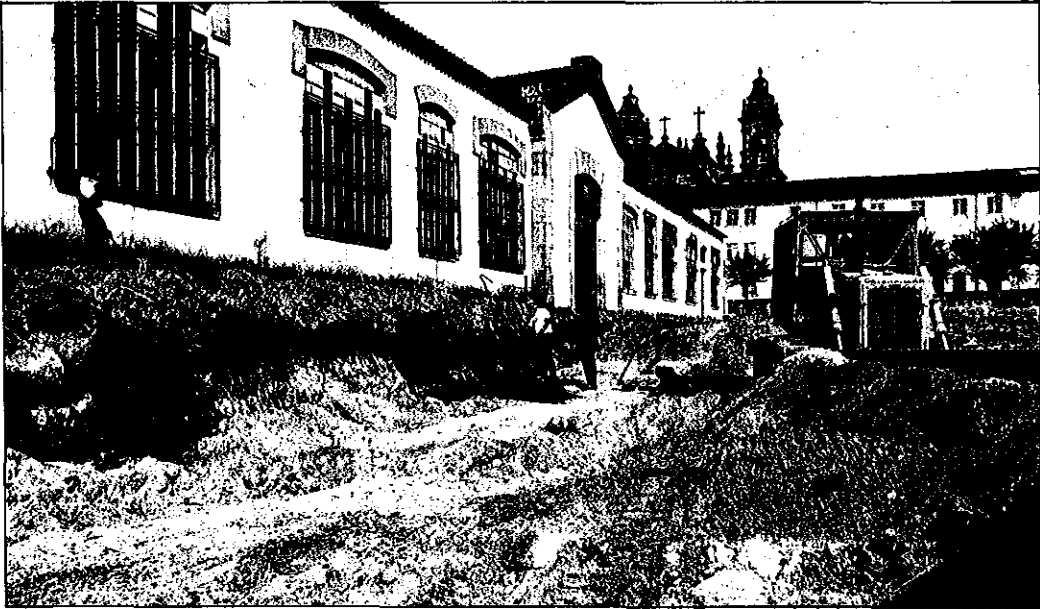
ESTAMPA II



Plano parcial da necrópole (Esc. 1:50) e cortes de duas sepulturas (Esc. 1:20).

BRACARA AUGUSTA
NECRÓPOLE

"Cangosta da Patã"

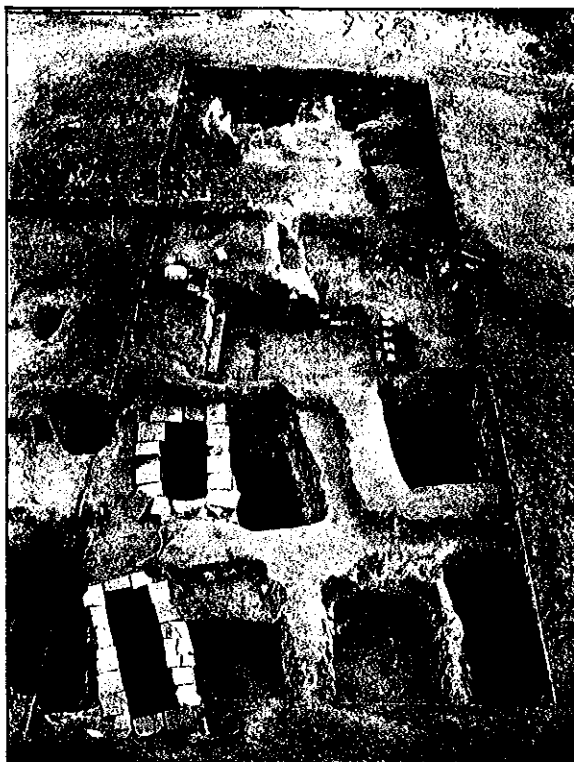


1 Sepulturas em corte no perfil.

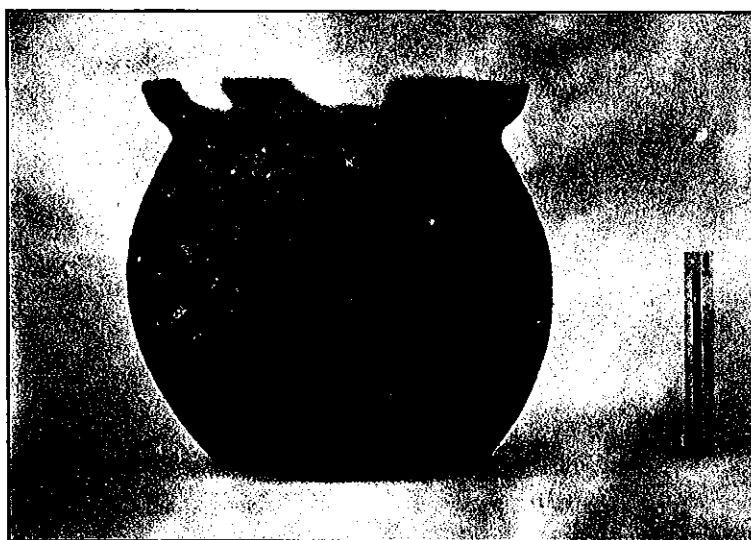


2 Vista parcial da necrópole.

ESTAMPA IV



1 Sepulturas representadas no plano parcial (Est. II).



2 Potinho encontrado na sepultura E34.

Notícia preliminar sobre o Salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais

Manuela Delgado

1. Introdução

Tendo sido chamados a dar um parecer sobre a viabilidade de obras de construção a realizar pela Câmara Municipal de Braga no interior dum quarteirão situado no centro histórico desta cidade, com vista à recuperação das respectivas casas, consideramos indispensável proceder a sondagens prévias, dada a proximidade duma zona habitacional importante da cidade romana, a julgar pelas ruínas existentes no claustro do Seminário de Santiago e pelos restos de mosaicos encontrados no antigo Campo das Carvalheiras e Cardoso da Saudade (Est. I, n.º 8).

Esta intervenção rodeou-se de particulares dificuldades resultantes de três factores principais:

- a área a escavar, já de si restrita, era ainda reduzida pela presença dum poço, dum pequeno anexo para arrumos e de árvores de fruto;
- a impossibilidade de utilizar máquinas para remoção dos entulhos que se acumulavam no limite oeste do terreno e impediam o alargamento da escavação nessa direcção;
- a falta de espaço para acomodação das terras saídas das valas e a impossibilidade de as retirar sem a utilização duma máquina.

Mas o maior prejuízo adveio da circunstância de termos sido obrigados a interromper a escavação para acorrer ao salvamento das sepulturas postas a descoberto pelas obras de desaterro efectuadas na Cangosta da Palha. (Ver notícia preliminar neste número).

O prolongamento destes trabalhos de salvamento e a chuva copiosa que então caiu obrigaram-nos ainda a entulhar as valas abertas, antes de terminar a escavação, para evitar acidentes previsíveis dada a existência de crianças na zona.

2. A escavação

A área destinada às construções da Câmara Municipal é hoje ocupada por quintais separados por muros de propriedade e dispostos em três plataformas com cotas respectivas de 188.20, 187.50 e 186.40.

A nossa intervenção incidiu sobre a plataforma superior, única cujo acesso era directo e ainda por ser aquela que maiores probabilidades apresentava de conservar algumas ruínas dada a sua cota mais elevada.

A área total prevista para a intervenção nesta plataforma era de c. 90m². Para efeitos de registo o terreno recebeu a designação provisória de BRA GP (Est. II).

Nela se implantou uma quadrícula com a orientação N/S, constituída por valas de 3×4m. Entre as valas G1-G2 e G3-G4 foi deixada uma banquetta de 1m e entre as valas G1-G3 e G2-G4 uma banquetta de 2m, dada a presença do poço moderno entre essas duas últimas valas e para poupar uma laranjeira que se encontrava entre G1 e G3.

A escavação de G4 logo revelou a presença de canos modernos e grandes perturbações devidas, certamente, à construção do poço. Nestas circunstâncias e dada a falta de espaço para movimentação de terras, decidiu-se entulhá-la e utilizar a sua área para recolha das terras removidas de G3.

As escavações das restantes valas pôs a descoberto um conjunto de ruínas romanas e vestígios de ocupações posteriores cuja relação não é fácil de estabelecer em consequência das grandes destruições e revolvimentos havidos e das circunstâncias, já referidas, em que se processou a intervenção.

Aquelas destruições foram particularmente vastas e profundas no sector G3, o qual por isso mesmo e dado ser nossa intenção alargar a escavação para norte, não apresentaremos nesta notícia preliminar. Limitar-nos-emos, de momento, a referir que neste sector foram encontrados restos de duas canalizações, parte de uma calçada e dois pilares, um dos quais «in situ» e outro reutilizado na construção dum muro tardio idêntico ao muro 4 encontrado em G1.

A calçada e os pilares pertenciam a uma construção da 1.^a metade do século I como indicam os fragmentos de lucerna e numerosos fragmentos de cerâmicas e vidros provenientes das camadas mais fundas e da 1.^a pavimentação da calçada (Est. VII-1).

A escavações realizadas nos sectores G1 e G2 puseram a descoberto um compartimento pavimentado com argila batida contíguo a um hipocausto (Est. VII-2).

Este pavimento, que designamos por S1, é rematado por um friso de 4 tesselas e tem uma sólida preparação constituída por uma camada de fragmentos de pedra, tijolos e régulas argamassados com alterite, assente directamente sobre a rocha. A área do pavimento até agora descoberta é de 9,50m². Desconhecem-se, todavia, os seus limites a Sul onde parece continuar sob o muro moderno de divisão da propriedade, e a Oeste onde uma forte perturbação, certamente relacionada com a construção das habitações circundantes, destruiu parte do pavimento e do muro 2 que o limita a Norte (Est. IV-1).

Outra destruição deste pavimento se verificou no sector G1, no ângulo formado pelos

muros 1 e 2, a qual atingiu também este último muro de que resta apenas uma pedra de assentamento implantada na alterite. Só a escavação da banquetta entre os dois sectores permitiria determinar a extensão da dita destruição que foi profunda a julgar pelos enormes remeximentos e reduzidos vestígios detectados em toda a metade norte do sector G1.

Os muros 1 e 2, que limitam esta área pavimentada, respectivamente a Leste e Norte estão implantados no solo natural de granito, cujas irregularidades foram, por vezes, aproveitadas para apoio das pedras de assentamento dos muros quando não a própria alterite talhada para as receber. O muro M1, de 0,46m de largura tem de altura conhecida apenas 0,30m; o muro M2 com a mesma largura apresenta uma altura de 0,95m. A construção de ambos é idêntica e pouco cuidada: as pedras, de diferentes dimensões e talha grosseira estão dispostas irregularmente, apresentando entre si numerosos interstícios, preenchidos por pequenos fragmentos de pedra e tijolo.

Contíguo ao pavimento de argila e do lado norte de M2 encontra-se um hipocausto que designamos por S2, cujo pavimento de lajes está à cota relativa de 2,33m.

Deste hipocausto apenas se conservaram o arranque e as duas ou três primeiras fiadas de quatro colonelos, todos os outros tendo sido destruídos, assim como grande parte da tijoleira em que assentavam. Esta foi colocada sobre uma camada regular de pequenas pedras fragmentadas, que assentavam directamente na alterite.

A área do hipocausto posta a descoberto é de 3,50m². Exceptuando o lado sul onde a tijoleira e colonelos se encontram bem adossados a M2, não foi possível determinar os restantes limites pela necessidade que houve de entulhar as valas abertas, como já foi referido. Pode dizer-se, todavia, com segurança, que o hipocausto se estende para oeste, como deixa perceber o respectivo perfil onde é visível um pequeno murete de tijolos (m1) que estaria adossado a M2. O mesmo aconteceria para norte cujo perfil revela a presença dum colonelo (Est. IV-2). Mais difícil de compreender é o seu comportamento para leste, pois não cremos que o muro 3 constitua esse limite, como pode parecer à primeira vista, não só porque a junção das lajes do hipocausto com o muro é muito grosseira e irregular, mas também pelo muro em si mesmo, mais largo e mais grosseiro que os dois anteriores e colocado obliquamente a M2.

Este muro 3 com orientação NE/SO, tem 0,52m de largura e eleva-se até c. 0,96m, junto da extremidade onde aparece interrompido. O aparelho é muito pouco cuidado e os grandes e numerosos interstícios deixados pelas pedras mal afeiçoadas incluem numerosos fragmentos de tijolos à mistura com fragmentos de pedra. Encosta a M2 por intermédio duma grande pedra bruta irregular e mais larga que o próprio muro. Aparentemente o muro 3 não assenta nas lajes do hipocausto, que se ajustam a ele duma forma muito imperfeita e mesmo incompleta, dado que só ocasionalmente atingem a base do muro. É por isso que, embora não possamos ainda determinar-lhe a funcionalidade e cronologia, consideramos improvável que ele constitua o limite leste do hipocausto. Aliás, a presença de uma grande quantidade de fragmentos de tégula e tijolos partidos na camada 5 a Leste de M3 sugere que o hipocausto se prolongaria para leste até M1 (Est. IV-2 e 3). Só a escavação da banquetta poderia confirmar esta hipótese se a destruição produzida neste sector tivesse poupado aí alguns vestígios.

No sector G1 foi ainda encontrada uma canalização que designamos por C1. Segue na

direcção N/S, paralela a M1 e prolonga-se pelo sector G3 onde é detectável numa extensão aproximada de 1,30m. Teria, por conseguinte, um comprimento provável de 5m. Era constituída por uma base de grandes lages, assentes directamente na alterite, algumas das quais se encontravam intactas e outras bastante fragmentadas ou simplesmente ausentes. Era ladeada por um murete de pequenas pedras regulares assentes sobre parte das lages da base (m2). Do lado oeste este murete estava adossado a M1. O murete do lado oposto não foi detectado neste sector. Aparece, todavia, em G3 onde constitui o único vestígio da canalização.

Assente sobre esta canalização encontrava-se um muro tardio, designado por M4. Tem 0,62m de largura e a altura conhecida é de apenas 0,30m. Encosta a M1, seguindo na direcção O/E. Apresenta um aparelho muito grosseiro constituído por blocos de pedra presumivelmente reutilizados, à mistura com pedras pequenas e regulares consolidadas por pedra muito miúda e fragmentos de tijolo. Muito provavelmente alguns blocos de pedra deste muro foram roubados junto do perfil este que ele não chega a atingir.

3. Cronologia

A grande quantidade de material proveniente da escavação confirma uma longa ocupação do sítio desde os inícios do século I d.C. até aos nossos dias. Estas sucessivas ocupações não pouparam as construções anteriores e provocaram revolvimentos profundos em toda a área, como o estado de conservação das ruínas denuncia e o registo estratigráfico documenta.

Como já referimos, tais revolvimentos atingiram as camadas mais profundas, em consequência do que todo o material se apresenta muito misturado e a cerâmica anormalmente fragmentada.

No sector G2, de que nesta notícia particularmente nos ocupamos, apenas os estratos 6 e 7, correspondentes, respectivamente, à preparação do solo de argila e do assentamento das tijoleiras do hipocausto podem dar-nos a garantia de não terem sido violados. O material aí encontrado, que poderia datar-nos a construção daqueles compartimentos, reduz-se, todavia, a raros pequenos fragmentos de cerâmica comum romana de cronologia indeterminada.

Nestas circunstâncias, de momento, podemos apenas afirmar a presença de uma ocupação romana a partir dos princípios do século I d.C. atestada pelos vestígios arquitectónicos e por abundante e variado material da época, encontrados no sector G3 (Est. V-1 a 6).

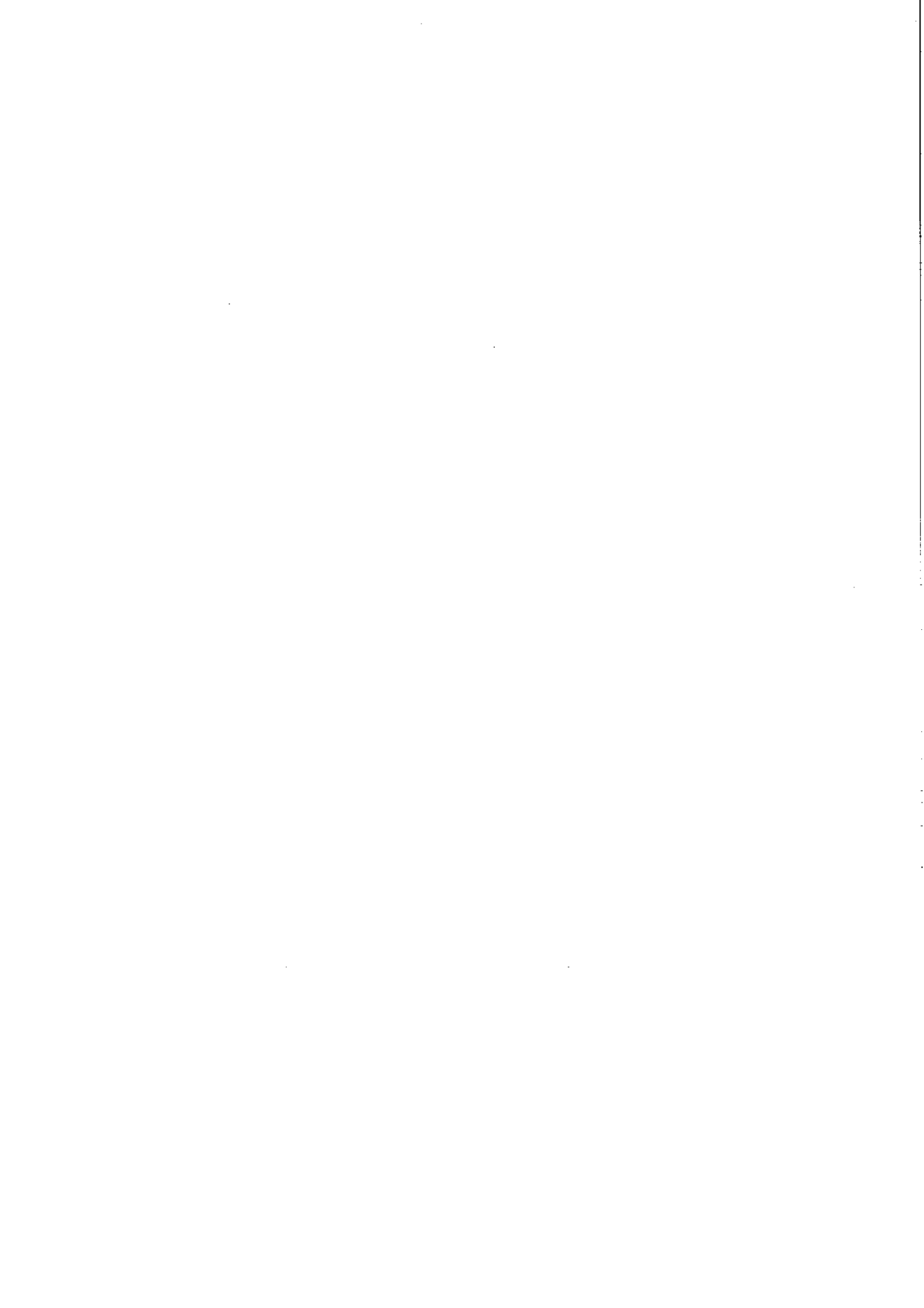
Uma provável grande remodelação na área levou à construção de um edifício de que nos restam, no sector G2, as ruínas já descritas. Esta construção deve ter tido lugar no decorrer do século IV considerando:

- 1 — a ausência sistemática de material romano do Alto Império neste sector, em flagrante contraste com o que acontece no sector G3;
- 2 — a presença significativa de fragmentos de vidro (Est. V-7 e 9) e moedas do século

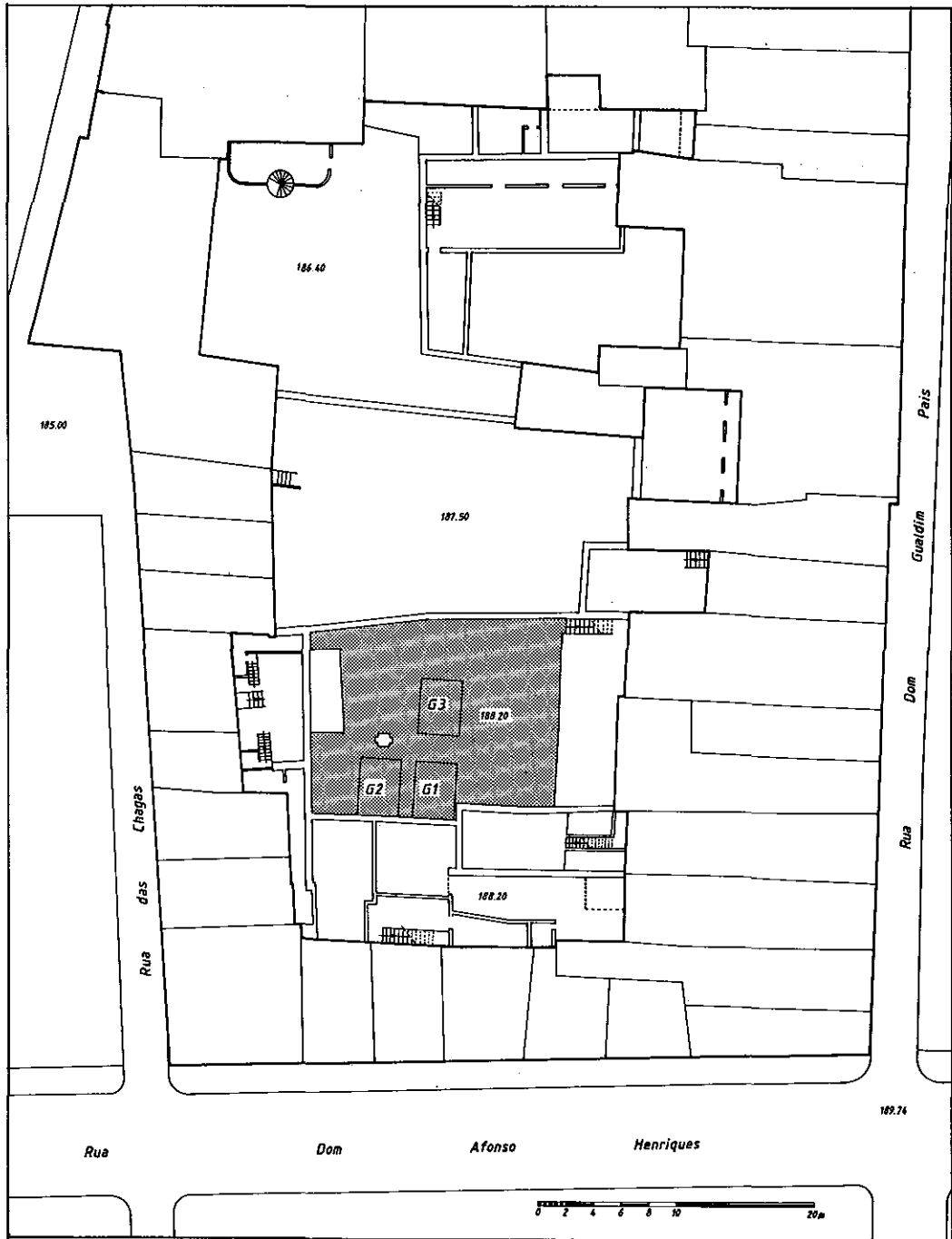
IV no estrato 5 de G2, espesso estrato correspondente à ocupação e destruição deste compartimento aquecido;

- 3 — a presença, a meio da área do hipocausto — e a uma cota onde a camada 5 já parece confundir-se com a base da camada 2 — de fragmentos de diversos exemplares de pratos da forma 3 em fabrico foceiano (Late Roman C) e fragmentos pertencentes a diferentes vasos de cerâmica cinzenta, que atestam uma ocupação do edifício ainda durante os séculos V/VI (Est. V-9 e 11).

A posterior ocupação da área até aos nossos dias é confirmada pela presença abundante de cerâmica medieval e moderna (Est. V-10).

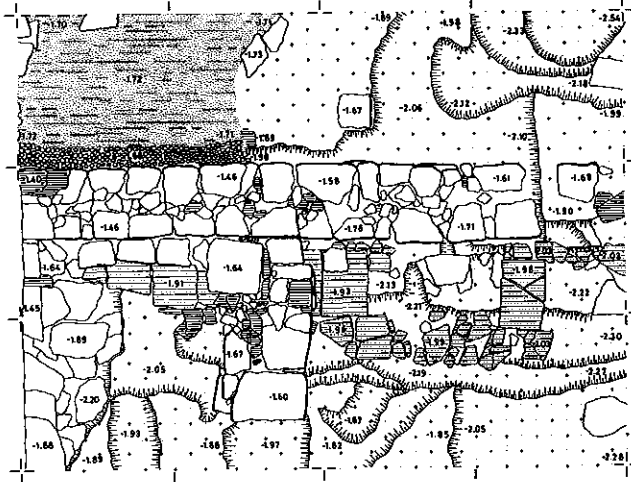
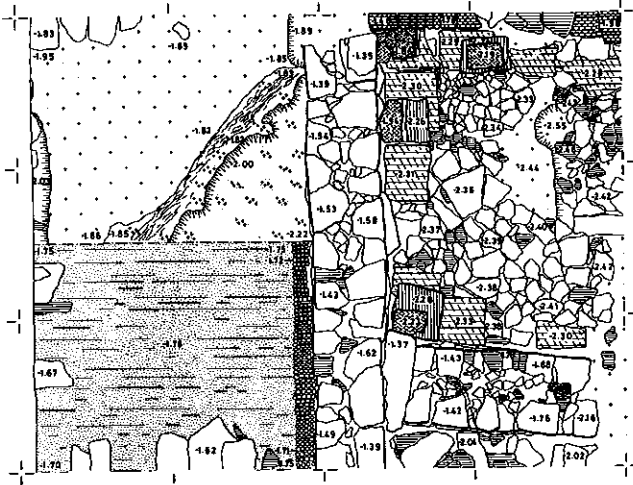












ESTAMPA II

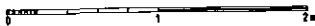


Area de intervenção e zonas de escavação (Esc. 1:500).

ESTAMPA III



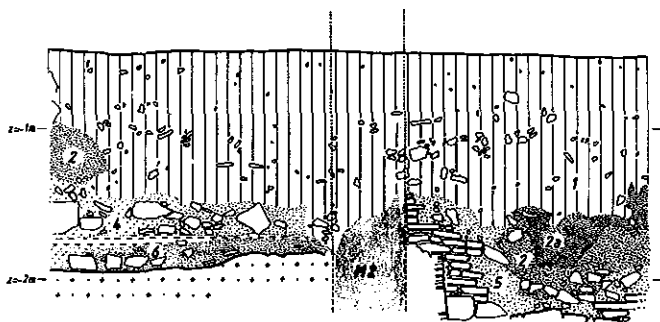
-  MURETE 1
-  FRAGM. DE TÉGULA OU TIJOLEIRA
-  TIJOLEIRA DO HIPOCAUSTO
-  TIJOLEIRA DE ASENTAMENTO DOS COLUNOS
-  COLUNOS
-  ROCHA GRANÍTICA
-  ALTERITE
-  SOLO DE ARGILA BATIDA
-  TESSELAS
-  TIJOLEIRA DE CANALIZAÇÃO



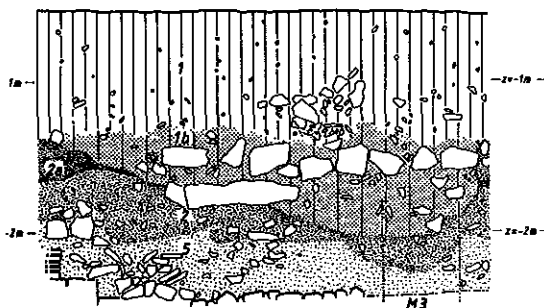
BRACARA AUGUSTA
 RUA DOM
 GUALDIM PAIS
 PLANTA FINAL

Plantas dos sectores G1 e G2 (Esc. 1:50).

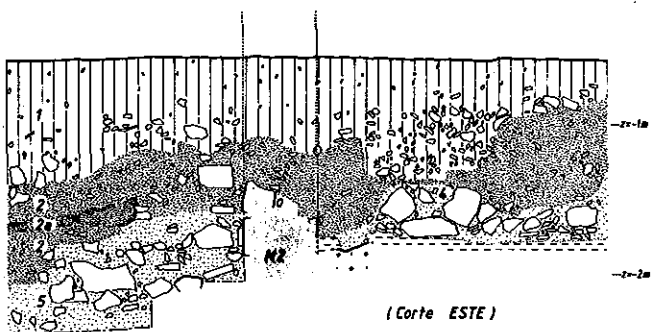
ESTAMPA IV



(Corte OESTE)



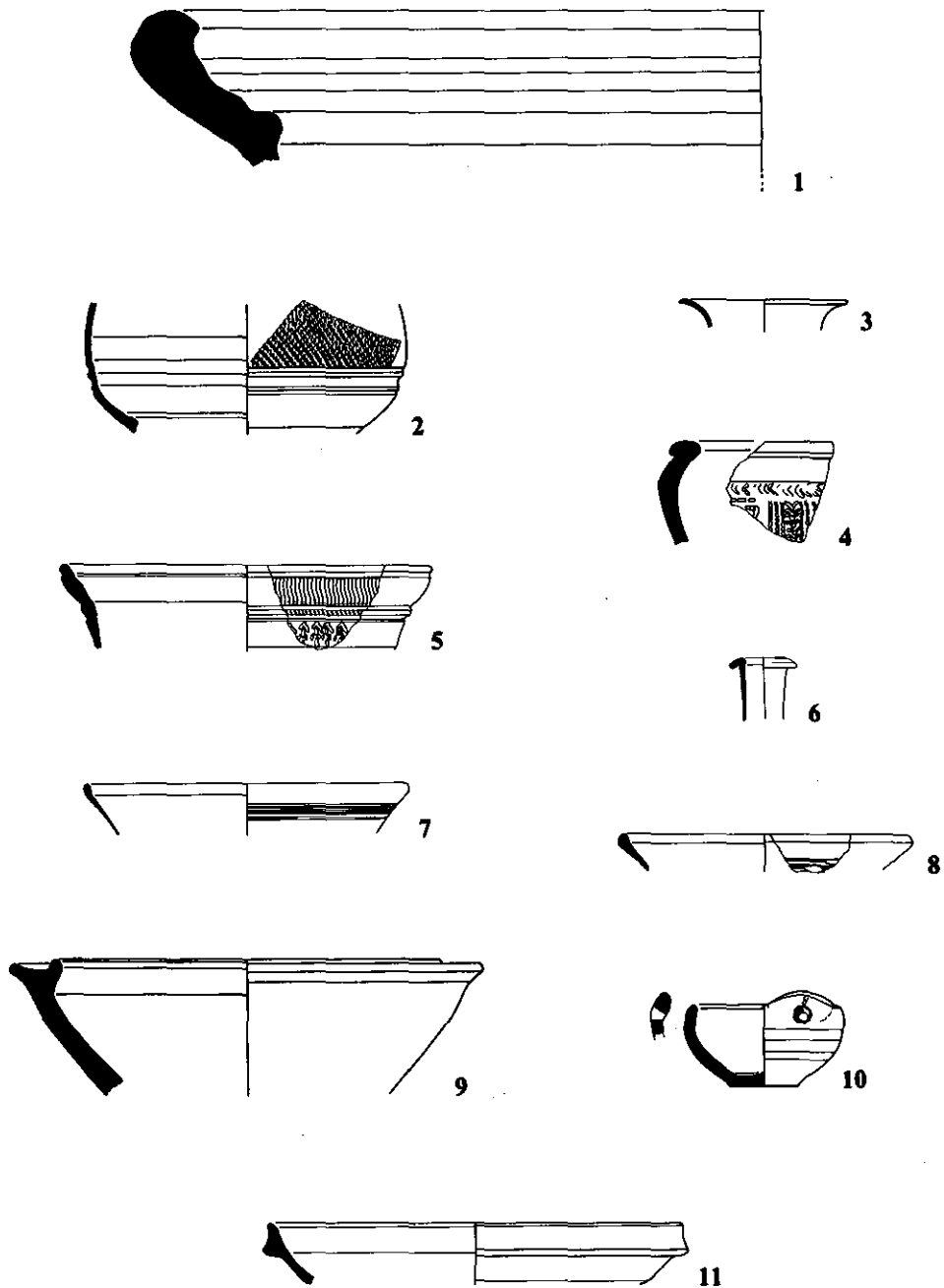
(Corte NORTE)



(Corte ESTE)

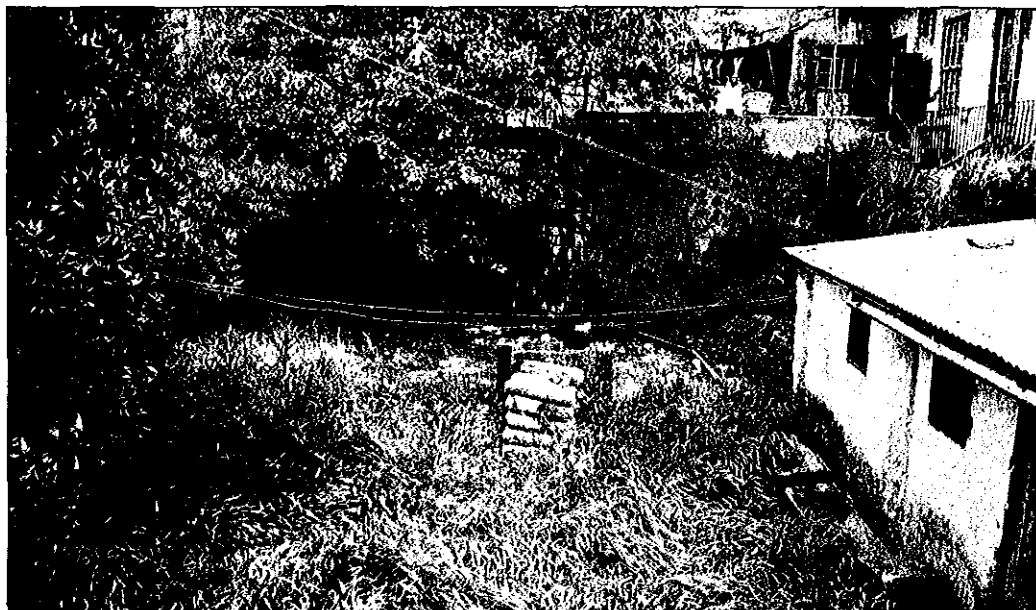
Cortes estratigráficos do sector G2 (Esc. 1:50).

ESTAMPA V



Desenho de espólio cerâmico e vitríco (G3) (Esc. 1:3)

ESTAMPA VI



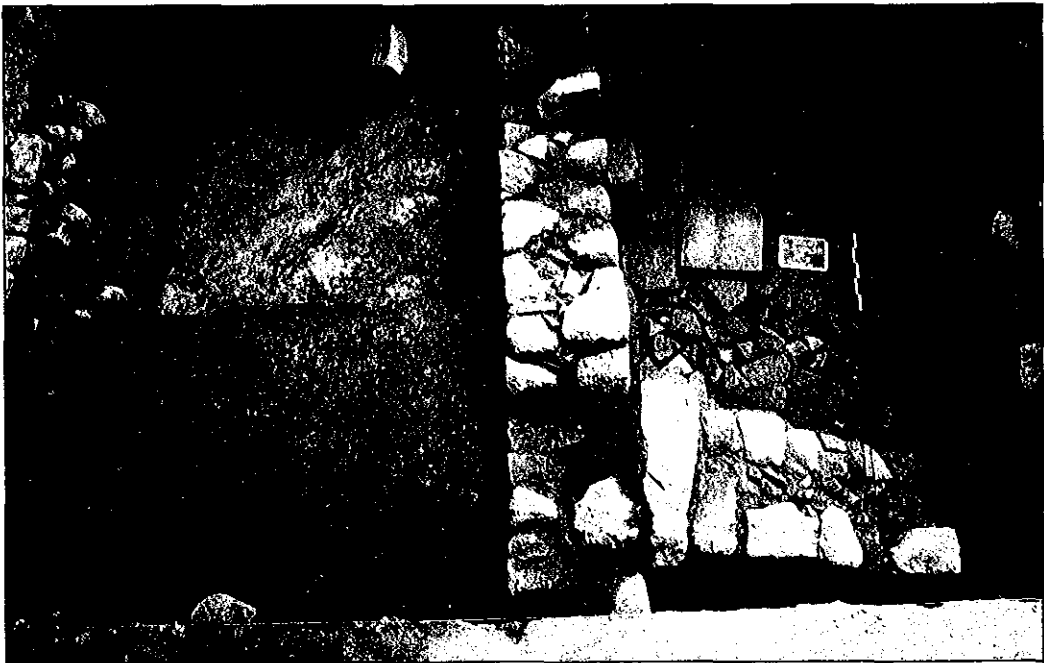
1 Aspecto do local antes da realização das sondagens.



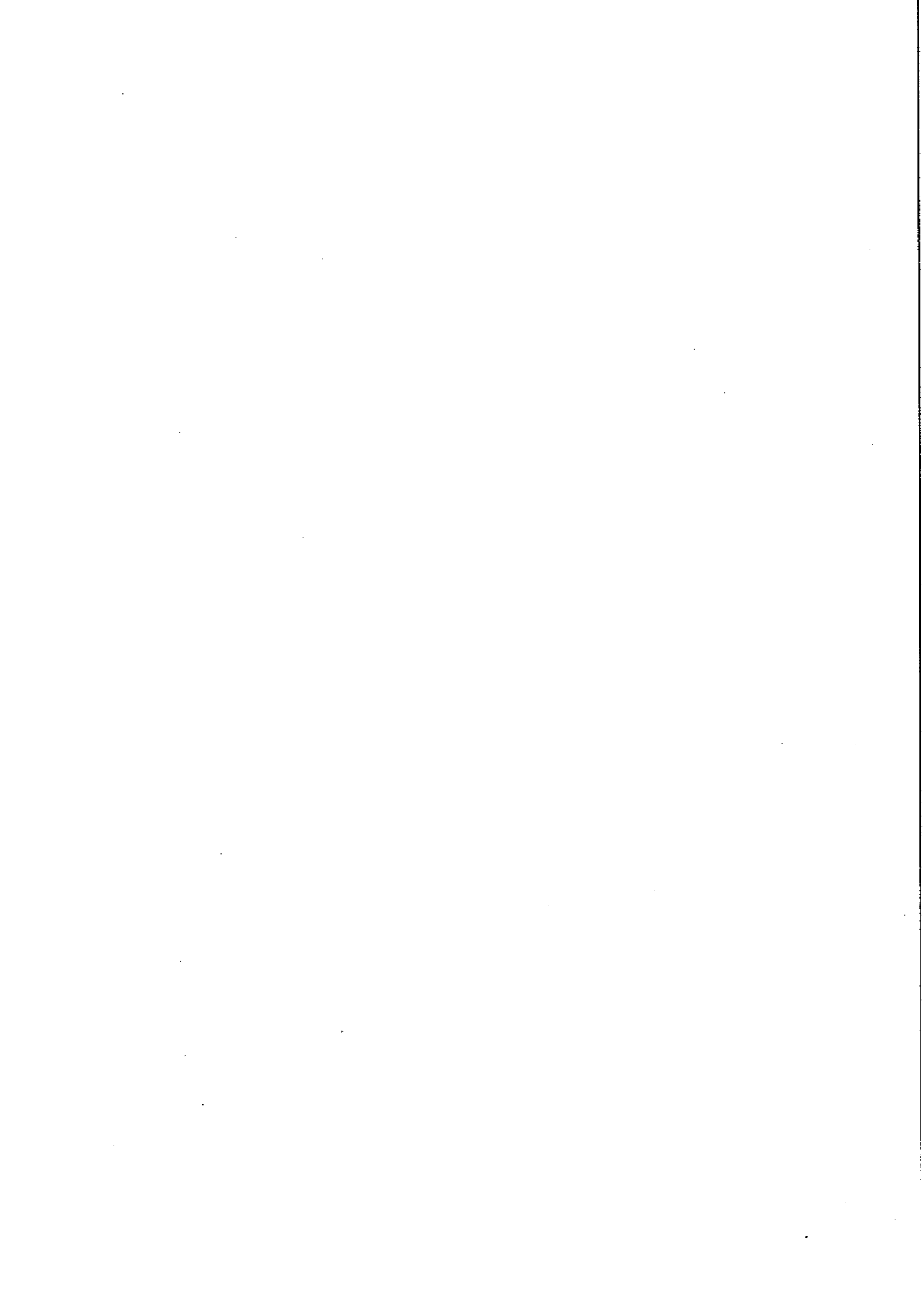
2 Local com implantação das zonas G1 e G2.



1 Aspecto das estruturas encontradas na zona G3.



2 Aspecto das estruturas encontradas na zona G2.



DOCUMENTOS



O «Diccionario de Artes e Offícios» de Gregório José de Seixas

José M. Lopes Cordeiro

De uma forma resumida, poderá dizer-se que uma das condições necessárias para se avaliar o nível de desenvolvimento de uma sociedade, numa determinada época, reside no conhecimento e no domínio que os seus contemporâneos possuíam dos processos tecnológicos subjacentes à produção dos bens que intervêm na esfera de circulação dos produtos.

Durante o Antigo Regime, as inovações tecnológicas então introduzidas nalgumas indústrias eram não apenas guardadas com todo o sigilo, como a sua revelação ou a emigração dos operários que nelas trabalhavam poderiam ser gravemente punidas. Apesar de todos estes obstáculos, os relatos de viajantes ou a própria espionagem industrial, constituíam uma prática corrente, contribuindo não poucas vezes para aquilo que poderíamos considerar uma autêntica transferência tecnológica.

Um outro aspecto desta questão encontra-se relacionado com a compreensão (ou não) pelos governantes da época, da necessidade de se lançarem as bases de uma **cultura científica e técnica**, que servisse de suporte ao desenvolvimento económico então reclamado, ao mesmo tempo que possibilitaria a formação do capital humano indispensável para a prossecução daquele objectivo. Deste modo, principalmente após a segunda metade do século XVIII assiste-se, nos países mais desenvolvidos da Europa (ou naqueles onde o Iluminismo conquistara mais adeptos no poder), ao aparecimento de um vasto conjunto de revistas, dicionários e obras de carácter enciclopédico, entre as quais pontifica a conhecida **Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts e des métiers**, de Diderot e d'Alembert.

Num trabalho recentemente publicado, o seu autor interrogava-se sobre algumas questões que nos parecem essenciais para uma cabal compreensão do impacto produzido por toda essa literatura, em particular de obras como a *Enciclopédie: para além dos bloqueios geralmente focados — políticos e sociais —, que peso se poderá atribuir aos seguintes: preparação técnica, de empresários, técnicos propriamente ditos e operários? A que grupos sociais chegariam as*

*obras de carácter geral como a Enciclopédie, ou mesmo outras de carácter mais especializado?*¹ Tentar encontrar qual o papel efectivo que a **Enciclopédie**, e outras obras semelhantes, desempenharam no nosso país, poderá constituir uma interessante linha de investigação que nos permitirá avaliar o ambiente intelectual existente entre os governantes e no meio empresarial português daquele período, no que respeira aos conhecimentos tecnológicos.

Quanto à divulgação da **Enciclopédie** entre nós, sabe-se que ela se encontrava nalgumas bibliotecas do Reino, após a implantação do Liberalismo. Em relação aos particulares, problema mais difícil de resolver, a consulta dos arquivos da Inquisição poderá fornecer alguns elementos, dado que as suas vítimas eram obrigadas a indicar a constituição das respectivas bibliotecas. Por exemplo, António Julião da Costa, futuro cônsul em Liverpool e um dos pioneiros na introdução da máquina a vapor em Portugal, ao ser denunciado à Inquisição em 1804, revela possuir um exemplar da **Enciclopédie** na sua biblioteca². É também admissível que os estrangeiros vindos para Portugal ao longo da segunda metade do século XVIII, e que estiveram ligados a importantes empreendimentos industriais (Stephens, Locatelli, Ratton, Vandelli, entre outros) tivessem conhecimento daquela obra e de outras do mesmo género. Quanto às obras de carácter mais especializado, e manuais técnicos, temos também conhecimento que um industrial bracarense, proprietário da fábrica de sinos Rebello da Silva, orientava a sua actividade produtiva de acordo com o **Traité Théorique et Pratique des Proportions Harmoniques et de la Fonte de Cloches**, da autoria do abade de Fismes e publicado em França no ano de 1765.

A historiografia contemporânea tem encarado o surgimento do surto industrial pombalino como uma resposta às *dificuldades da crise de ouro e da produção colonial*, e não tanto como resultado de *uma visão antecipada ou um esforço voluntário relacionado com as luzes da Europa*³. Poderá afirmar-se, no entanto, que esse surto industrial beneficiou da divulgação de uma **cultura científica e técnica**, que o despotismo esclarecido procurava então aproveitar, quer pelos técnicos e empresários então contratados, quer pelas obras estrangeiras que naquela época circulavam entre nós. No entanto, a circulação deste conhecimento científico e técnico, para além dos círculos atrás referidos, seria muito limitado, mesmo inexistente, se tivermos em consideração o elevado índice de analfabetismo que grassava entre a população portuguesa da época.

O **Diccionario de Artes e Officios** que Gregório José de Seixas foi encarregado de elaborar pela Portaria de 22 de Setembro de 1812 representa um significativo indicador da existência.

1 MENDES, José M. Amado (1988): A «Enciclopédia» como fonte para a história da indústria no século XVIII, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIII, Coimbra, p. 90.

2 SANTANA, Francisco (1988): António Julião da Costa, o homem que introduziu a máquina a vapor em Portugal e no Brasil, *História*, Ano X, nº 104, Lisboa, p. 63. Ver também A.N.T.T.: Inquisição de Lisboa; nº 13525, citado por F. Santana.

3 MACEDO, J. Borges de (1951): A situação económica no tempo de Pombal, Lisboa, p. 122 da 2ª edição (1982).

por parte do Estado, de um interesse em acompanhar a produção do conhecimento científico e tecnológico, tal como já há muito se verificava além-fronteiras. O facto de essa determinação régia ter sido tomada numa conjuntura nacional particularmente adversa apenas vem realçar a sua sigularidade. Podemos, no entanto, levantar algumas interrogações a esse interesse que a Coroa terá manifestado, dado que a razão apontada para a não edição do **Diccionario** terá sido a falta de meios financeiros⁴, o que apenas se compreende se a iniciativa de o publicar pertencesse exclusivamente a um particular.

Um maior conhecimento de elementos biográficos relativos a Gregório José de Seixas poderia auxiliar-nos a esclarecer as interrogações atrás levantadas. De acordo com João Baptista da Silva Lopes, sabemos que era natural de Silves, onde nasceu a 27 de Janeiro de 1763, e que faleceu em Lisboa, em 27 de Janeiro de 1830. Segundo o mesmo autor, *frequentou a universidade de Coimbra com excellentes credits, vindo a formar-se em medicina, que passou a exercer em Lisboa. (...) Foi incumbido pelo Governo da composição de hum Diccionario das Artes e Officios, em que trabalhou não pouco; mas faltando-lhe os socorros pecuniarios, não foi por diante esta obra tão interessante como necessaria*⁵.

Apesar de não ter conseguido editar o **Diccionario** de cuja elaboração foi incumbido, Gregório José de Seixas legou-nos a tradução parcial de uma importante obra que, segundo ele, resolveu publicar *em quanto não posso colher todas as instruções, que me são indispensaveis para formar o vasto edificio de toda a Industria Nacional*, a qual dedicou ao Príncipe Regente, o futuro D. João VI. A selecção desta obra, a **Introdução à Tecnologia, ou ao conhecimento dos officios mecanicos, Fabricas, e Manufacturas**⁶, de Johannes Beckmann⁷, pelo significado que este autor ocupa na história da técnica e da tecnologia, é bem reveladora dos objectivos que norteavam o pensamento do responsável pela edição do **Diccionario**.

Na *advertencia do editor*, Gregório José de Seixas apresenta algumas ideias que não só nos permitem conhecer melhor a sua personalidade, como os requisitos que ele pretendia preencher com a edição do **Diccionario**. De facto, com a tradução e edição daquela obra, Gregório José de Seixas pretendia apresentar aos seus compatriotas *o grande quadro de tão instrutivo Diccionario* (p. VI), ou seja, as linhas gerais da obra que ele próprio estava encarregado de elaborar.

4 LOPES, João Baptista da Silva (1841): *Corografia ou Memoria Estadistica, e Topografica do Reino do Algarve*, Lisboa, p. 430.

5 Idem, pp. 429-430.

6 Gregório José de Seixas apenas publicou os **princípios gerais de tecnologia** tendo, no entanto, anunciado que as 32 artes compreendidas no compêndio de tecnologia do professor de Gottingen iriam ser publicadas em números soltos *para maior utilidade de cada artista*.

7 Johannes Beckmann, catedrático de filosofia e de economia rural em Gottingen, discípulo de Linneo em Uppsala e viajante infatigável, foi quem definiu as bases da «tecnologia», termo de que foi o criador. A sua *Beitrag zur Geschichte der Erfindungen* (*História das Invenções, Descobertas, e Origens*), publicado originalmente em Leipzig entre 1780 e 1805, constitui um marco fundamental na história da técnica e da tecnologia.

Destacando o facto de que ao contrário do que se verificava noutras nações, por exemplo, a Inglaterra, que ele via como o *exemplar modello de toda a industria* (p. VIII), *só em a nossa Peninsula (talvez que pela sua fertilidade, e espirito guerreiro) vemos huma grande falta desta casta de obras* (p. IX), Gregório José de Seixas justificava a edição da **Technologie** de Beckmann para que os seus compatriotas se convencessem da *possibilidade de huma união systematica das Artes praticas com as Sciencias especulativas* (p. X). Não deixa de ser interessante assinalar já naquela época a existência de uma preocupação em eliminar a tradicional barreira entre a teoria e a prática. Aliás, ela manifesta-se também noutros autores coevos, como José Bonifácio de Andrada e Silva⁸ que, segundo Ruy Gama, talvez tenha sido o primeiro a utilizar a palavra «tecnologia» em português⁹.

Em 1813, Gregório José de Seixas apenas possuía *sete respostas de alguns dos cincoenta e sete Offcios*¹⁰, *que entrão na Casa dos Vinte e Quatro desta Cidade de Lisboa* (p. X). Também não lhe tinham sido ainda entregues os *mappas do Estado actual das Fabricas, Manufacturas do Reino* (p. X)¹¹, para a elaboração dos quais terá contado com a colaboração dos Governadores do Reino, o que, a ter-se realizado, constituiu um autêntico inquérito industrial.

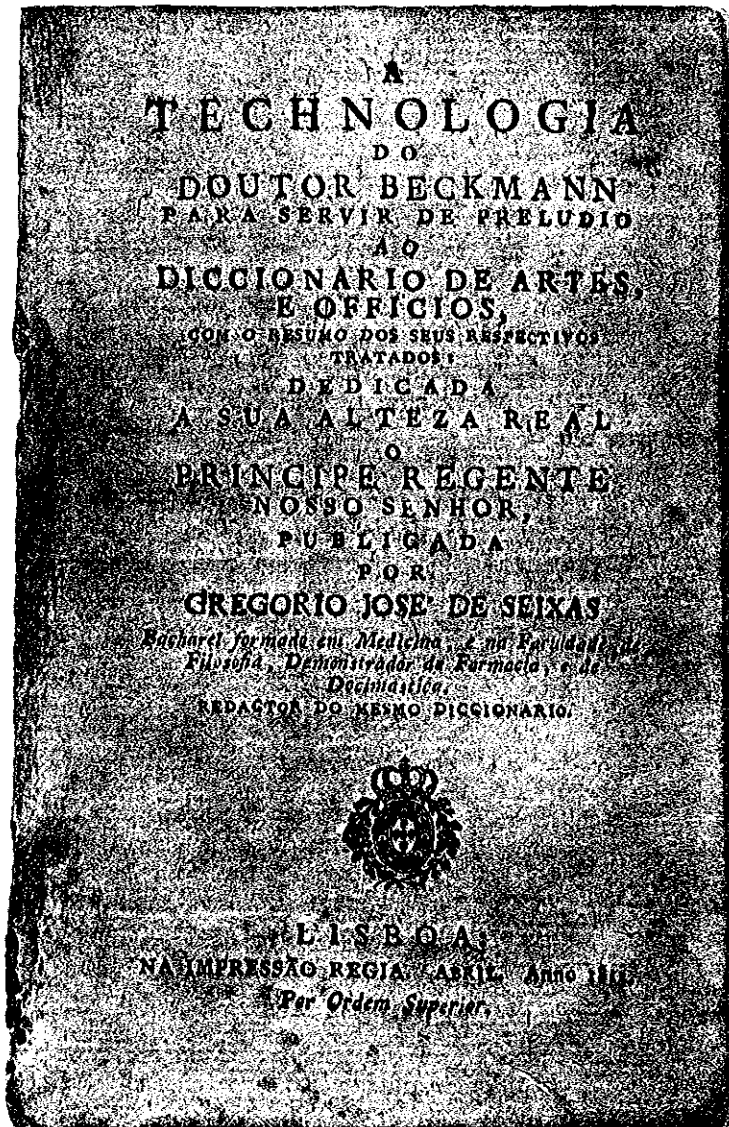
Os elementos que actualmente dispomos sobre o **Diccionario** de Gregório José de Seixas não nos permitem avançar noutras interpretações. Se a não edição daquela obra resultou da falta de meios financeiros, da recusa de colaboração, ou de qualquer outro motivo, são questões em relação às quais só a investigação futura poderá responder.

8 SILVA, J. B. Andrada e: Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal.

9 GAMA, Ruy (1983): *Engenho e Tecnologia*, S. Paulo, p. 39.

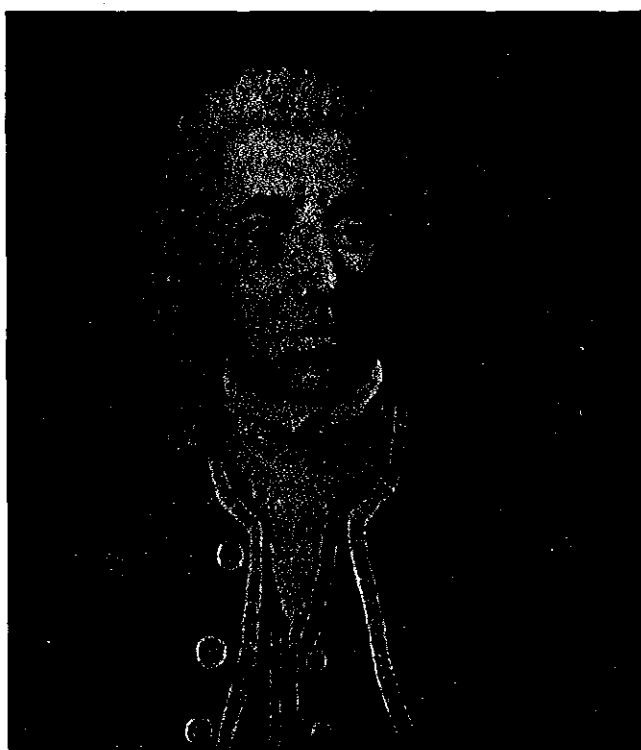
10 Ao dirigir o seu inquérito às Corporações o autor testemunha uma vez mais, a importância que aquelas ainda assumiam na estrutura industrial portuguesa dos finais do Antigo Regime.

11 Importaria saber se existia alguma relação ou contacto entre Gregório José de Seixas e a Junta do Comércio a qual tinha já encarregado José Acúrsio das Neves de elaborar um mapa estatístico das «fábricas estabelecidas na cidade de Lisboa e comarcas do Reino», e que aquele apresentou nas suas «Variedades sobre objectos relativos às Artes, Comércio e Manufacturas consideradas segundo os princípios de Economia Política», vol. I, pp. 181-219. Parece existir aqui uma duplicação de iniciativas coincidindo no tempo, dado que os elementos recolhidos por Acúrsio das Neves abarcam o período comoreendido entre 20 de Setembro de 1811 e 29 de Julho de 1813. Há, no entanto, um aspecto comum a salientar que foi o de ambos terem tido dificuldades em obter a colaboração solicitada aos magistrados locais.



Fac-simile da folha de rosto do «dicionário» (Esc. 1:1).

ESTAMPA II



Johann Beckmann 4.6.1739–3.2.1811

VÁRIA

Materiais provenientes de dólmens de Escariz, Arouca (escavações de Domingos de Pinho Brandão)

Vítor Oliveira Jorge

1. Introdução

Em 4 de Maio de 1957, no jornal «Defesa de Arouca», publicava Domingos de Pinho Brandão uma nota intitulada «O fenómeno megalítico em terras de Arouca», em que relatava sumariamente os trabalhos que havia feito na freguesia de Escariz, daquele concelho. Permitimo-nos transcrever, dela, os seguintes passos:

«Aproveitei (...) alguns dias de férias da Páscoa para fazer uma pequena sondagem a algumas sepulturas megalíticas existentes em terras do Concelho. Escolhi, para começar, a zona compreendida entre os lugares da Venda da Serra e das Alagoas da freguesia de Escariz (...).

«São muitas as sepulturas megalíticas do nosso Concelho, que se localizam sobretudo nas freguesias de Escariz, Fermedo, Chaves e Albergaria. Contam-se várias dezenas (...).

«Infelizmente muitas dessas sepulturas foram completamente destruídas. Na toponímia local há ainda nomes que nos falam da sua existência no passado. Algumas foram destruídas há poucas dezenas de anos ou recentemente. Outras foram destruídas parcialmente (...).

«Nos trabalhos realizados examinei apenas sete sepulturas.

«Todas elas se encontravam violadas e algumas quase totalmente destruídas. A sondagem tornou-se bastante difícil e trabalhosa em virtude de se conservar, em algumas, bastante perfeito, com excepção da parte central, o *tumulus* (...). Das sete mamoas apenas um dólmén conserva todas as pedras e um outro conserva os esteios e parte da mesa.

«Nos outros encontram-se somente fragmentos ou vestígios dos esteios. Nos dois que se conservam em melhor estado, são evidentes também os sinais de pilhagem: as pedras encontram-se violentamente deslocadas, a terra está misturada sem distinção e o espólio encontrado é diminuto e muito fragmentado (...).

«(...) foi pobre o espólio encontrado: contas de adorno em xisto, pequenos fragmentos de cerâmica, muito espalhados, machados de pedra polida, alguns imperfeitos e incompletos, e fragmentos de facas de sílex».

Infelizmente, os resultados destas escavações mantiveram-se até hoje inéditos.

Em Maio de 1979 pudemos percorrer a área de Escariz onde Pinho Brandão trabalhara vinte anos antes, e na companhia de um dos seus colaboradores: o Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, nosso colega da F.L.U.P. Ali observámos um grupo de oito monumentos, distribuídos, para SE de Alagoas, no sentido NW-SE, ao longo de um caminho que, partindo de Alagoas, passa pela Venda da Serra e vai entroncar com a estrada para Arouca (v. «Carta Militar de Portugal» na esc. 1/25.000, folha 154 — S. João da Madeira). Na nossa dissertação de doutoramento (JORGE 1982, 473), referíamos-nos genericamente a tais mamoaas com estas palavras: «O primeiro núcleo de dois monumentos situa-se a cerca de 500 m para SE de Alagoas, junto a um cruzamento de caminhos; um deles é o que apresenta esteios pintados e gravados¹. Cerca de 700 m mais a SE, do lado oposto do caminho inicialmente referido, situa-se uma outra mamoa, com uma evidente estrutura lítica de revestimento; mais adiante, a cerca de 250 m, e do lado leste do caminho, outro núcleo de dois monumentos, um muito destruído, o outro com o dólmen ainda em relativo bom estado, parecendo corresponder a uma pequena câmara poligonal, do mesmo tipo da do monumento decorado (os restos do corredor não eram visíveis, em ambos os casos); a mamoa conserva uma altura bastante próxima da original, e encontra-se revestida por couraça pétreia. Outro núcleo de dois monumentos situa-se já para sul de Coval, a cerca de 900 metros do anterior; e, ainda para sul deste, numa zona mais elevada, encontra-se o último dos que visitámos. Obviamente, na área deverão existir muitos mais»².

Entretanto, contactámos muitas vezes com D. P. Brandão, grande conhecedor do concelho de Arouca, de onde é natural, tendo ficado acordado que aquele autor prepararia um trabalho sobre os dólmenes desse território autárquico, muito rico em megálitos, uma vez que, segundo o mesmo investigador, atingiriam quase a meia centena³. Estabeleceriam, assim, como que um elo de continuidade, pelo menos em distribuição geográfica — juntamente com os monumentos da zona da Feira, Castelo de Paiva, Cinfães e Resende (JORGE 1982, 469-471) —, entre os dólmenes da região meridional do distrito do Porto e os dos planaltos do Norte da

1 Referimo-nos ao dólmen cujas pinturas e gravuras foram estudadas e publicadas por E. Shee Twohig (1981, 149, fig. 34).

2 Segundo Fernando A.P. Silva, só na freguesia de Escariz existiram 41 mamoaas. (SILVA 1986, 59, nota 26). Recentemente aquele cômputo subiu para 49 SILVA 1987b).

3 Informação pessoal. Na nossa dissertação de doutoramento (JORGE 1982, 473-474), com base apenas em dados bibliográficos, certamente muito incompletos, fazíamos referência aos seguintes monumentos do concelho de Arouca: — *Anta de Casal Mau*, na freguesia de Santa Eulália. Apesar de considerada monumento nacional, por decreto de Junho de 1910, foi destruída em 1951 com o fim de se aproveitar as lajes para esteios de vinha (inf. contida num relatório de Seminário apresentado em 1975 à Faculdade de Letras do Porto por Filomeno Soares da Silva). Segundo Fernando Silva (1986, 52), «não sendo visível o dólmen propriamente dito devido aos esteios terem sido retirados, a mamoa continua a existir»; — *na freguesia de Albergaria das Cabras*, na Serra da Freita, existem vários monumentos, dois dos quais, junto ao posto de radar, referidos por F.S. Silva. Em Dezembro de 1985 tivemos oportunidade de, na

Beira Litoral e do Noroeste da Beira Alta. Esse texto seria publicado pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, ou na série dos seus «Trabalhos», ou na revista «Arqueologia». Ao mesmo tempo, D. P. Brandão entregou-nos (em 1981) o espólio das suas escavações em Escariz, cuja observação e descrição realizámos, documentando-o em fotografias e desenhos, que se destinavam à mencionada publicação⁴. Acontece que outros estudos de maior vulto foram ocupando o autor, cujo precário estado de saúde não deixa infelizmente adivinhar quando tal original poderá, finalmente, vir ter às nossas mãos. Eis por que, no interesse da ciência, achámos por bem dar à estampa o resultado das nossas observações, sob a forma desta pequena nota, decorridos que foram trinta anos sobre as primeiras escavações em Escariz.

E dizemos «primeiras» porque de há alguns anos a esta parte (1983) que Fernando Augusto Silva iniciou a concretização de um projecto de estudo dos megálitos da região de Arouca, por sugestão nossa, e em resposta a uma solicitação do I.P.P.C. no sentido de se salvar o património megalítico da região, para cujo estado de abandono os próprios jornais haviam alertado a opinião pública. Desse projecto resultaram já diversos trabalhos, para os quais reportamos o leitor interessado em integrar o tema desta nótula numa informação mais vasta⁵, que não é nossa pretensão rever aqui. O objectivo deste estudo é, tão só, publicar os materiais mais importantes exumados por D. P. Brandão, prestando ao mesmo tempo uma singela homenagem a este esforçado investigador, a quem a arqueologia, e sobretudo a epigrafia e história da arte do Norte de Portugal muito devem.

Uma das falências deste trabalho reside na nomenclatura utilizada para designar os monumentos escavados, constante das etiquetas que acompanhavam as peças. Tal nomencla-

companhia deste último estudioso, observar algumas mamoaas dessa área, com destaque para o dólmen da Portela da Anta, escavado por F.A. Silva. Trata-se do monumento que G. e V. Leisner (1956, tafel 33), designam como «Mamoaa da Junqueira», e de que apresentam planta e foto (esta, na tafel 49); — na freguesia de Mançores, mamoaas do *Monte Castelo*, referidas por Pinho Leal (1837); — na freguesia de S. Miguel do Mato, lugar de *Belece*, sítio da «Mamoela», existem também mamoaas, mencionadas por F.S. Silva; — na freguesia de *Chave*, encontram-se igualmente mamoaas, a que aludem vários autores; também nas freguesias de *Janarde* e *Covelo de Paivô* existem destes monumentos (informação de A.A. Huet B. Gonçalves). De facto, em Dezembro de 1985, F.S. Silva conduziu-nos ao local do alto de Campelinho, na área de Regoufe, daquela última freguesia, onde pudemos observar algumas pequenas mamoaas que poderiam conter cistas, e que constituem um núcleo de muito interesse. De referir ainda que Gonçalves da Costa (1977 e 1979), menciona uma anta em Vergadeleas, Tropeço, considerando-a de dimensões monumentais (1977, 23); tratar-se-á, talvez, da de Casal Mau. No vol. II da mesma obra, ao abordar o mosteiro de Arouca, refere mamoaas citadas em documentação medieval (1979, 508). Por seu turno, na monografia de *Fernedo — Aspectos da sua História*, A. Azevedo e D. Moreira citam, em vários passos, Pinho Leal, que refere a existência de mamoaas nos arredores de Mosteirô, e no Monte do Coruto, em Cabeçais, bem como de um dólmen no Monte de Borralhoso, naquela freguesia (AZEVEDO e MOREIRA 1973, 42, 214 e 219).

⁴ Estes documentos, de que apenas guardámos cópia, foram entregues, juntamente com os materiais, ao autor das escavações.

⁵ Consulte-se, além do texto já citado na nota 2, do mesmo autor (SILVA 1984, 37-45; 1987a, 77-91; 1987b; 1987c, 21-38; 1988).

tura baseia-se, em alguns casos, nos nomes dos proprietários dos terrenos em que as mamoaas se encontram («Mamoaa do Tio Manuel», «Mamoaa do Sr. Ferreira Gomes», «Mamoaa do Sr. Pinho»), havendo agora, no quadro do estudo em curso por F. A. Silva, que tentar articular essa mesma nomenclatura com a do novo inventário realizado por este último investigador. Para além disso, é de desejar que o manuscrito de P. Brandão venha um dia a ser publicado, por conter decerto informações de interesse que sumamente importam a um mais completo conhecimento do megalitismo desta região.

Aliás, há muito que se impõe revitalizar os estudos megalíticos na área central do país (referimo-nos à zonagem, evidentemente arbitraria, adoptada pelo I.P.P.C.); a sua parte setentrional é particularmente importante para o próprio esclarecimento do megalitismo do Norte de Portugal (isto é, ao norte do Douro). Por isso temos manifestado todo o nosso apoio à execução de projectos como os de F. A. Silva, Eduardo Jorge Lopes da Silva (que, na sequência de prospecções, vai agora iniciar escavações em Tendais, Cinfães) e, mais recentemente, Ana Bettencourt (que se propõe proceder ao estudo da Serra do Arestal, abarcando parte dos concelhos de Vale de Cambra e Sever do Vouga). Perante o lamentável atraso que se tem verificado na publicação póstuma do volume sobre as Beiras dos «Megalithgräber», da autoria de Vera Leisner, é estimulante que vários outros investigadores portugueses estejam apostando na pesquisa do megalitismo da região «Centro», como Raquel Vilaça, Domingos Cruz e Senna Martinez.

2. Os materiais

Por monumentos, é a seguinte a distribuição dos objectos observados:

Mamoaa do Tio Manuel	Mamoaa 2 de Alviada	Mamoaa 1 do Sr. Pinho	Mamoaa 1 de Alviada	«Mamoaa de Alviada»	Mamoaa do Sr. Ferreira Gomes
5 micrólitos geométricos	2 micrólitos geométricos	1 pendente em variscite	193 contas discóides em xisto	1 enxó em rocha metamórfica, polida	179 contas discóides em xisto
1 lamela de sílex	1 frag. de lâmina em sílex com retoques	1 lamela em sílex			1 conta sub-cilíndrica em quartzo leitoso
1 pequeno machado polido	196 contas discóides em xisto				
1 grande machado polido	1 pequena lasca residual em jaspe				

Mamoas do Tio Manuel	Mamoas 2 de Alviada	Mamoas 1 do Sr. Pinho	Mamoas 1 de Alviada	«Mamoas de Alviada»	Mamoas do Sr. Ferreira Gomes
1 cristal de quartzo 1 lasca residual de quartzo 2 fragmentos de bordos de vasos cerâmicos, feitos a torno c. de uma vintena de fragmentos de vasos cerâmicos, sem interesse particular (pequenas dimensões; alguns são do mesmo vaso, mas não colam; um tem sinais de torno) 1 frag. de mineral (óxido de ferro ?) 5 amostras de carvão de madeira	1 fragmento de objecto de pedra polida 1 fragmento de vaso cerâmico sem interesse particular				

De notar as datas apenas às diversas amostras:

Mamoas do Tio Manuel — 25.IV.1957;

Mamoas 2 de Alviada — 27.IV.1957;

Mamoas 1 do Sr. Pinho — 26.IV.1957;

Mamoas 1 de Alviada — 26.IV.1957;

Mamoas do Sr. Ferreira Gomes — 26.IV.1957.

Segue-se uma descrição mais detalhada de algumas peças de maior interesse.

2.1 *Micrólitos geométricos*

Classificados pelo método G.E.E.M. (1969, 355-366).

Nº de Ordem	Proveniência	Descrição	Matéria-prima	Dimensões		
				comp.	larg.	esp.
1 (Est. II, n.º 4)	Mamoá do Tio Manuel	Trapézio assimétrico com trancatura maior alongada	Sílex	3,2 cm	1,3 cm	0,3 cm
2 (Est. II, n.º 3)	Idem	Idem	Idem	3,4 cm	1,2 cm	0,2 cm
3 (Est. II, n.º 7)	Idem	Segmento largo	Idem	2,7 cm	1,1 cm	0,4 cm
4 (Est. II, n.º 2)	Idem	Triângulo isósceles	Idem	2,7 cm	1,1 cm	0,3 cm
5 (Est. II, n.º 5)	Idem	Idem	Idem	2,6 cm	0,8 cm	0,4 cm
6 (Est. II, n.º 1)	Mamoá 2 de Alviada	Trapézio assimétrico com trancatura maior alongada (próximo do trapézio simétrico)	Idem	2,4 cm	1 cm	0,3 cm
7 (Est. II, n.º 6)	Idem	Segmento largo (assimétrico) (fragmentado na extrem. distal)	Idem	1,9 cm	1,2 cm	0,3 cm

Lamelas e lâmina

As primeiras distinguem-se das segundas de acordo com o critério de Merino (1969, 18) (larg. das lamelas inf. a 1,2 cm).

N.º de Ordem	Proveniência	Descrição	Matéria-prima	Dimensões		
				comp.	larg.	esp.
1 (Est. III n.º 1)	Mamoá do Tio Manuel	Lamela de secção trapezoidal sem retoques (à excepção de uma pequena <i>encoche</i> no bordo direito do reverso). Na extremidade distal, resto de córtex.	Sílex	9,8 cm	1,1 cm	0,3 cm
2 (Est. III n.º 2)	Mamoá I do Sr. Pinho	Lamela de secção triangular, fragmentada em ambas as extremidades, sem retoques.	Idem	2,4 cm	1 cm	0,3 cm
3 (Est. II n.º 8)	Mamoá 2 de Alviada	Fragmento de lâmina de secção trapezoidal, com retoques no bordo direito do reverso	Idem	1,9 cm	1,5 cm	0,7 cm

2.2 Artefactos de pedra (ou mineral) polidos

N.º de Ordem	Proveniência	Descrição	Matéria-prima	Dimensões		
				comp.	larg.	esp.
1 (Est. IV)	Mamoas do Tio Manuel	Machado polido de contorno sub-trapezoidal alongado e secção sub-retangular (a tender para o circular); (forma irregular); talão largo, fragmentado; gume convexo, dissimétrico; estado de conservação regular.	Rocha metamórfica	15,7 cm	5,6 cm	4,5 cm
2 (Est. III n.º 4)	Idem	Pequeno machado polido de contorno sub-elíptico alongado e secção sub-retangular; talão ponteagudo, estreito; gume rectilíneo; bom estado de conservação.	Silimanite	6,5 cm	2,1 cm	1,3 cm
3 (Est. V)	«Mamoas de Alviada»	Enxó de contorno sub-retangular alongado e secção quadrangular; talão largo, gume rectilíneo; estado de conservação regular.	Rocha metamórfica	14,1 cm	3,3 cm	2,7 cm
4 (Est. III n.º3)	Mamoas do Sr. Pinho	Pendente sub-retangular (de cantos arredondados), fragmentado na base (do reverso), com perfuração distal tronco-cónica, praticada a partir do anverso.	Variscite	3,5 cm	1,6 cm	0,4 cm
5 (Est. VI-2)	Mamoas do Sr. Ferreira Gomes	179 contas discóides, achatadas, com perfuração central circular; 1 conta sub-cilíndrica (quartzo) com perfuração central cilíndrica	Xisto; quartzo leitoso	- Contas de xisto: Dia. médio: 0,35 cm - 0,6 cm Esp. média: 0,05cm-0,2cm - Conta de quartzo: Dim.: 0,4 cm Esp.: 0,4 cm		
6 (Est. VI-1)	Mamoas de Alviada	193 contas discóides, achatadas, com perfuração central circular	Xisto	Diâmetro médio: 0,35 cm Esp. média: 0,05 cm-0,1 cm		
7	Mamoas 2 de Alviada	196 contas discóides, achatadas, com perfuração central circular	Idem	Idem		

O espólio dos monumentos de Escariz atrás descrito — bem como, aliás, o que tem resultado das escavações recentes — enquadra-se bem no que se conhece para Norte do Douro. Tomando a Serra da Aboboreira como ponto de referência, também ali são abundantes os micrólitos geométricos, mais raras as pontas de seta (que ocorreram apenas em Chã de Parada 1 (JORGE e BETTENCOURT 1988), não estando ausentes os machados e enxós, bem como as lâminas e lamelas e, até, as contas de colar achatadas em xisto, embora estas sejam raras⁶. Material de adorno em variscite surge também na necrópole aboboraica⁷. É possível que a menor abundância com que as oferendas funerárias aparecem na Aboboreira — se atendermos ao número de monumentos já escavado — se deva ao facto dos dólmenes desta última terem sido mais intensamente violados, como aliás se comprova pelo seu generalizado estado de ruína (com algumas excepções, como Chã de Parada 1, Mina do Simão, Cruz de Ferro 1 ou Outeiro de Ante 1, que foram precisamente os monumentos mais férteis em materiais arqueológicos).

Aguardamos com expectativa a continuação dos trabalhos em Arouca e a publicação detalhada de todos os resultados dos mesmos para termos uma visão de conjunto mais perfeita. Esperamos, entretanto, que esta breve nota possa ser de alguma utilidade para esse objectivo. Estudar os materiais antigos existentes em colecções particulares e museus, e reiniciar escavações com nova metodologia, mais exaustiva e rigorosa, são duas tarefas que devem ir a par, e que são a melhor forma de dar continuidade e, simultaneamente, de prestar homenagem, aos pioneiros do estudo do nosso megalitismo, entre os quais, sem dúvida, há que incluir Domingos de Pinho Brandão.

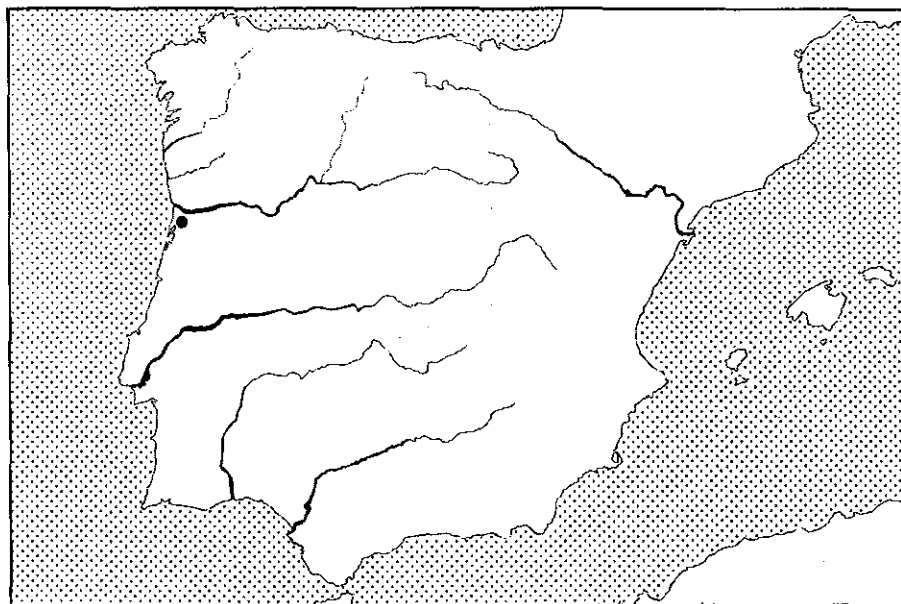
Porto, Junho de 1988.

⁶ Ocorreram em Chã de Parada 1 e 3 (JORGE e BETTENCOURT 1988).

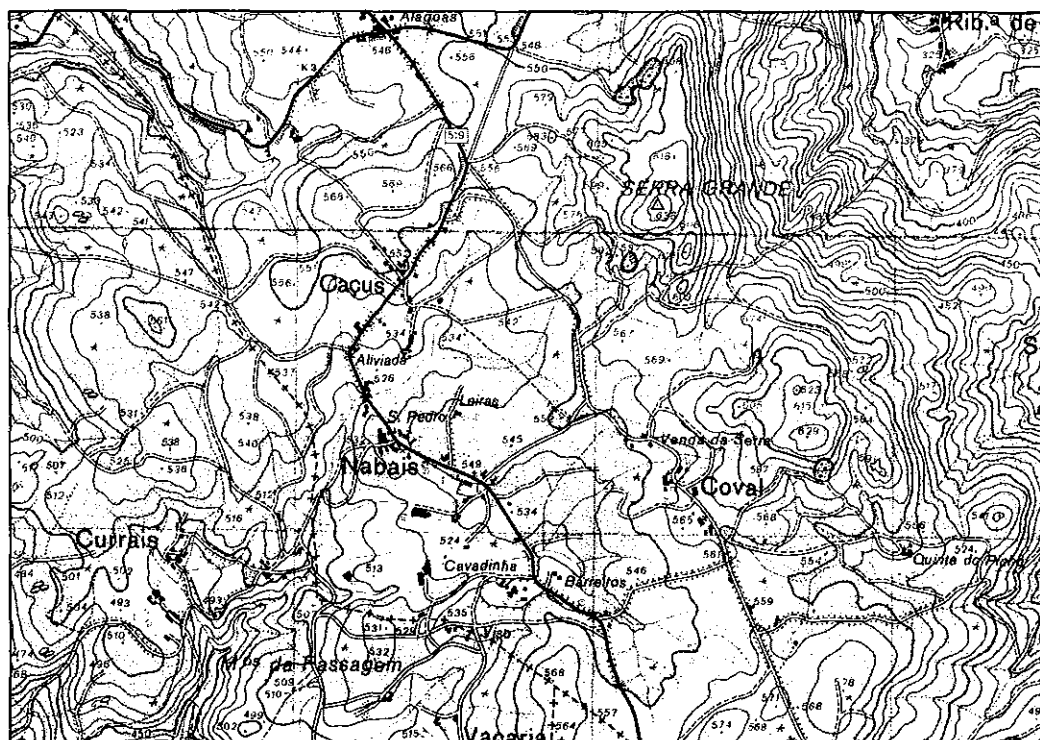
⁷ Acabamos de receber os resultados das análises das duas contas de matéria verde descobertas em Chã de Parada 4 (JORGE e MOREIRA 1987, 40-50). Trata-se, mais uma vez, de variscite (agradecemos a A.A. Huet de Bacelar Gonçalves, do Instituto de Antropologia da F.C.U.P., esta informação).

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, A. e D. MOREIRA (1973) — *Fermado — Aspectos da sua História*, Porto (ed. de autor)
- COSTA, Gonçalves da (1977 e 1979) — *História do Bispado e cidade de Lamego*, Lamego (ed. do autor), 2 vols.
- G.E.E.M. (1969) — Epipaléolithique — Méolithique. Les microlithes géométriques, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 66, E.T. Paris; pp. 355-366.
- JORGE, V. O. (1982) — *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto — os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*, Porto, Faculdade de Letras (diss. de doutoramento, policopiado).
- JORGE, V. O. e M. MOREIRA (1987) — Escavação da Mamoa 4 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, 16, Porto, pp. 40-50.
- JORGE, V. O. e A. M. S. BETTENCOURT (1988) — Sondagens arqueológicas na Mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 73-118.
- LEAL, Pinho, (1837) — *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa.
- LEISNER, G. e V. LEISNER (1956) — *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*, Berlim, Walter de Gruyter.
- MERINO, J. M. (1969) — *Tipologia Lítica*, Munibe, XXI (1-3).
- SILVA, F. A.P. (1984) — A arte parietal do Dólmen da Alviada — Escariz, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 33, Aveiro, pp. 37-45.
- (1986) — Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca). Ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXVI (1-4), Porto, pp. 51-74
- (1987a) — Escavação da Mamoa 2 da Alviada (Alviada) — Escariz. Arouca, 1984, *Arqueologia*, 15, Porto, pp. 77-91.
- (1987b) — A necrópole de «tumuli» da Alviada (Alviada), Escariz-Arouca: uma primeira abordagem, comunicação apresentada ao *VI Colóquio Português de Arqueologia*, Porto (no prelo).
- (1987c) — Características do Megalitismo na freguesia de Escariz (Concelho de Arouca), *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca, pp. 21-38.
- (1988) — O megalitismo da bacia do Arda e o seu relacionamento com o meio físico — contribuição para um modelo explicativo locacional, comunicação apresentada ao *I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu (no prelo).
- TWORIG, E. Shee (1981) — *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press.

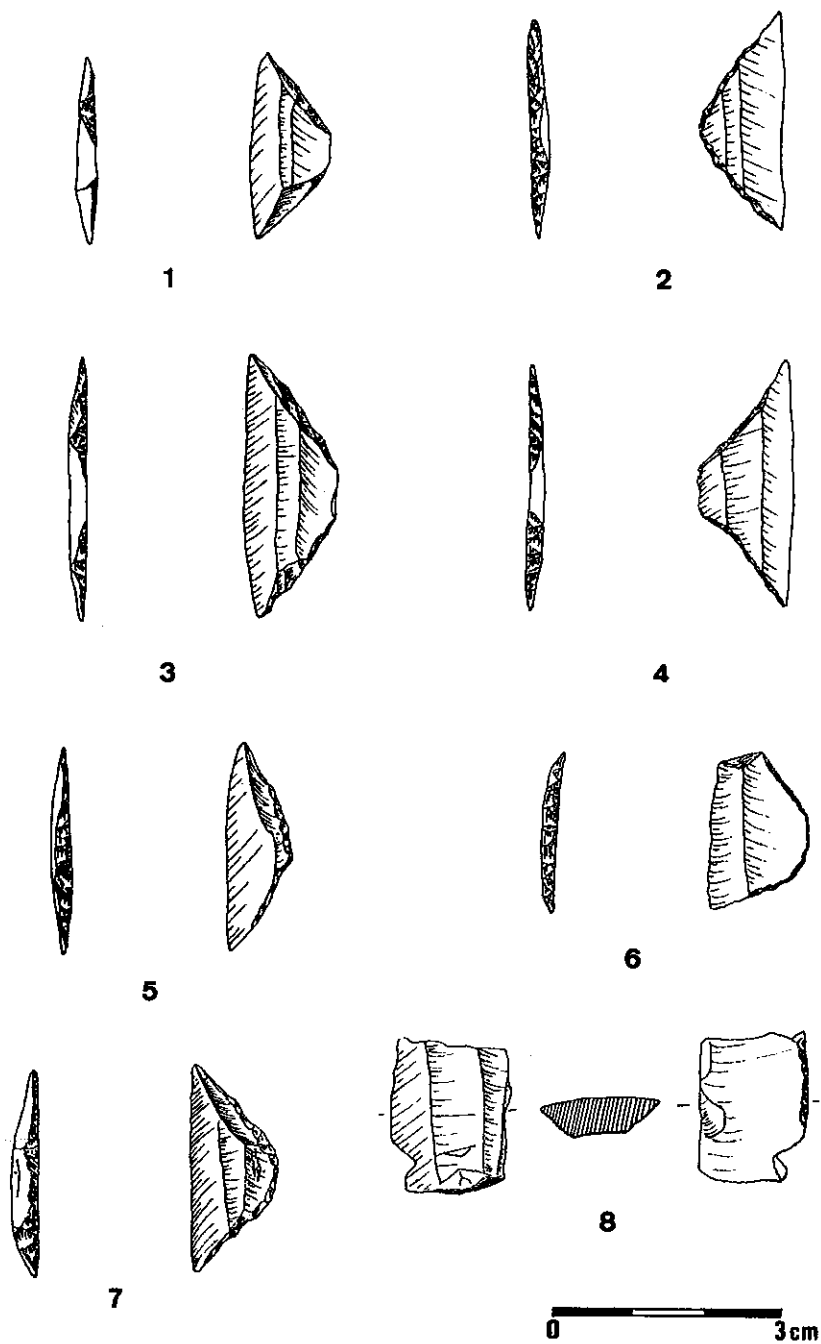


1 Localização da área onde se situam os monumentos de Escariz



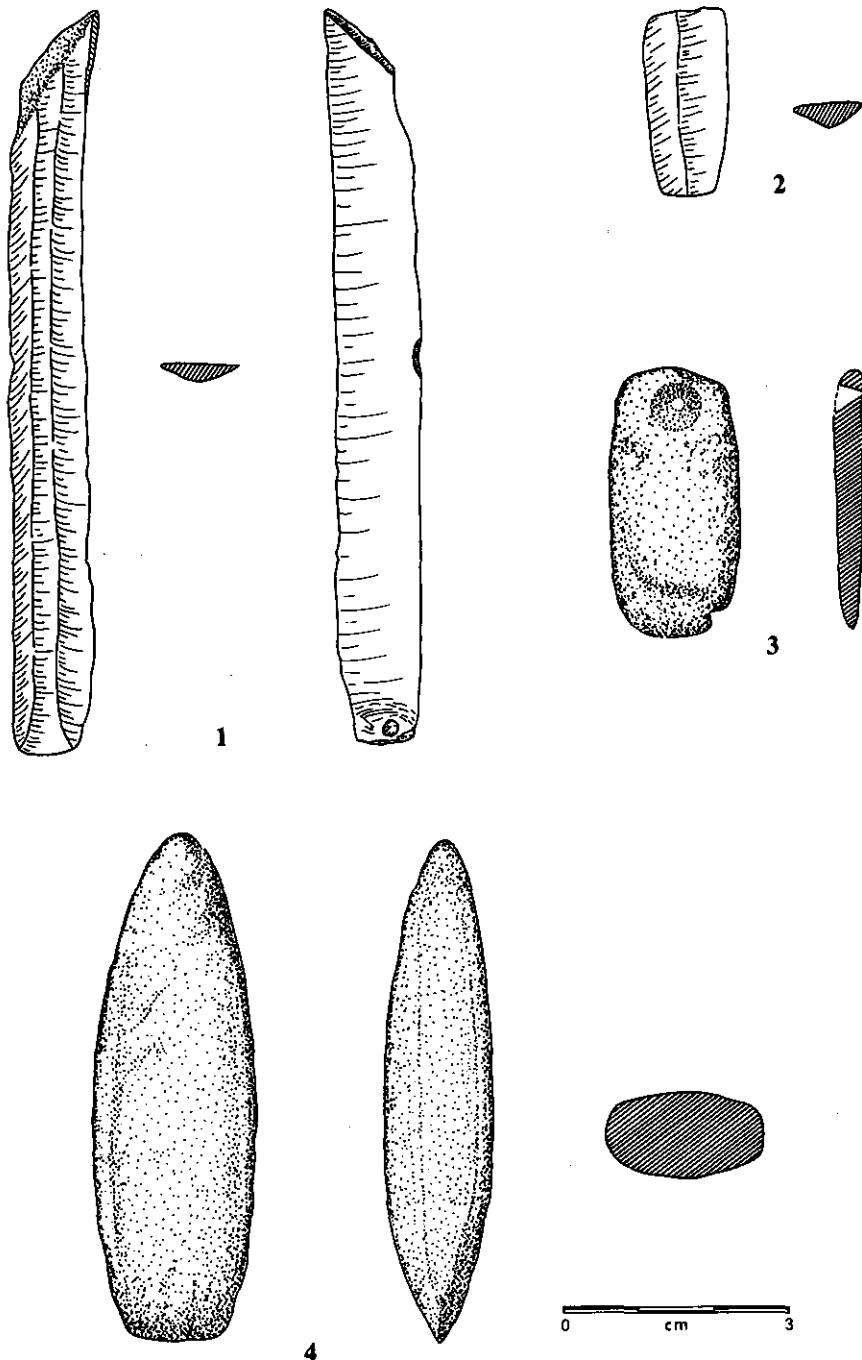
2 Área da freguesia de Escariz sumariamente prospectada pelo autor em 1979 (Carta militar nº 154. Esc. 1:25 000).

ESTAMPA II



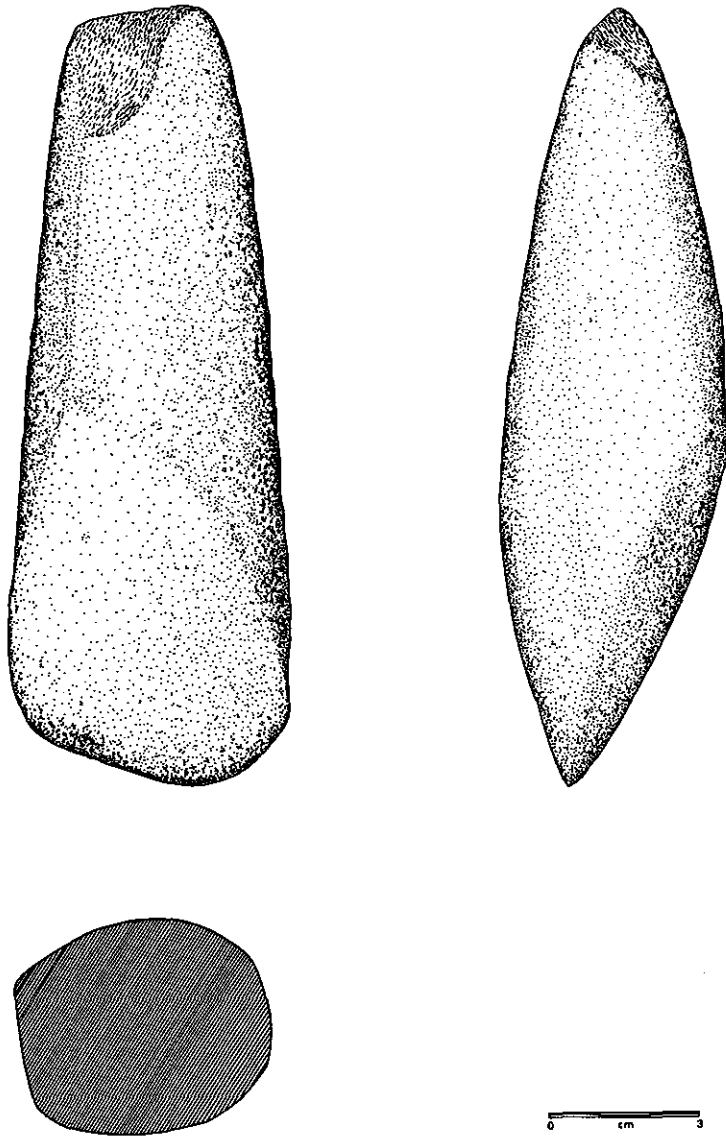
Micrólitos geométricos (1 a 7) e fragmento de lâmina (8) dos dolmens de Escariz (Esc. 1:1).

ESTAMPA III



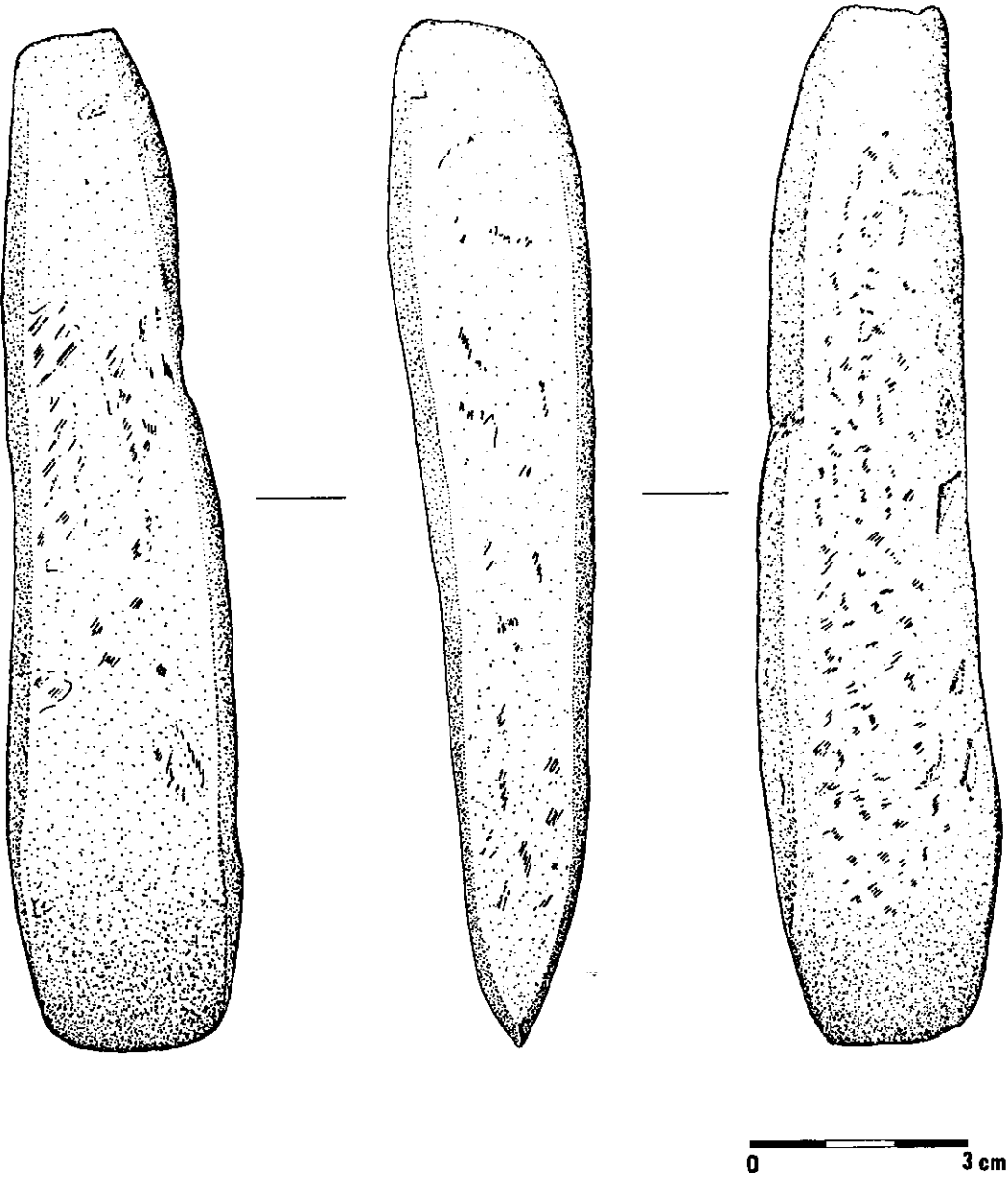
Lamelas (1 e 2), pendente em variscite (3) e machado polido (4) dos dolmens de Escariz

ESTAMPA IV



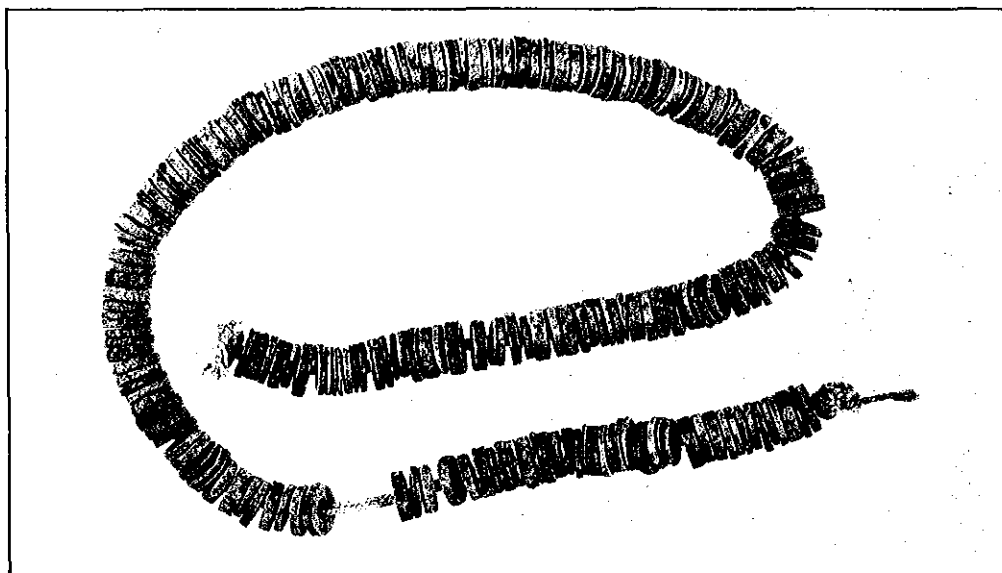
Machado polido da «Mamoá do Tio Manuel» (Escariz) (Desenho de S.O. Jorge).

ESTAMPA V

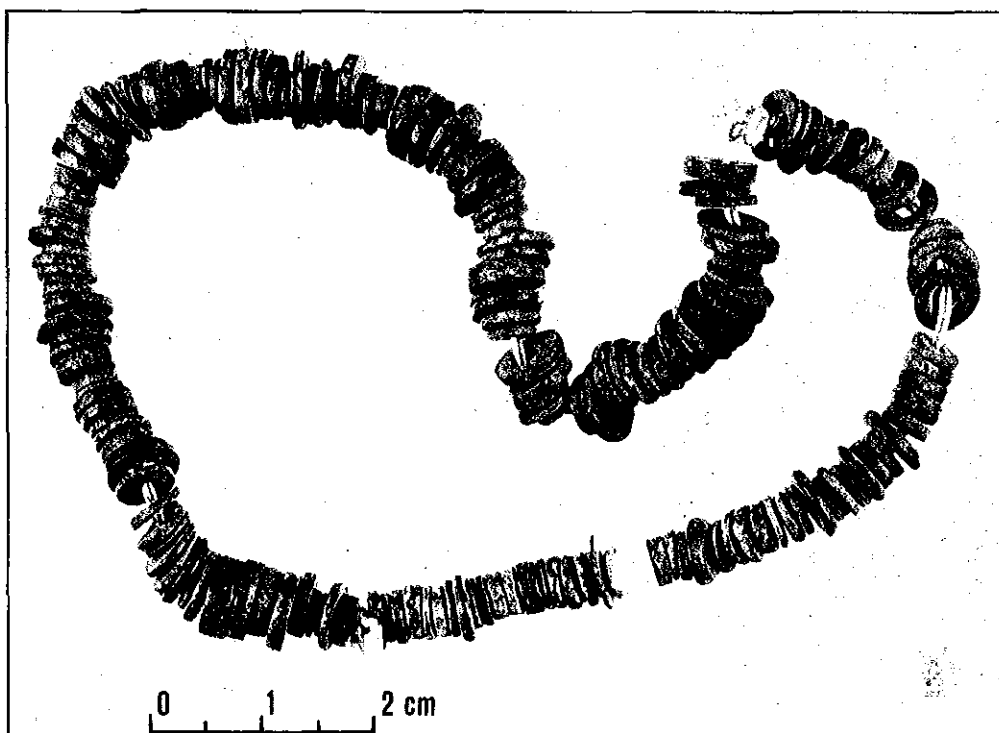


Enxó de uma das «mamoas de Alviada» (Escariz) (Esc. 1:1) (Desenho de S.O. Jorge).

ESTAMPA VI



1



2

Contas de colar, maioritariamente em xisto, de dólmens de Escariz (Fotos I.C.B.A.S.).

Nótula Sobre o Dólmen da Barrosa (Caminha, Viana do Castelo)

Vítor Oliveira Jorge

1. Introdução

O dólmen da Barrosa, popularmente conhecido como «Lapa dos Mouros», é um dos monumentos megalíticos mais imponentes e bem conservados do Norte do país, sendo, além disso, um dos melhores exemplos portugueses de anta de corredor indiferenciado. Esta indiferenciação, diga-se desde já, refere-se sobretudo à planta, na qual se nota, a partir da entrada, um alargamento progressivo da galeria, alargamento esse que continua, ininterruptamente, até à extremidade interior da câmara. Já no que toca ao alçado, câmara e corredor encontravam-se bem diferenciados, uma vez que o segundo era nitidamente mais baixo do que a primeira; todavia é possível que tal corredor se dispusesse «em escada», isto é, diminuindo também progressivamente de altura entre a câmara e a entrada.

Monumento nacional, há muito classificado e sinalizado, e alvo de frequentes visitas por se encontrar num local acessível, natural é que o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte tenha mandado, em 1984, elaborar uma nova planta do mesmo, a qual permitiu conhecer melhor a extensão do corredor¹. A presente nota serve essencialmente para divulgar esse dado, chamando ao mesmo tempo, mais uma vez, a atenção para a importância deste monumento, não só no contexto dos dólmenes do vale do Âncora e do Minho em geral, como, até, de todo o país, como acima deixámos entrever.

Localiza-se no concelho de Caminha, freguesia de Âncora (antigamente, freg. de Gontinhães), na margem direita do rio do mesmo nome, a alguns metros para sul da estrada (E.N. n.º 305) que se dirige para Ponte de Lima, no sítio da Barrosa (ocupado por um pinhal no tempo de

¹ O levantamento foi realizado por uma equipa constituída por Isabel Silva, técnica superior do S.R.A.Z.N. e por Vladimiro Pires e José Manuel de Freitas Leite. Ao Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte agradecemos a autorização para publicar a planta do monumento.

M. Sarmento), numa propriedade murada. Encontra-se assinalado na «Carta Geológica de Portugal» na escala de 1/50.000 (folha 5-A). Segundo a «Carta Militar de Portugal» na escala de 1/25.000 (folha 27), as suas coordenadas geográficas são as seguintes:

41° 48' 28" Lat. N.

0° 16' 56" Long. E. Lx.

Altitude aproximada do local: 10-20m.

Ainda segundo a «Carta Geológica de Portugal», acima citada, acha-se implantado em formações de terraço fluvial ou praia elevada de 15-25m (Q4^s), na proximidade de granitos alcalinos, de grão médio ou fino a médio. É essa rocha, compreensivelmente, a matéria-prima do monumento. De notar que não são muito frequentes, na zona setentrional do país, os dólmenes localizados a cotas tão baixas, e em formações de idade quaternária. Todavia, relativamente perto (c. de 1,5 Km para leste), o dólmen de Vile assenta também em formações aparentemente de terraço fluvial de 15-25m (v. «Carta Geológica» acima citada); não muito longe (c. de 2,5 Km para sudoeste), mesmo junto ao mar e sobre granitos alcalinos, situa-se a Mamoa da Eireira, a c. de 20m de altitude absoluta. As escavações que vêm sendo realizadas ultimamente neste monumento, por Eduardo J.L. da Silva, têm um enorme interesse, até para comparação com o dólmen da Barrosa, uma vez que nos revelam uma estrutura com câmara e corredor indiferenciados, mas cujos esteios se encontram todos à mesma altura, e não com o corredor mais baixo, ou, mesmo, com o dispositivo «em escada» que os Leisner presumiam ter existido no dólmen de que tratamos (LEISNER 1938 = 1977, 102, tafel VI; LEISNER e LEISNER 1956, 22, nota 4, tafel 78)².

M. Sarmento, o primeiro arqueólogo a escavar este monumento (em 1879), a que se refere num artigo publicado em 1895/96 (SARMENTO 1933, 89-99)³, diz-nos que «câmara e galeria têm sido revolvidas muitas vezes pelos sonhadores de tesouros», pelo que o único espólio que encontrou consistiria numa «machadinha de diorite», fragmentada, numa ponta de seta de «sílex», em «metade duma conta de azeviche de forma oblonga, perfeitamente polida», em alguns fragmentos «de louça grosseira e requeimada», e em «alguns fragmentos de telha romana». Aduz ainda que os esteios da câmara, assentes no «salão», têm 3m de altura, e que «a galeria, de 4,20m de comprido, (...) não segue em linha recta, mas quebra um pouco para nascente». Que as suas observações estiveram muito longe de esgotar a informação potencial

² Comunicação de Eduardo Jorge L. da Silva, da Universidade Portucalense, à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em 21 de Abril de 1988.

³ Neste artigo, o autor refere-se ainda à Anta do Pinhal do Santo, de Vile, e à «Cova da Moura», na bouça de Fraião, perto de Aspra, além de outros monumentos da região. De notar que entre os fragmentos cerâmicos recolhidos por M. Sarmento se encontrava um pequeno caco com decoração campaniforme, a que nos referiremos adiante; acha-se exposto no Museu da Sociedade Martins Sarmento em Guimarães (NUNES 1951, 196). Por curiosidade, cite-se um opúsculo da autoria do General Mesquita Machado, intitulado «O Dólmen da Barrosa» e editado no Porto, por Magalhães e Moniz, editores, em 1898; trata-se de uma dissertação prolixa sobre os mais variados assuntos, na qual, só na pág. 96 e seg. se encontram alguns dados objectivos sobre o dólmen, sem grande valia.

deste monumento, provaram-no as escavações de Castro Nunes (de 1948), dadas a conhecer em dois artigos publicados em 1951 e 1955 (NUNES 1951, 196-204; 1955, 154-159). De facto, este último arqueólogo encontrou ainda várias pontas de seta, uma lâmina de sílex, um machado polido de diorite, entre outros materiais, tendo detectado também três lajes insculturadas no interior da estrutura dolménica, de muito interesse no contexto da nossa arte megalítica, e actualmente em exposição no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. Entretanto, na sua tese de doutoramento, de 1938, G. Leisner tinha incluído um excelente (para a época) desenho da planta e secção do dólmen (LEISNER 1938 = 1977). Mais recentemente, E. Shee Twohig publicou um decalque preciso das gravuras existentes naquelas lajes (SHEE 1981, 146, fig. 27). Quanto a nós, na sequência de Susana O. Jorge, que havia estudado as pontas de seta exumadas no dólmen da Barrosa (JORGE 1978, 99-175)⁴, inserimos uma descrição sucinta do monumento, do seu espólio e da sua arte na nossa dissertação de doutoramento, de 1982 (JORGE 1982).

2. A arquitectura dolménica

A câmara teria nove esteios (Ca1 a Ca9) imbricados, isto é, dispendo-se cada um em diagonal e apoiado no seguinte, à excepção da laje de cabeceira, na qual todos se escoram. Esta última, fragmentada, distingue-se também dos restantes ortostatos da câmara por se encontrar em posição sub-vertical, enquanto que aqueles se apresentam inclinados para o interior, por forma a facilitar a cobertura desse espaço sepulcral. A planta da câmara é poligonal irregular, sendo dificilmente redutível a uma forma geométrica e padronizada; no entanto, podemos dizer que é sub-rectangular (ou, se quisermos, ovóide), mais comprida do que larga. De facto, mede (à cota actual do enchimento, produto de entulhamentos sucessivos), cerca de 2,20m de largura à entrada, tendo, ao fundo, junto à cabeceira, cerca de 2,40m de largo; a parte média e terminal (de quem vem do corredor) é, porém, mais ampla, atingindo os 3,20m. O comprimento máximo é de cerca de 3,40m.

A tampa é de formato sub-rectangular, com cerca de 3,70 por 3,40m, e uma espessura máxima (lado norte, aproximadamente) de 0,70m. Actualmente, a máxima altura interior da câmara é de cerca de 2m (entre a base da tampa e o topo do enchimento, ou chão actual), mas sabemos por M. Sarmiento que os esteios, em parte cobertos pela mamoa e pelos entulhos interiores, têm cerca de 3m de altura. Se considerarmos, pela leitura da planta e dos alçados,

⁴ A autora descreve as pontas de seta descobertas por J. Castro Nunes, depositadas no Museu do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto (em número de quatro) e um exemplar, em xisto, existente no Museu da Sociedade Martins Sarmiento, com a indicação de provir de «Gontinhães» (respectivamente, n.º 1 a 4 e n.º 5 daquela autora; não sabemos se, neste último caso, se trata da ponta de seta que M. Sarmiento encontrou na Barrosa. A peça a que J. Castro Nunes se refere como «ponta de seta esboçada» (NUNES 1951, 202, fig. 3, d, 204), nada tem a ver, de facto, com uma ponta de seta.

que os esteios maiores afloram da mamoa em cerca de 1,60-1,70m, teremos uma ideia da espessura de *tumulus* (incluindo possivelmente um nível de solo antigo que só uma escavação permitiria comprovar) ainda remanescente.

O corredor apresenta, actualmente, dez esteios (Co 1 a Co 10), cinco de cada lado, e, à entrada, um possível 11.º, do lado norte (Co 11?). Neste último caso não sabemos se se trataria de um simples «pilar» marcando a entrada, ou de um elemento, deslocado, do «fecho» desta. Só uma escavação poderá esclarecer estes detalhes estruturais. De notar que o esteio 1 do corredor parece estar fracturado em dois pedaços (Co 1a e Co 1b); aliás, talvez o mesmo se passe com o esteio 1 da câmara, ao qual se encontra adjacente um possível fragmento (Ca 1b?). Com uma largura, à entrada, de cerca de 1,20m, o corredor tem tendência a alargar até à câmara, onde atinge os já referidos 2,20m. O comprimento total é de cerca de 5,20m, com uma largura, ao meio dessa extensão, de cerca de 1,60m. Tal como na câmara, os esteios da galeria estão todos imbricados, com excepção do Co 7 e do Co 8, dispostos topo a topo, certamente por efeito de deslocamentos posteriores à construção. Desapareceram todas as tampas deste sector do monumento; aliás, dadas as pequenas dimensões de alguns dos esteios, nomeadamente dos mais exteriores, perguntamo-nos se alguma vez foram cobertos, e se a sua função não seria meramente simbólica. De notar, todavia, que apenas o esteio Co 6, com cerca de 0,90m de altura (medida no exterior; no interior é de cerca de 1,50m), se encontra intacto; todos os restantes estão fracturados, pelo que não podemos senão fazer conjecturas sobre as suas dimensões originais e sobre se se encontravam todos à mesma altura ou, pelo contrário, iam diminuindo de porte à medida que se aproximavam da entrada, num dispositivo «em escada», sugerido como mera hipótese na Introdução (hipótese, como dissemos, inspirada em G. e V. Leisner, 1956 —, mas que nada, actualmente, permite testar, pelo menos sem escavações).

Creemos que a observação da planta e alçados completará a descrição que estamos esboçando, e que se torna desnecessário prolongar. Acrescente-se apenas que a planta do corredor desenha uma figura sub-trapezoidal muito alongada. A galeria abre-se genericamente a ESE. Se traçarmos um eixo segundo essa direcção até à laje de cabeceira da câmara, verificamos que esta não fica perfeitamente perpendicular em relação ao mesmo eixo, o que acentua o carácter um pouco irregular da dita câmara. Aliás, a experiência de observação de monumentos megalíticos mostra-nos que raramente eles são regulares, decorrentes de um plano pré-traçado por géometras, resultando antes, na verdade, de soluções empíricas encontradas certamente no próprio momento da construção, por ajustamento progressivo das massas utilizadas. Que o seu equilíbrio foi perfeito, mostra-o a durabilidade destas arquitecturas, apesar de todos os atentados de que foram alvo.

3. Espólio mais importante

N.º de Ordem	Descrição ⁵	Matéria-prima	Dimensões (máx.)			Localização actual
			Comp.	Larg.	Esp.	
1 (Est. IV, nº 1)	Ponta de seta (ou de dardo?) de base triangular, alongada, com aletas.	Xisto	8,8 cm	2,3 cm	0,5 cm	Museu do Inst. de Antropologia (F.C.U.P.)
2 (Est. IV, nº 2)	Ponta de seta de base triangular, alongada, com aletas.	Idem	6,5 cm	2,5 cm	0,5 cm	Idem
3 (Est. V, nº 1)	Ponta de seta de base triangular, alongada, sem aletas.	Idem	5,1 cm	2 cm	0,3 cm	Idem
4 (Est. V, nº 2)	Ponta de seta losângica, mediana, com aletas.	Idem	5,7 cm	3,9 cm	0,4 cm	Idem
5 (Est. VI, nº 3)	Lâmina de secção trapezoidal, arqueada, sem retoques, com bolbo bem nítido na base do reverso.	Sílex	12,4 cm	1,9 cm	0,3 cm (0,5 cm-no bolbo)	Idem
6	Lâmina de secção sub-trapezoidal, com alguns vestígios de uso (?), bolbo no reverso, fragmentada na extremidade distal.	Idem	3,5 cm	2,4 cm	0,3 cm	Idem
7 (Est. VI, nº 1)	Machado polido, de contorno sub-rectangular, e secção sub-rectangular (a tender para o paralelogramo), talão largo, gume convexo, dissimétrico, estado de conservação medíocre.	Diorito (seg. Castro Nunes)	7,3 cm	4,5 cm	1,3 cm	Idem
8	Fragmento de machado polido de secção sub-rectangular (?) e gume convexo.	Idem (seg. M. Sarmento)	9 cm	2,6 cm	4 cm	Museu da Soc. Martins Sarmento (Guimarães)

⁵ Para caracterizar as pontas de seta como alongadas ou medianas seguimos o critério de Susana O. Jorge (1986, 55).

Nº de Ordem	Descrição ⁵	Matéria- -prima	Dimensões (máx.)			Localização actual
			Comp.	Larg.	Esp.	
9 (*)	Machado polido de contorno sub-triangular, e secção sub-rectangular; talão pontegudo; gume rectilíneo, fracturado; estado de conservação medíocre.	Rocha metamórfica	12,4 cm	4,7 cm	2,7 cm	Idem
10 (Est. VI, n.º 2	Fragmento de vaso campaniforme de estilo marítimo—pontilhado geométrico. Pasta de textura compacta, com vestígios de polimento nas superfícies. Ornamentação composta por linhas paralelas horizontais feitas a matriz denteada que definem bandas onde alternadamente ocorrem linhas oblíquas paralelas feitas a matriz e, numa banda pelo menos, punçionamentos alongados.	—	3 cm	2,1 cm	0,5 cm	Idem

* Peça existente no Museu de Guimarães como provindo do dólmen da Barrosa, muito embora desconheçamos em que campanha foi encontrada, pois não é mencionada por M. Sarmiento, nem por C. Nunes. Talvez se trate de um achado fortuito, durante uma das muitas «escavações» ali praticadas (ou, então, provirá de outro monumento, tendo havido troca de etiquetas, hipótese que não é de desprezar, dado o estado em que se encontra aquele museu).

4. Arte megalítica

Aquando das escavações de Martins Sarmiento, passaram despercebidas a este investigador as insculpturas de três lajes, detectadas por Castro Nunes durante os seus trabalhos de 1948, como dissemos (NUNES 1955, 154-159). Duas dessas pedras (A e B) encontravam-se na câmara, na área oposta ao corredor, e a cerca de 1m de profundidade, tudo indicando terem ali sido arrumadas pelos trabalhadores de Sarmiento. Já a terceira laje (C) se apresentava *in situ*, encaixada verticalmente entre o último esteio do lado esquerdo (lado sul, digamos) do corredor e o primeiro da câmara, parecendo pois servir de divisória parcial entre ambos. Castro Nunes admite ter existido laje semelhante do lado oposto (NUNES 1955, 157)⁶.

A ornamentação destes petróglifos, por meio de gravura (percussão), como foi dito, era a

⁶ De notar que E. Shee se engana ao referir que as lajes A e B estavam tombadas no corredor (TWOHIG 1981, 146).

seguinte: uma linha ondulada ou «serpentina» longitudinal, com 12 curvas (A); duas linhas onduladas longitudinais (uma com 18, outra com 20 curvas), unidas numa extremidade, e dispendo-se de forma paralela, sendo as curvas de uma e de outra, na sua maior parte, simétricas (B); finalmente, na pedra que dividia o corredor da câmara (C), eram também linhas onduladas e outras linhas curvas a base da ornamentação, que, no entanto, desta vez, e significativamente, abrangia ambas as faces, estando a mais decorada voltada ao corredor. Ocorriam também Us (face externa) e uma linha horizontal, larga (face voltada à câmara) (TWOHIG 1981, 146, fig. 27). De notar que esta última laje se encontrava fracturada no topo, o que lhe deve ter amputado parte dos motivos insculptados, dificultando a respectiva «leitura» (NUNES 1955, 158).

5. Considerações finais

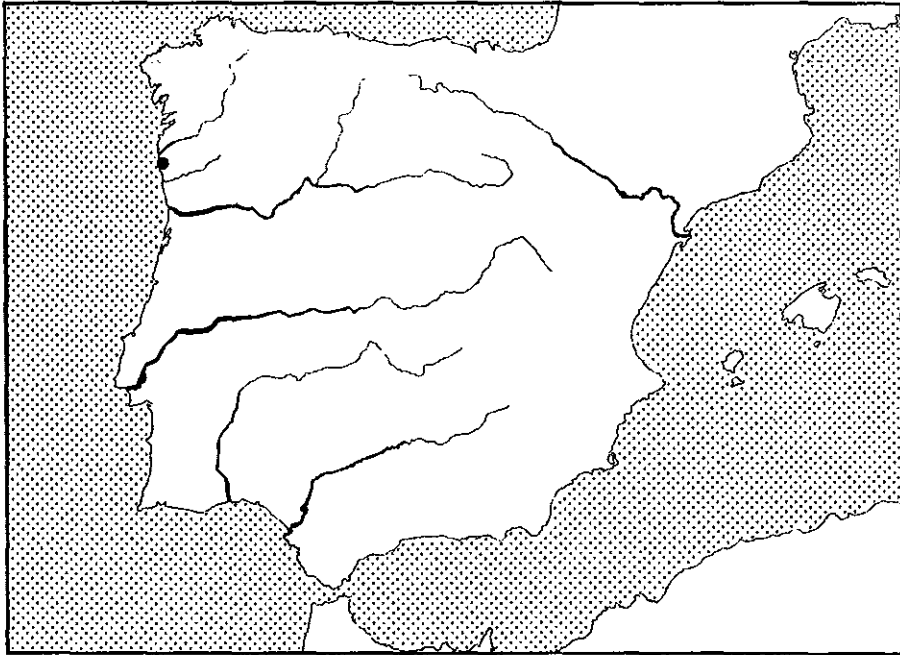
Pela sua arquitectura, pela sua arte, pelo seu espólio até, o monumento da Barrosa é um caso cujo estudo importa aprofundar. Quanto a nós, através de dois modos, um deles já em execução, o outro ainda exequível. Referimo-nos, por um lado, à escavação de todos os dólmenes da zona, já encetada por E. J. Lopes da Silva no quadro da preparação do seu doutoramento. De facto, parece configurar-se, nesta área do litoral minhoto, uma situação em que certos monumentos, por vezes, ao menos, de tipo dito «evolucionado» (indiferenciação câmara-corredor), ocorrem em relativo isolamento, em nítido contraste com as extensas necrópoles das chãs do interior. Se esta visão é simplista ou não, di-lo-ão os futuros trabalhos — mas importa partir de ideias claras, de questões explícitas, para formular uma estratégia de pesquisa. Só neste quadro de estudo o dólmen da Barrosa adquirirá toda a sua importância (somos dos que pensam que o património arqueológico só é válido enquanto fonte de conhecimentos históricos, e não como algo que, transformado em *fétiche*, importaria «conservar» de forma estática, isto é, como algo que interessaria manter intocável a todo o custo; logicamente, nada se pode estudar — num processo imparável, isto é, a longo prazo — se não for, ao mesmo tempo, escrupulosamente preservado). Nesta mesma ordem de ideias, pensamos que é de extremo interesse, em segundo lugar, a prática de sondagens neste monumento, com três objectivos principais: determinar, com segurança, e caso essa área esteja minimamente preservada, qual a exacta extensão do corredor; verificar se qualquer estrutura da mamoa ainda se conserva, quer se trate do contraforte (o qual é legítimo pensar que não terá sido integralmente destruído, pois de outro modo o dólmen ter-se-ia desestabilizado), quer de uma eventual coroa periférica de contenção; e, finalmente, investigar se há vestígios de um solo antigo remanescente, os quais poderiam fornecer carvões (e outros dados) de capital interesse para a datação do dólmen e para a determinação da paleo-paisagem do sítio. Realizado este desiderato, e consolidadas de novo todas as áreas «abertas», ficaríamos perante um valor acrescentado: o de um dólmen que não só é belo de ver, de fruir esteticamente, como também o de um testemunho certamente ainda prenhe de ensinamentos no contexto das investigações em curso sobre o megalitismo do Norte de Portugal.

Aparentemente não existem — ou não se conservaram — dólmens de corredor relativamente longo, como o da Barrosa ou o de Santa Marta (Penafiel), na vizinha Galiza; eles, aliás, são minoritários no Norte de Portugal, em certo contraste com o que se passa nas Beiras e no Alentejo. Ora, no caso da Barrosa, estamos perante um dos exemplos mais setentrionais de uma arquitectura de grande porte que parece ter atingido o seu ápice no Sudoeste peninsular, genericamente considerado. Por isso, este monumento é de grande interesse para ajudar a resolver o problema capital que há um século perseguem os estudos de megalitismo: o de tentar determinar qual a génese, desenvolvimento, e «caminhos» de «expansão» desta primeira grande arquitectura ibérica.

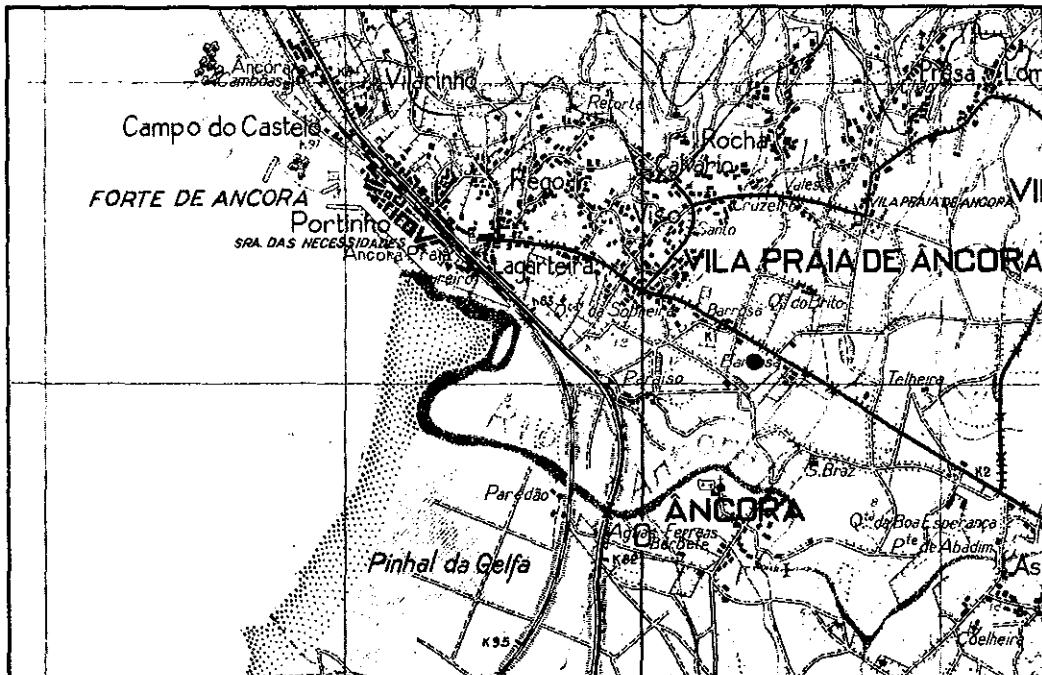
Porto, Junho 1988

BIBLIOGRAFIA

- JORGE, S. O. (1978) — Pontas de seta provenientes de túmulos megalíticos do Noroeste de Portugal, *Minia*, 2ª série, 1, 2, Braga, pp. 99-175.
- (1986) — *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar*, Instituto de Arqueologia, FLUP, Porto, 3 Vols.
- JORGE, V. O. (1982) — *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto — os Monumentos e a sua Problemática no contexto Europeu*, Porto (2 vols.) (tese de doutoramento polic.).
- LEISNER, G. (1938=1977) — *Verbreitung und Typologie der Galizisch-Nordportugiesischen Megalithgraber*, Marburg (Reprint Lisboa 1977).
- LEISNER, V. G. e Leisner (1956) — *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*, Walter de Gruyter, Berlin.
- NUNES, J. de Castro (1951) — Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora), *Revista de Guimarães*, LXI, Guimarães, pp. 196-204.
- (1955) — Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora) *Revista de Guimarães*, LXV, Guimarães, pp. 154-159.
- SARMENTO, M. (1933) — Materiais para a arqueologia do distrito de Viana, *Dispersos*, Coimbra, pp. 89-99.
- TWOHIG, E. Shee (1981) — *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press.

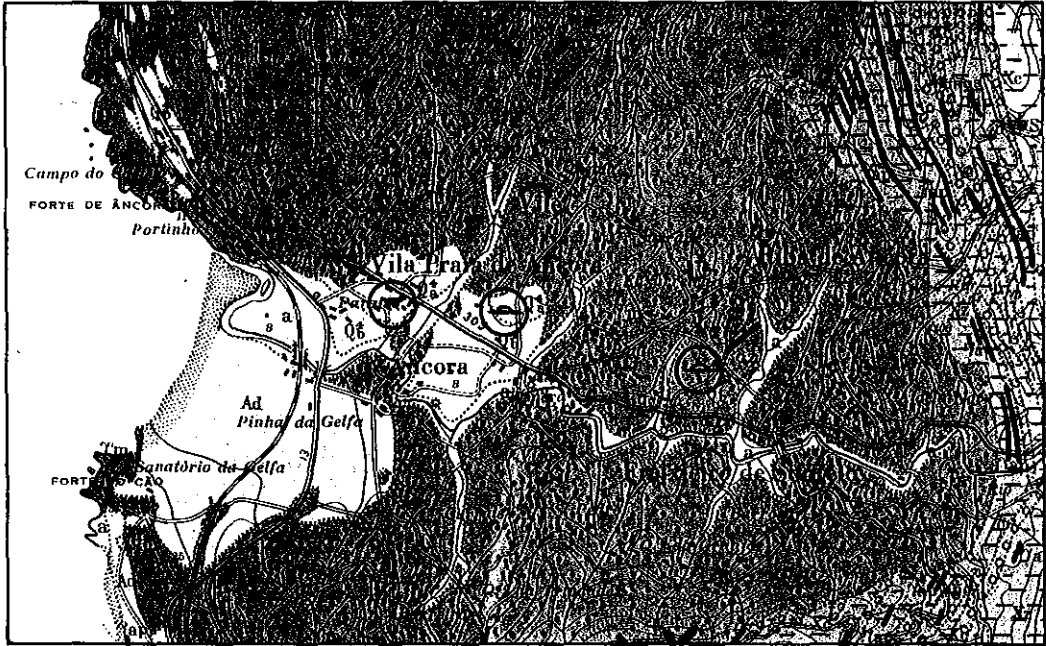


1 Localização do Dólmen da Barrosa na Península Ibérica.



2 Localização do monumento na Carta Militar de Portugal (folha n.º 27 - Esc. 1:25.000).

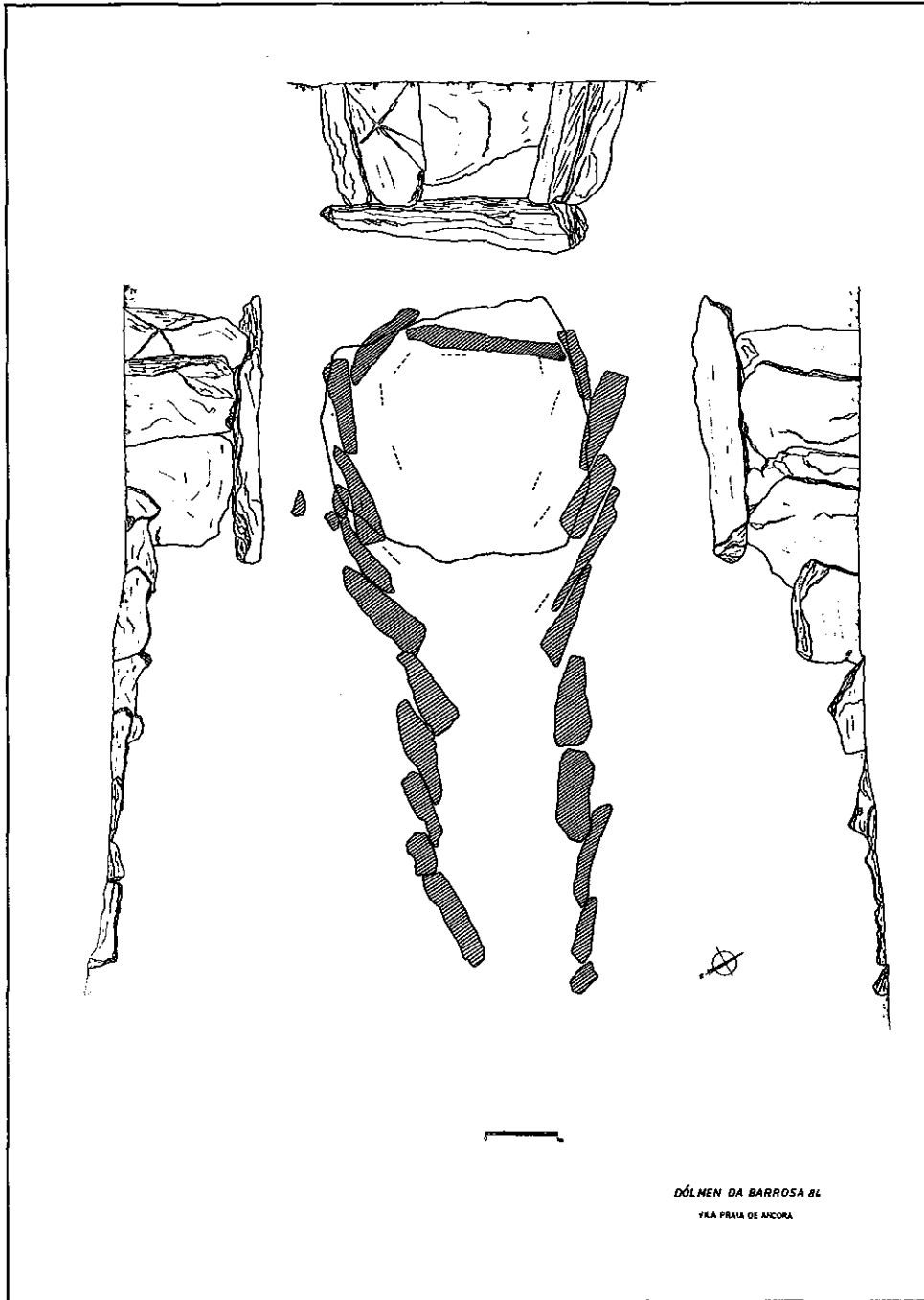
ESTAMPA II



1 Localização do monumento e de duas mamoas vizinhas (Carta Geológica. Esc. 1:50 000).



2 Aspecto do monumento.



Planta e alçados do Dólmen da Barrosa (Esc. 1:100).

ESTAMPA IV



1



2

Pontas de seta do Dólmen da Barrosa (anverso e reverso) (Esc. 1:1).

ESTAMPA V



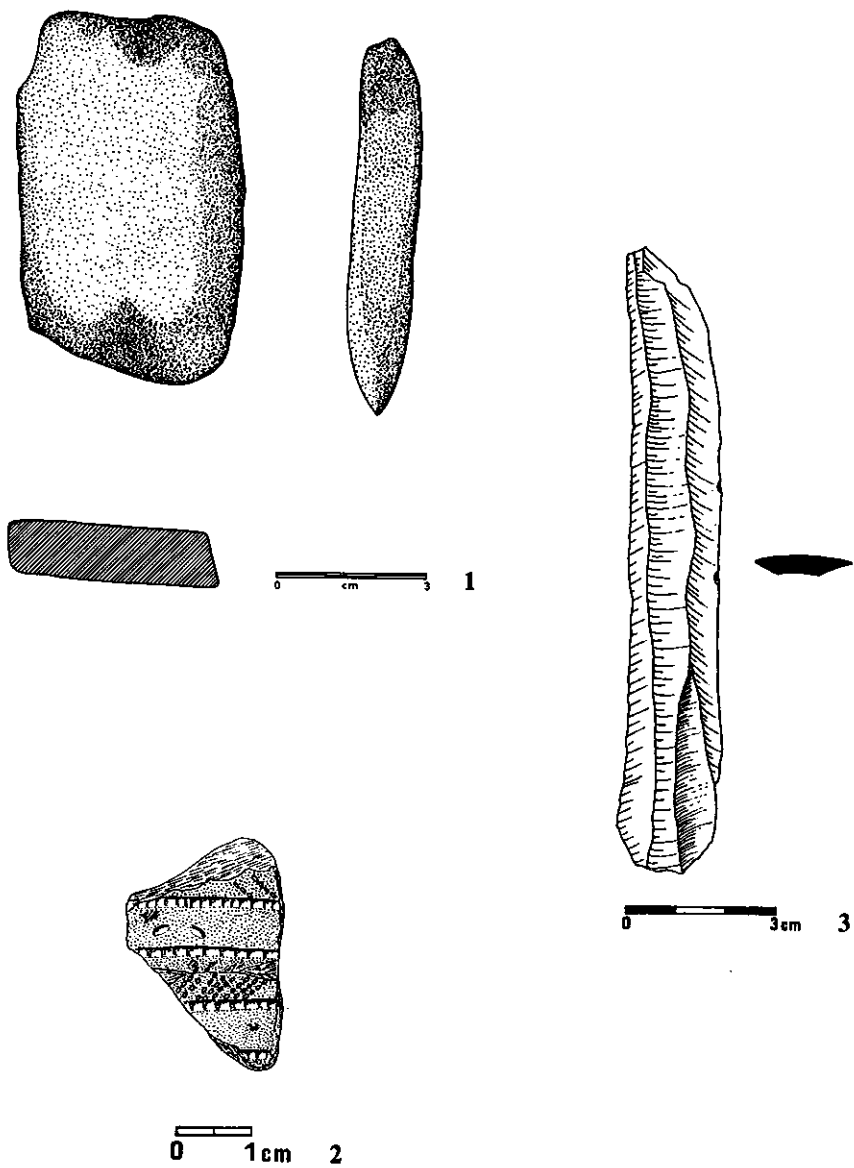
1



2

Pontas de seta do Dólmen da Barrosa (anverso e reverso) (Esc. 1:1).

ESTAMPA VI



Alguns artefactos exumados do Dólmen da Barrosa (1 e 3, Esc. 2:3) (2, Esc. 1:1).

RELATÓRIOS
DE ACTIVIDADES



Relatório de Actividades — M.D.D.S.

A actividade do Museu D. Diogo de Sousa, como tem sido referido em relatórios anteriores vem sendo muito prejudicada, desde há vários anos, pela ausência de instalações próprias e também pela inadaptação do seu quadro de pessoal.

Os progressos significativos que ambos os processos registaram nos últimos dois anos leva-nos a acreditar que, finalmente, está mais próximo o momento em que a situação do Museu se normalize.

Mau grado as circunstâncias actuais temo-nos esforçado por manter a actividade normal do Museu e, em certos aspectos mesmo, desenvolvê-la.

1. Divulgação Cultural

1.1. Sessões de divulgação e visitas de estudo

À semelhança da política de divulgação cultural que tem sido praticada em anos anteriores, promoveram-se várias sessões de divulgação em escolas e autarquias locais, em vários pontos da região norte do país, às quais acorreu um público muito diversificado.

Verificou-se um acréscimo das solicitações endereçadas ao Museu, sobretudo por parte de escolas, quer do ensino primário, quer secundário.

Este mesmo acréscimo foi registado nas visitas guiadas às «Termas Romanas da Colina da Cidade».

1.2. Valorização dos elementos didácticos de apoio às «Termas Romanas da Colina da Cidade».

No intuito de facilitar o entendimento e interpretação das ruínas do edifício termal de «Bracara Augusta», foi reeditado o prospecto-guia, essencialmente dirigido ao público mais jovem, impressa numa placa metálica uma planta elucidativa e colocados pequenos marcos, amovíveis, nas diversas zonas do edifício.

1.3. Colecções de apoio às escolas.

Para responder aos crescentes pedidos das escolas, foram organizadas colecções de diapositivos, abrangendo o período cultural compreendido entre a Pré-História e a Idade Média, que são cedidas às escolas a título de empréstimo. Estas colecções estão estreitamente relacionadas com os programas escolares em vigor, tendo sido organizadas em colaboração com professores que se encontram a leccionar diferentes graus de ensino.

1.4. Exposições.

Em colaboração com o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, foi montada em Braga a exposição «Cinco Anos de Arqueologia», que estivera patente em Lisboa. Enviaram-se convites a todas as escolas do distrito de Braga. Para um melhor acompanhamento foi elaborado um prospecto-guia da exposição, organizadas visitas guiadas e projecções de diapositivos.

Considera-se muito bom o nível de afluência registado.

2. Preservação de Ruínas Arqueológicas

Para além das acções de limpeza que vem sendo hábito realizar, ao abrigo dos Programas de Ocupação de Tempos Livres (O.T.L.), e sob a orientação de funcionários do Museu procederam-se a trabalhos pontuais de restauro em diversas estruturas arqueológicas de «Bracara Augusta».

Tendo em vista a valorização e melhoria dos espaços abertos ao público, foram efectuadas obras de beneficiação na zona da Colina da Cidade, nomeadamente, a implantação de uma nova vedação e a montagem de um pré-fabricado, destinado a funcionar como posto de venda.

3. Actividade Laboratorial — Desenho, Restauro e Fotografia

Para além do tratamento e ordenação da documentação e espólio que se encontra em depósito neste Museu, foi ainda concedido apoio, nestas áreas, a outras instituições e a projectos de investigação em curso na região norte.

Um desses projectos, constituiu tema das provas de doutoramento apresentadas recentemente na Universidade do Minho por Maria Manuela dos Reis Martins.

Aproveitamos a ocasião para agradecer-lhe as referências então feitas a este Museu e cumprimentá-la pela qualidade do trabalho desenvolvido e dos resultados obtidos.

3.1. Foram restauradas diversas peças destinadas a exposições levadas a efeito pelo Gabinete Cultural da Câmara de Santo Tirso, Núcleo Museológico de Afife, Museu da Póvoa de Varzim.

4. «Cadernos de Arqueologia»

Foi publicado mais um número desta revista, editada em colaboração com a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

5. Investigação Científica

Muito embora a falta de espaço e equipamento constitua um grande entrave ao desenvolvimento deste ramo de actividade, graças à colaboração estabelecida com alguns departamentos da Universidade do Minho e de Lisboa, está em curso uma linha de investigação sobre a Palinologia aplicada à arqueologia. No âmbito desta investigação o Museu participou no Colóquio de Paleoecologia em Vila Nova de Famalicão.

6. Colaboração com outras Entidades.

6.1. Colaboração com a Câmara Municipal de Braga

A ligação com este órgão autárquico permitiu-nos realizar alguns melhoramentos em zonas de intervenção do «Projecto de Bracara Augusta» e coordenar os trabalhos de natureza arqueológica com projectos camarários, beneficiando de equipamento da autarquia

7. Ofertas ao Museu.

7.1. Fundação Gulbenkian

Esta Fundação teve a amabilidade de oferecer ao Museu numerosa documentação (catálogos, cartazes e jornais) de carácter museológico, a qual, dada a sua excelente qualidade, veio enriquecer o espólio documental disponível, para consulta, não só das instituições do Instituto Português do Património Cultural, como do público em geral.

7.2. Embaixada de França

Através do Serviço de Cooperação Cultural e Científica desta Embaixada foram-nos oferecidas algumas maquetes desmontáveis de monumentos romanos de grande interesse didáctico.

7.3. Embaixada de Itália

Foram-nos amavelmente oferecidos por esta Embaixada alguns livros alusivos a estações e monumentos arqueológicos.

Relatório de Actividades — U.A.U.M.

1. Introdução

Ao longo do ano de 1987, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, reforçada com mais dois arqueólogos, produziu intensa actividade, no âmbito dos seus objectivos, desenvolvendo projectos de investigação, realizando acções de conservação e divulgação, repartidas pelas diversas regiões do Norte (Porto, Minho, Trás-os-Montes).

A actividade científica e cultural da U.A.U.M., respondendo às solicitações da comunidade, está em plena expansão, sendo necessário aumentar os seus recursos humanos a curto prazo.

2. Projectos

- 2.1 — *Quaternário e Paleolítico do Litoral Minhoto* (Dr. José Meireles): escavações; estudo de material; e publicação dos resultados de três anos de pesquisas (1980-1982).
- 2.2 — *Protohistória e Romanização do Vale do Cávado* (Doutora Manuela Martins): conclusão do projecto com a apresentação da tese de doutoramento, que se encontra pronta para ser publicada com o apoio das autarquias (Amares e Vila Verde) e do INIC.
- 2.3 — *Estudo de Bracara Augusta* (Dra. Manuela Delgado, Dr. Francisco Sande Lemos): escavações em diversas zonas do centro Histórico, a pedido da Câmara Municipal de Braga; salvamento da necrópole romana da Cangosta da Palha; estudo de espólio.
- 2.4 — *Arqueologia Medieval de Entre Lima e Ave* (Dr. Luís Fontes): escavações de emergência na Igreja de S. Torcato, em Guimarães, a pedido da Irmandade e do I.P.P.C.; descoberta e estudo da igreja e convento paleo-cristãos de Dume, a pedido da Paróquia da freguesia, com o apoio de um leque diversificado de nomeadamente a Igreja, Instituto de Emprego e Formação Profissional, FAOJ, I.P.P.C.

- 2.5 — *Arqueologia Industrial* (Dr. José Manuel Morais Lopes Cordeiro): inventário do Património Arqueológico da Bacia do rio Ave, em colaboração com a Câmara Municipal de Santo Tirso, e o I.P.P.C.; estudo da antiga fábrica da Seda, em Chacim, Macedo de Cavaleiros; lançamento do projecto de um Museu da Indústria Têxtil.

3. Publicações

- 3.1 — Edição do número 2 da revista «Cadernos de Arqueologia».
- 3.2 — Edição do primeiro número de um Boletim de «Arqueologia Industrial».
- 3.3 — Quer a revista «Cadernos de Arqueologia», quer o boletim de «Arqueologia Industrial» tiveram um impacto que excedeu as expectativas. Como resultado de uma política de permutas, têm dado entrada na Biblioteca da U.A.U.M. numerosas revistas estrangeiras.
- 3.4 — Preparação dos números 3 e 4 da revista «Cadernos de Arqueologia», a sair em 1988.

4. Participação em Congressos, Colóquios e Palestras

Entre numerosas participações e intervenções, destaca-se a presença da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, no:

- Colóquio de Arqueologia Portucalense (Porto);
- Congresso Internacional de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental (Lisboa);
- II Encontro Internacional sobre Património Industrial (Áustria).

5. Divulgação Cultural

De entre muitas acções salientamos: o apoio ao núcleo museológico de S. Frutuoso (Braga), ao núcleo museológico de Ansiães (Trás-os-Montes); os textos sobre arqueologia saídos a lume na revista Forum; e o apoio à organização do Museu Abade Pedrosa, em Santo Tirso.

6. Biblioteca e Equipamento

A Biblioteca da U.A.U.M., aumentada com novas publicações foi reorganizada e insta-

lada em sala mais ampla; foi adquirido equipamento informático, para edição de textos e apoio a projectos de investigação.

7. Apoio e Colaboração com outras Entidades

É de realçar o apoio e colaboração prestados pela U.A.U.M. ao Museu D. Diogo de Sousa, e ao Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, organismos dependentes do I.P.P.C.

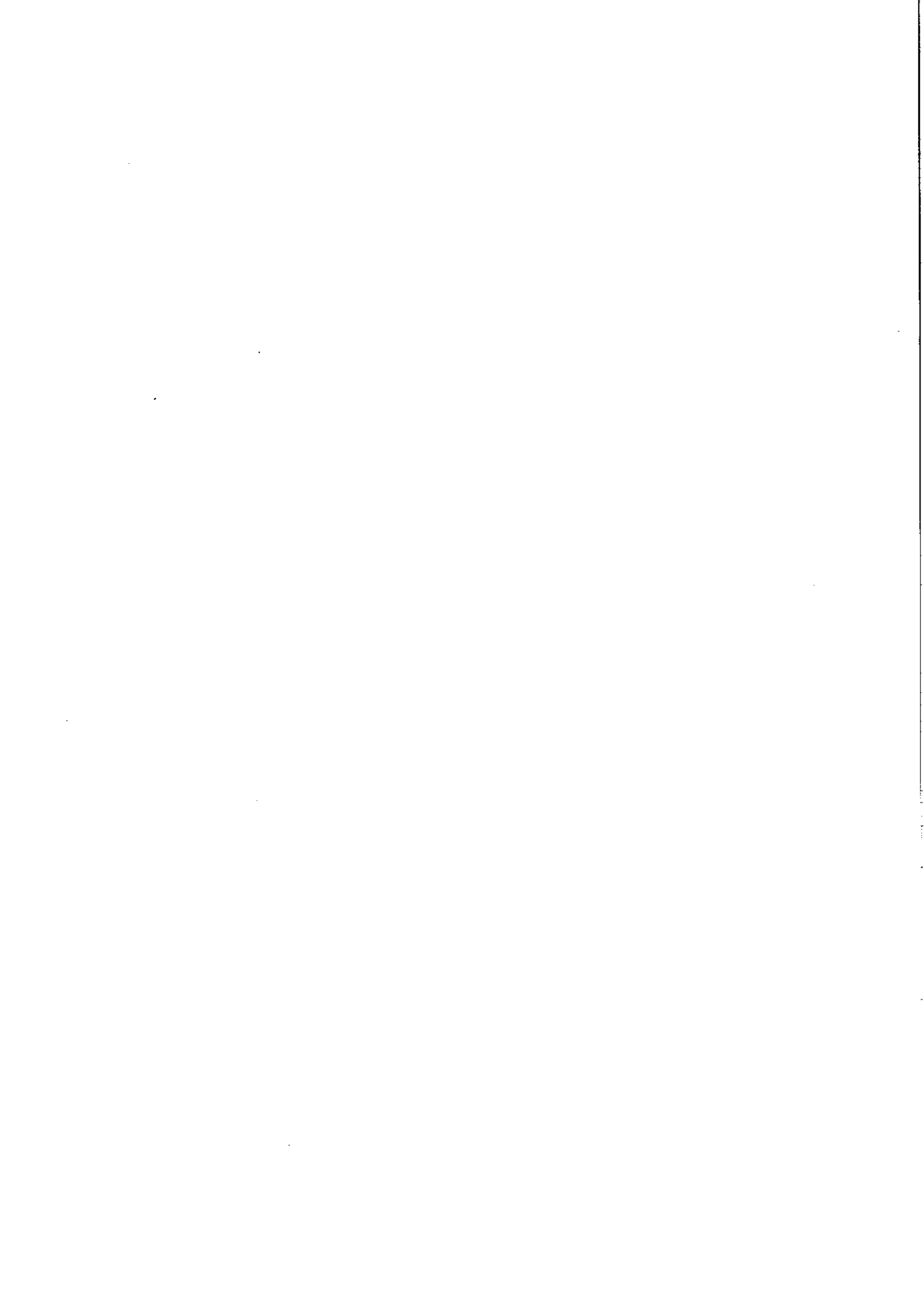
Referimos também a colaboração com o FAOJ, com o I.E.F.P., com o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

8. Outros aspectos

Colaboração contínua com a revista FORUM; colaboração com o Arquivo Histórico da U.M. na edição do «Livro das Ruas».



ÍNDICES



ÍNDICE GEOGRÁFICO

- A**
- Aboboreira, serra da, 219
 Afife, 249
 Alagoas, Escariz (Arouca), 211, 212
 Albergaria das Cabras (Arouca), 212
 Albergaria (Arouca), 211
 Alentejo, 234
 Aliviada (Arouca), 214, 215, 216, 217, 218
 Almeria, 21, 22
 Alvarelhos (Santo Tirso), 44
 Amares, 251
 Âncora, 227
 Âncora, vale, 227
 Antony, (Paris-França), 88
 Aquae Flaviae, 154
 Arestal, serra do, 214
 Arouca, 211, 212, 213, 219
 Aspra, 228
 Assento, lugar do, 114
 Astorga, 179
 Astúrias, 19
 Áustria, 252
 Ave, vale, 44, 252
- B**
- Baião, 48
 Baiões, 45, 48, 49, 50
 Barbudo (Vila Verde), 38, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 58
 Barcelos, 48
 Barrosa, lugar da, 227, 228, 229, 232, 233, 234
 Barroso, planalto de, 153
 Beira Alta, 50
 Beira Alta, noroeste, 213
 Beira Litoral, 213
 Beiras, 234
 Belece, 213
 Borralhoso, monte (Arouca), 213
 Bracara Augusta, 154, 247, 248, 249
 Braga, 44, 46, 114, 154, 179, 248, 249, 252
 Bretanha, 19
 Britannia, 87, 95, 99, 103
 Briteiros (Guimarães), 54
 Brunheira, serra, 153
- C**
- Cabeçais (Arouca), 213
 Cabeço do Crasto (Seia), 50
 Caminha, 16, 19, 44, 45, 227
 Campelinho (Arouca), 213
 Campo de Marte, 88
 Cangosta da Palha (Braga), 179, 187, 251
 Carlos Amarante, largo (Braga), 179, 180
 Cardoso da Saudade (Braga), 187
 Carreço, 15
 Carvalheiras, campo (Braga), 187
 Casal Mau, Santa Eulália (Arouca), 212, 213
 Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), 44, 48
 Castelo de Matos (Baião), 48
 Castelo de Paiva, 212
 Cávado, rio, 11, 15, 114
 Cávado, vale, 35, 38, 39, 44, 54, 57, 59, 114
 Chã de Parada (Baião), 219
 Chacim (Macedo de Cavaleiros), 252
 Chave (Arouca), 211, 213
 Chaves, 149, 151, 152, 153, 154, 156, 179
 Cidade do Caneiro (A) (Pontevedra), 54

Cinfães, 212, 214
 Cividade, Alto da (Braga), 164
 Cividade, colina da (Braga), 247, 248
 Coimbra, 205
 Conímbriga, 43, 50
 Cornellá (Catalunha), 88
 Coto da Pena (Caminha), 44, 45, 54
 Cova da Moura, 228
 Coval, sul de, 212
 Covelo de Paivô (Arouca), 213
 Cruz de Ferro (Baião), 219
 Curalha, castro da (Chaves), 154

D

Douro, norte, 48, 214, 219
 Dume (Braga), 113, 114, 123, 125, 126, 131, 132, 251

E

Eireira, 228
 Ervededo, 152, 153, 154
 Escariz (Arouca), 211, 212, 213, 219
 Espanha, 21
 Europa, 14, 18, 22, 203, 204
 Europa do Sul, 19

F

Feira, vila da, 212
 Fermedo (Arouca), 211, 213
 Fishbourne (Inglaterra), 94
 Fismes, 204
 Fraião, 228
 França, 21, 204, 250
 Freita, serra da, 212

G

Gafos, ribeira de, 114
 Galiza, 11, 13, 37, 39, 156, 234
 Galiza, costa, 19
 Galiza, sul da, 11
 Gallia, 83, 87, 95
 Gerêz, serra do, 13
 Germania, 87
 Gontinhães (Caminha), 227, 229
 Gualdim Pais, rua, 187
 Guimarães, 228, 251

H

Haccourt (Bélgica), 94
 Helvetia, 87
 Hispania, 83, 92

I

Itália, 250

J

Janarde (Arouca), 213
 Junqueira (Arouca), 213

L

La Cocosa (Badajoz), 89
 Lago, povoado (Amares), 38, 52, 55, 57, 58
 León, 13
 Liédena (Navarra), 89, 94
 Lima, rio, 11
 Lima, vale, 44
 Lisboa, 205, 248, 249, 252
 Liverpool, 204
 Loivos, castro de (Amares), 151

M

Macedo de Cavaleiros, 252
 Macedónia, 83
 Mairós (Chaves), 153, 154
 Mamoela, Becele (Arouca), 213
 Mançores (Arouca), 213
 Marignac (Garona-França), 88
 Marrocos, 13, 18, 22, 23
 Marzá (Galicia), 88
 Mauritânia, 13
 Maximinos (Braga), 164
 Maximinos, colina de (Braga), 164
 Mediterrâneo, 51
 Mediterrâneo, zona, 18, 22
 Mina do Simão (Baião), 219
 Minho, 11, 40, 227, 251
 Minho, litoral do, 9, 11, 12, 14, 17, 18, 22, 23, 233
 Minho, região, 39
 Minho, rio, 11
 Minho, vale, 44

- Mirandela, 50
 Mougás, 19
 Montalegre, 152
 Montariol (Braga), 114
 Monte Castelo (Arouca), 213
 Monte Castro (Braga), 114
 Monte das Ermidas (Vila Nova de Famalicão), 54
 Monte do Coruto (Arouca), 213
 Monte Mozinho (Penafiel), 54
 Monte Padrão (Santo Tirso), 44, 46, 49
 Montélios (Braga), 114
 Montes Cantábricos, 13
 Montmaurin (França), 94
 Mosteirô (Arouca), 213
 Murias de Beloñ (Oviedo), 89
 Muro da Pastoria (Chaves), 153, 154
- N
- Nápoles, 91
 Noroeste, 37, 39, 51, 54
 Noroeste da Península Ibérica, 91
 Noroeste Peninsular, 37
 Noroeste Português, 38, 39, 44, 53, 54, 57, 59, 114
 Norte de África, 14
 Norte de Portugal, 154, 213, 214, 233, 234
- O
- Outeiro de Ante (Baião), 219
- P
- Panonia, 95, 103
 Peneda, serra da, 13
 Península, 206
 Península Ibérica, 81, 99
 Peso, castro (Viana do Castelo), 44
 Pinhal do Santo, 228
 Pompeia, 94
 Ponte de Lima, 44, 48, 54, 228
 Pontevedra, 54
 Porçã (Minho), 88
 Portela da Anta (Arouca), 213
 Porto, 228, 251, 252
 Portugal, 9, 11, 13, 19, 37, 204
 Portugal, noroeste de, 38, 39, 44, 53, 54, 57, 59, 114
 Portugal, norte de, 154, 213, 214, 233, 234
- Portugal, sul, 50
 Póvoa de Varzim, 249
- R
- Raio, rua do (Braga), 179
 Regoufe (Arouca), 213
 Resende, 212
 Roma, 86, 88, 91, 94
 Roriz (Barcelos), 48
- S
- S. Caetano (Chaves), 149, 151, 152, 153, 154, 155, 163, 164, 165
 S. Cucufate (Portugal), 94
 S. Frutuoso (Braga), 132, 252
 S. Julião (Vila Verde), 38, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 58
 S. Juzenda (Mirandela), 50
 S. Lourenço (Chaves), 153
 S. Miguel do Mato (Mirandela), 213
 S. Torcato (Guimarães), 251
 Sabroso (Guimarães), 54
 Sanfins (Paços de Ferreira), 57
 Sanjurge, 154
 Santa Eulália (Arouca), 212
 Santa Marta da Falperra (Braga), 44, 46
 Santa Marta (Penafiel), 234
 Santa Tecla, 54
 Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), 44, 48, 54
 Santo Isidoro, 21
 Santo Tirso, 44, 46, 49, 249, 252
 Seia, 50
 Seminário de Santiago, claustro (Braga), 187
 Senhora da Guia (Baiões), 45, 48, 49, 50
 Serra da Estrela, 13
 Settefinestre (Itália), 94
 Sever do Vouga, 214
 Sicília, 91
 Silves, 205
 Síria, 83
 Soutelinho da Raia, 153
 Sudoeste Peninsular, 234
- T
- Tendais (Cinfães), 214

Terroso (Póvoa de Varzim), 54
Tivoli, 91, 103
Toscana, 91
Tossa de Mar (Gerona), 89
Trás-os-Montes, 251, 252
Triana (Andaluzia), 88
Tripe, 154
Troña (Vigo), 54
Tropeço (Arouca), 213

V

Valdoia, Barros, 15
Vale de Cambra, 214
Veiga de Chaves, 153
Venda da Serra, Escariz (Arouca), 211, 212
Vergadeleas (Arouca), 213
Viana do Castelo, 11, 16, 19
Vigo, castro de (Vigo), 54
Vila da Feira, 212
Vila Nova de Famalicão, 54, 249
Vila Pouca de Aguiar, 48
Vila Praia de Âncora, norte de, 16, 19
Vila Verde, 38, 43, 50, 251
Vilar de Perdizes, 152
Vile (Caminha), 228

ÍNDICE ANTROPONÍMICO

A

Abade de Fismes, 204
 Alarcão, J. de, 43
 Almeida, C.A.B., 37, 91
 Almeida, C.A.F., 37, 39, 43, 54, 57, 212
 Amaral, Paulo, 153
 Andrade, Miguéis, 43
 Antunes, Filipe, 35, 149, 152
 Azevedo, A., 213

B

Balfet, H., 42
 Baptista, A.M., 154
 Barbosa, Fernando, 35, 149, 152
 Barradas, Lerenó, 154
 Baumann, V.H., 95
 Bayet, 83
 Beckmann, Johannes, 205, 206
 Berthois, L., 12
 Bettencourt, Ana, 214
 Biró, M., 95
 Brandão, D. Pinho, 211, 212, 213, 214, 219
 Breuil, H., 11, 13
 Brunnacker, K., 18
 Butzer, K., 19

C

Caamaño Gesto, José Manuel, 79
 Cardoso, Mário, 152, 156
 Carvalho, G.S., 13, 16, 22
 Carvalho, Oscarina, 151
 Caton, 82, 83, 89, 96, 100
 Cesar, 84, 86, 88

Chaves, Duarte Salazar, 132
 Choffat, P., 11
 Cicerón, 84, 91
 Coelho, Manuel, 151
 Collingwood, R.G., 95, 103
 Columela, 83, 89, 96, 100
 Cordeiro, J. Lopes, 252
 Costa, António Julião da, 204
 Costa, Gonçalves da, 213
 Costa, J.C. da, 12
 Cruz, Domingos, 214
 Coudé-Gaussen, G., 13

D

D'Alembert, 203
 D. João VI, 205
 Daremberg, 89
 Daveau, S., 13
 Delgado, Manuela, 115, 155, 251
 Dias, J.M. Alveirinho, 14, 19
 Diderot, 203

E

Emberger, L., 11

F

Fafaye, G., 89
 Fernandez Castro, M. Cruz, 89
 Ferreira, Perpétua, 151, 152
 Fontes, Luís, 251

G

Gama, Ruy, 206
 Gonçalves, A.A. Huet B., 213, 219
 Gonçalves, F., 12
 Gorges, J.G., 92
 Grenier, Albert, 95, 103

H

Hadriano, 19, 103
 Haesaerts, P., 18
 Harmand, J., 104
 Hodder, Ian, 99
 Hydacio, 154

I

Isidoro de Sevilla, 84, 87, 102

J

Jorge, Susana O., 153, 232
 Justiniano, 84

L

Lachmann, K., 84
 Lautridou, J.P., 18
 Leal, Pinho, 213
 Leisner, Georg., 229, 230
 Leisner, Vera, 213, 214, 230
 Leite, M. Freitas, 151, 227
 Lemos, F. Sande, 22, 115, 251
 Locatelli, 204
 Lopes, João Baptista da Silva, 205

M

Machado, Mesquita, 228
 Maier, 82
 Mansuelli, 82
 Marcial, 84, 86, 91
 Maroti, 82
 Martin, 83
 Martin de Caceres, Enrique Cerrillo, 99
 Martinho, J. Pires, 151
 Martinho, S., 113, 114, 124, 131, 132

Martins, J. Baptista, 151
 Martins, M. Manuela, 251
 Meireles, J., 22, 251
 Montalvão, António, 154
 Moreira, D., 213

N

Novais, M. das Dores, 151
 Nunes, J. Castro, 229, 232

P

Paço, Afonso do, 11
 Paladio, 83, 91, 97
 Percival, John, 81, 82, 86, 104
 Petit, P., 82
 Pinto, R. de Serpa, 11, 12
 Pires, Manuel A., 151
 Pires, V. Henrique, 151, 227
 Plinio, 83
 Plinio o Novo, 91
 Plinio o Velho, 83, 94

R

Ratton, 204
 Real, Manuel L., 115
 Remondon, 82
 Richmond, I., 95
 Rivet, A.L.F., 82, 95
 Rosendo, S., 126
 Rostovzeff, 82

S

Saglio, 89
 Santiago, FR. Francisco de, 126
 Santos Junior, 154
 Santos, Luciano dos, 181
 Santos, M. da Cunha, 151
 Sarmiento, Martins, 228, 229, 230, 232
 Seixas, Gregório José de, 203, 204, 205, 206
 Senna Martinez, 214
 Sidonio Apolinar, 84
 Silva, A. Coelho, 37, 39, 40, 57, 212
 Silva, E.J. Lopes da, 214, 228, 233
 Silva, F. Augusto, 213, 214

Silva, F. Soares, 212, 213
Silva, José Bonifácio de Andrada, 206
Silva, M. Isabel, 14, 227
Silva, Manuel, 126
Silva, Rebello, 204
Soeiro, Teresa, 154
Stephens, 204

T

Tácito, 85, 88
Teixeira, C., 12
Teixeira, Paulo, 153
Texier, J.P., 18
Thulin, C., 84
Tito Lívio, 84, 85, 88
Tranoy, A., 126, 154
Turonense, S. Gregório, 114, 124
Twohig, E. Shee, 229, 232

V

Vandelli, 204
Vaudour, J., 18
Varron, 83, 87, 89, 94, 95, 96, 97, 100, 104
Viana, Abel, 11
Vilaça, Raquel, 214
Vilas Boas, Maria Filismina, 35
Vitrúvio, 84, 96, 97

W

White, K.D., 82, 83

Z

Zbyszewski, G., 11, 12, 13

ÍNDICE TEMÁTICO

A

- Acheulense, 15, 16, 21
 Altimétria, 19
 Analfabetismo, 204
 Antigo regime, 203
 Antropização, 20
 Aquae Flaviae, 154
 Arquitectura, elementos,
 absides, 117, 121, 124, 125
 bases de coluna, 114, 122, 124
 capitéis, 124
 colunas, 117, 120
 contrafortes, 121, 125
 fustes, 114
 pilares, 188
 silhares almofadados, 117
 Arquivo de Braga, 132
 Arquivo Histórico da Universidade do Minho, 253
 Arte megalítica, 212, 229
 Arte rupestre, 154
 Asturiense pliocénico, 20

B

- Bifaces, 16, 21
 Bispado de Dume, 114
 Bispo de S. Martinho de Dume, 113, 114, 124, 131, 132,
 154
 Bracara Augusta, 247, 248, 249
 Bracara Augusta — Escavações,
 Cangosta da Palha, 179, 187, 251
 Cardoso da Saudade, 187
 Carvalheiras, campo, 187
 Seminário de Santiago, claustro, 187

C

- Câmara Municipal de Braga, 187, 249, 251
 Câmara Municipal de Chaves, 151, 152, 153
 Câmara Municipal de Santo Tirso, 252
 Cangosta da Palha, 179
 Capela de Nossa Senhora do Rosário, 113, 128, 129,
 131, 132
 Capela de S. Frutuoso, 132
 Castros
 Alvarelos (Santo Tirso), 44
 Barbudo (Vila Verde), 38, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51,
 55, 58, 59
 Briteiros (Guimarães), 54
 Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), 44, 48
 Cidade do Caneiro (A) (Pontevedra), 54
 Coto da Pena (Caminha), 44, 45, 54
 Curalha (Chaves), 154
 Lago (Amares), 38, 52, 55, 57, 58
 Loivos (Amares), 151
 Monte das Ermidas (Vila Nova de Famalicão), 54
 Monte Mozinho (Penafiel), 54
 Monte Padrão (Santo Tirso), 44, 46, 49
 Muro da Pastoria (Chaves), 153, 154
 Peso (Ponte de Lima), 44
 Roriz (Barcelos), 48
 S. Caetano (Chaves), 152
 S. Julião (Vila Verde), 38, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49,
 50, 55, 58
 S. Juzenda (Mirandela), 50
 Sabroso (Guimarães), 54
 Sanfins (Paços de Ferreira), 57
 Santa Marta da Falperra (Braga), 44, 46
 Santa Tecla, 54
 Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), 44, 48,
 54

- Terroso (Póvoa de Varzim), 54
 Troña (Vigo), 54
 Vigo (Vigo), 54
 Centro Comercial de Santa Cruz, (Braga), 179
 Centro de Emprego de Braga, 115
 Centro Histórico de Braga, 251
 Centro Histórico de Chaves, 154
 Centro Paroquial de Dume, 123
 Cerâmica
 «bracarense», 123
 bronze Final, 40, 41, 42, 43, 46, 49, 50, 52, 55, 59
 «castréja», 39
 castros, dos 37, 39, 40
 cinzenta medieval, 123
 cinzenta paleo-cristã, 123
 fina, 45, 46
 gréga, 51
 grosseira, 45, 46, 123
 1.º milénio, 51, 59
 Idade do Bronze, 49, 50
 Idade do Ferro, 40, 41, 42, 43
 importada, 52, 123, 130
 late roman C, 123, 191
 medieval, 123, 130, 191
 moderna, 191
 proto-histórica, 35, 37, 38, 39, 59
 púnica, 51
 romana, 123, 130, 179
 romana comun, 43, 52, 123
 sigillata hispânica, 130, 131
 «tipo» Baiões, 50
 Cerâmica, decoração
 brunida, 50
 com cordões, 50
 com mamilos, 50
 impressa, 50, 55
 incisa, 50, 55, 58
 «tipo» Baiões, 50
 Cerâmica, tipologia
 almofariz, 58
 ânforas, 52, 123, 130
 jarro, 164
 lucernas, 188
 malga, 49, 54
 panelas de asas em orelha, 43, 57
 panelas ou tachos de asa interior, 42, 43
 potes, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 164
 potinhos, 42, 43, 46, 48, 53
 pratos, 46, 49, 164, 191
 púcaros, 42, 43, 46, 48, 53
 taças carenadas, 46, 48
 talhas, 43, 57
 tijelas, 43, 54
 urna, 49
 vaso geminado, 49
 vaso tronco-cónico, 49
 Charneca, 11
 Colóquio de Arqueologia Portuguesa (Porto), 252
 Colóquio de Paleocologia (Vila Nova de Famalicão), 249
 Comissão Fabriqueira, 113
 Concelhos
 Amares, 251
 Arouca, 211, 212
 Baião, 48
 Baiões, 45, 48, 49
 Barcelos, 48
 Braga, 44, 46, 154
 Caminha, 44, 45, 227
 Castelo de Paiva, 212
 Chaves, 151, 152, 153, 154, 156
 Cinfães, 212, 214
 Guimarães, 228, 251
 Mirandela, 50
 Ponte de Lima, 44, 48, 54, 228
 Póvoa de Varzim, 249
 Resende, 212
 Santo Tirso, 44, 46, 49
 Seia, 50
 Sever do Vouga, 214
 Vale de Cambra, 214
 Vila da Feira, 212
 Vila Nova de Famalicão, 54
 Vila Pouca de Aguiar, 48
 Vila Verde, 38, 43, 50
 Confraria do Santuário de S. Caetano, 155
 Congresso Internacional de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental (Lisboa), 252
 Cronologia
 Alta Idade Média, 132, 165
 Alto Império, 180
 Baixo Império, 103, 164
 Bronze Final, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 55, 59
 Calcolítico, 153

- Idade do Bronze, 49, 50
 Idade do Ferro, 39, 40, 41, 42, 43
 Idade Média, 44, 154, 248
 Reconquista Cristã, 126, 156
 República Romana, 103
 Romanização, 57
 Cronologia absoluta, 45
 Cronologia do quaternário 17
 Calabriano, 12
 Coluviões, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22
 Eémiano, 18, 19, 22
 Eutirreniano, 18, 22
 Glaciação de Riss, 12, 21, 22
 Glaciação de Würm, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23
 Grimaldiano, 12
 Günz-Mindel, 12
 Holoceno, 18, 19, 20, 23
 Harouniano-Agadiriano, 22
 Inter Tensiftiano-Soltaniano, 18
 Interstádio Würm 1/11, 12, 18, 19, 21
 Milaziano, 12
 Mindel-Riss, 12
 Ouljiano, 12
 Plistocénico Antigo, 22
 Plistocénico Médio, 22
 Plioceno, 12, 17
 Pré-Glaciár, 12
 Riss-Würm, 12, 18, 21, 22, 23
 Siciliano, 12
 Siciliano 1A, 12
 Siciliano 1B, 12
 Siciliano 11, 12
 Tirreniano, 12
 Tirreniano I, 12
 Tirreniano II, 12
 Tirreniano III, 12, 22
 Transgressão Flandriana, 12
 Würm Antigo, 18, 19, 21
 Cronologia relativa, 39, 44, 45, 50
 Cultura castreja, 37, 39, 51
 Cultura Científica e Técnica, 203
 Cultura de Alpiarça, 43, 50
- D**
- Datações absolutas, 14, 19, 20
 Depósitos
- areno-pelíticos, 14
 eólicos, 20
 lagunares, 19, 23
 quaternários, 11
 Despotismo esclarecido, 204
 Diagrama pluvio-térmico, 11
 Diocese de Braga, 124, 125, 126
 Dólmens
- Anta de Vergadeleas (Arouca), 213
 Anta do Pinhal do Santo, 228
 Barrosa (v. Lapa dos Mouros), 227, 228, 229, 232, 233, 234
 Casal Mau (Arouca), 212, 213
 Chã de Parada (Baião), 219
 Cova da Moura, 228
 Portela da Anta (Arouca), 213
 Santa Marta (Penafiel), 234
 Vile, 228
- E**
- Edifícios dos C.T.T., 179
 Encontro Internacional sobre Património Industrial (II) (Áustria), 252
 Eolização, 13, 15, 16, 18, 21, 22
 Epigrafia romana, 114, 126, 131
 Ericáceas, 11
 Escorrência, 12, 20
 Estações paleolíticas
- Almeria 21, 22
 Santo Izidoro, 21
 Estelas funerárias, 179
 Estratificação, 17, 19
 Estruturas,
- calçada, 154, 188
 canalização, 119, 125, 188, 190
 casas de Pedra, 51
 forno de Cerâmica, 156
 hipocausto, 188, 189
 lajeado, 51, 129
 muralhas, 50, 51
 muro, 117, 119, 127, 156, 165
 pavimento «opus signinum», 122, 127, 128, 131
 pavimentos, 117, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 129, 131, 188
 tijoleira, 189

F

- Fábrica da seda, 252
 FAOJ, 115, 251, 253
 Fenómenos de erosão, 15, 17, 22
 Fenómenos de lavagem, 12, 15, 16
 Fenómenos pedo-sedimentares, 15
 Formações
 Areno-pelíticas de cobertura, 12, 23
 dunares, 16, 17, 20
 eólicas, 15
 litorais, 17
 marinhas, 17, 21, 22
 quaternário, 9, 14, 17
 Fundação Calouste Gulbenkian, 249

G

- Gabinete Cultural da Câmara Municipal de Santo Tirso, 249
 Gramínias, 11

H

- Hachereaux, 16, 21
 Hospital de S. Marcos, 179

I

- Igreja de Dume (Braga), 113, 114, 119, 124, 126, 131, 132, 251
 Igreja de S. Torcato (Guimarães), 251
 Iluminismo, 203
 Império Romano, 81, 103
 Indústrias
 acheulense, 16, 21
 líticas, 14, 20
 Injecções, 16
 Inquisição, 204
 Instituições
 Arquivo de Braga, 132
 Arquivo Histórico da Universidade do Minho, 253
 Centro de Emprego de Braga, 115
 Centro Paroquial de Dume, 123
 Comissão Fabriqueira, 113
 Confraria do Santuário de S. Caetano, 155
 Instituto de Antropologia da Faculdade de Letras da Univ. do Porto, 212, 219, 228

- Instituto de Emprego e Formação Profissional, 115, 251, 253
 FAOJ, 115, 251, 253
 Gabinete Cultural da Câmara Municipal de Santo Tirso, 249
 Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 213
 INIC, 251
 Irmandade, 251
 Instituto Português do Património Cultural, 115, 151, 213, 214, 249, 251, 252, 253
 Junta de Freguesia de Dume, 113, 115
 Museu Abade Pedrosa, 252
 Museu da Indústria Têxtil, 252
 Museu da Póvoa de Varzim, 249
 Museu da Sociedade Martins Sarmento, 152, 155, 228, 229, 231, 232
 Museu do Instituto de Antropologia do Porto, 229, 231
 Museu Municipal de Chaves, 155
 Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa, 115, 151, 152, 247, 249, 253
 Núcleo Museológico de Afife, 249
 Núcleo Museológico de Ansiães, 252
 Núcleo Museológico de Dume, 113, 123
 Núcleo Museológico de S. Frutuoso, 252
 Parque Nacional da Peneda Gerês, 154, 253
 Secretaria de Estado da Cultura, 113
 Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, 113, 115, 151, 153, 227, 248, 253
 Serviços Florestais, 153
 Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 228
 Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 113, 115, 151, 249, 251, 252, 252, 253
 Universidade de Boston, 40
 Universidade de Lisboa, 249
 Universidade do Minho, 38, 179, 248, 249
 Universidade do Porto, 153
 Universidade Portucalense, 228

J

- Junta de Freguesia de Dume, 113, 115

L

- Lapa dos Mouros (v. dolmen da Barrosa),
 Liberalismo, 204

M

Mamoas

- da Aliviada, 214, 215, 216, 217, 218
- da Eireira, 228
- da Junqueira, 213
- da Mamoela, 213
- de Chave, 213
- do Monte do Castelo, 213

Máquina a vapor, 204

Marcas de oleiro, 56

Materiais de construção,

- argamassa, 121, 125, 127, 128
- estucos, 103
- mosaicos, 103, 117, 124, 125, 187
- pavimentos, 117, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 129, 131, 188
- tégulas, 117, 127, 128, 158, 164, 179, 180, 188, 189
- telhas, 114, 128, 228
- tesselas, 124, 188
- Tijolos, 117, 119, 120, 121, 127, 128, 179, 180, 188, 189,

Megalitismo, 211, 212, 213, 214, 227, 234

Megalitismo, espólio

- adornos de variscite, 214, 219, 228
- cerâmica, 212, 215, 228, 231
- contas, 211, 214, 218, 219
- enxós, 214, 218, 219
- facas de sílex, 212
- lamelas, 214, 217, 219
- lâminas, 214, 217, 219
- lâminas de sílex, 214, 217, 229, 231
- machados polidos, 212, 214, 218, 219, 228, 229, 231
- micrólitos geométricos, 214, 219
- pontas de seta, 228, 229, 231, 232

Metais

- placa de cinturão visigótica, 152, 155
- pregos de ferro, 124

Metalurgia, 51

Micro-morfologia, estudos, 20

Mineralogia, 14

Moedas, 124, 190

Moedas medievais, 124

Museus

- Abade Pedrosa (Santo Tirso), 252
- D. Diogo de Sousa (Braga), 115, 151, 152, 247, 249
- Da Póvoa de Varzim, 249

Da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães),
152, 155, 228, 229, 231

De Indústria Têxtil, 252

Do Instituto de Antropologia do Porto, 229, 231

Municipal de Chaves, 155

Núcleo Museológico de Afife (Viana do Castelo),
249

Núcleo Museológico de Ansiães (Trás-os-Montes),
252

Núcleo Museológico de Dume (Braga), 113, 123

Núcleo Museológico de S. Frutuoso (Braga), 252

N

Necrópoles

- medieval, 149, 156, 164
- megalítica, 211
- romana, 179, 251

Níveis

- de praia elevada, 17, 18, 21
- marinho, 11, 17, 19, 22
- marinho transgressivo, 19, 22

Núcleos Museológicos

- de Afife (Viana do Castelo), 249
- de Ansiães (Trás-os-Montes), 252
- de Dume (Braga), 113, 123
- de S. Frutuoso (Braga), 252

O

O.T.L., 248

Ossos humanos, 119, 122, 128, 129, 157

P

Paleoambiente, 11, 14

Paleoclimatologia, 14, 15

Paleopedologia, 14, 23

Paleossolo, 17, 21, 22

Palinologia, estudos, 20, 23, 249

Pedogénese, 15, 16, 18, 23

Periglaciár, 18, 22

Pico asturiense, 19

Picos, 16, 17, 20

Plataformas

continental, 14, 19

litoral, 11

Povoados

- Cabeço do Crasto (Seia), 50
- Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), 44, 48
- Castelo de Matos (Baião), 48
- Mairos (Chaves), 153, 154
- Pastoria (Chaves), 153, 154
- S. Lourenço (Chaves), 153
- Senhora da Guia (Baiões), 45, 48, 49

Publicações

- Boletim de Arqueologia Industrial, 252
- Cadernos de Arqueologia, 181, 252
- Encyclopédie, 203, 204
- Forum, 252, 253
- Livro das Ruas, 253

Q

- Quaternário, 14, 23
- Quaternário Antigo, 13
- Quaternário Português, 11, 12

R

- Radiocarbono, 14
- Ranker Atlântico, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23
- Ravinamento, 20
- Rexistasia, 17, 20, 22
- Rios
 - Cávado, 11, 15, 114
 - Lima, 11
 - Minho, 11

S

- Santuário de S. Caetano, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 164, 165
- Sarcófago, 156
- Secretaria de Estado da Cultura, 113
- Sedimentação, 17, 20
- Sedimentologia, 14; 20, 23
- Sedimentos Crioturbadados, 16
- Seixos levantados, 22
- Sepulturas
 - de incineração, 180
 - de inumação, 180
 - megalíticas, 211
 - rectangulares, 157
 - tipo Cova, 157

- Serviço de Cooperação Cultural e Científica da Embaixada de França, 250
- Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, 113, 115, 151, 153, 227, 248, 253
- Serviços Florestais, 153
- Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 228
- Solo vermelho fersialítico, 16, 17, 18, 20, 23
- Solos humíferos, 20, 23

T

- Talha unifacial, 15
- Tecnologia, 205, 206
- Templo alto medieval, 156
- Termas romanas, 164
- Termas romanas de Braga, 247
- Termoluminescência, 14
- Terraço marinho, 17, 20, 22
- Tesouro monetário romano, 155
- Tipologia, 54, 57
- Tipologia, cerâmica (v. Cerâmica, tipologia)
- Tombo da Mitra, 132
- Transferência tecnológica, 203
- Túmulo do Bispo S. Martinho, 113, 114
- Tumulus megalítico, 211, 230

U

- Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 113, 115, 151, 249, 251, 252, 253
- Universidades
 - Boston, 40
 - Lisboa, 249
 - Minho, 38, 179, 248, 249
 - Porto, 153
 - Portucalense, 228

V

- Vidro romano, 123, 130, 131, 190
- Villa romana de Dume, 131

